

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
527000093	Alexandre Coutinho Franco	Agente Administrativo
527011094	Alexandre Marciano De Paula	Agente Administrativo
527011825	Amanda Dias Silva Pinto	Agente Administrativo
527006201	Amanda Maria Franco Ribeiro	Agente Administrativo
527017449	Ana Gabriela Santana Castro Félix	Agente Administrativo
527011022	Andreia Dos Santos	Agente Administrativo
527022469	Bruno Custodio Carvalho	Agente Administrativo
527010414	Cecília Francisca Silva Jaen	Agente Administrativo
527018154	Daniel Marques Raimundo	Agente Administrativo
527006786	Edna Cristina Ternero	Agente Administrativo
527016056	Eliza Dos Santos Cruz	Agente Administrativo
527010590	Estela Helena Rocha Peteá	Agente Administrativo
527011287	Fernanda Mara De Moraes Paulo	Agente Administrativo
527009246	Flávia Claudiane De Souza	Agente Administrativo
527007747	Flavia Gonçalves De Paiva Paula	Agente Administrativo
527000311	Gabriel Martins Jardim Antunes Dos Santos Corrêa	Agente Administrativo
527000435	Heloísa Fagundes Da Silva	Agente Administrativo
527016152	Henrique Guilherme Rodrigues Velloso Silva	Agente Administrativo
527014639	Isabella Santos Fagundes	Agente Administrativo
527002774	Isadora Maria De Mira	Agente Administrativo
527007411	Izaías Vitor Aniceto De Almeida	Agente Administrativo

527011428	Jonas Santos Do Couto	Agente Administrativo
527004259	José Márcio Coimbra	Agente Administrativo
527006066	Leidiana De Almeida Floriano	Agente Administrativo
527004978	Leonardo Do Carmo Pereira	Agente Administrativo
527011684	Lucas Toledo De Souza	Agente Administrativo
527013053	Ludmila Carla Diniz Anacleto Machado	Agente Administrativo
527016433	Marcela Modesto Fermينو	Agente Administrativo
527001064	Marcelo Antonio Domingos	Agente Administrativo
527004822	Maria Estela Ribeiro De Camargo	Agente Administrativo
527014261	Marluce Barroso Nora	Agente Administrativo
527002430	Michael Ricieri Da Silva Soares	Agente Administrativo
527013262	Milena Santos Braga	Agente Administrativo
527014283	Octávio José Ribeiro Marques Ferreira	Agente Administrativo
527017488	Paloma Bianque Alvarenga Bernardes	Agente Administrativo
527005243	Patricia Aparecida Andrade	Agente Administrativo
527013943	Patrick Kersul Moreira	Agente Administrativo
527006349	Paulo Edson Pereira	Agente Administrativo
527020311	Rafael Dos Santos Alves Fonseca	Agente Administrativo
527004400	Rafaela Brianese Rodrigues	Agente Administrativo
527003344	Rene Willian De Souza Pedroso	Agente Administrativo
527021592	Roberto Ribeiro	Agente Administrativo
527003948	Sadney Andrade Ferreira Dos Santos	Agente Administrativo
527000980	Sandra Sueli Santos	Agente Administrativo
527005766	Sérgio Gabriel Da Silva Lima	Agente Administrativo
527008043	Simone Oliveira Balbino E Castro	Agente Administrativo
527019845	Sirlene Borges Da Silva Pereira	Agente Administrativo
527013488	Thaís Siqueira De Meireles	Agente Administrativo
527002524	Thais Waleska Goncalves Manriquez	Agente Administrativo
527015489	Tharley Almeida Franco	Agente Administrativo
527021471	Victória Horanah De Lima E Silva Noronha	Agente Administrativo
527022337	Vinicius Augusto Reis Furtado	Agente Administrativo
527003650	Viviane Martins Simões	Agente Administrativo
527018406	Wallyson Henrique Pereira	Agente Administrativo
527017228	Weliton Jose Dos Santos	Agente Administrativo
527002859	Willian Da Silva Campos	Agente Administrativo
527015763	Fernanda Seccati Rosa	Almoxarife
527004409	Cristian Fernando Ndo Martins	Auxiliar Administrativo Pronto Atendimento
527013770	Fabricio César Vieira	Auxiliar de Almoxarife
527015183	Igor Eduardo Fernandes	Auxiliar de Almoxarife
527013142	Igor Neves Honorio	Auxiliar de Almoxarife
527004725	Luis Henrique Pereira	Auxiliar de Almoxarife
527003336	Gleise Souza Santos	Auxiliar de Biblioteca
527000163	Heloísa Fagundes Da Silva	Auxiliar de Biblioteca
527002529	Thais Waleska Goncalves Manriquez	Auxiliar de Biblioteca
527022063	Nayara Késsia Veras Lemos	Bibliotecário

527018979	Ana Júlia Augusto De Souza	Biomédico
527021766	Artur Antunes Fank	Biomédico
527011249	Diego Carlos De Souza	Biomédico
527019788	Eduardo De Oliveira Araujo	Biomédico
527003345	Hellen De Almeida Corrêa	Biomédico
527000463	Jaqueline Campos Costa	Biomédico
527001556	Milene Bazani Del Cielo	Biomédico
527016914	Adriana Alves De Oliveira Marques	Bioquímico
527000570	Alessandra Ribeiro De Oliveira	Bioquímico
527015850	Aline Monticelli Cardoso	Bioquímico
527015861	Ana Luiza Lopes Rezende	Bioquímico
527008078	André Fillipe Da Silva	Bioquímico
527019571	Anna Júlia Dias Faria Bastos	Bioquímico
527013342	Caio Silva De Siqueira	Bioquímico
527015827	Carlos Cezar De Almeida	Bioquímico
527008357	Clea Jardim Da Silva Rodrigues	Bioquímico
527010811	Daniella Carvalho	Bioquímico
527020009	Fagner Paulo De Azevedo	Bioquímico
527015954	Isabel Cristina Costa Vigato Ferreira	Bioquímico
527018467	Isamara Martins Jacinto	Bioquímico
527005420	Jaqueline Reis Lima De Oliveira	Bioquímico
527001280	Julia Geraldi Vieira	Bioquímico
527018932	Laís Silveira Carneiro	Bioquímico
527019343	Larissa Vieira Figueiredo	Bioquímico
527000571	Meiriely Bitencourt Moreira Cal	Bioquímico
527007246	Nayra Cottini Ribeiro	Bioquímico
527013191	Olézio Eugênio De Faria	Bioquímico
527007435	Patrick Augusto Quintino Pinto	Bioquímico
527002787	Rafael Aparecido Da Silva	Bioquímico
527003631	Rita De Kássia Gallo Pereira	Bioquímico
527008810	Sandya Curty Rodrigues De Oliveira	Bioquímico
527018941	Thais Caroline Campos Azevedo	Bioquímico
527017871	Thalissa Prado De Souza	Bioquímico
527013246	Vanessa Fernandes Balbino	Bioquímico
527000769	Vinícius Augusto Figueiredo De Freitas	Bioquímico
527018798	Vittória Oliveira De Rezende Alves	Bioquímico
527005622	Wellerson Wagner Barbeta Silva	Bioquímico
527007234	Adriano Faria Da Silva	Contador
527003220	Ana Clara Leão Dionísio	Contador
527011012	Letícia Aparecida Dos Santos Carneiro	Contador
527007603	Leandro Vilela De Lima	Eletricista I
527021365	Odair De Lelis Mariano	Eletricista I
527011742	Ana Carina De Paula	Enfermeiro
527018485	Ana Flavia Mendes Martins	Enfermeiro
527002385	Ana Paula Reis Souza	Enfermeiro

527003454	Beatriz Cortez De Carvalho	Enfermeiro
527009465	Benícia Fernandes Da Silva	Enfermeiro
527002008	Cristiely Borba De Oliveira	Enfermeiro
527015843	Eliana Azevedo Costa	Enfermeiro
527010768	Fabiola Cristina Da Silva	Enfermeiro
527003630	Higor Junior Silva	Enfermeiro
527009827	Jéssica De Fátima Martins Bertoldo	Enfermeiro
527008261	Jessica Rezende Da Silva	Enfermeiro
527016301	Laura Carvalho De Oliveira	Enfermeiro
527005040	Leidiane Roberta Braga	Enfermeiro
527014108	Lídia Helena Brandão	Enfermeiro
527007839	Luana Gaudencio	Enfermeiro
527013654	Maria Eduarda Silva Brandão	Enfermeiro
527000410	Samanta Ribeiro Da Silva	Enfermeiro
527013881	Vera Lúcia Chaves Pinto	Enfermeiro
527017312	Alessandra Pereira Kersul	Enfermeiro ESF
527013710	Ana Lucia Dos Santos Basileu	Enfermeiro ESF
527012116	Bruna Isabella Santos Braga	Enfermeiro ESF
527011757	Carol Evaristo Carneiro	Enfermeiro ESF
527014185	Cintia Rodrigues De Oliveira Carmo Falcão	Enfermeiro ESF
527008864	Eliene Sousa Muro	Enfermeiro ESF
527022217	Érica Mascarenhas Toledo	Enfermeiro ESF
527012823	Gabriela Da Silva Zettermann	Enfermeiro ESF
527008120	Isabela Da Silva Ferreira	Enfermeiro ESF
527004423	Isadora Fernanda Santos De Souza	Enfermeiro ESF
527009825	Jéssica De Fátima Martins Bertoldo	Enfermeiro ESF
527008262	Jessica Rezende Da Silva	Enfermeiro ESF
527022345	Josué José Lemos	Enfermeiro ESF
527019861	Julianna Aparecida Ribeiro Toledo	Enfermeiro ESF
527007451	Karen Thalita Pereira	Enfermeiro ESF
527002182	Laisa Mayra Detoni Nascimento	Enfermeiro ESF
527000266	Larissa Cruz Tancredo Norte	Enfermeiro ESF
527005307	Leidiane Roberta Braga	Enfermeiro ESF
527017673	Leonardo Zanetti Nogueira	Enfermeiro ESF
527000877	Lídia Helena Brandão	Enfermeiro ESF
527007836	Luana Gaudencio	Enfermeiro ESF
527018009	Lucimar Da Silva Pereira	Enfermeiro ESF
527008561	Marina Cortez Pereira Bonelli	Enfermeiro ESF
527003195	Milena Aparecida Alves	Enfermeiro ESF
527000870	Naomy Massafera De Alcântara	Enfermeiro ESF
527009238	Raiany Nunes Mercante Bertoche	Enfermeiro ESF
527006499	Sabrina Almeida Versiani Murta	Enfermeiro ESF
527017780	Wemerson Rafael Romão	Enfermeiro ESF
527002797	Vitória Silvério Coelho	Enfermeiro Pronto-Atendimento
527012744	Gabriel Rampazzo Magalhães	Engenheiro Ambiental

527002201	Jonas Faria Dionísio De Oliveira	Engenheiro Ambiental
527015472	Priscila Carvalho Pupin	Engenheiro Ambiental
527006555	Afonso Henrique Pimentel Goulart	Engenheiro Civil
527006476	Andreza De Andrade Marciano Machado	Engenheiro Civil
527002923	Caroline Albuquerque Macedo	Engenheiro Civil
527021896	Daniel Rocha Mendes	Engenheiro Civil
527008507	Dariam Jonnis Jose Da Silva	Engenheiro Civil
527005018	Eduardo Felipe Pereira	Engenheiro Civil
527000479	Emerson Da Silva Mello	Engenheiro Civil
527022605	Felipe César Maia	Engenheiro Civil
527006930	Felipe Oliveira Fernandes	Engenheiro Civil
527003548	Filipe Silva Oliveira	Engenheiro Civil
527002159	Guilherme Freitas Ramos Grande	Engenheiro Civil
527018250	Gustavo David Marques	Engenheiro Civil
527006846	Gustavo Henrique Silva Silvério	Engenheiro Civil
527001216	Halan Campos De Goes	Engenheiro Civil
527009226	Hélica Contin Da Silva	Engenheiro Civil
527005525	João Francisco Fonseca Da Rocha	Engenheiro Civil
527006826	João Victor Nogueira Góis	Engenheiro Civil
527021455	Jonas Destro Domingues	Engenheiro Civil
527008902	Joyce Mirelle Costa Silva	Engenheiro Civil
527013860	Julia Vallery Dos Santos Oliveira	Engenheiro Civil
527006517	Laci Dias Siqueira Júnior	Engenheiro Civil
527002138	Letícia Rodrigues Pimentel Magalhães	Engenheiro Civil
527014542	Lorena Castória Porto Oliveira	Engenheiro Civil
527013951	Lucas Moreira Couto	Engenheiro Civil
527016524	Luis Otavio Fonseca Neves Junior	Engenheiro Civil
527008155	Matheus Ennes Tavares Teixeira	Engenheiro Civil
527009802	Matheus Franzolin	Engenheiro Civil
527018531	Natalia Cristina Ribeiro Germano	Engenheiro Civil
527005767	Paulo Henrique De Souza	Engenheiro Civil
527010633	Rafael Victor Moreno	Engenheiro Civil
527007685	Ricardo Minozzi Costa	Engenheiro Civil
527006634	Rodrigo Do Prado Machado	Engenheiro Civil
527015564	Ruan Augusto Junqueira	Engenheiro Civil
527020908	Simone Vianna Novaes De Carvalho Teixeira	Engenheiro Civil
527000280	Vanessa Graciel	Engenheiro Civil
527011440	Willian Da Cunha Ventura	Engenheiro Civil
527000880	Gustavo Henrique Da Silva	Fiscal Aeroportuário
527001223	Halan Campos De Goes	Fiscal de Obras
527001935	Jéssica Adalgisa Faria	Fiscal de Obras
527018293	José Almir De Carvalho	Fiscal de Obras
527020077	Marcelo Rezende Moutinho	Fiscal de Obras
527022630	Monike Tanaka Pereto	Fiscal de Obras
527012549	Vitória Dos Reis Do Espírito Santo	Fiscal de Obras

527000487	Anderson De Souza Almeida	Fiscal de Posturas
527003060	Diego Henrique Corrêa Caetano	Fiscal de Posturas
527000166	Edlaine Flávia Dos Reis	Fiscal de Posturas
527008755	Eustaquio Vieira Garcia	Fiscal de Posturas
527020021	Fagner Paulo De Azevedo	Fiscal de Posturas
527000414	Fernando Maia Boschi	Fiscal de Posturas
527002590	Gabriele De Brito Oliveira	Fiscal de Posturas
527017198	Jefferson Lelis De Vito	Fiscal de Posturas
527003241	Jéssica Carvalho Costa	Fiscal de Posturas
527005549	Ligia Martins Ferreira	Fiscal de Posturas
527000605	Lucas Delage Pereira	Fiscal de Posturas
527019763	Ludmila Laudares Pereira	Fiscal de Posturas
527010001	Michel Julião Pinheiro De Paes	Fiscal de Posturas
527014091	Patrick Kersul Moreira	Fiscal de Posturas
527021512	Renan Misael De Lima	Fiscal de Posturas
527010007	Samuel José Ferreira Costa	Fiscal de Posturas
527005395	Taisi Luana Carvalho	Fiscal de Posturas
527007235	Adriano Faria Da Silva	Fiscal de Receitas Municipais
527000111	Alessandra Pereira Kiss	Fiscal de Receitas Municipais
527003209	Ana Clara Leão Dionísio	Fiscal de Receitas Municipais
527006647	Andre Resende Pascoal	Fiscal de Receitas Municipais
527020051	Brenda Oliveira Gianini	Fiscal de Receitas Municipais
527008201	Bruna Mara Silva Mendes	Fiscal de Receitas Municipais
527003795	Daiane Fernandes Barbosa	Fiscal de Receitas Municipais
527013972	Francine Ribeiro Ferreira	Fiscal de Receitas Municipais
527021492	Guilherme Carvalho Monteiro	Fiscal de Receitas Municipais
527017240	Guilherme Pedro Rodrigues Firmino	Fiscal de Receitas Municipais
527016705	Helen Patricia Cristel Silva	Fiscal de Receitas Municipais
527008031	Igor Andrade Da Silva	Fiscal de Receitas Municipais
527006071	Leidiana De Almeida Floriano	Fiscal de Receitas Municipais
527010791	Letícia Do Nascimento Couto	Fiscal de Receitas Municipais
527003116	Lucas De Souza Leal	Fiscal de Receitas Municipais
527019488	Manoella Kahena Custódio	Fiscal de Receitas Municipais
527016430	Marcela Modesto Fermio	Fiscal de Receitas Municipais
527013264	Milena Santos Braga	Fiscal de Receitas Municipais
527020313	Rafael Dos Santos Alves Fonseca	Fiscal de Receitas Municipais
527003061	Rodrigo Da Rosa Pereira	Fiscal de Receitas Municipais
527004403	Cristiano Martins	Fiscal de Rodoviária
527019390	Flavio Gomes Da Silva Junior	Fiscal de Rodoviária
527004246	Karen Aparecida Silva Nascimento	Fiscal de Rodoviária
527016399	Vicente Quiterio Moraes Junior	Fiscal de Rodoviária
527010033	Adriano Ferreira Ribeiro	Fiscal Sanitarista
527005291	Aldine Mendes	Fiscal Sanitarista
527020531	Alexandre Pereira Silva	Fiscal Sanitarista
527011095	Aline Moreira Da Silva	Fiscal Sanitarista

527000081	Ana Luiza Martins Paiva	Fiscal Sanitarista
527015771	Bruna Mara Silva Mendes	Fiscal Sanitarista
527021316	Bruno Amaral De Matos	Fiscal Sanitarista
527019651	Camila Cassia Leopoldino Ferreira	Fiscal Sanitarista
527008183	Carlos Alexandre Ribeiro De Oliveira	Fiscal Sanitarista
527014144	Claudiani Alves Pelegrini Peres	Fiscal Sanitarista
527003719	Clesio De Almeida Prado	Fiscal Sanitarista
527003802	Daiane Fernandes Barbosa	Fiscal Sanitarista
527017663	Debora Beatriz Magalhães	Fiscal Sanitarista
527003049	Diego Henrique Corrêa Caetano	Fiscal Sanitarista
527019502	Eliane Cijani	Fiscal Sanitarista
527008760	Eustaquio Vieira Garcia	Fiscal Sanitarista
527017328	Fernanda Ercília Nascimento Massafera	Fiscal Sanitarista
527019823	Gismairy Giandoso Silva	Fiscal Sanitarista
527016706	Helen Patricia Cristel Silva	Fiscal Sanitarista
527009245	Ilsara Caroline De Souza	Fiscal Sanitarista
527013178	Jennifer Flauzino Mantovani	Fiscal Sanitarista
527020847	Jéssica De Cássia Leopoldino	Fiscal Sanitarista
527013917	Juliano Vicente	Fiscal Sanitarista
527016880	Kátia Fátima Da Silva	Fiscal Sanitarista
527001395	Leila Lindner De Carvalho	Fiscal Sanitarista
527010789	Letícia Do Nascimento Couto	Fiscal Sanitarista
527015971	Luã Camargo Dos Reis	Fiscal Sanitarista
527005760	Luana Pereira Macedo Vinagre	Fiscal Sanitarista
527003015	Lucas De Souza Leal	Fiscal Sanitarista
527016049	Marco Antonio Silva Aguilera	Fiscal Sanitarista
527010002	Michel Julião Pinheiro De Paes	Fiscal Sanitarista
527014583	Natanael Andrade Oliveira	Fiscal Sanitarista
527010071	Rafaella Vithalina Pires De Oliveira	Fiscal Sanitarista
527003053	Rodrigo Da Rosa Pereira	Fiscal Sanitarista
527011753	Stéfanie Cristina Damas Teixeira	Fiscal Sanitarista
527003149	Tayna Alvarenga Ferreira	Fiscal Sanitarista
527010778	Thaylor De Almeida Coutinho	Fiscal Sanitarista
527022583	Valdimir De Freitas	Fiscal Sanitarista
527016082	Washington Wender De Oliveira	Fiscal Sanitarista
527003584	William Emanuel Rodrigues Silva	Fiscal Sanitarista
527005330	Gabriel Lara De Carli	Inspetor de Alunos
527001174	Ivani De Jesus Cardoso Santos	Inspetor de Alunos
527006004	Raiane Dos Santos Pereira	Inspetor de Alunos
527021187	Renan Vinicius De Carvalho	Inspetor de Alunos
527008632	Barbara Barreto Fernandes	Médico Clínico
527002018	Mariesly Fernandez Garcia	Médico Clínico Geral Pronto Atendimento
527013433	Tadeu Fonseca Motta	Médico Clínico Geral Pronto Atendimento
527002868	Anelysa Macedo De Almeida	Médico Pediatra Pronto Atendimento
527007085	Luana Cristina De Mendonça	Médico Veterinário

527011025	Natália Tiburcio Ferreira	Médico Veterinário
527003583	Adlen Helen De Souza	Odontólogo
527002646	Alessandro Donizete De Almeida	Odontólogo
527015942	Amanda De Oliveira Bernardes Guimaraes	Odontólogo
527001779	Ana Flavia Alves Evaristo	Odontólogo
527013992	Ana Flávia Maria Da Silva	Odontólogo
527007766	Ana Helena Moreira Barnabe	Odontólogo
527007766	Ana Helena Moreira Barnabe	Odontólogo
527008098	Brenda Batista Da Silva	Odontólogo
527021602	Bruna Pereira De Brito	Odontólogo
527000585	Carolina Fernanda Pereira Gomes	Odontólogo
527018340	Caroline Finoti Ramos	Odontólogo
527000555	Caroline Miranda Pernambuco	Odontólogo
527006711	Caroline Pires Coutinho Terra	Odontólogo
527018587	Cinthia Adriana Fernandes	Odontólogo
527007783	Douglas Romaneli Terra	Odontólogo
527012770	Eduarda Dias Lemos	Odontólogo
527007950	Fernanda Ávila Franco	Odontólogo
527006895	Gabriela Dutra Santos Tavares	Odontólogo
527017831	Gabriella Corceti	Odontólogo
527008256	Giovani Romaneli Terra	Odontólogo
527014851	Isaac Nicolas Batista Rodrigues	Odontólogo
527020194	Jaqueline Pereira Goncalves	Odontólogo
527002463	Jessica Cristine Ferreira De Castro	Odontólogo
527010584	João Lucas Corrêa De Andrade	Odontólogo
527009456	Júlio César Ribeiro	Odontólogo
527005641	Kalyanne Pereira Campos	Odontólogo
527007724	Larissa Garcia Silva	Odontólogo
527004129	Lazara Beatriz Simões	Odontólogo
527003699	Letícia Reis Silva	Odontólogo
527005553	Ligia Martins Ferreira	Odontólogo
527003998	Marcelly Antunes Ribeiro	Odontólogo
527013889	Maria Cristina Da Silva	Odontólogo
527006982	Marina De Andrade Ferreira	Odontólogo
527000178	Marisa Leal Da Silva	Odontólogo
527007587	Matheus Wallace Cunha Esteves	Odontólogo
527002460	Mayara De Oliveira Alexandre Grassi	Odontólogo
527009776	Mayla Zati Souza	Odontólogo
527020856	Millena Eduarda Souza Ferreira	Odontólogo
527005149	Natália Silva Nascimento	Odontólogo
527006243	Nícolas Gabriel Silva Lopes	Odontólogo
527000821	Paloma Caroline Andrade Silva	Odontólogo
527010755	Paulo Henrique Novaes	Odontólogo
527010314	Paulo Renato De Oliveira	Odontólogo
527020664	Poliana Maria De Oliveira Silva	Odontólogo

527000827	Rafaella Massoni Novais	Odontólogo
527017171	Sabrina Moreira Pinto	Odontólogo
527000164	Thaís De Castro Ribeiro	Odontólogo
527001266	Vitória De Paiva Siqueira	Odontólogo
527004980	Vitória Lúcia Gonçalves De Araújo	Odontólogo
527006116	Yan Aparecido De Souza	Odontólogo
527010061	Yara Pereira Cardoso	Odontólogo
527006669	Ygor Henrique Pereira Rodrigues	Odontólogo
527000128	Júlia Karoline De Amorim	Operador Aeroportuário
527016734	Tarso Irwing De Souza	Operador Aeroportuário
527015903	Cristiane Aparecida De Souza De Souza Soares	Orientador Educacional
527002924	Jizele Costa De Oliveira Rezende	Orientador Educacional
527001767	Maria Aparecida Barbosa Faria	Orientador Educacional
527005306	Ana Clara Barrigana	Orientador Social
527022660	Danielly Benassi Rodrigues Da Rosa	Orientador Social
527005345	Thamiris Da Conceição Silva Leal	Orientador Social
527000621	Daian Vilela De Oliveira	Procurador
527009340	Débora Mayane De Ávila Batista	Procurador
527009183	Gabriel Verli Da Silva	Procurador
527013157	Gustavo Silva Xavier	Procurador
527001620	Hélio Eduardo De Paiva Araújo	Procurador
527013711	Israel Rodrigues Alves De Freitas	Procurador
527013052	Ivan Dos Reis Lima	Procurador
527012351	João Paulo Santos De Andrade	Procurador
527011203	Lara Aparecida Da Fonseca	Procurador
527004709	Rejane Cassia Da Cruz	Procurador
527007635	Renata Menezes Bibiano Siqueira	Procurador
527005541	Ricardo Campos Gomes	Procurador
527008193	Tales Mateus Alves	Procurador
527007373	Adriana Aparecida Da Costa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527021590	Adriana Aparecida Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012414	Adriana Da Costa Faria	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015805	Adriana Das Graças Saldanha	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006973	Alessandra De Cassia Bueno Silveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011232	Alessandra Paulino De Azevedo	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013584	Alexandra Das Dores Andrade Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010819	Alexandrea Aparecida De Almeida Coutinho	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527020122	Aline Aparecida De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527015909	Aline Salles Siqueira De Lima	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000723	Alzira Ramos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007524	Amanda Cazarino Da Costa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013542	Amanda De Souza E Silva Miranda	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001944	Amanda Fernandes Da Costa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010158	Amanda Paula Silva Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011282	Ana Cláudia Ribeiro Martins	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012614	Ana Elysa Bastos De Castro	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013501	Ana Lucia Costa Huhn	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014076	Ana Maria Dos Santos Rossi	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012938	Ana Paula Ferreira Rufino	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017159	Andre Renan Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018568	Andressa Fabiana Garcia Faria	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527019736	Anelyze Quirino Machado	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018117	Bárbara Maria Tribst Vasques	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000337	Beatriz Cristina De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004092	Beatriz De Oliveira Paiva Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000416	Benedita Rita Silva Avila	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009265	Bianka Petrenko Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014605	Bruna Simões Dias	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004673	Cacilda Natalícia Da Silva Paulino	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001474	Camila Aparecida Da Silva E Souza	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527005081	Camila Do Prado	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009400	Carla Nascimento De Castro	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527002119	Carolina Ferreira Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527016621	Clarissa Goncalves Furtado	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001858	Cláudia Custódio Franco Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014541	Cristiane Angélica Nogueira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012965	Cristiane Da Silva Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007761	Cristiane De Cássia Do Prado Lopes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527005311	Daisy Tenorio Dos Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012333	Daniela Aparecida Ferrari Constantino	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006130	Dayane Cristina Do Prado	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009102	Diana Aparecida Da Silva Andrade	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007052	Dielcen Tainá Santos Couto	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004168	Elaine Cristina Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527003012	Elis Maria De Moraes Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010356	Elisângela De Fatima Coutinho	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000963	Elisangela Pereira De Souza Lima	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000813	Eliza Helena Silva De Melo	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010354	Erika Viana Dantas Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018455	Fabiana De Cassia Vieira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007496	Fabiane Da Silva Torres	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000830	Fabiane Romaneli De Paula Terra	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527020718	Fernanda De Souza Rosa Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016236	Fernanda Maria Alvarenga Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527002311	Fernanda Renata Ribeiro Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010434	Flávia Paiva Almeida Ribeiro	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527003616	Flavia Pereira Silva Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009851	Flavia Rezende Vilas Boas	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527019655	Geisa Gomes Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007829	Giliani Da Costa Coelho	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010951	Gisele Carolna Silva De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000183	Gisele Do Prado	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004894	Gisele Giandoso Chaves	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013587	Gislaine Cristina Paulino Duarte	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015412	Gislaine De Fátima Costa De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004677	Gracimar Ribeiro Ramos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017557	Helida Gabriela Martins De Araújo	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001167	Ingrid Stefani Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007188	Isabel Regina Dos Santos Moraes Soares	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004019	Ivan De Oliveira Cândido	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013438	Jacqueline Costa Bueno	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018693	Jacqueline Pereira De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007691	Janaina Letícia Pereira Lopes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527005813	Jaqueline Aparecida Delmiro Vicente	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527019333	Jaqueline Borges Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011667	Jeanne Maria França	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527019111	Jéssica Da Costa Ferreira Lemes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006648	Jéssica Tribst Vasques	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527003071	Jizele Costa De Oliveira Rezende	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011465	Joyce Seccati Rosa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001404	Juliana Paula De Castro	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011589	Juliane De Cassia Franco	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000131	Larissa Maria Avila De Jesus	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527007801	Laura Gaudencio	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000370	Leiliane Priscila Sabino	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004600	Letícia Pereira Soares Sassi	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016002	Lidiany Monteiro Vieira Rezende	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004748	Livia Mara Viana Venturelli	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014614	Lorrayne Cristina Martins Marques Stock	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011071	Luana Christina Anacleto Toledo	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015170	Luany Aparecida Massaini Pessoa De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017554	Luciana Aparecida De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014916	Lucilene Openheimer Da Silva Alves	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017867	Marcelo Antonio Domingues	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527005676	Marcia De Fatima Fraga	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527003840	Margarete Aparecida Andrade	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010574	Maria Luana Cezario	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007165	Maria Lúcia Costa De Sousa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018927	Maria Paula Da Rosa Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017588	Maria Teresa Carvalhaes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012643	Mariana Da Cunha Brandão	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009838	Mariele Cruz Ignacio Funchal	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016308	Marluce De Fátima Franco Andrade	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527009607	Marverli Alves Barbosa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527002522	Mateus Donizeti Dos Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006890	Matheus Augusto De Souza	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006803	Mayara Fernanda Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000209	Meire Aparecida Rosa De Faria	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527015695	Meire Eliane Gomes De Almeida	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016400	Mônica Aparecida Reis Carvalho	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016592	Mônica Fonseca Franco Rocha	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527014637	Natália Cristina Valério E Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007767	Nilcemara Maria De Faria Lopes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527020067	Noemi Garcia Borges	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015002	Pablina Sanchez	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011546	Patrícia Fernanda De Oliveira Almeida	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013242	Paula Beatriz Guilherme	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000515	Poliana Pereira De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527006723	Priscila Marta Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527003022	Priscilla De Paula Quintino Moraes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016001	Quezia Salviano Da Silva Leite	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010227	Rafaela Fernanda Xavier Pereira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012348	Raquel Pereira Luz	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001406	Raul Felipe Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527002356	Reila Samanta Silva Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527017865	Renata Aparecida Coutinho Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527002381	Rita De Cássia Toledo De Gusmão Gonçalves Dos Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012647	Rosana Da Cunha Brandão	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013071	Rosânia Estácio Dos Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001082	Roselene Mendes Faria	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527019553	Rosilei Laureano Miranda	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015145	Roziane Aparecida Silva Paiva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527020639	Sara Ingrid Raimundo	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527012621	Sara Jane Ferreira De Lima	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016666	Sebastiana Rodrigues Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010786	Selíria Maria Canestri Inácio	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013259	Simara Elisa Dias	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011576	Simone Ferreira Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007439	Sirlene Daiane Asarias	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004993	Soleane Aparecida Dos Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012402	Suzana De Brito Zague	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015306	Tamíres Leão Souza	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001093	Tânia Regina Ribeiro	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010727	Tatiane Dos Santos Oliveira E Coutinho	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013598	Telma Da Conceição De Oliveira	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010776	Terezinha Teixeira Catarino	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527011204	Thais Emile	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527015006	Valéria Aparecida Fernandes De Souza	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000334	Vanessa De Oliveira Josa Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527004489	Vanilda Pereira Costa Dias	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010299	Vanuza Valeria Bernardes	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527001908	Verônica Priscila De Souza Ferreira Nascimento	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527007580	Viviane Estrazzeri	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527016426	Viviani Aparecida Alves	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527012763	Wagner Ramos Da Silva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527010668	Walmaiza Nunes Santos	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527000115	Walquiria Gonçalves Barbosa	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527018775	William Leonardo Detoni De Paiva	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano

527001857	Yngrid Leandra De Melo Marson	Professor PII Educação Infantil e 1º ao 5º ano
527013773	Barbara Fatima Dos Santos Lara	Professor PIII - Artes
527013235	Daniela Pereira Terra	Professor PIII - Artes
527016245	Fernanda Maria Alvarenga Da Silva	Professor PIII - Artes
527003898	Gerlane De Araújo Dias	Professor PIII - Artes
527015569	Gisele Aparecida Louzada Dos Santos Ferreira	Professor PIII - Artes
527000301	Júlia Pereira Fraga	Professor PIII - Artes
527012723	Alanne Rayssa Da Silva Melo	Professor PIII - Ciências
527005951	Diogo Zanin Mendes	Professor PIII - Ciências
527017724	Josué Mariani Silla	Professor PIII - Ciências
527013498	Julia Camila Oliveira	Professor PIII - Ciências
527014288	Aline Silva De Castro	Professor PIII - Educação Física
527001026	Anay Camila Fuentes	Professor PIII - Educação Física
527012341	Diogo De Assis Daniel	Professor PIII - Educação Física
527012243	Jéssica De Fátima Funchal Mirat	Professor PIII - Educação Física
527002735	John Rafael Da Cruz	Professor PIII - Educação Física
527015997	Lidiany Monteiro Vieira Rezende	Professor PIII - Educação Física
527013114	Lucas José Ribeiro	Professor PIII - Educação Física
527013290	Simone Caixeta Scalco	Professor PIII - Educação Física
527002255	Alex Pradi Alves De Souza	Professor PIII - Geografia
527006612	Ananda Aparecida Chaves Bueno	Professor PIII - Geografia
527002094	Fabio Augusto Silveira	Professor PIII - Geografia
527010973	Lucinete Ferreira De Andrade	Professor PIII - Geografia
527008959	Renata Duarte Fernandes	Professor PIII - Geografia
527017943	Juliana Carvalho Rodrigues	Professor PIII - História
527015302	Tamíres Leão Souza	Professor PIII - Inglês
527010777	Thaylor De Almeida Coutinho	Professor PIII - Inglês
527016537	Adrielle Pereira Da Silva	Professor PIII - Matemática
527005560	Alessandro Henrique Pereira Moreira	Professor PIII - Matemática
527011255	Ana Cláudia Ribeiro Martins	Professor PIII - Matemática
527013679	Andre Renan Pereira	Professor PIII - Matemática
527013429	Areádne Helena Brandão Pereira	Professor PIII - Matemática
527013781	Cíntia Renice Carvalho	Professor PIII - Matemática
527011355	Cristiane Casarini Cruz	Professor PIII - Matemática
527011537	Douglas Yago De Faria	Professor PIII - Matemática
527014972	Elaine Andressa Tavares De Lima	Professor PIII - Matemática
527010779	Elsivânia Santana Carvalho	Professor PIII - Matemática
527002959	Gilmar Rodrigo Muniz	Professor PIII - Matemática
527015357	Ita Kabanowsky Pontes	Professor PIII - Matemática
527007449	João Batista Martins	Professor PIII - Matemática
527017745	Joise Aparecida Gabriel	Professor PIII - Matemática
527001264	Josimara Aparecida Da Silva	Professor PIII - Matemática
527010345	Luciene De Souza Santos	Professor PIII - Matemática
527015492	Luiz Martins De Castilho Neto	Professor PIII - Matemática

527012641	Mariana Da Cunha Brandão	Professor PIII - Matemática
527021697	Mário Henrique Coldibeli Corol	Professor PIII - Matemática
527018220	Patrícia Monteiro Oliveira Azevedo	Professor PIII - Matemática
527007266	Priscila De Souza Silva Gomes	Professor PIII - Matemática
527002789	Rafael Aparecido Da Silva	Professor PIII - Matemática
527009641	Renan Miguel Dos Reis	Professor PIII - Matemática
527021101	Sara Beatriz Rodrigues Moreira	Professor PIII - Matemática
527014070	Ana Maria Dos Santos Rossi	Professor PIII - Português
527011975	Décio Eduardo Martinez De Mello	Professor PIII - Português
527000707	Josiane Mendes Rosa	Professor PIII - Português
527012306	Wanderlene Antônia Euclides	Professor PIII - Português
527006570	Rafaela Moreira Franco	Supervisor Pedagógico
527011577	Simone Ferreira Da Silva	Supervisor Pedagógico
527001867	Yngrid Leandra De Melo Marson	Supervisor Pedagógico
527003329	Thiago José Santos Da Silva	Técnico Agrícola
527003688	Cecília Rangel Ribeiro	Técnico em Radiologia
527008366	David Anderson Felipe	Tratador de Animais

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Administrativo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	04	05	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase “*Uísque é o cachorro engarrafado*” é referência direta ao conhecimento popular que diz que “*O cão é o melhor amigo do homem*”. Isso se pode comprovar pela frase que dá início ao texto, a qual também trata de amizade: “*Nunca vi boa amizade nascer em leiteria*”. Daí se tem o contexto de amizade que enseja a alusão.

Já as frases “*Cão que ladra não morde*”, “*Quem não tem cão caça com gato*” e “*Quem dorme com cachorro acorda com pulgas*” em nada se relacionam com a temática do texto em que a metáfora “*Uísque é o cachorro engarrafado*” se insere. As alternativas que as consideram corretas estão, portanto, equivocadas.

Vale frisar que o conteúdo cobrado nessa questão não se refere à identificação de metáforas, senão à interpretação textual, a qual se previu no conteúdo programático pertinente à prova.

Fonte:

- o próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	05	08	07

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após verificada a dúvida quanto à possibilidade de classificação do sujeito na oração *“trata-se de um otário completo e acabado”*, conforme se demonstrará a seguir, entende-se a questão como passível de anulação.

Havia se considerado, à elaboração da questão, definição do Dicionário Priberam para o verbo *“tratar-se”*, o qual dispõe: *“Usa-se como verbo impessoal e seguido da preposição de para identificar algo, nomeadamente o assunto da discussão (ex.: tratava-se de um assunto confidencial; trata-se de novas estirpes do vírus)”*. Sabidamente, verbos impessoais não têm sujeito, o que permite a conclusão por um sujeito inexistente.

Ademais, conforme Adriano da Gama Kury: *“Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com tratar-se de [...]”*.

Outra consideração se havia dado quanto à Gramática do Português, da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual dispõe que são impessoais *“os verbos bastar, chegar, doer e tratar-se quando regem a preposição de”*; isto é, *“não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular”*.

Não obstante, após constatada a pluralidade de interpretações, de modo que também se possa considerar o sujeito da oração em comento como indeterminado sob perspectiva do termo *“se”* como índice de indeterminação do sujeito, tal qual admite Domingos Paschoal Cegalla em sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, consideraram-se os recursos como procedentes e a respectiva questão como anulada.

Fontes:

- “tratar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/tratar>
- <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/796>
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAPOSO, E. P et al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	03	04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que dispõe uma dupla de palavra sublinhadas que não se acentuam pela mesma razão se dá em *“Os versos de escárnio são puro carinho de mãos ásperas”* (7º§). Enquanto *“escárnio”* se acentua porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, *“ásperas”* se acentua por ser proparoxítona, já que todas as proparoxítonas são acentuadas.

Em *“[...] é modo de dizer, pois melhor se fossem duas, três, quatro”*, têm-se sublinhadas as palavras *“é”* e *“três”*, ambas acentuadas por constituírem monossílabos tônicos terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s.

Já em *“[...] ‘mas em matéria de canário trata-se de um otário completo e acabado’”*, têm-se sublinhadas as palavras *“matéria”* e *“otário”*, ambas acentuadas porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono.

Quanto ao trecho *“Não é improvável que esse diagnóstico étílico tenha surgido durante um pileque com Rubem Braga [...]”*, têm-se acentuadas as palavras *“diagnóstico”* e *“étílico”*, ambas levando acento por constituírem proparoxítonas, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Quanto aos recursos que alegam que *“escárnio”*, a depender da pronúncia, pode se configurar como proparoxítona — o que ensejaria desconsideração quanto à alternativa proposta como correta —, recorre-se a Celso Cunha: *“Não se separam as letras com que representamos:*

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos *ia, ie, io, oa, ua, ue e uo*, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fontes:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	02	07	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto à formação do termo *“leiteria”*, tem-se sufixação, em razão do acréscimo do sufixo *“-eria”* (nesse contexto, usado para indicar lugar ou estabelecimento) ao vocábulo *“leite”*. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação sufixal.

Quanto à formação do termo *“engarrafado”*, tem-se parassíntese, já que é formado pelo prefixo *“en-”*, o termo original *“garrafa”* e o sufixo *“-ado”*, este último de participio. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação parassintética.

Quanto à formação do termo *“vice-cônsul”*, tem-se prefixação, já que é formado pelo acréscimo do prefixo *“vice”* ao termo original *“cônsul”*. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação prefixal.

Já quanto à formação do termo *“descuido”*, tem-se enfim derivação regressiva do verbo *“descuidar”*, de modo a formar um substantivo. Conforme Cegalla, a derivação regressiva se dá substituindo-se a terminação de um verbo pelas desinências *“-a”, “-o”* ou *“-e”*. Tem-se, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	16	14

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	17	16

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	17	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz uma situação em que o floricultor constata que 20% das rosas apresentavam manchas brancas e faz a seguinte questão pergunta: se um floricultor pegar 5 rosas aleatoriamente, qual é a probabilidade de que exatamente 2 sejam brancas?

Há duas situações possíveis: rosas com manchas ou rosas sem manchas. Assim, a questão em tela trata de eventos binomiais, sendo que a distribuição de probabilidade binomial é dada por:

$$P(X = k) = \binom{n}{k} \cdot p^k \cdot q^{n-k}, \text{ em que } p = 0,2 \text{ (20\%)} \text{ e } q = 0,8 \text{ (80\%)}.$$

Assim, para que se tenha 2 rosas com manchas brancas:

$$P(X = 2) = \binom{5}{2} \cdot 0,2^2 \cdot 0,8^3 = 0,2048 = 20,48\%$$

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	18	19	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item apresenta dois conjuntos e solicita que se calcule o produto dos elementos não nulos da intersecção entre eles. Os conjuntos são:

P = números naturais pares.

L = inteiros no intervalo]-5, 8[.

Logo, $P \cap L$ será dado pelos naturais pares {2, 4, 6}, pois o conjunto L é aberto em suas duas extremidades, ou seja, os números -5 e 8 não estão inclusos.

Assim, o produto fica: $2 \times 4 \times 6 = 48$.

É válido ressaltar que se L fosse representado da seguinte forma: [-5, 8], o número 8 estaria incluído no intervalo e o resultado seria 384.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	19	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Se são 120 crianças, o total de adultos deveria ser 60, pois o enunciado informa que o total de pessoas é 180. Logo, o faturamento do parque não seria o fornecido na questão.

Para fins de elucidação, apresenta-se uma proposta de solução:

Sejam "c" e "a" os números de crianças e adultos, respectivamente. Assim:

$$c + a = 180$$

$$120c + 150a = 23250$$

$$120c + 150(180 - c) = 23250$$

$$30c = 27000 - 23250$$

$$30c = 3750$$

$$c = 125$$

Ou seja, são 125 crianças e 55 adultos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	12	20	18

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	11	14	20

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Sempre que chove, as merendas são caldo” não é a mesma alegação que “sempre que a merenda é caldo, choveu.”. É possível que a merenda seja caldo sem ter chovido, pois não há obrigatoriedade de que o caldo só seja fornecido na chuva.

Formalmente, pode-se visualizar que a seguinte relação lógica, em que não há equivalência:

“ $A \rightarrow B$ não é igual a $B \rightarrow A$.”

Isto é: “Se A, então B” é diferente de “Se B, então A”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	15	17

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	21	24

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento utilizado não corresponde a um erro na questão, de modo que o candidato questiona sobre aspectos da aplicação da prova, razão pela qual o recurso foi decidido como prejudicado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	23	24	21

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Existe um erro na questão com a versão de Office abordada, o recurso *ClipArt* não faz parte do Microsoft Office 2019, portanto procedente para anular.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/12/lembra-do-clip-art-microsoft-mata-icone-do-office-para-desenhos-e-fotos.ghml>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	27	28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem prosperar, uma vez que, conforme aduz o inciso II do artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, a Administração possui a prerrogativa de extinguir unilateralmente os contratos em determinados casos especificados na lei; portanto, não há qualquer irregularidade com o gabarito. O cerne da alternativa não é identificar as hipóteses de cabimento ou a forma como deve ocorrer a extinção unilateral dos contratos, mas sim se existe ou não a possibilidade. Deste modo, ratifica-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	29	30	28

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso prejudicado por não corresponder à questão ora mencionada e por não trazer questionamentos razoáveis. Contudo, a título de esclarecimento, ressalta-se que a “remuneração do trabalho noturno superior à do diurno” é um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais elencado no rol não taxativo do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Por fim, evidencia-se o que preceitua o artigo 42 da Lei nº 13.709/2018: “o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei”. Deste modo, não há que se falar em responsabilidade exclusiva da Administração Pública.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	26	29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem lograr êxito, uma vez que se trata de uma questão totalmente embasada na Constituição Federal de 1988, cujo objetivo é analisar a constitucionalidade sobre a fusão de dois municípios e a maneira como isso poderia ocorrer. O fato de não trazer *ipsis litteris* o texto constitucional ou de não abordar o artigo em sua totalidade, não invalida a questão, pelo contrário, induz o pensamento crítico, já que o intuito de fato é a “análise” ou a percepção do candidato a respeito do assunto; ressaltado que se trata de uma questão voltada para o Nível Médio de escolaridade e que visa pautar conhecimentos em Direito, não devendo, portanto, aprofundar qualquer matéria jurídica.

Conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 18 da Carta Magna, a fusão de Municípios, far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Ademais, a ausência de menção sobre a existência ou não de “Lei Complementar Federal” no caso hipotético, em nada influencia na resolução da questão, já que, como outrora mencionado, o objetivo da questão foi muito bem delimitado em seu conjunto, não restando qualquer erro material.

Deste modo, ratifica-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	28	26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem prosperar, uma vez que, conforme preceitua o inciso I do parágrafo 1º do artigo 42 da Lei nº 13.709/2018, “o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador”, deste modo, Osvaldo responderá solidariamente pelos danos causados, equiparando-se a Cornélio, o que não exclui a Administração Pública de responder juntamente com eles.

O enunciado deixa claro que ambos realizam o tratamento de dados da Administração Pública direta, ou seja, ainda que não especificado, são minimamente equiparados a servidores públicos. Contudo, este não é o cerne da questão; o objetivo é identificar quem responderá pelos danos e como isso ocorrerá. Nota-se que a alternativa “C” preceitua que o dever de reparar é exclusivo da Administração, o que não condiz com a verdade, já que os envolvidos, devido à forma fática em que ocorreu o dano, de acordo com o que foi narrado no enunciado, deverão responder solidariamente, portanto, a discussão em tela não é sobre ser objetiva ou subjetiva a responsabilidade da Administração, mas sim se o controlador e o operador responderiam pelos danos. Ademais, ainda que assim não fosse, o próprio direito de regresso por parte da Administração já demonstraria a impossibilidade em se anuir a exclusividade no caso em tela.

Fonte:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	34	33	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi elaborada de acordo com conteúdo programático: CONHECIMENTOS GERAIS no tópico literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional.

Ademais, vale destacar que os estudiosos da literatura afirmam que a obra de Machado pode ser classificada em dois momentos. O primeiro, influenciado por José de Alencar, apresenta características mais românticas, o outro, sob influência de Xavier de Maistre, características mais realistas.

- **Obras da fase romântica:** Ressurreição (1872), A Mão e a Luva (1874) e Iaiá Garcia (1878).
- **Obras da fase realista:** Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881), Dom Casmurro (1899) e Quincas Borba (1891).

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra a) Realismo.

Fonte:

- <https://www.todamateria.com.br/machado-de-assis/>.
- <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	35	37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cora Coralina (1889-1985) foi uma poetisa e contista brasileira. Publicou seu primeiro livro quando tinha 75 anos e tornou-se uma das vozes femininas mais relevantes da literatura nacional.

Cora Coralina, cujo nome verdadeiro era Ana Lins dos Guimarães Peixoto, nasceu na cidade de Goiás, no Estado de Goiás, no dia 20 de agosto de 1889¹². Filha de Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, desembargador nomeado por Dom Pedro II, e de Jacinta Luísa do Couto Brandão, ela cursou apenas até a terceira série do curso primário¹.

Cora Coralina começou a escrever poemas e contos quando tinha 14 anos, chegando a publicá-los em 1908, no jornal de poemas "A Rosa", criado com algumas amigas¹. Em 1910, seu conto "Tragédia na Roça" foi publicado no "Anuário Histórico e Geográfico do Estado de Goiás", usando o pseudônimo de Cora Coralina¹.

Em 1911, Cora Coralina fugiu com o advogado divorciado Cantídio Tolentino Bretas, indo morar em Jaboticabal, no interior de São Paulo¹. Em 1922, foi convidada para participar da Semana de Arte Moderna, mas foi impedida pelo marido¹. Em 1934, depois da morte do marido, Cora Coralina tornou-se doceira para sustentar os quatro filhos¹. Embora continuasse escrevendo, produzindo poemas ligados à sua história e aos ambientes em que fora criada, se dizia mais doceira do que escritora¹.

Em 1965, com 75 anos, Cora Coralina conseguiu realizar o seu sonho de publicar o primeiro livro "O Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais"¹. Em 1970, tomou posse da cadeira n.º 5 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás¹. Em 1976, lançou seu segundo livro "Meu Livro de Cordel"¹. O interesse do grande público só foi despertado graças aos elogios do poeta Carlos Drummond de Andrade, em 1980.

Cora Coralina faleceu em Goiânia, em 10 de abril de 1985, com 95 anos, vítima de pneumonia². Após sua morte, a casa onde viveu os últimos anos de vida foi transformada no Museu Cora Coralina². Em 2001, a moradia na cidade de Goiás foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio Histórico da Humanidade.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra b) Poemas e contos.

Fonte:

- https://www.ebiografia.com/cora_coralina/.
- <https://www.todamateria.com.br/cora-coralina/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	36	38	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O G20 é composto por 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e dois órgãos regionais: a União Africana e a União Europeia. Os membros do G20 representam cerca de 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, mais de 75% do comércio mundial e cerca de dois terços da população mundial. Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra C) Brasil e Argentina.

Fonte:

- <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	37	32	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) é uma organização intergovernamental formada por 30 países, que se ajudam mutuamente em termos políticos e militares. Criada no contexto da Guerra Fria, em 1949, essa organização tem como um de seus pilares garantir a segurança de seus países-membros, que pode ocorrer de forma diplomática ou com o uso de forças militares.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra C) Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) .

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/otan.htm>.
- <https://www.infoescola.com/economia/tratados-de-livre-comercio/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	38	34	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante as jornadas que fizeram o Brasil explodir em protestos em 2013, a noite de 13 de junho ficou marcada como um grande ponto de inflexão. A reação violenta da polícia durante o ato em São Paulo, que terminou com mais de 100 feridos, inflamou a população e massificou as manifestações em todo o Brasil.

Era início da noite, quando o Movimento Passe Livre (MPL) queimou uma catraca de papelão, interrompendo o tráfego na Avenida 23 de Maio, na altura do Vale do Anhangabaú, centro da cidade de São Paulo. Naquele 6 de junho de 2013, os manifestantes lutavam contra o aumento das tarifas do transporte público, que haviam subido de R\$ 3 para R\$ 3,20 no início do mês. Ato semelhante haviam acontecido nos anos anteriores pelo mesmo motivo. Da mesma maneira, a polícia reprimiu o protesto como tinha feito de outras vezes. Porém, em menos de duas semanas, o Brasil todo perceberia que aquilo tinha sido o começo de uma mobilização muito maior.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra B) Os manifestantes lutavam contra o aumento das tarifas do transporte público, que haviam subido de R\$ 3 para R\$ 3,20 no início do mês.

Fonte:

- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>.
- <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j5125089do>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	39	40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma.

Na justificação para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra B) a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma.

Fonte:

- <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	33	39	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito letra D) II, III e IV, apenas.

Fonte:

- **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- <https://escola.mpu.mp.br/h/constituicao-cidada/constituicao-cidada>.

Cargo: Almoxarife

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após verificada dubiedade quanto à possibilidade de classificação do sujeito na oração *“trata-se de um otário completo e acabado”*, conforme se demonstrará a seguir, entende-se a questão como passível de anulação.

Havia se considerado, à elaboração da questão, definição do Dicionário Priberam para o verbo *“tratar-se”*, o qual dispõe: *“Usa-se como verbo impessoal e seguido da preposição de para identificar algo, nomeadamente o assunto da discussão (ex.: tratava-se de um assunto confidencial; trata-se de novas estirpes do vírus)”*. Sabidamente, verbos

impessoais não têm sujeito, o que permite a conclusão por um sujeito inexistente.

Ademais, conforme Adriano da Gama Kury: *“Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com tratar-se de [...]”*.

Outra consideração se havia dado quanto à Gramática do Português, da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual dispõe que são impessoais *“os verbos bastar, chegar, doer e tratar-se quando regem a preposição de”*; isto é, *“não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular”*.

Não obstante, após constatada a pluralidade de interpretações, de modo que também se possa considerar o sujeito da oração em comento como indeterminado sob perspectiva do termo *“se”* como índice de indeterminação do sujeito, tal qual admite Domingos Paschoal Cegalla em sua Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, consideraram-se os recursos como procedentes e a respectiva questão como anulada.

Fontes:

- "tratar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/tratar>
- <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/796>
- KURY, Adriano da Gama. Novas lições de análise sintática. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAPOSO, E. P et al. (2013). Gramática do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que dispõe uma dupla de palavra sublinhadas que não se acentuam pela mesma razão se dá em *“Os versos de escárnio são puro carinho de mãos ásperas”* (7º§). Enquanto *“escárnio”* se acentua porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, *“ásperas”* se acentua por ser proparoxítona, já que todas as proparoxítonas são acentuadas.

Em *“[...] é modo de dizer, pois melhor se fossem duas, três, quatro”*, têm-se sublinhadas as palavras *“é”* e *“três”*, ambas acentuadas por constituírem monossílabos tônicos terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s.

Já em *“[...] ‘mas em matéria de canário trata-se de um otário completo e acabado’”*, têm-se sublinhadas as palavras *“matéria”* e *“otário”*, ambas acentuadas porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono.

Quanto ao trecho *“Não é improvável que esse diagnóstico étílico tenha surgido durante um pileque com Rubem Braga [...]”*, têm-se acentuadas as palavras *“diagnóstico”* e *“etílico”*, ambas levando acento por constituírem proparoxítonas, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Quanto aos recursos que alegam que *“escárnio”*, a depender da pronúncia, pode se configurar como proparoxítona — o que ensejaria desconsideração quanto à alternativa proposta como correta —, recorre-se a Celso Cunha: *“Não se separam as letras com que representamos:*

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fontes:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia

BRANCA
12

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não tratam de problemas relacionados a uma possível dubiedade ou incorreção no item, mas traz apenas alegações de que o nível da questão está incoerente com o cargo. Ressalta-se que o item está em conformidade com o conteúdo programático e que não foi apontado nenhum erro na formulação da questão.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Existe um erro na questão com a versão de Office abordada, o recurso *ClipArt* não faz parte do Microsoft Office 2019, portanto procedente para anular.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/12/lembra-do-clip-art-microsoft-mata-icone-do-office-para-desenhos-e-fotos.ghml>

Cargo: Cuidador Social

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após verificada dubiedade quanto à possibilidade de classificação do sujeito na oração *“trata-se de um otário completo e acabado”*, conforme se demonstrará a seguir, entende-se a questão como passível de anulação.

Havia se considerado, à elaboração da questão, definição do Dicionário Priberam para o verbo *“tratar-se”*, o qual dispõe: *“Usa-se como verbo impessoal e seguido da preposição de para identificar algo, nomeadamente o assunto da discussão (ex.: tratava-se de um assunto confidencial; trata-se de novas estirpes do vírus)”*. Sabidamente, verbos impessoais não têm sujeito, o que permite a conclusão por um sujeito inexistente.

Ademais, conforme Adriano da Gama Kury: *“Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com tratar-se de [...]”*.

Outra consideração se havia dado quanto à Gramática do Português, da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual dispõe que são impessoais *“os verbos bastar, chegar, doer e tratar-se quando regem a preposição de”*; isto é, *“não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular”*.

Não obstante, após constatada a pluralidade de interpretações, de modo que também se possa considerar o sujeito da oração em comento como indeterminado sob perspectiva do termo *“se”* como índice de indeterminação do sujeito, tal qual admite Domingos Paschoal Cegalla em sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, consideraram-se os recursos como procedentes e a respectiva questão como anulada.

Fontes:

- *“tratar”*, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/tratar>

- <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/796>
- KURY, Adriano da Gama. Novas lições de análise sintática. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAPOSO, E. P et al. (2013). Gramática do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Existe um erro na questão com a versão de Office abordada, o recurso *ClipArt* não faz parte do Microsoft Office 2019, portanto procedente para anular.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/12/lembra-do-clip-art-microsoft-mata-icone-do-office-para-desenhos-e-fotos.ghhtml>

Cargo: Auxiliar Administrativo Pronto Atendimento

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
22

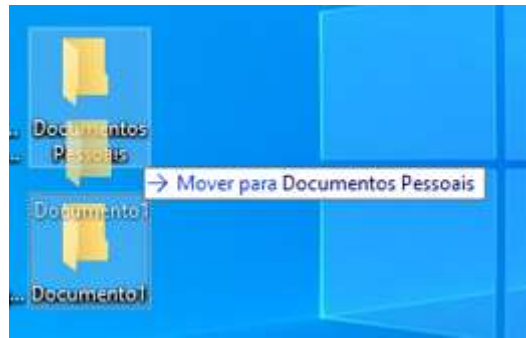
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra C) Foi criada uma cópia da pasta “Documento 1” dentro da pasta “Documentos Pessoais”. Se eu apenas arrastar a pasta “Documento 1” para “Documentos Pessoais” eu irei mover a pasta.

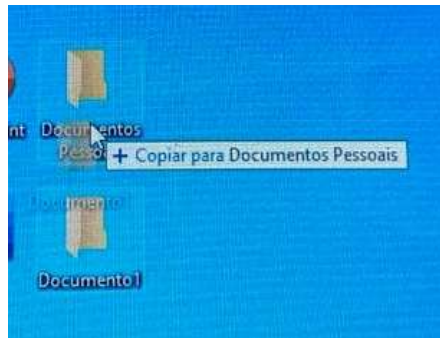
Arrastar e Soltar - Arrastar e Soltar é um método para mover dados em programas de computador por meio de um mouse. Ao clicar com o botão do mouse na ilustração gráfica em uma fonte Arrastar e Soltar, manter o botão do mouse pressionado e arrastar, o cursor altera sua forma de aparência, e você poderá notar se mover um objeto através de Arrastar e Soltar. Se você soltar novamente o botão do mouse, os dados conectados com a fonte são copiados para o alvo conforme o programa fonte e alvo, movidos ou vinculados.

Por padrão, se você clicar com o botão esquerdo e SEGURAR o botão esquerdo do mouse ou do touch pad ao mover o ponteiro do mouse para um local de pasta diferente na mesma unidade, ao soltar o botão esquerdo do mouse, o arquivo será movido para o novo local onde você liberou o botão do mouse. Se você estiver movendo o arquivo para uma unidade diferente ou pela rede para uma unidade mapeada ou outro sistema, o arquivo será copiado para o local de destino e o arquivo original permanecerá no local original.

Com a tecla SHIFT pressionada, ela também faz o mesmo procedimento, de mover o arquivo para dentro da pasta Documentos Pessoais.



Porém com a tecla CTRL pressionada, o procedimento cria uma cópia da pasta “Documento 1” para dentro da pasta “Documentos Pessoais”



Fontes:

- **Arrastar e soltar.** Disponível em: https://www.eplan.help/help/platform/2.8/pt-br/help/EPLAN_Help.htm#htm/userinterface_k_dragdropfunktionen.htm
- **Mover e copiar arquivos usando arrastar e soltar no Microsoft Windows.** Disponível em: <https://www.dell.com/support/kbdoc/pt-br/000147309/move-and-copy-files-using-drag-and-drop-in-microsoft-windows>
- **Mover ou copiar um item para outra pasta.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mover-ou-copiar-um-item-para-outra-pasta-19768dfe-86c4-40bf-b82c-1c084b624492#:~:text=Usar%20a%20op%C3%A7%C3%A3o%20Mover%20ou%20Copiar&text=Selecione%20uma%20pasta%20na%20lista,voc%C3%AA%20deseja%20mover%20ou%20copia>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

- a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.
- b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.
- c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária). O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
32

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após a análise das razões recursais constatou-se que a matéria abordada na questão extrapola os limites do conteúdo programático específico para o cargo. O tema utilizado é específico do conteúdo programático do cargo de Operador Aeroportuário. Logo, medida que se impõe é a anulação da referida questão para o cargo de Tratador de Animas.

Cargo: Auxiliar de Almoxarife

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento solicita ao examinando que assinale em qual contexto o uso do sinal de pontuação conhecido como aspas não deve ser empregado. Dito isso, ao analisar a questão, as alternativas A, B e D, exprimem funções específicas do uso das aspas, tais como: podem ser empregadas em citações, estrangeirismos, neologismos e gírias; utilizadas para destacar uma ironia e outras expressões; títulos de filmes e de livros podem ser escritos entre aspas ou em itálico; dentre outros contextos; no entanto, na alternativa C, está expressa uma função específica do sinal de pontuação parênteses, que é empregado para introduzir toda espécie de informação considerada acessória no texto (comentários; significado de siglas, de palavras ou de expressões; possibilidades de leitura; enumerações; exemplificações; referências bibliográficas, nascimento e morte etc.). Considerando, portanto, a questão coerente e devendo ser mantida.

Fontes:

- <https://funag.gov.br/manual/index.php?title=Aspas>. Acesso em: abril de 2024.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

- COSTAVAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Texto e Linguagem.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao ler e analisar a tirinha exposta na questão temos um diálogo entre pai e filho após a entrega de uma prova do menino. A alternativa A, “Para Armandinho, o amor é algo substancial para a vida.” está incorreta, pois considera apenas o amor como necessário, no entanto, ao final (no último quadrinho) é explícito que o menino sabe da importância tanto do amor quanto da água. Na letra B, “Ao ler a tirinha é possível inferir que Armandinho apenas preza por questões de estar bem fisicamente.”, encontra-se uma incoerência, pois o menino não preza apenas pelo bem-estar físico, e sim, também, pelo sentimental, tanto que em sua atividade avaliativa cita o amor como essencial à vida. A alternativa D, “Através da leitura é possível compreender que o amor está em primeiro plano para todas as pessoas como essencial para a vida.”, está incorreta, pois o próprio pai do menino já menciona que a água está em primeiro lugar como essencial para a vida, por isso, o uso de “todas as pessoas” se faz errôneo. Já a alternativa C, gabarito da questão, “Armandinho tem como prioridade para a vida não só a água para bem-estar físico, mas também o sentimento de amor.” está correta, pois o menino deixa enfatizado no último quadrinho que tanto o sentimento, quanto a água são necessários, com suas determinadas importâncias.

Fonte:

- A própria tirinha.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

120 – 21 – 31 – 29 – 31 = 8 dias

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A conteúdo da questão está prevista no edital, em seu Anexo I – Conteúdo Programático Das Provas Objetivas E Discursivas – Quadro I, qual solicita que se tenha **domínio de tópicos relevantes** de diversas áreas, dentre elas, **Relações Internacionais e suas vinculações históricas**.

CONHECIMENTOS GERAIS – Programa de Atualidades: **domínio de tópicos relevantes** de diversas áreas como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, **relações internacionais**, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança, artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional.

O tópico abordado é de extrema importância, e seu acontecimento foi amplamente divulgado em diversas mídias.

Fontes:

- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1195/38_1092317.pdf
- <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/brasil-e-paraguai-vaorenegociar-clausula-do-acordo-de-itaipu-binacional#:~:text=Brasil%20e%20Paraguai%20v%C3%A3o%20renegociar%20cl%C3%A1usula%20do%20acordo%20de%20Itaipu%20Binacional,-Revis%C3%A3o%20est%C3%A1%20prevista&text=Depois%20de%2050%20anos%20do,a%2050%25%20da%20energia%20gerada.>

Cargo: Auxiliar de Biblioteca

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I está incorreta, pois não há regra de acentuação que defina que os monossílabos tônicos terminados em “u” devam ser acentuados. As regras de acentuação de monossílabos tônicos se reproduzem abaixo, de modo a comprovar que se trata de afirmativa incorreta:

“a) Acentuam-se os monossílabos tônicos:

- *terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s:*

há, pá, pás, má, más, pé, pés, dê, dês, mês, nó, nós, pôs (colocou), etc. • que encerram os ditongos abertos éi1 éu1 ói1: véu, véus, réis, dói, sóis, etc.

b) Não se acentuam os monossílabos tônicos com outras terminações:

ri, bis, ver, vez, sot pus, mau, maus, Zeus, dor, flor, etc.

Exceções: acentuam-se os verbos pôr, têm (plural) e vêm (plural) porque existem os homógrafos por (preposição átona), tem (singular) e vem (singular):

Eles têm autoridade: vêm pôr ordem na cidade”.

A afirmativa II, por sua vez, é verdadeira. Como se trata de termo terminado em ditongo oral átono, Cecília deve receber acentuação. Abaixo, a regra gramatical que dispõe sobre a acentuação de termos como Cecília, em reprodução da gramática de Bechara:

“Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue”.

A afirmativa III, por sua vez, é falsa, uma vez que não há regra que defina que vocábulos paroxítonos devam ser acentuados quando terminados em “a”. Tampouco a disposição de hiato corroboraria acentuação, pois não há regra

que assim defina uma disposição de acento circunflexo em “Marieta”. Abaixo, reproduzem-se as regras de acentuação para hiatos, conforme Cegalla:

“a) Acentuam-se, em regra, oi e ou tônicos em hiato com vogal ou ditongo anterior, formando sílaba sozinhos ou com s: saída (sa-í-da), saúde (sa-ú-de), faísca (fa-ís-ca), caía, saíra, egoísta, heroína, caí, Xuí, Luís, uísque, balaústre, juízo, país, cafeína, baú, baús, Grajaú, saímos, eletroímã, reúne, construa, proíbem, influí, destruí-lo, instruí-la, etc.

Razão do acento gráfico: indicar hiato, impedir a ditongação.

Compare: caíe cai, doído e doido, fluído e fluido.

b) No caso acima, não se acentuam oi e ou:

• quando seguidos de nh:

rainha, fuinha, moinho, lagoinha, etc.

• quando formam sílaba com letra que não seja s:

cair (ca-ir), sairmos, saindo, juiz, ainda, diurno, Raul, ruim, cauim, amendoim, saiu (sa-iu), contribuiu, instruiu, etc.

Razão da ausência do acento gráfico: não é possível a ditongação, nesses casos.

c) Não se coloca acento circunflexo na primeira vogal dos hiatos oo e ee:

voo, voos, enjoo, abençoo, abotoo, creem, deem, leem, veem, descreem, releem, preveem, proveem, etc.”

A sequência correta quanto à veracidade de cada afirmativa se dá, portanto, na alternativa “F – V – F”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Cafuné, até” e “Bebê, você”, os termos são acentuados por serem oxítonos terminados em “e”.

“a) Acentuam-se com o acento adequado os vocábulos oxítonos terminados em:

• -a, -e, -o, seguidos ou não de s:

xará, xarás, gambá, será, serás, pajé, pajés, Tietê, você, frequê, vovô, avós, vovó, etc.”

Em “Armário, sério”, os termos são acentuados por terminarem em ditongo oral átono.

“Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue”.

Já em “Será, lá”, há discrepância quanto à razão para a acentuação de cada um, o que torna a alternativa correta. Enquanto “será” se acentua por ser oxítono terminado em “a”, “lá” recebe acentuação por ser monossílabo tônico terminado em “a”. Abaixo, seguem as regras gramaticas que definem a acentuação de cada um, em sequência:

“a) Acentuam-se com o acento adequado os vocábulos oxítonos terminados em:

• -a, -e, -o, seguidos ou não de s:

xará, xarás, gambá, será, serás, pajé, pajés, Tietê, você, frequê, vovô, avós, vovó, etc.”

“a) Acentuam-se os monossílabos tônicos:

• terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s:

há, pá, pás, má, más, pé, pés, dê, dê, mês, nó, nós, pôs (colocou), etc.”

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os verbos “era”, “sobrevivia”, “continuava” e “podia” estão conjugados no pretérito imperfeito do modo indicativo. Já “iriam”, por sua vez, está conjugado no futuro do pretérito. A alternativa que o dispõe é, portanto, a correta.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, a tecla de atalho CTRL + O para abrir um novo documento é associada ao Microsoft Word (configuração Local – Idioma Português-Brasil), conforme mencionado no enunciado. Por outro lado, a combinação de teclas CTRL + N está em conformidade com o layout de teclado dos EUA. Portanto, diante dessa distinção, a alternativa correta para a questão permanece sendo a letra B.

Fontes:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/atalhos-de-teclado-do-word-95ef89dd-7142-4b50-afb2-f762f663ceb2>
- https://www.ceavi.udesc.br/arquivos/id_submenu/487/teclas_de_atalho_word.pdf

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, a função dos antispysware é detectar e eliminar programas espiões, conhecidos como spyware, que têm como objetivo “roubar” dados dos usuários. Embora os antivírus possam incluir essa função, os antispyswares são especializados no combate a esse tipo específico de ameaça, proporcionando uma camada adicional de proteção. A alternativa B menciona erroneamente que o principal objetivo dos antispysware é identificar e remover programas de spam. Portanto, considerando esta distinção, a alternativa correta para a questão permanece sendo a letra C.

Fontes:

- Emilio Tissato Nakamura. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE REDES
- <https://www.ciasc.sc.gov.br/firewall-cria-camada-extra-de-seguranca-contr-crimes->

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
46

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Ao analisar as razões recursais constatou-se que houve erro material na divulgação da alternativa correta, de maneira que foi publicado erroneamente que a alternativa correta seria a letra B) F, V, V, F, contudo a resposta correta a ser assinalada é a concernente a alternativa A) F, F, V, V. Sendo assim, o gabarito deve ser retificado para a alternativa A, sendo esta a alternativa correta para a aludida questão.

Cargo: Biomédico

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise aos recursos, constata-se que as razões não devem prosperar atinente à mudança da alternativa correta. Sendo assim, segue abaixo o cálculo para se chegar a alternativa correta, conforme divulgado como a letra D:

Resultado	
$(x_1, x_2, x_3, \dots, x_6) = (78, 84, 120, 127, 182, 201)$	
Número total:	6
mediana:	$= \frac{x_3 + x_4}{2} = \frac{120 + 127}{2} = 123.5$

Fonte:

- PARENTI, Tatiana. Bioestatística. [Porto Alegre - SAGAH 2017]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595022072. Pag. 118-120.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a alternativa “D” apresenta um erro de digitação, contendo duas assertivas “I” e “II” e que isso poderia levar o candidato a se confundir. Contudo o enunciado é claro e pede que seja escolhida a alternativa com os “objetivos” corretos. Todas as assertivas estão corretas, logo, assinalar a alternativa “D” deixaria uma das assertivas corretas de fora da resposta, tornando então, essa possibilidade irrelevante.

Dessa forma, mantém-se gabarito preliminar divulgado como alternativa A.

Fonte:

- BRASIL. Pacto pela Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-dos-sus/articulacao-interfederativa/cit/pacto-pela-saude>>

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É o próprio art. 177, II, da Lei municipal 1.042/71, trazido pelo segundo recorrente que nos responde: “Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: (...) II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.” Ao verificarmos os incisos do art. 163 indicados neste dispositivo, encontramos: “Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências;”. Sendo assim, é claro o Estatuto dos Servidores ao punir com Repreensão a desobediência e falta de cumprimento do dever de guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências. A argumentação de que duas ações foram cometidas, e de que por isso há reincidência não cabe, eis que ele, de acordo com o enunciado está cometendo as infrações, concomitantes entre si. Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192,

deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase "Com o aumento da concentração da solução analisada, há uma redução proporcional na transmissão luminosa" não está incorreta porque descreve um princípio básico da espectrofotometria, que é a relação inversa entre a concentração da solução e a transmissão de luz através dessa solução. Quando a concentração da solução aumenta, há mais moléculas da substância disponíveis para absorver a luz que passa através da solução. Isso resulta em uma redução na transmissão de luz, já que mais luz é absorvida pela substância. Essa relação é expressa pela Lei de Lambert-Beer. No método cinético decrescente, mesmo que esteja sendo monitorada a redução na absorbância ao longo do tempo, a relação entre a concentração da solução e a absorbância ainda é mantida. Ou seja, à medida que a concentração diminui devido à progressão da reação, a absorbância também diminui de forma proporcional, mantendo a relação inversa entre concentração e transmissão luminosa e, portanto, o recurso improcedente e manutenção do gabarito.

Fonte:

- HENRY, John Bernard. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. In: Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 2008.

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais afirmam que possuem duas alternativas iguais dispostas na presente questão, devendo, portanto, ser anulada. Assim, ao analisar a questão, constata-se que todas as afirmativas dispostas na questão estão incorretas, conforme se verifica a seguir:

Afirmativa I - A análise das hemácias compreende parâmetros quantitativos, como a determinação da hemoglobina, que proporciona a concentração de hemoglobina em determinada quantidade de sangue total. O valor é expresso em porcentagem – Falso. O hematócrito que é expresso em porcentagem do volume de sangue.

Afirmativa II - O RDW (do inglês red cell distribution width, ou seja, amplitude da distribuição de células vermelhas) O coeficiente RDW indica a anisocitose (variação de tamanho) das hemácias, representando a porcentagem de variação dos volumes obtidos. Os valores de referência do índice são 11,5% a 15. O valor ideal é 13%.

Afirmativa III - Eosinofilia refere-se ao aumento, não à diminuição, do número de eosinófilos, e pode estar relacionada a diversas condições, incluindo parasitoses e processos alérgicos.

Afirmativa IV - A reticulocitose é uma condição caracterizada pelo aumento da quantidade de reticulócitos na corrente sanguínea. Os reticulócitos são glóbulos vermelhos imaturos liberados pela medula óssea para a corrente sanguínea. Quando há um aumento na produção de reticulócitos, pode-se observar a reticulocitose. A reticulocitose é frequentemente associada a situações em que há uma resposta do organismo para compensar a perda ou destruição acelerada de glóbulos vermelhos maduros. Isso pode ocorrer em condições como anemia hemolítica, sangramento agudo, deficiência de ferro, entre outras.

Dessa forma, a única alternativa que abarca o comando da questão está disposta na alternativa D) F, F, F, F. Ademais, o fato de ter alternativas iguais na questão não dificultou ao candidato chegar a resposta adequada para a questão, da mesma forma que tanto a alternativa A quanto a B não são a alternativa a ser marcada como gabarito para a questão.

Fonte:

- HOFFBRAND, A. Victor; MOSS, Paul AH. Fundamentos em hematologia de Hoffbrand. Artmed Editora, 2017.
- Therezinha F. Lorenzi. Manual De Hematologia Propedêutica E Clínica, 4ª Edição, 2006.

Cargo: Bioquímico

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se aspectos estruturais, intenção e necessidade comunicativa, é correto afirmar acerca do texto apresentado que exemplifica tipologia”, a alternativa “**B**) expositiva; a apresentação de fatos de forma objetiva é uma característica encontrada na constituição do texto.” foi adequadamente indicada como correta. Tipologia textual são os diferentes tipos de textos criados em determinados contextos, que dependem da intenção e necessidade de comunicação. Ou seja, esse tipo de classificação de um texto depende dos seus aspectos sintáticos, tempos verbais empregados, objetivo comunicativo, etc. Por exemplo: notícias de TV são compostas por tipos textuais, para escrevê-lo é necessário o uso do tipo textual expositivo assim como a reportagem, conforme o texto em análise. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de texto: Tipologia narrativa, Tipologia descritiva, Tipologia dissertativa, Tipologia expositiva, Tipologia injuntiva, Tipologia narrativa. Na literatura existem inúmeros tipos de texto. Um dos mais utilizados é o texto narrativo. Esse tipo de texto tem a função de contar uma história, no qual existe um enredo onde as ações dos personagens são desenvolvidas pelo tempo e espaço. Assim, o texto narrativo precisa conter uma estrutura básica composta por: Apresentação: é a introdução do seu texto, onde você apresenta as principais características do texto, como: personagens, tempo e espaço. Desenvolvimento: é onde as ações dos

personagens se desenvolvem a partir de uma sequência de acontecimentos movidos pelo tempo e espaço da narrativa. Clímax: é o ponto forte da sua narrativa, geralmente quando ocorre a reviravolta Desfecho: é a parte final da narrativa, onde você revela o destino das personagens. Características principais da tipologia narrativa: As características principais da tipologia narrativa é o que chamamos de 5 elementos da narrativa, que é composto por: Enredo: é o que vai designar sua história. De acordo de como vai ser contado, pode ser classificado em dois tipos: enredo linear (cronológico) e enredo não linear (não cronológico); Narrador: existem três tipos de narrador, o observador (que não faz parte da história, somente conta), narrador personagem (que está inserido na história) e narrador onisciente (o narrador que sabe tudo da trama, por exemplo, sentimentos de personagens, pensamentos, etc.); Personagens: são eles quem vão fazer parte da história, podendo separar entre personagens principais e personagens secundários; Tempo: marca o momento em se desenvolve a trama; Espaço: representa o local onde a história se desenrola. Encontra o texto narrativo em diversos gêneros textuais, como: romances; novelas; contos; fábulas; crônicas. Exemplo de texto narrativo. Abaixo, acompanhe a fábula “A raposa e as uvas”: Uma raposa estava com fome e viu um delicioso cacho de uvas pendurado numa parreira. Decidida, fez vários esforços para alcançá-la, mas não conseguiu cumprir a missão. Foi aí que, com ar de desdém, resolveu ir embora, afirmando: “Estão verdes”. Tipologia descritiva A tipologia descritiva tem como objetivo descrever as características de uma pessoa, objeto ou ideia. Esse tipo de texto faz com que a pessoa leitora idealize a imagem passada através da escrita. Como todo texto, também é preciso seguir uma estrutura, que se baseia em: Introdução: apresentação sobre quem ou o que será descrito; Desenvolvimento: realização da descrição Conclusão: fechamento do texto. Existem duas maneiras de utilizá-la, com a descrição objetiva e subjetiva. Na descrição objetiva não há juízo de valor ou opinião. A imparcialidade é a principal característica desse tipo de descrição. Tem o objetivo de apontar de maneira verossímil os atributos de alguma coisa (alto, baixo, escuro, claro, grande, pequeno) Já a descrição subjetiva é o contrário, a opinião de quem está descrevendo aparece de forma muito clara. Assim, tem o objetivo de influenciar a pessoa leitora através de um juízo de valor sobre o que está sendo descrito. Vejamos um exemplo: Descrição objetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de obras de arte. (Não há opinião sobre o que é observado). Descrição subjetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de artes belíssimas e recomendo muito. (Pelo uso dos adjetivos, é visível as impressões da pessoa autora). Características principais da tipologia descritiva. Esse tipo de texto deve apresentar impressões de algo para a pessoa leitora. Assim, os elementos básicos do texto descritivo são: A apresentação do que você quer descrever; A descrição propriamente dita, que pode ser objetiva (realista) ou subjetiva (impressões pessoais da pessoa autora). Onde é possível encontrar esse tipo de texto? O texto descritivo está presente em muitos gêneros textuais, mas podemos ver uma forte presença de descrição em: relatos históricos; anúncios; cardápios; relatórios; biografias. Exemplo de texto descritivo: O texto descritivo precisa descrever algo para que a pessoa que está lendo tenha uma imagem daquilo, um bom exemplo é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Tipologia dissertativa: Na tipologia dissertativa, o texto tem o objetivo de defender uma ideia baseada na argumentação e desenvolvimento de um tema. Quem escreve precisa persuadir o leitor com opiniões e fatos ou simplesmente apresentar um tema ou assunto. Sua estrutura também é bem simples, pois, se divide em três partes, que são: Introdução: apresenta a ideia ou assunto que será dissertado; Desenvolvimento: é a maior parte do texto, em que você apresenta seus argumentos a favor ou contra o tema; Conclusão: geralmente, na conclusão, propõe uma nova ideia, que pode ser a solução do tema proposto. Características principais da tipologia dissertativa: Esse tipo de texto pode ser classificado de duas formas: Dissertativo expositivo: Não tem intenção de persuadir o leitor, usa-se apenas como exposição de ideias. Dissertativo argumentativo: precisa convencer a pessoa que está lendo seu texto, logo, é indispensável o uso de argumentação e contra argumentação. Esse tipo de texto depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, etc. A função do texto dissertativo é esclarecer e informar o leitor sobre um determinado tema. Geralmente, encontramos esse tipo de texto em: Jornais; Artigos de opinião; Resenha crítica; Dissertação argumentativa; Redação; Monografia; Tese acadêmica; Artigos científicos. Exemplo de texto expositivo: Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A tipologia expositiva, apresentada na questão em análise, fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Então, apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. E assim, discutir e explicar sobre um determinado tema. Texto informativo-expositivo: passa informações, sem que haja juízo de valor. Texto expositivo-argumentativo: foca na argumentação de um determinado tema, em defesa da própria opinião. A alternativa “C) dissertativa; o uso de argumentação e contra argumentação presentes no texto contribuem para sua constituição.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- BAZERMAN, Charles. Gênero, agência e escrita. In: BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). Tradução e adaptação: HOFFNAGEL, Judith Chambliss - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça. Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentido do texto. Ed. Contexto.
- PLATÃO E FIORIN. Para entender o texto. Ática.
- Editora Conceitos.com (ago., 2015). Conceito de Sequência Narrativa.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Referente ao emprego do advérbio “conscientemente”, no segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que:”, a alternativa “**B**) Está sintaticamente relacionado ao verbo “decidir”.” foi adequadamente indicada como correta. “Lee, de 44 anos, é apenas uma entre milhões de mulheres sul-coreanas que decidiram conscientemente não ter filhos – levando a taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.” Os adjuntos adverbiais de modo fornecem à oração a ideia de modo, maneira, tal como: bem, mal, melhor, pior, assim, diferente, igual, felizmente, e quase todos os adjuntos terminados em “mente”. Exemplos de orações com adjunto adverbial de modo: Felizmente, a criança chegou. Fomos depressa. Ela canta bem. A alternativa “**C**) Caso fosse colocado entre vírgulas, ocasionaria incorreção gramatical.” não pode ser indicada como correta. Caso o termo “conscientemente” fosse colocado entre vírgulas, não caracterizaria incorreção gramatical, haveria uma intenção de destacar tal vocábulo não havendo nenhuma proibição de que isso ocorra.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as relações estabelecidas pelas palavras e expressões destacadas nos trechos a seguir, indique o termo cuja função sintática pode ser reconhecida como diferentes dos demais.”, a alternativa “**Amais jovem, [...]” (1º§)” foi adequadamente indicada como correta.**

“Dados mostram queda na natalidade no país, chegando ao seu mínimo histórico. Mulheres culpam pressão social por serem as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e os desafios de conciliar família e carreira. Quando ela era mais jovem, Hyobin Lee tinha o desejo de ser mãe. Mas, chegou a um ponto em que teve que tomar uma difícil decisão – e acabou optando por sua carreira em vez de uma família. Agora, é uma acadêmica de sucesso na cidade sul-coreana de Daejeon.

Lee, de 44 anos, é apenas uma entre milhões de mulheres sul-coreanas que decidiram conscientemente não ter filhos – levando a taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.

A taxa de natalidade– o número médio de nascimentos por mulher – diminuiu para 0,72 no ano passado, de acordo com estatísticas preliminares divulgadas pelo governo da Coreia do Sul nesta semana. O número é abaixo dos 0,78 do ano anterior e dá seguimento a um declínio anual gradual desde 2015.”

A Sintaxe é uma das partes da Gramática na qual são estudadas as disposições das palavras nas orações, nos períodos, bem como a relação lógica estabelecida entre elas. Podemos considerar a Gramática como sendo o conjunto das regras que determinam as diferentes possibilidades de associação das palavras de uma língua para a formação de enunciados concretos. A Sintaxe própria de cada língua impede que sejam realizadas combinações aleatórias entre as palavras. Embora sejam bem distintas entre si, todas as línguas, além de possuírem um léxico composto por milhares de palavras, possuem também um conjunto de regras as quais determinam a forma como as palavras podem se relacionar para formar enunciados concretos. O termo destacado, predicativo do sujeito, é a parte de uma oração que aponta qualidade, estado ou condição do sujeito. Ele pode ser formado por um adjetivo, substantivo ou pronome. O predicativo do sujeito é diferente do predicativo do objeto, pois este caracteriza o complemento verbal, e não o sujeito da oração. A alternativa “**Da taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.” (2º§)” não pode ser indicada como correta. Assim como as demais, o termo /expressão destacado, objeto direto, é o complemento de um verbo transitivo. Ele é ligado a esse verbo de forma direta, ou seja, sem preposição. Assim, completa o sentido de verbos transitivos diretos.**

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a teoria de conjuntos envolvendo três eventos, o número de pessoas que fizeram pelo menos um dos três cursos de capacitação é

$$548 + 416 + 472 - 324 - 384 - 312 + 280 = 696$$

Como 27 funcionários não fizeram nenhum dos cursos, há um total de $696 + 27 = 723$ funcionários.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A probabilidade de tirar duas moedas brasileiras é $(4/6 * 3/5 = 12/30)$

A probabilidade de tirar duas moedas peruanas é $(2/6 * 1/5 = 2/30)$

Assim, a probabilidade final é $12/30 + 2/30 = 14/30 = 7/15$

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a alternativa “D” apresenta um erro de digitação, contendo duas assertivas “II” e que isso poderia levar o candidato a se confundir. Contudo o enunciado é claro e pede que seja escolhida a alternativa com os “objetivos” corretos. Todas as assertivas estão corretas, logo, assinalar a alternativa “D” deixaria uma das assertivas corretas de fora da resposta, tornando então, essa possibilidade irrelevante.

Dessa forma, mantém-se gabarito preliminar divulgado como alternativa A.

Fonte:

- BRASIL. Pacto pela Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-dos-sus/articulacao-interfederativa/cit/pacto-pela-saude>>

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É o próprio art. 177, II, da Lei municipal 1.042/71, trazido pelo segundo recorrente que nos responde: “Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: (...) II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.” Ao verificarmos os incisos do art. 163 indicados neste dispositivo, encontramos: “Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências;”. Sendo assim, é claro o Estatuto dos Servidores ao punir com

Repreensão a desobediência e falta de cumprimento do dever de guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências. A argumentação de que duas ações foram cometidas, e de que por isso há reincidência não cabe, eis que ele, de acordo com o enunciado está cometendo as infrações, concomitantes entre si. Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de

funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os membros da banca consideram que o erro de digitação da palavra “gota” não compromete a compreensão da questão, não se configurando como obstáculo para sua resolução. Portanto, os membros da banca julgam que o recurso é improcedente e mantém o gabarito divulgado.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O controle interno de qualidade objetiva avaliar o desempenho de um método analítico e, de forma mais específica, é válido para monitorar a repetibilidade e a reprodutibilidade bem como identificar desvios inerentes aos procedimentos de análises, mantendo a variabilidade sob controle. Neste sentido, é uma ferramenta capaz de identificar e eliminar erros inerentes aos métodos de análises quantitativos e qualitativos, que podem ser sistemáticos ou aleatórios. Estes, por sua vez, podem ser eliminados ou reduzidos. Assim, a alternativa “A” está correta e, portanto, os membros da banca julgam que o recurso é improcedente e mantém o gabarito.

Fontes:

- BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005. Dispõe sobre regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Disponível em: https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5919009/RDC_302_2005_COMP.pdf/bf588e7a-b943-4334-aa70-c0ea690bc79f
- RAMOS, L. R.; OLIVEIRA, M. V.; SOUZA, C. L. Avaliação de variáveis pré-analíticas em exames laboratoriais de pacientes atendidos no Laboratório Central de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 56, p. e1432020, 2000.
- RICCI, M. F. *Bioquímica clínica*. Indaial: UNIASSELVI. 184p. 2021.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os protocolos referidos na alternativa “D” são aqueles fundamentados nos documentos da versão brasileira do *European Committee on Antimicrobial Susceptibility Testing*, como previsto na Portaria nº 64, de 11 de dezembro de 2018, cujo conteúdo deve ser conhecido por servidores responsáveis por análises para determinação de sensibilidade de bactérias frente aos agentes antimicrobianos.

Fontes:

- BRASIL. Detecção dos principais mecanismos de resistência bacteriana aos antimicrobianos pelo laboratório de microbiologia clínica. Brasília: Anvisa, 2020. 160p.
- BRASIL. Portaria nº 64, de 11 de dezembro de 2018. Determina aos laboratórios da rede pública e rede privada,

de todas as Unidades Federadas, a utilização das normas de interpretação para os testes de sensibilidade aos antimicrobianos (TSA), tendo como base os documentos da versão brasileira do *European Committee on Antimicrobial Susceptibility Testing*. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55217765/do1-2018-12-14-portaria-n-64-de-11-de-dezembro-de-2018-55217696>.

BRANCA
47

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

Os membros da banca acatam os requerimentos, uma vez que o método apresentado na imagem é o de Graham, utilizado para detecção de *Enterobius vermicularis*. Portanto, a alternativa correta é dada na letra “C” e o gabarito deve ser alterado de “D” para “C”.

Fontes:

- NEVES, D. P. Parasitologia humana. 13ª ed. São Paulo: Atheneu. 2016. 428 p.
- OPAS. Pranchas para o diagnóstico de parasitos intestinais. 2020. 31p. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52299/9789275722060_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 Fev. 2024.

BRANCA
48

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A razão recursal alega que na questão, que versa sobre as causas de alterações em hemogramas, o item “Pacientes fumantes crônicos podem apresentar redução dos valores do eritrograma” é verdadeiro. No entanto, esta afirmativa é falsa, uma vez que o uso constante do tabaco provoca aumento na contagem de eritrócitos em consequência do aumento na quantidade de carboxiemoglobina no sangue, para compensar a baixa capacidade de transporte de oxigênio pelo sangue, em pessoas fumantes. Ademais, ao revisar a questão, os membros da banca verificaram que houve um erro na divulgação do gabarito e que a alternativa correta é dada pela alternativa “C”, pois, são verdadeiros os itens: “Contagens de plaquetas em sangue capilar podem ser mais baixas que em coletas realizadas no sangue venoso” e “A posição do braço e o uso do garrote podem alterar o eritrograma, que apresentará valores mais elevados se o braço estiver na altura do coração e o garrote permanecer por tempo elevado no local”, sendo os demais itens, falsos. Dessa forma, a alternativa que traz a sequência correta é F, V, F, F, V. Embora o requerente não deixe explícito o objetivo do seu requerimento, os membros da banca julgam o recurso PROCEDENTE, com alteração do gabarito divulgado de “A” para “C”.

Fontes:

- BURTIS, C. A.; ASHWOOD, E. R.; BRUNS, D. E. Fundamentos de Química Clínica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008. 992 p.
- NAOUM, P.C.; NAOUM, F.A. Hematologia Laboratorial – Eritrócitos. São José do Rio Preto: Academia de Ciência e Tecnologia. 2ª ed. 2008. 112p.
- VIVAS, W.L.P. Manual prático de hematologia. [internet]. 2024. 33p. Disponível em: <<https://docente.ifsc.edu.br/rosane.aquino/MaterialDidatico/AnalisesClinicas/hemato/Manual%20de%20Hematologia.pdf>>.
- ZAGO, M. A.; FALCÃO, R. P.; PASQUINI, R. Tratado de hematologia. São Paulo: Atheneu, 2013. 899p.

BRANCA

01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se aspectos estruturais, intenção e necessidade comunicativa, é correto afirmar acerca do texto apresentado que exemplifica tipologia”, a alternativa “**B**) expositiva; a apresentação de fatos de forma objetiva é uma característica encontrada na constituição do texto.” foi adequadamente indicada como correta. Tipologia textual são os diferentes tipos de textos criados em determinados contextos, que dependem da intenção e necessidade de comunicação. Ou seja, esse tipo de classificação de um texto depende dos seus aspectos sintáticos, tempos verbais empregados, objetivo comunicativo, etc. Por exemplo: notícias de TV são compostas por tipos textuais, para escrevê-lo é necessário o uso do tipo textual expositivo assim como a reportagem, conforme o texto em análise. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de texto: Tipologia narrativa, Tipologia descritiva, Tipologia dissertativa, Tipologia expositiva, Tipologia injuntiva, Tipologia narrativa. Na literatura existem inúmeros tipos de texto. Um dos mais utilizados é o texto narrativo. Esse tipo de texto tem a função de contar uma história, no qual existe um enredo onde as ações dos personagens são desenvolvidas pelo tempo e espaço. Assim, o texto narrativo precisa conter uma estrutura básica composta por: Apresentação: é a introdução do seu texto, onde você apresenta as principais características do texto, como: personagens, tempo e espaço. Desenvolvimento: é onde as ações dos personagens se desenvolvem a partir de uma sequência de acontecimentos movidos pelo tempo e espaço da narrativa. Clímax: é o ponto forte da sua narrativa, geralmente quando ocorre a reviravolta Desfecho: é a parte final da narrativa, onde você revela o destino das personagens. Características principais da tipologia narrativa: As características principais da tipologia narrativa é o que chamamos de 5 elementos da narrativa, que é composto por: Enredo: é o que vai designar sua história. De acordo de como vai ser contado, pode ser classificado em dois tipos: enredo linear (cronológico) e enredo não linear (não cronológico); Narrador: existem três tipos de narrador, o observador (que não faz parte da história, somente conta), narrador personagem (que está inserido na história) e narrador onisciente (o narrador que sabe tudo da trama, por exemplo, sentimentos de personagens, pensamentos, etc.); Personagens: são eles quem vão fazer parte da história, podendo separar entre personagens principais e personagens secundários; Tempo: marca o momento em se desenvolve a trama; Espaço: representa o local onde a história se desenrola. Encontra o texto narrativo em diversos gêneros textuais, como: romances; novelas; contos; fábulas; crônicas. Exemplo de texto narrativo. Abaixo, acompanhe a fábula “A raposa e as uvas”: Uma raposa estava com fome e viu um delicioso cacho de uvas pendurado numa parreira. Decidida, fez vários esforços para alcançá-la, mas não conseguiu cumprir a missão. Foi aí que, com ar de desdém, resolveu ir embora, afirmando: “Estão verdes”. Tipologia descritiva A tipologia descritiva tem como objetivo descrever as características de uma pessoa, objeto ou ideia. Esse tipo de texto faz com que a pessoa leitora idealize a imagem passada através da escrita. Como todo texto, também é preciso seguir uma estrutura, que se baseia em: Introdução: apresentação sobre quem ou o que será descrito; Desenvolvimento: realização da descrição Conclusão: fechamento do texto. Existem duas maneiras de utilizá-la, com a descrição objetiva e subjetiva. Na descrição objetiva não há juízo de valor ou opinião. A imparcialidade é a principal característica desse tipo de descrição. Tem o objetivo de apontar de maneira verossímil os atributos de alguma coisa (alto, baixo, escuro, claro, grande, pequeno) Já a descrição subjetiva é o contrário, a opinião de quem está descrevendo aparece de forma muito clara. Assim, tem o objetivo de influenciar a pessoa leitora através de um juízo de valor sobre o que está sendo descrito. Vejamos um exemplo: Descrição objetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de obras de arte. (Não há opinião sobre o que é observado). Descrição subjetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de artes belíssimas e recomendo muito. (Pelo uso dos adjetivos, é visível as impressões da pessoa autora). Características principais da tipologia descritiva. Esse tipo de texto deve apresentar impressões de algo para a pessoa leitora. Assim, os elementos básicos do texto descritivo são: A apresentação do que você quer descrever; A descrição propriamente dita, que pode ser objetiva (realista) ou subjetiva (impressões pessoais da pessoa autora). Onde é possível encontrar esse tipo de texto? O texto descritivo está presente em muitos gêneros textuais, mas podemos ver uma forte presença de descrição em: relatos históricos; anúncios; cardápios; relatórios; biografias. Exemplo de texto descritivo: O texto descritivo precisa descrever algo para que a pessoa que está lendo tenha uma imagem daquilo, um bom exemplo é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Tipologia dissertativa: Na tipologia dissertativa, o texto tem o objetivo de defender

uma ideia baseada na argumentação e desenvolvimento de um tema. Quem escreve precisa persuadir o leitor com opiniões e fatos ou simplesmente apresentar um tema ou assunto. Sua estrutura também é bem simples, pois, se divide em três partes, que são: Introdução: apresenta a ideia ou assunto que será dissertado; Desenvolvimento: é a maior parte do texto, em que você apresenta seus argumentos a favor ou contra o tema; Conclusão: geralmente, na conclusão, propõe uma nova ideia, que pode ser a solução do tema proposto. Características principais da tipologia dissertativa: Esse tipo de texto pode ser classificado de duas formas: Dissertativo expositivo: Não tem intenção de persuadir o leitor, usa-se apenas como exposição de ideias. Dissertativo argumentativo: precisa convencer a pessoa que está lendo seu texto, logo, é indispensável o uso de argumentação e contra argumentação. Esse tipo de texto depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, etc. A função do texto dissertativo é esclarecer e informar o leitor sobre um determinado tema. Geralmente, encontramos esse tipo de texto em: Jornais; Artigos de opinião; Resenha crítica; Dissertação argumentativa; Redação; Monografia; Tese acadêmica; Artigos científicos. Exemplo de texto expositivo: Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A tipologia expositiva, apresentada na questão em análise, fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Então, apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. E assim, discutir e explicar sobre um determinado tema. Texto informativo-expositivo: passa informações, sem que haja juízo de valor. Texto expositivo-argumentativo: foca na argumentação de um determinado tema, em defesa da própria opinião. A alternativa “**C**) dissertativa; o uso de argumentação e contra argumentação presentes no texto contribuem para sua constituição.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- BAZERMAN, Charles. Gênero, agência e escrita. In: BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). Tradução e adaptação: HOFFNAGEL, Judith Chambliss - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça. Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentido do texto. Ed. Contexto.
- PLATÃO E FIORIN. Para entender o texto. Ática.
- Editora Conceitos.com (ago., 2015). Conceito de Sequência Narrativa.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “‘Quando era jovem, sonhava em ter um filho que se parecesse comigo’, conta Lee à DW. ‘Eu queria brincar com ele, que lêssemos juntos e gostaria de lhe mostrar muito do mundo. Mas percebi que a realidade não é tão simples’.” (5o§). A introdução utilizada pode ser identificada como:”, a alternativa “**C**) Citação expressa de autoria indicada a seguir.” foi adequadamente indicada como correta.

Tipos de aspas duplas [“ ”]: Aspas simples [‘ ’]: As aspas podem ser utilizadas no início e no final de uma citação, conforme o trecho em análise. Também para Indicar estrangeirismos, neologismos ou gírias, indicar que um vocábulo foi escrito propositalmente de forma incorreta, apontar o uso de um termo aproximado ao sentido que se deseja expressar, destacar uma ironia e outras expressões, em títulos de livros e de filmes, nomes de jornais e de revistas. Citação é o ato de referir-se a algum texto. Citação direta: é a transcrição literal de um texto. Citação indireta: ocorre quando a pessoa que escreve o texto aborda a ideia de outro autor usando as suas próprias palavras. Citação de citação: acontece quando se cita uma citação do autor citado. A alternativa “**B**) Questionamento feito por Lee a si mesma.” não pode ser indicada como correta. Em momento algum ocorre questionamento (perguntas), mas sim a expressão de uma reflexão. A alternativa “**D**) Definição de um conjunto de ideias sobre a vida.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar a questão, constata-se que na afirmativa III consta “A ordem de indisponibilidade de bens poderá...” e a afirmativa IV consta “A ordem de indisponibilidade de bens deverá...”. Assim, uma diz poderá e a outra deverá, não estando idênticas, devendo ser rejeitado o presente recurso.

Fonte:

- Arts. 2º parágrafo único e 17, §20 da Lei 8429/99 e Arts. 3º §1º e 16 §11 da referida lei.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar a questão, a mesma só tem como correta a alternativa apontada no gabarito, eis que a mesma está de acordo com a lei nos termos dos Arts. 35, 43, 47 e 53 da Lei 9784/35.

Fonte:

- Arts. 35, 43, 47 e 53 da Lei 9784/35.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida alegação deve ser rejeitada eis que consta no edital item 6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação.

Fonte:

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se trata de raciocínio lógico sequencial, onde há uma sequência com rotação de imagens, a imagem no suporte da questão, mostra cinco figuras e também indica que a quinta figura voltou a posição inicial da sequência sendo assim:

Ao observarmos podemos afirmar que a sequência ficará da seguinte forma até o oitavo elemento solicitado:



Sendo que a oitava figura será

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.
- <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/sequencia-logica.htm>

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

$$120 - 21 - 31 - 29 - 31 = 8 \text{ dias}$$

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão está previsto no edital, em seu Anexo I – Conteúdo Programático Das Provas Objetivas E Discursivas – Quadro I, qual solicita que se tenha **domínio de tópicos relevantes** de diversas áreas, dentre elas, **sociedade**.

CONHECIMENTOS GERAIS – Programa de Atualidades: **domínio de tópicos relevantes** de diversas áreas como: política, economia, **sociedade**, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança, artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional.

Os temas que dizem respeito à saúde estão inseridos no tópico “sociedade”, pois têm um impacto direto em diversas questões sociais.

Fontes:

- https://d676e6gwpm3ec.cloudfront.net/concursos/1195/38_1092317.pdf
- <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria>
- <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>
- <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/doen%C3%A7as-sexualmente-transmiss%C3%ADveis-dsts/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-doen%C3%A7as-sexualmente-transmiss%C3%ADveis-dsts>
- <https://bvsmms.saude.gov.br/doencas-sexualmente-transmissiveis-dst/>

Cargo: Enfermeiro

BRANCA	VERDE
02	08

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Análise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas

podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “ Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA	VERDE
03	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Tendo em vista o estabelecimento das funções sintáticas dos termos da oração, analise os seguimentos a seguir e indique em qual deles há um exemplo em que a posição do sujeito na frase pode ser reconhecida como posterior ao verbo com o qual estabelece concordância gramatical.”, a alternativa **“D)”** “Como disse Einstein, ‘insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes’. ” (4o§)” foi adequadamente indicada como correta.

“Independentemente de gostar, tudo o que acontece é resultado de escolhas feitas no passado. Muitas pessoas fazem escolhas inconscientes e, por isso, acham que não estão agindo ou, de fato, escolhendo algo. O próprio fato de se abster de certas decisões é, em si, uma decisão.

O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”. ”

O sujeito pode ser pessoa, coisa ou animal que pratica ou sofre a ação verbal. Sujeito é um termo essencial da oração, aquele sobre o qual se declara alguma coisa. Já o predicado, outro termo essencial, é aquilo que se declara sobre o sujeito.

A alternativa **“C)”** “O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo [...]” (4o§)” não pode ser considerada correta, já que o trecho destacado anteriormente classifica-se como sujeito da oração com o qual o verbo “ser” concorda.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Acerca da comparação estabelecida em: “A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “**B**) Trata-se de uma comparação explícita que tem como objetivo esclarecer acerca das ideias apresentadas sobre o assunto.” foi adequadamente indicada como correta. “A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§) A comparação é uma figura de linguagem que estabelece, de maneira explícita, a relação de semelhança entre dois ou mais elementos em algum contexto. Essa relação é estabelecida pelo uso de palavras que marquem a comparação que está sendo feita. Observe no exemplo a seguir: Esse cachorro é felpudo como um tapete macio! A alternativa “**A**) Indica o emprego da figura de linguagem denominada “metáfora” ao equiparar a vida a um algoritmo.” não pode ser indicada como correta. Metáfora é uma figura de linguagem em que se verifica uma comparação implícita, isto é, sem a presença de conjunção ou locução conjuntiva comparativa. A alternativa “**C**) Embora haja uma comparação explícita, é necessária a leitura do parágrafo seguinte para que a ideia iniciada possa ser concluída.” não pode ser considerada correta, após o sinal de dois pontos é possível compreender a ideia iniciada.

Fontes:

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as características linguísticas e semânticas empregadas no texto, pode-se afirmar que seu principal objetivo está corretamente identificado em:”, a alternativa “**A**) Expor uma ideia sobre determinado assunto com a intenção de convencer o leitor.” foi adequadamente considerada correta. Um artigo de opinião, conforme classificado o texto apresentado, consiste em um texto do gênero argumentativo que tem o objetivo de expor uma ideia sobre determinado assunto e, com isso, convencer o leitor. A alternativa “**B**) Explorar o assunto principal abordado de maneira sucinta, mas criativa e interessante.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
15	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere as informações do enunciado:

- Adriano possui 40 anos;
- O amigo que escolheu a cachoeira Vale dos Borboletas como favorita possui 45 anos;
- Breno escolheu a cachoeira Antares como favorita.

A partir delas, pode-se montar o seguinte esquema lógico:

	Veu da noiva	Antares	Vale da Borboleta	30	40	45
Adriano		n		n	s	n
Breno	n	s	n		n	
Carlos		n			n	
30			n			
40			n			
45	n	n	s			

➔

	Veu da noiva	Antares	Vale da Borboleta	30	40	45
Adriano	s	n	n	n	s	n
Breno	n	s	n	s	n	n
Carlos	n	n	s	n	n	s
30	n	s	n			
40	s	n	n			
45	n	n	s			

Assim, a única afirmativa correta é “O amigo que escolheu a cachoeira Antares como favorita possui 30 anos”.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
18	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte esquema de regra de três composta:

FUNCIONÁRIOS	TEMPO	ÁREA
5	150	450
2	x	900

- Mantendo o número de funcionários constante, quanto mais tempo é necessário para cumprir a demanda, maior a área.
- Mantendo a área constante, quanto mais tempo é necessário para cumprir a demanda, menor o número de funcionários.

Assim, o tempo x deve satisfazer

$$\frac{2}{5} * \frac{450}{900} = \frac{150}{x} \rightarrow x = 750$$

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
19	14

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

De acordo com as informações do enunciado, tem-se que:

- sábado foi o primeiro dia de funcionamento.
- domingo foi o segundo dia de funcionamento.
- sexta foi o terceiro dia de funcionamento.

Mantendo-se esse ritmo, o 57º dia de funcionamento ocorreu na sexta-feira e o 121º dia de funcionamento ocorreu no sábado. Assim, a alternativa correta é a alternativa “sexta-feira e sábado”

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
20	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme as orientações do enunciado, sabe-se que:

- Entre Mariana e Orlando, desconsiderando os dois, há 9 assentos.
- Entre Nancy e Plínio, desconsiderando os dois, há 8 assentos.
- Entre Orlando e Plínio, desconsiderando os dois, há 2 assentos.

Dessa forma, pode-se montar a seguinte fileira

Mariana - - - Nancy - - - - Orlando - - Plínio

Assim, há 12 assentos entre Mariana e Plínio.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
21	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Está explicitado no edital que refere-se ao SUS e Saúde Pública, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS):

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

- VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;
- VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e
- VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

Fonte:

- BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização [...] Brasília, DF, [1990]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/leis/lei8080.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.

BRANCA	VERDE
23	30

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que a questão contém mais de uma resposta correta, o que de fato ocorreu devido a um equívoco no enunciado, o qual no comando da questão deveria esclarecer que assinalassem a alternativa INCORRETA, razão pela qual por ausência de tal informação a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização [...] Brasília, DF, [1990]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/leis/lei8080.pdf>

BRANCA	VERDE
26	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que as alternativas contêm metas e não diretrizes e ações. Contudo, a palavra “meta” disposta nas alternativas foi utilizada como sinônimo das palavras “diretrizes e ações”, razão pela qual não há que se falar que houve erro no comando da questão, pois tais afirmativas estão elencadas no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das doenças Crônicas não Transmissíveis.

Assim, o Plano fundamenta-se no delineamento de diretrizes e ações em: a) vigilância, informação, avaliação e monitoramento; b) promoção da saúde; c) cuidado integral, razão pela qual se constata que todas as afirmativas dispostas na questão estão corretas, mantendo inalterado o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Ministério da Saúde Brasília-DF 2011. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcmt_2011.pdf>.

BRANCA	VERDE
27	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Distrito Sanitário compreende uma área geográfica que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais e suas necessidades, e os recursos de saúde para atendê-la. A área geográfica é definida para cada realidade e pode ser constituída por: • vários bairros de um município; • vários municípios de uma região. No processo de definição do chamado território-distrito devem ser consideradas para a sua composição as relações de fluxos existentes entre os municípios ou bairros, as referências natural ou culturalmente já estabelecidas entre eles em suas diversas atividades, principalmente na área da saúde. A preexistência de uma eventual territorialização definida pelo gestor estadual (Secretaria Estadual da Saúde) não deve ser considerada como balizamento definitivo, mas pode ser utilizada como um ponto de partida e ajustada de acordo com as necessidades.

Os problemas relacionados ao conceito de Distrito sanitário são classificados em:

Intermediários: São aqueles que se referem ao processo organizacional dos recursos de saúde, por exemplo, a falta de leitos para pacientes especiais, tal como os queimados. Como problemas intermediários também pode-se citar a falta de médicos e o gasto excessivo com ações de saúde;

Terminais: Ocorre quando a população do Distrito Sanitário ultrapassa a capacidade de atendimento do Distrito Sanitário. A qualidade de vida neste estágio pode estar afetada.

Fonte:

- SAMPAIO DE ALMEIDA, E. et al. Distritos Sanitários: Concepção e Organização Distritos Sanitários: Concepção e Organização. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume01.pdf>.

BRANCA	VERDE
28	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Somente uma meta está incorreta.

Metas nacionais propostas:

- reduzir a taxa de mortalidade prematura (<70 anos) por DCNT em 2% ao ano;
- reduzir a prevalência de obesidade em crianças;
- reduzir a prevalência de obesidade em adolescentes;
- deter o crescimento da obesidade em adultos;
- reduzir as prevalências de consumo nocivo de álcool;
- aumentar a prevalência de atividade física no lazer;
- aumentar o consumo de frutas e hortaliças;
- reduzir o consumo médio de sal;
- reduzir a prevalência de tabagismo;
- aumentar a cobertura de mamografia em mulheres entre 50 e 69 anos;
- aumentar a cobertura de exame preventivo de câncer de colo uterino em mulheres de 25 a 64 anos;
- tratar 100% das mulheres com diagnóstico de lesões precursoras de câncer.

Fonte:

- Ministério da Saúde Brasília-DF 2011. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf>.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um surto é o aumento repentino e inesperado de casos de uma doença em uma determinada região, comunidade ou estação do ano. O número de casos pode variar de acordo com o agente que causa a doença. Também é avaliado o tamanho e tipo de exposição anterior, quando se trata de uma doença conhecida.

Geralmente os surtos são causados por infecções transmitidas por pessoas, animais ou ambientes, produtos químicos e até materiais radioativos. Existem, ainda, os surtos de causas desconhecidas, como as populares “virose”, por exemplo.

Exemplo: Surtos do vírus Ebola são uma preocupação constante em regiões tropicais da África subsariana, desde 1976.

Fonte:

- Telessaúde São Paulo. Qual é a diferença entre surto, epidemia, pandemia e endemia?. Disponível em: <<https://www.telessaude.unifesp.br/index.php/dno/redes-sociais/159-qual-e-a-diferenca-entre-surto-epidemia-pandemia-e-endemia>>

BRANCA	VERDE
36	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O foco reside na análise da tomada de decisão ética por parte do enfermeiro diante de uma situação crítica envolvendo um paciente idoso em estado grave e a escassez de um medicamento essencial. A ética profissional, especificamente os princípios da deontologia, orientam o enfermeiro a agir conforme seus deveres e obrigações morais. Portanto, a resposta correta exigirá a aplicação desses princípios éticos à situação apresentada, considerando o bem-estar e a segurança do paciente como prioridades máximas.

Fontes:

- NUNES, Lucília; INÊS, Rui; CONSTANTINO, Marco. Perspectivas Éticas, Deontológicas e Jurídicas no Cuidado de Enfermagem à Pessoa Idosa.
- DOS ENFERMEIROS, Ordem. Código deontológico do enfermeiro. Estatuto da OE, 2009.

BRANCA	VERDE
41	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A posição/manobra de Trendelenburg aumenta a pressões intracraniana pelo aumento do retorno venoso ao coração. É válido destacar que, embora o termo "manobra" seja comumente associado a ações específicas realizadas com um propósito clínico, como manobras de ressuscitação cardiorrespiratória, a posição de Trendelenburg também é frequentemente referida como uma "manobra" devido à sua aplicação deliberada e planejada para alcançar um objetivo clínico específico. No contexto médico, o termo "manobra" nem sempre se refere a uma ação física realizada ativamente, mas pode se estender a uma posição corporal deliberadamente assumida para alcançar um resultado clínico desejado. Nesse sentido, a posição de Trendelenburg é considerada uma "manobra" devido à sua aplicação estratégica para melhorar o retorno venoso em certas situações clínicas.

Ademais, ao analisar a fonte citada na razão recursal constata-se que essa fonte não é considerada válida cientificamente dentro do contexto acadêmico e clínico. Em disciplinas como enfermagem e medicina, é fundamental basear nosso conhecimento em fontes confiáveis e revisadas por pares, como artigos em periódicos científicos reconhecidos, diretrizes clínicas de instituições respeitadas e livros-texto.

Fonte:

- MAHESWARIA, Kamal et al. Lesão renal após cirurgia não cardíaca aberta contra laparoscópica: análise retrospectiva de coorte. Brazilian Journal of Anesthesiology, v. 71, n. 50, p. 50-57, 2021.

BRANCA	VERDE
43	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ação prioritária no processo de cuidar em enfermagem para promover o autocuidado do paciente e prevenir complicações é instruir o paciente sobre o manejo da dieta com baixo teor de sódio. Esta resposta está alinhada com as melhores práticas de enfermagem para pacientes com insuficiência cardíaca congestiva, pois uma dieta com baixo teor de sódio é essencial para controlar a retenção de líquidos e reduzir a sobrecarga no coração. Ao fornecer instruções sobre o manejo da dieta, o enfermeiro capacita o paciente a tomar medidas ativas para melhorar sua saúde e prevenir complicações.

No contexto hospitalar, a equipe de nutrição é responsável por fornecer e supervisionar a dieta dos pacientes, e é papel da equipe de enfermagem colaborar na implementação dessas recomendações dietéticas, bem como educar e orientar os pacientes sobre a importância de seguir as orientações nutricionais. Portanto, é essencial instruir o paciente sobre a importância de seguir a dieta com baixo teor de sódio, explicando os benefícios para sua saúde e como essa medida contribui para o controle da insuficiência cardíaca congestiva. Essa abordagem reflete o papel da enfermagem no contexto hospitalar e a colaboração entre as equipes de enfermagem e nutrição para promover o autocuidado do paciente e prevenir complicações relacionadas à sua condição de saúde.

Fonte:

- GONÇALVES, Fabrício Gusmão et al. Consulta de enfermagem em pacientes portadores de insuficiência cardíaca: revisão integrativa. 2013.

BRANCA	VERDE
44	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 da Anvisa o grupo A é dividido entre A1, A2, A3, A4 e A5. A questão não solicita informações de cada subgrupo, de modo que solicita apenas que o candidato identifique a qual grupo de resíduos cada grande grupo de resíduos pertence, razão pela qual não há que se falar que houve erro no comando da questão. Dessa forma, mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- BAPTISTA, Patricia Campos Pavan; MARTINS, Maristela Santini. **Gerenciamento de Recursos Físicos e Ambientais**. In: KURCGANT, Paulina. **Gerenciamento em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

BRANCA	VERDE
45	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita a alternativa incorreta, que no caso é a C, pois o princípio a ser respeitado é o da não-maleficência e não da beneficência como está descrito.

Fonte:

- ARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P.; GONÇALVES, Emanoela; e outros. **BIOSSEGURANÇA - AÇÕES FUNDAMENTAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE**. São Paulo: Érica, 2020.

BRANCA	VERDE
46	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sustenta que existem 2 alternativas corretas, porém seu próprio relato evidencia o erro na alternativa, que a torna incorreta.

A) A vacina HPV quadrivalente deve ser administrada exclusivamente por via **intramuscular**, preferencialmente na região deltóide, na parte superior do braço.

B) As lesões **clínicas** se apresentam como verrugas na região genital e no ânus. Podem ser únicas ou múltiplas, de tamanhos variáveis, achatadas ou papulosas (elevadas e sólidas).

C) As recomendações de tratamento do HPV são as mesmas para pessoas com imunodeficiência. Porém, nesse caso, o paciente requer **acompanhamento mais atento**, já que pessoas com imunodeficiência tendem a apresentar **pior** resposta ao tratamento.

D) O tratamento deve ser individualizado, considerando características (extensão, quantidade e localização) das lesões, disponibilidade de recursos e efeitos adversos. O tratamento das verrugas anogenitais (região genital e no ânus) consiste na destruição das lesões. Independente de realizar o tratamento, as lesões podem desaparecer, permanecer inalteradas ou aumentar em número e/ou volume. [correta]

Fonte:

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Papilomavírus Humano. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hpv>>

BRANCA	VERDE
50	46

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar a questão constatou-se que na alternativa indicada como correta, qual seja na letra C, foi descrita a sigla da vacina contra Difteria, Tétano e Pertussis erroneamente, de maneira causou dúvida aos candidatos no momento de evidenciar a alternativa correta para a questão, sendo que a sigla correta para a vacina é DTPa, razão pela qual a presente questão foi anulada.

Fonte:

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Calendário de Vacinação - Idade adulta**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>>

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a organização das informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que são apresentadas na sequência:”, a alternativa “**C**) Identificação do tema, exemplificação específica, problema indicado em um grupo maior.” foi adequadamente indicada como correta.

“ Dados mostram queda na natalidade no país, chegando ao seu mínimo histórico. Mulheres culpam pressão social por serem as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e os desafios de conciliar família e carreira. Quando ela era mais jovem, Hyobin Lee tinha o desejo de ser mãe. Mas, chegou a um ponto em que teve que tomar uma difícil decisão – e acabou optando por sua carreira em vez de uma família. Agora, é uma acadêmica de sucesso na cidade sul-coreana de Daejeon.

Lee, de 44 anos, é apenas uma entre milhões de mulheres sul-coreanas que decidiram conscientemente não ter filhos – levando a taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.

A taxa de natalidade– o número médio de nascimentos por mulher – diminuiu para 0,72 no ano passado, de acordo com estatísticas preliminares divulgadas pelo governo da Coreia do Sul nesta semana. O número é abaixo dos 0,78 do ano anterior e dá seguimento a um declínio anual gradual desde 2015.”

A alternativa “**A**) Apresentação do tema, exposição de exemplos, inserção de ideias contrastantes.” não pode ser considerada correta, pois não há ideias contrastantes. O uso da licença parental entre homens e mulheres, os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade e a vitória de Yoon Suk Yeol nas eleições presidenciais de maio de 2022, depois de ele prometer abolir o Ministério da Igualdade de Gênero e Família indicam situações que tentam resgatar e elevar o índice de natalidade, sem que haja sucesso, confirmando a existência do problema. A alternativa “**D**) Reflexão acerca do problema apresentado, inserção de números que comprovam o problema, indicação de possíveis soluções.” não pode ser considerada correta. O texto não começa com uma reflexão, mas sim apresentação do tema conforme visto anteriormente.

Fontes:

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão ““Os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade – incluindo benefícios adicionais para famílias com vários filhos e apoio a famílias monoparentais – claramente não conseguiram virar a maré, salienta Lee, e ainda tiveram a consequência imprevista de alimentar o ressentimento entre os homens.” (20º§).” O trecho destacado anteriormente apresenta uma expressão que, de acordo com o contexto, deve ser compreendida considerando-se o estudo de figuras de linguagem, tal expressão está corretamente indicada em:”, a alternativa “**A**) “Virar a maré”.” foi adequadamente considerada correta.

“Os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade – incluindo benefícios adicionais para famílias com vários filhos e apoio a famílias monoparentais – claramente não conseguiram virar a maré, salienta Lee, e ainda tiveram a consequência imprevista de alimentar o ressentimento entre os homens.”

A linguagem figurada ou sentido figurado consiste em uma ferramenta ou modalidade de comunicação que utiliza figuras de linguagem para expressar um sentido não literal de um determinado enunciado. “Marés” são as alterações cíclicas do nível das águas do mar causadas pelos efeitos combinados da rotação da Terra com as forças gravitacionais, no texto o sentido contextual demonstra o emprego do sentido conotativo, ou seja, a utilização de uma figura de linguagem em que “maré” é uma metáfora de “situação problemática, conflituosa”.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações:

- Sueli é mais baixa que Carla, que não é a mais alta
- Sueli < Carla
- Adriana não é a mais baixa de todas, mas é mais baixa que Beatriz
- Adriana < Beatriz
- A altura de Adriana não está entre as alturas de Beatriz e Carla.

Sueli < Adriana < Carla < Beatriz

Assim, Carla será a terceira pessoa a ser atendida.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja x o comprimento da tela e y a largura.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações:

$$\begin{cases} \frac{x}{y} = 1,6 \\ 2x + 2y = 5,2 \end{cases}$$

cuja solução é $x=1,6$ e $y=1$.

Assim, a área da tela dessa tv é dada por $1 \cdot 1,6 = 1,6$

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de matrizes, presente na ementa do presente concurso. De acordo com a construção da matriz N, a dupla que terá o melhor desempenho será aquela que apresentar a maior soma das linhas:

1ª Linha: 33

2ª Linha: 34

3ª Linha: 32

4ª Linha: 33

Assim, a dupla D_2 obteve a maior nota.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise aos recursos, constata-se que as razões não devem prosperar atinente à mudança da alternativa correta. Sendo assim, segue abaixo o cálculo para se chegar a alternativa correta, conforme divulgado como a letra D:

Resultado	
$(x_1, x_2, x_3, \dots, x_6) = (78, 84, 120, 127, 182, 201)$	
Número total:	6
mediana:	$= \frac{x_3 + x_4}{2} = \frac{120 + 127}{2} = 123,5$

Fonte:

- PARENTI, Tatiana. Bioestatística. [Porto Alegre - SAGAH 2017]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595022072. Pag. 118-120.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a prevalência é dada pela divisão entre o número de pessoas doentes e o número de pessoas expostas, e na questão não fala sobre o número de pessoas doentes, e nem de pessoas expostas. Apenas sobre a população total. Os dados necessários para elucidar a questão estavam anteriores a questão, 21, devendo servir de base para responder a ambas.

Ademais, a tabela mostra o número de casos de febre amarela no decorrer dos anos. A prevalência descreve a força (“volume”) com que subsistem os agravos à saúde/doenças nas populações, permitindo comparar no tempo e no espaço, a distribuição da doença de acordo com características de interesse da população exposta, tais como idade, sexo, cor da pele, renda, entre outros. Pode-se referir à totalidade de casos de um agravo à saúde/doença em um determinado local e período de tempo - prevalência lápsica (no período) - ou a totalidade de casos em um ponto específico no tempo (dia ou mês) - prevalência instantânea, também denominada de pontual ou momentânea. No cotidiano dos serviços de saúde, quando se usa a prevalência como indicador, normalmente se calcula a à lápsica devido à maior facilidade para o seu cálculo.

Por fim, sustenta o recurso que a alternativa correta da questão é a alternativa A, prevalência de febre amarela para uma população de 79200 habitante cuja prevalência media é de 132 casos é de 1 caso/1000 habitantes e não a alternativa C- 10 casos/1000 que está no gabarito preliminar. Contudo, o cálculo foi realizado de maneira incorreta, razão pela qual mantém-se o gabarito preliminar, conforme foi divulgado.

Fontes:

- FERNANDA, J.; SOARES, S. Medidas de Frequência em Epidemiologia. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/asst_modulo_5_medidas_de_frequencia_em_epidemiologia.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.
- DE PRINCÍPIOS, M. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE Organização Mundial da Saúde - Representação Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_3.pdf>.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a alternativa “D” apresenta um erro de digitação, contendo duas assertivas “II”“II” e que isso poderia levar o candidato a se confundir. Contudo o enunciado é claro e pede que seja escolhida a alternativa com os “objetivos” corretos. Todas as assertivas estão corretas, logo, assinalar a alternativa “D” deixaria uma das assertivas corretas de fora da resposta, tornando então, essa possibilidade irrelevante.

Dessa forma, mantém-se gabarito preliminar divulgado como alternativa A.

Fonte:

- BRASIL. Pacto pela Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pacto-pela-saude>>

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a incidência diz respeito à frequência com que surgem novos casos de uma doença num intervalo de tempo. Logo, no gabarito divulgado, está como "prevalência".

Contudo, ao analisar o gabarito que foi divulgado constata-se que a alternativa indicada está correta, qual seja a alternativa A, não vislumbrando nenhum erro quanto tal indicação.

Ademais, vale ressaltar que a **incidência** se refere somente aos casos novos de um agravo à saúde/ doença em uma dada população em um determinado período de tempo. Ela fornece a noção de intensidade com que o desfecho ocorre na população ou a sua velocidade de disseminação, na particularidade das doenças infecciosas. É a medida, de modo geral, que indica o risco, enquanto probabilidade, de ocorrência do agravo à saúde/doença em delimitada população e período de tempo. Ela pode ser expressa por meio do **coeficiente de incidência cumulativa** que representa o total de casos novos de doenças e agravos em uma população exposta ao risco de ser acometida por ele ou a **taxa (densidade) de incidência**, a qual reflete a média dos casos novos em uma população exposta ao risco, considerando o tempo individual de exposição ao fator de risco.

Fonte:

- FERNANDA, J.; SOARES, S. Medidas de Frequência em Epidemiologia. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/asst_modulo_5_medidas_de_frequencia_em_epidemiologia.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.
- DE PRINCÍPIOS, M. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE Organização Mundial da Saúde - Representação Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_3.pdf>.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que segundo o CNS, as instâncias colegiadas são: conferências de saúde, e conselho de saúde. Assim, ao analisar o gabarito preliminar foi publicado corretamente a alternativa A, justamente a que compreende os órgãos citados na razão recursal, razão pela qual não há que se falar que houve erro na divulgação do gabarito preliminar.

Fonte:

- BRASIL. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde [...] Brasília, DF, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que todas as assertivas estão corretas. Assim, ao analisar o gabarito preliminar foi publicado corretamente a alternativa B, justamente a alternativa que atesta que todas as afirmativas são corretas, razão pela qual não há que se falar que houve erro na divulgação do gabarito preliminar. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar publicado.

Fonte:

- BRASIL. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde [...] Brasília, DF, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito, de modo que seria o correto a Alternativa C: 3, 4 1, 5, 2. Assim, ao analisar o gabarito preliminar foi publicado corretamente a alternativa C, justamente a alternativa que consta a sequência correta citada na razão recursal, razão pela qual não há que se falar que houve erro na divulgação do gabarito preliminar. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar publicado.

Fonte:

- BRASIL. Decreto Nº 7.508, de 28 de Junho DE 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há dupla interpretação e mais de uma alternativa correta, porém segue correção dos itens:

I - Sejam destinadas às ações e serviços públicos **e privados** de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito [incorreto, o correto seria: sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito]

II - Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação [correta]

III - **Não** sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, aplicando-se a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população [incorreta, o correto seria: sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população].

Portanto apenas a assertiva II está correta.

Fonte:

- BRASIL, **Lei Complementar** nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm>

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, dispõe o art. 183 “Art. 183. Prescreverá: I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; b) à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei Penal como crime, prescreverá juntamente com este.”.

A prescrição é prevista no artigo 183, podendo ocorrer em dois anos a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; ou quatro anos para faltas sujeitas à pena de demissão e à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Além disso, há casos de prescrição da punibilidade da falta com a prescrição de crime a ela ligado (parágrafo único). Os itens, I e II, preveem casos de demissão (art. 179 do estatuto), estando correto o prazo de prescrição em I e não em II. No item III temos falta sujeita a suspensão, com prazo errado e, por último, temos o item IV, com punição sujeita a repreensão (art. 177 do estatuto), com prazo de prescrição correto. Sendo assim, corretos apenas os itens I e IV, devendo a alternativa B ser a escolha do candidato.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 164. Ao funcionário é proibido: (...) V - valer-e do cargo para lograr proveito pessoal; VI - coagir ou aliciar subordinados com objetos de natureza partidária; (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste

Estatuto. Art. 183. Prescreverá: I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; b) à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei Penal como crime, prescreverá juntamente com este.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Explica-se a escolha da banca com o art. 177, II, da Lei municipal 1.042/71, “A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.” Ao verificarmos os incisos do art. 163 indicados neste dispositivo, encontramos “Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências;”. Sendo assim, é claro o Estatuto dos Servidores ao punir com Repreensão a desobediência e falta de cumprimento do dever de guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências.

Do exposto, prejudicado o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de

desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está correta, pois, segundo as diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil (INCA, 2015), o Ministério da Saúde recomenda contra o ensino do AEM como método de rastreamento do câncer de mama (recomendação contrária fraca: os possíveis danos provavelmente superam os possíveis benefícios).

Fonte:

- Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil/ Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Rio de Janeiro: INCA, 2015. 168 p. (pag 14).

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Calcula-se a data provável do parto levando-se em consideração a duração média da gestação normal (280 dias ou 40 semanas, a partir da DUM). Deve-se somar 7 dias ao primeiro dia da última menstruação e subtrair 3 meses ao mês em que ocorreu a última menstruação ou adicionar 9 meses, se corresponder aos meses de janeiro a março.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2013 [cited 2019 Nov 14]. Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está correta, pois segundo o caderno de atenção básica “Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento” (Ministério da Saúde, 2012) os reflexos de apoio plantar, sucção e preensão palmar: desaparecem até o 6º mês.

O reflexo de preensão dos artelhos: desaparece até o 11º mês.

O reflexo tônico-cervical deve ser simétrico e desaparece até o 3º mês.

O reflexo de Moro deve ser sempre simétrico. É incompleto a partir do 3º mês e não deve existir a partir do 6º mês.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Visto que a seleção de uma Teoria de Enfermagem funciona como um alicerce estrutural para a implantação da SAE e do Processo de Enfermagem nos serviços e que de acordo com a Resolução COFEN 358/2009 a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) organiza o trabalho profissional quanto ao método, pessoal e instrumentos, tornando possível a operacionalização do Processo de Enfermagem, as teorias de enfermagem são contempladas dentro do conteúdo programático de Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), presente no referido edital.

Fonte:

- SAE - Sistematização da assistência de enfermagem: Guia prático / Ieda Maria Fonseca Santos (Organizadora) [et al.] . _ Salvador: COREN - BA, 2016. 40p.

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado da questão solicita-se ao candidato que “A partir dos dados do caso hipotética, da avaliação do IMC e das recomendações do Ministério da Saúde e da Caderneta da Criança, assinale o problema considerado nessa situação.” Portanto, o valor do IMC não representaria diferença na resposta, pois a avaliação do mesmo ($> \text{escore-z} + 1$ e $\leq \text{escore-z} + 2$) é a mesma para ambos os valores e está de acordo com a resposta correta (letra D).

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o Ministério da Saúde (2022), clinicamente, a paciente pode referir os seguintes sinais e sintomas diante de uma candidíase vulvovaginal (CVV) clássica: prurido, ardência, corrimento geralmente grumoso, sem odor, dispareunia de introito vaginal e disúria externa. Os sinais característicos são eritema e fissuras vulvares, corrimento grumoso, com placas de cor branca aderidas à parede vaginal, edema vulvar, escoriações e lesões satélites, por vezes pustulosas pelo ato de coçar.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 211 p.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há erro no gabarito, pois segundo recomendações do Ministério da Saúde (2019), para uma gestante com vacinação incompleta, tendo recebido duas doses de vacina contendo o componente tetânico é recomendado a seguinte conduta: 1 dose de dTpa a partir da 20ª semana de gestação, o mais precocemente possível.

Fonte:

- SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. NOTA TÉCNICA PARA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE COM FOCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E NA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA – SAÚDE DA MULHER NA GESTAÇÃO, PARTO E PUERPÉRIO. / Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde, 2019. 56 p.

BRANCA
44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há ausência de resposta correta, pois segundo a linha de cuidado do adulto com hipertensão arterial sistêmica, do Ministério da Saúde (2021), versão mais atualizada disponível até o momento, a identificação dos Fatores de Risco Cardiovasculares Idade são:

- Homens > 55 anos
- Mulheres > 65 anos
- Tabagismo
- Dislipidemias (qualquer um dos abaixo): • Colesterol total > 190 mg/dL • Triglicérides > 150 mg/dL • HDL-C < 40 mg/dL • LDL-C > 100 mg/dL
- Diabetes mellitus
- História familiar prematura de DCV (familiares de 1º grau): • Homens < 55 anos • Mulheres < 65 anos

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Linha

de cuidado do adulto com hipertensão arterial sistêmica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 85 p.

BRANCA
45

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Há mais de uma resposta correta, considerando o enunciado da questão, tendo em vista que o adequado seria constar no comando da questão a palavra “exceto”. Assim, as alternativas B, C e D tratam de situações em que o sigilo deve ser interrompido.

Fonte:

- Sociedade Brasileira de Pediatria. Consulta do adolescente: abordagem clínica, orientações éticas e legais como instrumentos ao pediatra, n. 10, Janeiro de 2019.
- Ministério da Saúde. <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/puericultura/unidade-de-atencao-primaria/adolescente>

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes, do Ministério da Saúde (2022), versão mais atualizada até o momento, a faixa etária de abrangência do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) é de 6 a 24 meses nas regiões Sul e Sudeste do país. A redução da faixa etária nas Regiões Sul e Sudeste justifica-se pela menor vulnerabilidade destes locais e ao maior risco para deficiências de micronutrientes em crianças menores de 2 anos de idade, conforme apresentado na Introdução deste material.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 44 p. : il.

BRANCA
47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há erro no gabarito, visto que as gestantes devem ser suplementadas com ácido fólico para a prevenção de DTN. A recomendação de ingestão é de 0,4mg de ácido fólico, todos os dias. Essa quantidade deve ser consumida pelo menos 30 dias antes da data em que se planeja engravidar até a 12ª semana da gestação.

Apenas mulheres com fatores de risco para DTN devem ser orientadas para a suplementação diária na dosagem de 5 mg de ácido fólico. Essa quantidade deve ser suplementada pelo menos 30 dias antes da data em que se planeja engravidar até a 12ª semana da gestação.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes [recurso eletrônico] / Ministério da

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme consta no gabarito (letra D) uma importante medida preventiva é aplicação do nitrato de prata a 1% (método de Crede), aplicação única, na 1ª hora após o nascimento.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 211 p.

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para evitar situações de queda é importante tomar as seguintes precauções com os idosos: usar sapatos fechados com solados firmes. Portanto, a alternativa D está incorreta.

Fonte:

- Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-idosa>

Cargo: Enfermeiro Pronto-Atendimento

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere:

- x = número de pacotes empacotados por minuto da máquina mais lenta.
- y = minutos para empacotar todos os pacotes da máquina mais lenta.

Para a empacotadora mais lenta: $462/x=y$

Para a empacotadora mais rápida: $462/(x+5)=y-35$

Tem-se, portanto, o seguinte sistema de equações lineares:

$$\begin{bmatrix} \frac{462}{x} = y \\ \frac{462}{(x+5)} = y - 35 \end{bmatrix}$$

cuja solução é $x=6$ e $y=77$. Assim, as empacotadoras empacotam $6+(6+5) = 17$ pacotes por minuto.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a

administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

Cargo: Engenheiro Ambiental

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é clara que pergunta sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, não tendo qualquer dúvida, nos termos dos Art. 9º, incisos I e V e 11, inciso I e 10 inciso I da Lei 13709/2018.

Fonte:

- Art. 9º, incisos I e V e 11, inciso I e 10 inciso I da Lei 13709/2018.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos dos Arts. 17 §2º e 18 §3º da Lei 14.133/2021 e dos Arts. 21 e 22 da referida Lei há apenas uma alternativa correta, aquela apontada no gabarito.

Fonte:

- Arts. 17 §2º e 18 §3º da Lei 14.133/2021 e Arts. 21 e 22 da referida Lei.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
36

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Ao analisar o gabarito preliminar da presente questão constatou-se que houve erro material na indicação da alternativa correta, razão pela qual deve-se alterar o gabarito divulgado da alternativa A para B.

BRANCA
48

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão solicita que, marque a alternativa Incorreta, e de acordo com os autores Danilo R. dos Santos, D. R; Reichert, J.M e colaboradores, 2009 no material Classificação e Vocação Uso do Solos usado para elaboração das alternativas da questão verifica-se mais de uma alternativa incorreta, o que acarreta a anulação da questão. Os autores caracterizam que as terras se afastam das condições agrícolas ideais por meio de um ou mais dos fatores agrícolas considerados, e os desvios podem variar de intensidade, assim estabeleceram a metodologia, cinco graus de limitação para caracterizarem os desvios de cada fator em relação ao solo de referência.

Para os autores, o Grau de limitação por deficiência de fertilidade para Forte (F) as terras que apresentam reservas muito limitadas de um ou mais nutrientes, podendo conter sais ou elementos tóxicos que permitem o desenvolvimento, apenas, de plantas tolerantes. Normalmente se caracterizam por baixa soma de bases trocáveis ou com saturação de bases alta, porém com problemas de sódio trocável ou quando a condutividade elétrica está entre 8 a 15 mmhos/cm a 25°C. Essas condições afetam a escolha de culturas e se refletem nos baixos rendimentos das culturas e pastagens. Os solos devem ser corrigidos na fase inicial de sua utilização agrícola. Para o fator Nulo (N): refere-se a terras que possuem elevadas reservas de nutrientes para as plantas, sem apresentar toxidez devido a sais solúveis, sódio trocável ou outros elementos prejudiciais ao desenvolvimento das plantas. Nesse grau, as culturas não respondem às adubações e apresentam ótimos rendimentos durante muitos anos (supostamente mais de vinte anos), mesmo que as culturas sejam exigentes. Os solos pertencentes a esse grau de limitação apresentam, ao longo do perfil, mais de 80% de saturação de bases; soma de bases acima de 6 Cmolc/Kg; são livres de alumínio e sódio trocável e a condutividade elétrica é menor que 4 mmhos/cm a 25°C. Dessa forma, avaliando a alternativa (D) para o grau Ligeiro (L) o correta seria que, a terras que possuem boas reservas de nutrientes para as plantas sem apresentar problemas de toxidez devido ao excesso de sais solúveis, sódio trocável ou outros elementos. As terras desse grau têm capacidade de manter boas colheitas durante vários anos (supostamente mais de dez anos) com pequena exigência de fertilizantes para manter o seu estado nutricional. A alternativa em questão na prova refere-se ao grau Moderado (M): terras com limitada reserva de nutrientes para as plantas, referente a um ou mais elementos, podendo conter sais ou elementos tóxicos em quantidades que já afetem o desenvolvimento de certas culturas. As terras desse grau permitem bons rendimentos, apenas, nos primeiros anos de utilização agrícola (supostamente cinco anos), verificando-se, posteriormente, um rápido declínio na produtividade. Torna-se necessária a aplicação de fertilizantes e corretivos após as primeiras safras. Os solos pertencentes a este grau de limitação, normalmente, apresentam saturação de bases inferior a 50%; saturação com alumínio acima de 30% ou saturação com sódio trocável entre 6 a 15% ou condutividade elétrica do extrato de saturação entre 4 a 8 mmhos/ cm a 25°C.

Fontes:

- Universidade Federal De Santa Maria Centro De Ciências Rurais Curso de Graduação Tecnológica Em Agricultura Familiar E Sustentabilidade. CLASSIFICAÇÃO E VOCAÇÃO DE USO DAS TERRAS.
- Sistema Brasileiro De Classificação De Solos. Santos, H. G. Dos; Jacomine, P. K. T.; Anjos, L. H. C. Dos; Oliveira, V. A. De; Lumberras, J. F.; Coelho, M. R.; Almeida, J. A. De; Araujo Filho, J. C. De; Oliveira, J. B. De; Cunha, T. J. F. 5. Ed. Rev. E Ampl.2018. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se aspectos estruturais, intenção e necessidade comunicativa, é correto afirmar acerca do texto apresentado que exemplifica tipologia”, a alternativa “**B**) expositiva; a apresentação de fatos de forma objetiva é uma característica encontrada na constituição do texto.” foi adequadamente indicada como correta. Tipologia textual são os diferentes tipos de textos criados em determinados contextos, que dependem da intenção e necessidade de comunicação. Ou seja, esse tipo de classificação de um texto depende dos seus aspectos sintáticos, tempos verbais empregados, objetivo comunicativo, etc. Por exemplo: notícias de TV são compostas por tipos textuais, para escrevê-lo é necessário o uso do tipo textual expositivo assim como a reportagem, conforme o texto em análise. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de texto: Tipologia narrativa, Tipologia descritiva, Tipologia dissertativa, Tipologia expositiva, Tipologia injuntiva, Tipologia narrativa. Na literatura existem inúmeros tipos de texto. Um dos mais utilizados é o texto narrativo. Esse tipo de texto tem a função de contar uma história, no qual existe um enredo onde as ações dos personagens são desenvolvidas pelo tempo e espaço. Assim, o texto narrativo precisa conter uma estrutura básica composta por: Apresentação: é a introdução do seu texto, onde você apresenta as principais características do texto, como: personagens, tempo e espaço. Desenvolvimento: é onde as ações dos personagens se desenvolvem a partir de uma sequência de acontecimentos movidos pelo tempo e espaço da narrativa. Clímax: é o ponto forte da sua narrativa, geralmente quando ocorre a reviravolta Desfecho: é a parte final da narrativa, onde você revela o destino das personagens. Características principais da tipologia narrativa: As características principais da tipologia narrativa é o que chamamos de 5 elementos da narrativa, que é composto por: Enredo: é o que vai designar sua história. De acordo de como vai ser contado, pode ser classificado em dois tipos: enredo linear (cronológico) e enredo não linear (não cronológico); Narrador: existem três tipos de narrador, o observador (que não faz parte da história, somente conta), narrador personagem (que está inserido na história) e narrador onisciente (o narrador que sabe tudo da trama, por exemplo, sentimentos de personagens, pensamentos, etc.); Personagens: são eles quem vão fazer parte da história, podendo separar entre personagens principais e personagens secundários; Tempo: marca o momento em se desenvolve a trama; Espaço: representa o local onde a história se desenrola. Encontra o texto narrativo em diversos gêneros textuais, como: romances; novelas; contos; fábulas; crônicas. Exemplo de texto narrativo. Abaixo, acompanhe a fábula “A raposa e as uvas”: Uma raposa estava com fome e viu um delicioso cacho de uvas pendurado numa parreira. Decidida, fez vários esforços para alcançá-la, mas não conseguiu cumprir a missão. Foi aí que, com ar de desdém, resolveu ir embora, afirmando: “Estão verdes”. Tipologia descritiva A tipologia descritiva tem como objetivo descrever as características de uma pessoa, objeto ou ideia. Esse tipo de texto faz com que a pessoa leitora idealize a imagem passada através da escrita. Como todo texto, também é preciso seguir uma estrutura, que se baseia em: Introdução: apresentação sobre quem ou o que será descrito; Desenvolvimento: realização da descrição Conclusão: fechamento do texto. Existem duas maneiras de utilizá-la, com a descrição objetiva e subjetiva. Na descrição objetiva não há juízo de valor ou opinião. A imparcialidade é a principal característica desse tipo de descrição. Tem o objetivo de apontar de maneira verossímil os atributos de alguma coisa (alto, baixo, escuro, claro, grande, pequeno) Já a descrição subjetiva é o contrário, a opinião de quem está descrevendo aparece de forma muito clara. Assim, tem o objetivo de influenciar a pessoa leitora através de um juízo de valor sobre o que está sendo descrito. Vejamos um exemplo: Descrição objetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de obras de arte. (Não há opinião sobre o que é observado). Descrição subjetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de artes belíssimas e recomendo muito. (Pelo uso dos adjetivos, é visível as impressões da pessoa autora). Características principais da tipologia descritiva. Esse tipo de texto deve apresentar impressões de algo para a pessoa leitora. Assim, os elementos básicos do texto descritivo são: A apresentação do que você quer descrever; A descrição propriamente dita, que pode ser objetiva (realista) ou subjetiva (impressões pessoais da pessoa autora). Onde é possível encontrar esse tipo de texto? O texto descritivo está presente em muitos gêneros textuais, mas podemos ver uma forte presença de descrição em: relatos históricos; anúncios; cardápios; relatórios; biografias. Exemplo de texto descritivo: O texto descritivo precisa descrever algo para que a pessoa que está lendo tenha uma imagem daquilo, um bom exemplo é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Tipologia dissertativa: Na tipologia dissertativa, o texto tem o objetivo de defender

uma ideia baseada na argumentação e desenvolvimento de um tema. Quem escreve precisa persuadir o leitor com opiniões e fatos ou simplesmente apresentar um tema ou assunto. Sua estrutura também é bem simples, pois, se divide em três partes, que são: Introdução: apresenta a ideia ou assunto que será dissertado; Desenvolvimento: é a maior parte do texto, em que você apresenta seus argumentos a favor ou contra o tema; Conclusão: geralmente, na conclusão, propõe uma nova ideia, que pode ser a solução do tema proposto. Características principais da tipologia dissertativa: Esse tipo de texto pode ser classificado de duas formas: Dissertativo expositivo: Não tem intenção de persuadir o leitor, usa-se apenas como exposição de ideias. Dissertativo argumentativo: precisa convencer a pessoa que está lendo seu texto, logo, é indispensável o uso de argumentação e contra argumentação. Esse tipo de texto depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, etc. A função do texto dissertativo é esclarecer e informar o leitor sobre um determinado tema. Geralmente, encontramos esse tipo de texto em: Jornais; Artigos de opinião; Resenha crítica; Dissertação argumentativa; Redação; Monografia; Tese acadêmica; Artigos científicos. Exemplo de texto expositivo: Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A tipologia expositiva, apresentada na questão em análise, fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Então, apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. E assim, discutir e explicar sobre um determinado tema. Texto informativo-expositivo: passa informações, sem que haja juízo de valor. Texto expositivo-argumentativo: foca na argumentação de um determinado tema, em defesa da própria opinião. A alternativa “**C**) dissertativa; o uso de argumentação e contra argumentação presentes no texto contribuem para sua constituição.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- BAZERMAN, Charles. Gênero, agência e escrita. In: BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). Tradução e adaptação: HOFFNAGEL, Judith Chambliss - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça. Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentido do texto. Ed. Contexto.
- PLATÃO E FIORIN. Para entender o texto. Ática.
- Editora Conceitos.com (ago., 2015). Conceito de Sequência Narrativa.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “‘Quando era jovem, sonhava em ter um filho que se parecesse comigo’, conta Lee à DW. ‘Eu queria brincar com ele, que lêssemos juntos e gostaria de lhe mostrar muito do mundo. Mas percebi que a realidade não é tão simples’.” (5o§). A introdução utilizada pode ser identificada como:”, a alternativa “**C**) Citação expressa de autoria indicada a seguir.” foi adequadamente indicada como correta.

Tipos de aspas duplas [“ ”]: Aspas simples [‘ ’]: As aspas podem ser utilizadas no início e no final de uma citação, conforme o trecho em análise. Também para Indicar estrangeirismos, neologismos ou gírias, indicar que um vocábulo foi escrito propositalmente de forma incorreta, apontar o uso de um termo aproximado ao sentido que se deseja expressar, destacar uma ironia e outras expressões, em títulos de livros e de filmes, nomes de jornais e de revistas. Citação é o ato de referir-se a algum texto. Citação direta: é a transcrição literal de um texto. Citação indireta: ocorre quando a pessoa que escreve o texto aborda a ideia de outro autor usando as suas próprias palavras. Citação de citação: acontece quando se cita uma citação do autor citado. A alternativa “**B**) Questionamento feito por Lee a si mesma.” não pode ser indicada como correta. Em momento algum ocorre questionamento (perguntas), mas sim a expressão de uma reflexão. A alternativa “**D**) Definição de um conjunto de ideias sobre a vida.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA	VERDE
07	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a organização das informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que são apresentadas na sequência:”, a alternativa “**C**) Identificação do tema, exemplificação específica, problema indicado em um grupo maior.” foi adequadamente indicada como correta.

“ Dados mostram queda na natalidade no país, chegando ao seu mínimo histórico. Mulheres culpam pressão social por serem as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e os desafios de conciliar família e carreira. Quando ela era mais jovem, Hyobin Lee tinha o desejo de ser mãe. Mas, chegou a um ponto em que teve que tomar uma difícil decisão – e acabou optando por sua carreira em vez de uma família. Agora, é uma acadêmica de sucesso na cidade sul-coreana de Daejeon.

Lee, de 44 anos, é apenas uma entre milhões de mulheres sul-coreanas que decidiram conscientemente não ter filhos – levando a taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.

A taxa de natalidade– o número médio de nascimentos por mulher – diminuiu para 0,72 no ano passado, de acordo com estatísticas preliminares divulgadas pelo governo da Coreia do Sul nesta semana. O número é abaixo dos 0,78 do ano anterior e dá seguimento a um declínio anual gradual desde 2015.”

A alternativa “**A**) Apresentação do tema, exposição de exemplos, inserção de ideias contrastantes.” não pode ser considerada correta, pois não há ideias contrastantes. O uso da licença parental entre homens e mulheres, os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade e a vitória de Yoon Suk Yeol nas eleições presidenciais de maio de 2022, depois de ele prometer abolir o Ministério da Igualdade de Gênero e Família indicam situações que tentam resgatar e elevar o índice de natalidade, sem que haja sucesso, confirmando a existência do problema. A alternativa “**D**) Reflexão acerca do problema apresentado, inserção de números que comprovam o problema, indicação de possíveis soluções.” não pode ser considerada correta. O texto não começa com uma reflexão, mas sim apresentação do tema conforme visto anteriormente.

Fontes:

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.;

BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado:

- 20 professores deram aula para o curso de graduação em matemática
- 12 professores deram aula para outros cursos de graduação.

Não é informado se os professores são distintos. Assim, a interseção entre os dois conjuntos pode ir de 0 professores (todos distintos) até 12 professores (situação em que todos os professores que deram aula para outros cursos de graduação também deram aula para o curso de graduação em matemática).

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
20	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Luana começou o tratamento na terça-feira. Assim, se forem ininterruptos os dias:

Dia 1: Terça-feira
Dia 2: Quarta-feira
Dia 3: Quinta-feira
Dia 4: Sexta-feira
Dia 5: Sábado
Dia 6: Domingo
Dia 7: Segunda-feira

Assim, todo dia de tratamento múltiplo de 7 será na segunda-feira. Como 168 é múltiplo de 7, esse dia de tratamento será em uma segunda-feira. Assim, o dia 167 de tratamento, ocorrerá exatamente no domingo. Assim, o número mínimo de dias sem o tratamento é 0.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
21	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar a questão, constata-se que na afirmativa III consta “A ordem de indisponibilidade de bens poderá...” e a afirmativa IV consta “A ordem de indisponibilidade de bens deverá...”. Assim, uma diz poderá e a outra deverá, não estando idênticas, devendo ser rejeitado o presente recurso.

Fonte:

- Arts. 2º parágrafo único e 17, §20 da Lei 8429/99 e Arts. 3º §1º e 16 §11 da referida lei.

BRANCA	VERDE
22	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos dos Arts. 195, §8º e 201 §5º da Constituição Federal as alternativas I e III estão corretas e as alternativas II e IV estão incorretas nos termos dos Arts. 197 e 212 da CF.

Fonte:

- Arts. 195, §8º e 201 §5º da Constituição Federal e Arts. 197 e 212 da CF.

BRANCA	VERDE
23	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos do Art. 37, §§ 1º e 6º da Constituição Federal as alternativas I e III estão corretas e as alternativas II e IV estão incorretas nos termos do Art. 37, §§ 4º e 13 da CF.

Fonte:

- Art. 37, §§ 1º e 6º da Constituição Federal e Art. 37, §§ 4º e 13 da CF.

BRANCA	VERDE
24	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa correta, em perfeita sintonia com a lei. As alternativas I e II estão incorretas nos termos do Art. 5º, §§ 2º e 3º da CF e estão corretas as alternativas III e IV nos termos do Art. 5º incisos LXIX e LX da CF.

Fonte:

- Art. 5º, §§ 2º e 3º da CF e Art. 5º incisos LXIX e LX da CF.

BRANCA	VERDE
25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há somente uma alternativa correta e a mesma está de acordo com o Art. 75, incisos I, VI, IX e XII da Lei 14.133/2021.

Fonte:

- Art. 75, incisos I, VI, IX e XII da Lei 14.133/2021.

BRANCA	VERDE
26	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Está de acordo com a lei nos termos dos Arts. 35, 43, 47 e 53 da Lei 9784/35.

Fonte:

- Arts. 35, 43, 47 e 53 da Lei 9784/35.

BRANCA	VERDE
28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há somente uma alternativa correta nos termos dos Arts. 7 §§ 1º, 2º e 5º e 8 da Lei 12527/ 2011.

Fonte:

- Arts. 7 §§ 1º, 2º e 5º e 8 da Lei 12527/ 2011.

BRANCA	VERDE
31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão evoca a redação da Lei orgânica do município, reproduzindo-a nos enunciados da questão, como é o caso do inciso I, que cita o decreto, totalmente baseado na redação da Lei orgânica do município, sendo assim, correta, nos termos da redação da Lei orgânica.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município, Art. 12. A aquisição de bem imóvel, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa. Art. 13. A alienação do bem imóvel dependerá de avaliação prévia, licitação na forma estabelecida no Decreto Federal nº 2.300 de 21 de novembro de 1.986 e autorização legislativa pelo voto de dois terços da Câmara. 1º É vedado alienar: I - bem imóvel não edificado, salvo os casos de implantação de programa de habitação popular; II - bem imóvel, edificado ou não, utilizado pela população em atividade de lazer, esporte e cultura, o qual somente poderá ser utilizado para outros fins se o interesse público o justificar. (...) Art. 15. Os bens do patrimônio municipal devem ser cadastrados, zelados e tecnicamente identificados, especialmente as edificações de interesse administrativo, as terras públicas e a documentação dos servidores públicos. (...) § 2º Os veículos de propriedade do município serão identificados apenas com o brasão do município e a correspondente numeração, ficando vedada a utilização de logomarcas ou outros sinais. (...) Art. 16. O uso de bens municipais por terceiros será concedido, permitido ou autorizado, conforme o caso e quando houver interesse público, devidamente justificado.

BRANCA	VERDE
32	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 177, II, traz dois casos de punição “Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163”. Um caso é a desobediência, e este é o único dispositivo que trata do assunto, e o segundo caso, “cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163”. Isto é o que deve se interpretar a partir da leitura dos próprios deveres: “VII - apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme que for determinado em cada caso; VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; IX - representar a seu chefe imediato sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição em que servir, ou às autoridades superiores por intermédio do respectivo chefe, quando este não tomar em consideração sua representação; X - residir no distrito onde exerce o cargo ou em localidade vizinha mediante autorização, se não

houver inconveniência para o serviço; XI - zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado a sua guarda e utilização; XII - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço: a) a) as requisições para a defesa da Fazenda Pública; b) à expedição das certidões requeridas para defesa de direitos. XIII - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em Lei, regulamento ou regimento; “. Não há como conjugar todos à (des)obediência, o que fica mais claro no itens IX e X, em estudo.

Sendo assim, esta banca entende que a desobediência deve ser punida nos termos do 183, I, o que faz com que os itens I e IV estejam corretos.

Com relação ao item I, “I - Prescreve, em regra, em quatro anos a punição para o funcionário que que vale-se do cargo para lograr proveito pessoal; alega o recorrente, que o artigo 179 não “traz de forma explícita a prescrição por: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em seus incisos;”, além de não haver clareza no benefício obtido.

Razão também não assiste a este recorrente, eis que a questão da vantagem está expressa no art. 164, V: Ao funcionário é proibido: (...) V - valer-e do cargo para lograr proveito pessoal;. Nos termos do artigo 179, IX, A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. Voltando ao artigo 183, II, a, Prescreverá:(...) II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; Sendo assim, o inciso I está correto. c) Há um terceiro enunciado que informa que o enunciado está vago, podendo gerar dupla interpretação, sem informar de que modo está vago ou qual a dupla interpretação gerada, estando prejudicado.

Sendo assim, improcedentes os recursos, com manutenção do gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VII - apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme que for determinado em cada caso; VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; IX - representar a seu chefe imediato sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição em que servir, ou às autoridades superiores por intermédio do respectivo chefe, quando este não tomar em consideração sua representação; X - residir no distrito onde exerce o cargo ou em localidade vizinha mediante autorização, se não houver inconveniência para o serviço; XI - zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado a sua guarda e utilização; XII - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço: a) a) as requisições para a defesa da Fazenda Pública; b) à expedição das certidões requeridas para defesa de direitos. XIII - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em Lei, regulamento ou regimento; (...) art. 164, V: Ao funcionário é proibido: (...) V - valer-e do cargo para lograr proveito pessoal;. (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. (...) art. 179, IX, A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 183. Prescreverá: I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; b) à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei Penal como crime, prescreverá juntamente com este.

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, promulgada em 05 de Junho de 1990, com as alterações promovidas pelas Emendas no 01/1991 a 80/2020, retirada do endereço eletrônico <https://www.cmpa.mg.gov.br/Arquivos/Downloads/LOM%20Pouso%20Alegre%20Atualizada%20Emenda%2080-2020%20Vers%C3%A3o%202021.pdf>, possui a seguinte redação do art. 231: “O Museu Histórico Tuany Toledo, da Câmara Municipal, criado pela Resolução nº 219, de 21 de maio de 1984, com a denominação de galeria, retificada pela Resolução nº 368, de 02 de abril de 1990, será depositário dos arquivos, documentos, publicações fotografias, acervo audio-visual e similares da Câmara Municipal, bem como de doações de origem pública ou privada que assim manifestarem interesse”, sendo assim, correto o item.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, promulgada em 05 de Junho de 1990, com as alterações promovidas pelas Emendas no 01/1991 a 80/2020, art. 231: O Museu Histórico Tuany Toledo, da Câmara Municipal, criado pela Resolução nº 219, de 21 de maio de 1984, com a denominação de galeria, retificada pela Resolução nº 368, de 02 de abril de 1990, será depositário dos arquivos, documentos, publicações fotografias, acervo audio-visual e similares da Câmara Municipal, bem como de doações de origem pública ou privada que assim manifestarem interesse.

BRANCA	VERDE
34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é baseada no art. 177, II, da Lei municipal 1.042/71, “A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.” A redação da lei também não especifica se a desobediência será de ordem legal ou ilegal, mas informa que a desobediência será punida. A banca apropriou-se da redação da lei, motivo pelo qual, em seus termos, o item está correto. A título de argumentação, todas as opções da questão tratam de punição, então implícito o caráter ilegal da ordem. É sabido que se a ordem for ilegal, o servidor não poderá ser punido.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.

BRANCA	VERDE
35	34

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e

punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguez habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA	VERDE
36	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Bittencourt, C. e Paula, M.A.S. (2014), o item I define um sistema de esgotamento por separador parcial, o item II define um sistema de esgotamento por separador universal, o item III define um sistema de esgotamento unitário e o item IV fala sobre características de um sistema de esgotamento Unitário. Dessa forma, não há qualquer inconsistência na questão, nem mesmo no padrão de respostas, sendo considerado pela banca improcedente o presente recurso.

Fonte:

- Bittencourt, C. e Paula, M.A.S. (2014). Tratamento de Água e Efluentes - Fundamentos de Saneamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva.

BRANCA	VERDE
38	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Caputo (2022), o teor de umidade (w), pode ser calculado pela expressão massa de água dividida pela massa de partículas sólidas, ou seja, $w = \frac{m_w - m_s}{m_s} \cdot 100\%$. Então, com os valores dados no enunciado, tem-se que $w = \frac{700 - 580}{580} \cdot 100\% = 20,7\%$. Com relação ao cálculo da massa da parte sólida (M_s), deve-se calcular pela expressão $M_s = \frac{M_t}{1+w}$, então $M_s = \frac{220}{1+0,207} = 182,3$ kg. Com isso, determina-se o peso da água (M_w) subtraindo a massa da parte sólida da massa total, ou seja, $M_w = M_t - M_s = 220 - 182,3 = 37,7$ kg. Sendo assim, a banca considera a questão pertinente e sem problemas para a sua correta realização. Também não se verificou inconsistência no gabarito devendo a questão ser mantida conforme apresentado.

Fonte:

- CAPUTO, Homero, P.; CAPUTO, Armando Negreiros. *Mecânica dos Solos: Teoria e Aplicações*. Grupo GEN, 2022.

BRANCA	VERDE
39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Federal 14.026/2020 que trata do Marco do Saneamento é um importante documento que pertence ao conteúdo de qualquer estudo atual sobre a temática de tratamento de água, item constante no Edital do Presente Concurso. Portanto, não há qualquer extrapolação da temática, sendo uma questão plenamente de acordo com o Edital, devendo ser mantida no presente concurso. A banca considera o pleito do proponente total e completamente improcedente.

Fonte:

- Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.98/2000 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm#:~:text=%E2%80%9CEstabelece%20as%20diretrizes%20nacionais%20para,11%20de%20maio%20de%201978.%E2%80%9D

BRANCA	VERDE
40	38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação mais atual da NR 18, não trouxe mais em seu texto a obrigatoriedade dos espaços de ambulatorio. Embora seja possível identificar tais espaços como área de convivência, principalmente devido às versões anteriores da norma, por não estar mais constante na versão mais atual da NR 18 tal item pode ser considerado como uma pegadinha ou um erro. Dessa forma o item II também deverá ser considerado incorreto, ficando a lista de afirmações corretas: I, III e V. Como não há entre as alternativas tal possibilidade de resposta, a banca considera o pleito do recurso pertinente, devendo a questão ser anulada.

Fonte:

- NR 18 – Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr18.htm>

BRANCA	VERDE
42	40

Atualizado em 24/05/2024.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Para resolver a presente questão deve-se considerar a soma das cargas que o pilar distribui sobre o bloco com o peso do bloco. Sendo assim, se denominarmos de P_1 o peso do bloco: $P_1 = 0,80 \cdot 1,20 \cdot 1,20 \cdot 25 = 28,80$ kN; e P_2 a Carga Pontual no Pilar pilar circular ($r = 35$ cm): $P_2 = 180 \cdot \pi \cdot 0,35^2 = 69,20$ kN; então, a Carga Pontual Total (P_t) é de $P_t = 28,8 + 69,2 = 98$ kN. A pressão no Solo (σ) pode ser determinada dividindo-se a Carga Pontual Total pela área do bloco, que é a área de contato com o solo. Assim, tem-se que $\sigma = \frac{P_t}{A} = \frac{98}{1,20^2} \cong 68$ kN/m².

De modo que a banca reconhece o erro matéria e dá o parecer favorável ao recurso, anulando a questão por não apresentar entre as opções de resposta uma correta.

Fontes:

- EDMUNDO, Douglas A. Resistência dos materiais aplicada. Grupo A, 2016.
- HIBBELER, R. C. Estática Mecânica para Engenharia. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.
- MELCONIAN, Sarkis. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais - 20ª Edição Revisada. Editora Saraiva, 2018.
- PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca; CRIVELARO, Marcos. Resistência dos Materiais. Grupo GEN, 2021.

BRANCA	VERDE
43	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Alonso (2019), estão corretas as afirmativas I, III, IV e VI. A afirmativa II, que apresenta obrigatoriedade de a e b serem diferentes é inconsistente, pois há casos que o melhor é ser quadrada. A afirmativa V também está incorreta, pois não há qualquer relação de obrigatoriedade geométrica mínima e sim máxima.

A afirmativa I, que diz ser o centro de gravidade da sapata deve coincidir com o centro de carga do pilar, é uma definição normativa e construtiva, não havendo erro na mesma, sendo o recurso improcedente.

Fontes:

- ALONSO, Urbano R. *Exercícios de Fundações*. Editora Blucher, 2019.
- NBR 6122 (Atualizada) – Projeto e execução de fundações. Versão de 2022.
- NBR 6122 – Projeto e execução de fundações. Versão de 1996. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/valtencirgomes/disciplinas/construcao-de-edificios/nbr-06122-1996-projeto-e-execucao-de-fundacoes>

BRANCA	VERDE
44	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Nascimento (ESESP), as geomantas não impermeabilizam os maciços, formando assim um revestimento flexível que pode ser empregado em taludes de corte, taludes de canais, cortes de ferrovia e rodovias, taludes de pilha de minério, rios e lagos e em cobertura de aterro sanitário e industriais, entre outros. A geomanta tem por função proteger o solo de erosões e reter umidade por tempo mais longo, facilitando a germinação de sementes.

Dessa forma, a banca mantém o gabarito conforme apresentado por entender que não há inconsistência na questão.

Fontes:

- NASCIMENTO, Roney Gomes. **Estabilização de taludes**. Disponível em: https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Capacitacao/CBPRG2018/Estabiliza%C3%A7%C3%A3o_taludes_ESESP.pdf
- ABNT. NBR 11682 – A Estabilidade de encostas. Rio de Janeiro: 2009.
- Costa de MIRANDA, Lucas Costa de; SANTIAGO, Mychayanny de Almeida. Técnicas e Métodos de Proteção e Estabilização para Controle de Erosão em Talude de Corte. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/tecnicas_e_metodos_de_protecao_e_estabilizacao_para-_0.pdf.

BRANCA	VERDE
45	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com normativa brasileira, a dimensão mínima do pilar é 19 cm, porém permite-se reduzir até 14 cm desde que a seção transversal mínima seja de 360 cm² e seja utilizada um coeficiente adicional para majorar as ações. Já a afirmativa de que o índice de esbeltez parâmetro que não depende das dimensões do pilar está totalmente errado, pois o índice de esbeltez é um parâmetro geométrico.

Portanto, o gabarito oficialmente apresentado está correto, sendo considerados improcedentes os recursos apresentados.

Fontes:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto. Rio de Janeiro: 2023.
- TEATINI, João C. Estruturas de Concreto Armado. São Paulo. Grupo GEN, 2016.

BRANCA	VERDE
46	45

Atualizado em 24/05/2024.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Consumo de material por metro cúbico de concreto pode ser determinado utilizando-se a seguinte fórmula: $C = \frac{1000}{\frac{1}{\gamma_c} + \frac{1}{\gamma_a} + \frac{1}{\gamma_b} + x}$, sendo γ_c a massa específica do cimento, γ_a a massa específica de areia, γ_b a massa específica de brita, x o fator de água no traço em massa do concreto. De forma que pelos dados apresentados na presente questão, tem-se que $C = \frac{1000}{\frac{1}{3,25} + \frac{2,5}{2,5} + \frac{3}{2,7} + 0,5} = \frac{1000}{0,308 + 1 + 0,811 + 0,5} = \frac{1000}{2,619} \cong 381,825 \frac{kg}{m^3} = 0,38125 kg/dm^3$.

O Volume do Cilindro do corpo de prova de 15 x 30 cm é de 5,3 dm³. Como a questão fala de 20 corpos de prova, o volume total de concreto deverá ser multiplicado por 20.

Tem-se, portanto um total de cimento: $C_T = 0,38125 \frac{kg}{dm^3} \cdot 5,3 \cdot 20 dm^3 \cong 40 kg$ de cimento; um Total de areia: $A_T = 2,5 \cdot 40 \cong 100 kg$ de areia; um Total de brita: $B_T = 3,5 \cdot 40 \cong 140 kg$ de brita; e um Total de água: $B_T = 0,5 \cdot 40 \cong 20 kg$ de água (1 litro).

De modo que a banca reconhece o erro matéria e dá o parecer favorável ao recurso, anulando a questão por não apresentar entre as opções de resposta uma correta.

Fontes:

- BORGES, A. C. Prática das Pequenas Construções. 6 a edição, 2 volumes. Editora Edgard Blucher.
- MILITO, J. A. Técnicas de Construção Civil e Construção de Edifícios. Apostila. Disponível em: http://demilito.com.br/2-trabalhos_preliminares-rev.pdf

- YAZIGI, Walid. A técnica de Edificar. Editora PINI.

BRANCA	VERDE
47	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o livro Manutenção das obras de arte especiais (OAE), tem-se que: vistoria cadastral é aquela de referência, onde são anotados os principais elementos para a segurança e durabilidade da obra. É complementada com o levantamento dos principais documentos e informes construtivos, com vistoria in loco e informes fotográficos; vistoria especial é uma análise pormenorizada da obra, visual e/ou instrumental, realizada por engenheiro especialista, com a finalidade de interpretar e avaliar ocorrências danosas detectadas pela vistoria rotineira; e vistoria rotineira é a destinada a manter o cadastro da obra atualizado, devendo ser realizada a intervalos de tempo regulares, não superiores a um ano, e também aquela motivada por ocorrências excepcionais, com vistoria in loco e informes fotográficos.

Portanto, o gabarito oficialmente apresentado está correto, sendo considerados improcedentes os recursos apresentados.

Fontes:

- ABNT NBR 9452 - *Inspeção de pontes, viadutos e passarelas – Procedimento*. Rio de Janeiro: 2023.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO –RS. *Manutenção das obras de arte especiais (OAE)*: pontes, passarela, viadutos e túneis.

BRANCA	VERDE
49	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pórtico da questão é uma estrutura isostática, por ser plenamente determinada apenas pelas equações básicas do equilíbrio estático (somatório de forças e somatório de momentos nulos). Conforme é de praxe, a numeração é feita da esquerda para a direita, portanto o apoio mais acima foi considerado o A e o mais abaixo o B. Porém, a falta de indicação não torna inviável a questão, pois as reações horizontais são de 80 kN no apoio da esquerda e 0 no apoio da direita, portanto inviabiliza a única resposta que apresenta valor diferente para reação em x.

A rótula ligando as barras horizontal (carregada) e vertical (sem carga) é uma referência importante na análise estrutural, tornando fácil de verificar que somente há esforço de flexão na barra horizontal, que funciona como se fosse uma barra biapoiada. Portanto o momento máximo se dá no meio da barra horizontal e é igual a $ql^2/8$, ou seja:

$$\frac{100 \cdot 4^2}{8} = 200 \text{ kNm}.$$

Assim sendo, a única alternativa que apresenta uma reação horizontal 80 kN e momento máximo 200 kNm.

Portanto, o gabarito oficialmente apresentado está correto, sendo considerados improcedentes os recursos apresentados.

Fonte:

- HIBBELER, R. C. *Estática Mecânica para Engenharia*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.

BRANCA	VERDE
50	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, uma vez que fazendo o cálculo das reações de apoios tem-se: $\sum M_A = 0 \rightarrow 4E_y - 8.10 = 0 \rightarrow E_y = 20 \text{ kN}$; $\sum F_x = 0 \rightarrow A_x = 0$; $\sum F_y = 0 \rightarrow A_y + E_y - 10 = 0 \rightarrow A_y = -10 \text{ kN}$. Para determinar as forças nas barras pode-se utilizar os cálculo da seguinte forma: 1) Nó A: $\sum F_y = 0 \rightarrow F_{AB} \cdot \text{Sen } 60 - 10 = 0 \rightarrow F_{AB} = 11,5 \text{ kN (T)}$; $\sum F_x = 0 \rightarrow F_{AE} + F_{AB} \cdot \text{Sen } 60 = 0 \rightarrow F_{AE} = -5,75 \text{ kN (C)}$; 2) Nó B: $\sum F_y = 0 \rightarrow -F_{AB} \cdot \text{Sen } 60 - F_{BE} \cdot \text{Sen } 60 = 0 \rightarrow F_{BE} = -11,5 \text{ kN (C)}$; $\sum F_x = 0 \rightarrow -F_{AB} \cdot \text{Cos } 60 + F_{BE} \cdot \text{Cos } 60 + F_{BC} = 0 \rightarrow F_{BC} = 11,5 \text{ kN (T)}$; Por simetria, tem-se que: $F_{AB} = F_{CD}$; $F_{AE} = F_{DE}$; $F_{BE} = F_{CE}$. Assim, resumidamente: $A_x = 0$; $A_y = -10 \text{ kN}$; $E_y = 20 \text{ kN}$; $F_{AB} = F_{CD} = 11,5 \text{ kN (T)}$; $F_{AE} = F_{DE} = -5,75 \text{ kN (C)}$; $F_{BE} = F_{CE} = -11,5 \text{ kN (C)}$; $F_{BC} = 11,5 \text{ kN (T)}$

Portanto, o gabarito oficialmente apresentado está correto, sendo considerados improcedentes os recursos apresentados.

Fonte:

- HIBBELER, R. C. Estática Mecânica para Engenharia. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.

Cargo: Fiscal Aeroportuário

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão, é possível considerar que ao ler o enunciado é solicitado que se assinalasse o termo em destaque que se diferencia dos demais. Assim, faz-se necessário que o candidato possua conhecimentos da língua, assim como exposto no conteúdo programático do Edital normatizador do certame, que o auxiliem nesta análise. Nas alternativas A, B e C são destacados os verbos “sentir; folhear; e, abrigar” todos conjugados no infinitivo pessoal e no futuro do subjuntivo; porém, na alternativa D é destacado o verbo “morei” que se encontra flexionado no pretérito perfeito do indicativo, se diferenciando dos demais.

Fontes:

- <https://www.conjugacao.com.br/> Acesso em: 17/03.
- AZEREDO, José Carlos de. (org.) Língua Portuguesa em Debate. 4ª edição. Vozes, 2007.
- COSTAVAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Texto e Linguagem.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, a resposta correta será a letra A que traz como resposta Domingo. Segue justificativa da questão:

Analisando que uma semana possui 7 dias, vamos dividir os 200 dias por 7, logo:

Migração: $200 \div 7 = 28,57$

Sendo assim temos 28 semanas completas que dão 196 dias, sendo assim sobra 4 dias, que iremos contar e saber quando foi finalizado a viagem:

Quinta 1 - Sexta 2 – Sábado 3 – Domingo 4

Sendo assim, a migração iniciou na quinta-feira e finalizou em um Domingo.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

Cargo: Fiscal de Obras

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O caráter angustioso conferido ao galo se refere à alusão metafórica da “unidade” galo em relação à “multiplicidade”. Infere-se que uma alusão pode ocorrer sem que o autor tenha uma intenção profunda e metafórica. Entretanto, levando-se em consideração o trecho a ser avaliado, verifica-se que Clarice Lispector enfatiza precisamente a “falta de amor” vivenciada pelo galo, causando-lhe uma angústia quase humana em comparação à inquietação e ansiedade experienciada pelas galinhas. As demais assertivas são incoerentes às ideias apresentadas ao longo do texto e, ainda, em relação ao trecho a ser analisado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe o 2º§: “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, ela cheirava embaixo das asas delas, com uma simplicidade de enfermeira, o que considerava ser o sintoma máximo de doenças, pois o cheiro de galinha viva não é de se brincar. Então pedia um remédio a uma tia”. Podemos verificar que “administrar remédio às galinhas trata-se de uma atitude inofensiva e inócua”. As demais opções de respostas são inadequadas e contrárias às informações textuais.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase final do texto – “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens”, insinua que “a menina, quando adulta, teve uma percepção diferente do amor”. Tal trecho enfatiza o amor entre as pessoas, ainda desconhecido por ela. As demais transcrições textuais são informações inexatas ao questionamento abordado, pois referem-se ao amor entre os animais e, ainda, sobre a significação pejorativa da expressão “galinha” entre os adultos.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

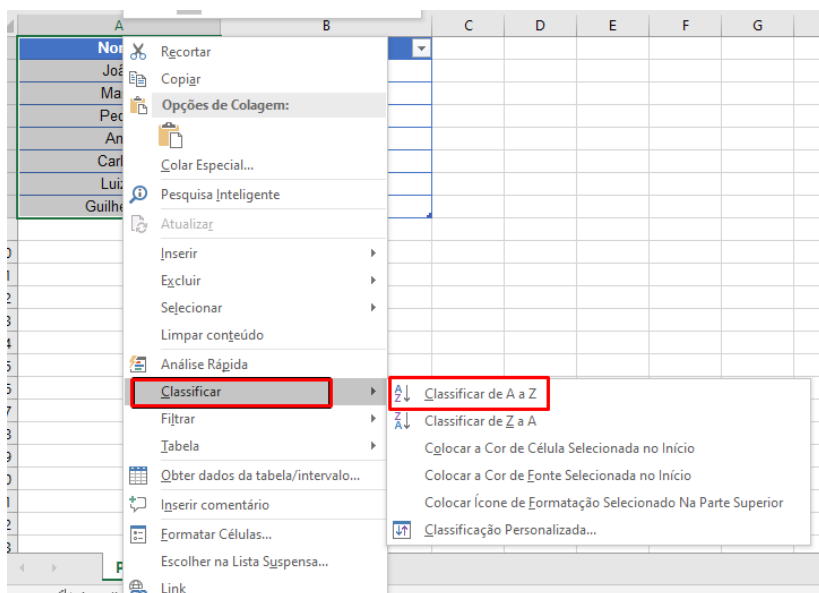
A alternativa correta é a letra C) com o botão direito do mouse, escolher “Classificar” e depois “Classificar de A a Z”.

Analisando o procedimento:

Selecionar a coluna desejada

	A	B
1	Nome	Idade
2	João	30
3	Maria	25
4	Pedro	35
5	Ana	28
6	Carlos	32
7	Luiza	27
8	Guilherme	40
9		

Clicar com o botão direito do mouse:



Ele classifica as informações em ordem crescente.

A	B
Nome	Idade
Ana	28
Carlos	32
Guilherme	40
João	30
Luiza	27
Maria	25
Pedro	35

Ordem Crescente: ordene os dados em ordem alfabética (de A a Z) ou por ordem crescente de valores numéricos.

Ordem Decrescente: ordene os dados em ordem alfabética reversa (de Z a A) ou por ordem decrescente de valores numéricos.

Classificar dados no Excel rapidamente, com apenas alguns cliques. Para alterar a ordem dos dados, classifique-os. Para focar em um conjunto específico de dados, filtre um intervalo de células ou uma tabela.

Selecionar os dados que deseja classificar - Selecione um intervalo de dados, como a1: L5 (várias linhas e colunas) ou C1: C80 (uma única coluna). O intervalo pode incluir títulos (cabeçalhos) que você cria para identificar colunas ou linhas.

Classificar rapidamente

1. Selecione uma única célula na coluna que deseja classificar.
2. Clique em **classificar de a a z** para executar uma classificação crescente (a a z ou do número menor para o maior).
3. Clique em **classificar de z a a** para executar uma classificação decrescente (Z a a ou do número maior para o menor).

Fonte:

- **Classificar os dados no Excel.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/v%C3%ADdeo-classificar-dados-em-um-intervalo-ou-tabela-ffb9fcb0-b9cb-48bf-a15c-8bec9fd3a472>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado.

Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. **(ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.)**

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Conforme a lei municipal de Pouso Alegre/MG nº 6.570/2022, os itens II e III estão corretos, bem como os itens I e IV errados, portanto, a única alternativa correta para a questão é a letra B.

Fonte:

- Lei Ordinária Municipal nº 6.570/2022 - Código de Obras de Pouso Alegre/MG, art. 28º.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No item “Elementos Básicos de um Projeto: plantas, cortes e fachadas. Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível.” contempla a questão, pois no enunciado está claro que a figura é parte de um projeto arquitetônico, que é a mesma coisa que planta, ou seja, não há que se falar em anulação de questão. O tema foi extraído fielmente de norma técnica que é documento oficial para a formulação da questão.

Fonte:

- NBR 6.492/2021 (documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — Requisitos), figura A.31.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No item “Desenho de Arquitetura: símbolos e convenções.” contempla a questão, pois no enunciado está claro que a figura é parte de um tipo de representação de material de construção, ou seja, não há que se falar em anulação de questão. O tema foi extraído fielmente de norma técnica que é documento oficial para a formulação da questão.

Fonte:

- NBR 6.492/2021 (documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — Requisitos), figura A.36.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No item “Redes de águas pluviais.” contempla a questão, pois no enunciado está claro que a mesma é sobre rede de águas pluviais já na primeira linha do enunciado, ou seja, não há que se falar em anulação de questão. O tema foi extraído fielmente de norma técnica que é documento oficial para a formulação da questão.

Fonte:

- NBR 8.890/2020 (Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário — Requisitos e métodos de ensaios), item 3.23.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No item “Noções básicas dos materiais de construção: argamassas, materiais cerâmicos, materiais betuminosos, concreto simples, madeira e aço.”, mais precisamente no item “argamassas” contempla a questão, pois no enunciado está claro que a mesma é sobre argamassas já na primeira linha do enunciado, ou seja, não há que se falar em anulação de questão. O tema foi extraído fielmente de norma técnica que é documento oficial para a formulação da questão.

Fonte:

- NBR 13.749/2013 (revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – especificação), tabela 1.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No item “Instalações hidráulicas prediais: de água potável, de esgotos sanitários e de águas pluviais.”, mais precisamente no item “esgoto sanitário” contempla a questão, pois no enunciado está claro que a mesma é sobre esgoto sanitário já na primeira linha do enunciado, ou seja, não há que se falar em anulação de questão. O tema foi extraído fielmente de norma técnica que é documento oficial para a formulação da questão.

Fonte:

- NBR 8.160/1999 (sistemas prediais de esgoto sanitário - projeto e execução), anexo A, simbologia.

Cargo: Fiscal de Posturas

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O caráter angustioso conferido ao galo se refere à alusão metafórica da “unidade” galo em relação à “multiplicidade”. Infere-se que uma alusão pode ocorrer sem que o autor tenha uma intenção profunda e metafórica. Entretanto, levando-se em consideração o trecho a ser avaliado, verifica-se que Clarice Lispector enfatiza precisamente a “falta de amor” vivenciada pelo galo, causando-lhe uma angústia quase humana em comparação à inquietação e ansiedade experienciada pelas galinhas. As demais assertivas são incoerentes às ideias apresentadas ao longo do texto e, ainda, em relação ao trecho a ser analisado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe o 2º§: “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, ela cheirava embaixo das asas delas, com uma simplicidade de enfermeira, o que considerava ser o sintoma máximo de doenças, pois o cheiro de galinha viva não é de se brincar. Então pedia um remédio a uma tia”. Podemos verificar que “administrar remédio às galinhas trata-se de uma atitude inofensiva e inócua”. As demais opções de respostas são inadequadas e contrárias às informações textuais.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase final “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens”, insinua que “a menina, quando adulta, teve uma percepção diferente do amor”, levando-se em consideração que ela passou a “perceber” novas formas de amor, já que somente notava o amor entre os animais. As demais transcrições textuais são informações inexatas ao questionamento abordado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No conto “Uma história de tanto amor”, a história mostra como uma menina descobre os diferentes modos de amar (e de sofrer) a partir de sua relação com três galinhas. Nele, dando simbologia aos pensamentos da menina e às ações das galinhas, Clarice apresenta toda a complexidade das relações e da construção da própria identidade. Justifica o título do texto, o seguinte fragmento textual: “[...] comeu Eponina mais do que todo o resto da família, comeu sem fome, mas com um prazer quase físico porque sabia agora que assim Eponina se incorporaria nela e se tornaria mais sua do que em vida”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
22

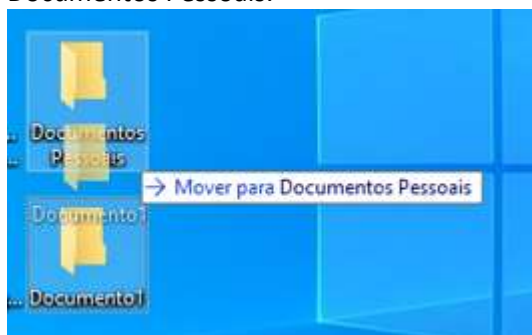
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra C) Foi criada uma cópia da pasta “Documento 1” dentro da pasta “Documentos Pessoais”. Se eu apenas arrastar a pasta “Documento 1” para “Documentos Pessoais” eu irei mover a pasta.

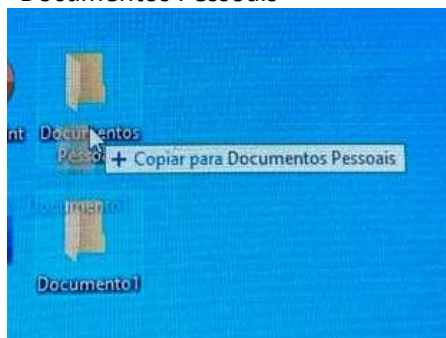
Arrastar e Soltar - Arrastar e Soltar é um método para mover dados em programas de computador por meio de um mouse. Ao clicar com o botão do mouse na ilustração gráfica em uma fonte Arrastar e Soltar, manter o botão do mouse pressionado e arrastar, o cursor altera sua forma de aparência, e você poderá notar se mover um objeto através de Arrastar e Soltar. Se você soltar novamente o botão do mouse, os dados conectados com a fonte são copiados para o alvo conforme o programa fonte e alvo, movidos ou vinculados.

Por padrão, se você clicar com o botão esquerdo e SEGURAR o botão esquerdo do mouse ou do touch pad ao mover o ponteiro do mouse para um local de pasta diferente na mesma unidade, ao soltar o botão esquerdo do mouse, o arquivo será movido para o novo local onde você liberou o botão do mouse. Se você estiver movendo o arquivo para uma unidade diferente ou pela rede para uma unidade mapeada ou outro sistema, o arquivo será copiado para o local de destino e o arquivo original permanecerá no local original.

Com a tecla SHIFT pressionada, ela também faz o mesmo procedimento, de mover o arquivo para dentro da pasta Documentos Pessoais.



Porém com a tecla CTRL pressionada, o procedimento cria uma cópia da pasta “Documento 1” para dentro da pasta “Documentos Pessoais”



Fontes:

- **Arrastar e soltar.** Disponível em: https://www.eplan.help/help/platform/2.8/pt-br/help/EPLAN_Help.htm#htm/userinterface_k_dragdropfunktionen.htm
- **Mover e copiar arquivos usando arrastar e soltar no Microsoft Windows.** Disponível em: <https://www.dell.com/support/kbdoc/pt-br/000147309/move-and-copy-files-using-drag-and-drop-in-microsoft-windows>
- **Mover ou copiar um item para outra pasta.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mover-ou-copiar-um-item-para-outra-pasta-19768dfe-86c4-40bf-b82c-1c084b624492#:~:text=Usar%20a%20op%C3%A7%C3%A3o%20Mover%20ou%20Copiar&text=Selecione%20uma%20pasta%20na%20lista,voc%C3%AA%20deseja%20mover%20ou%20copia>

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

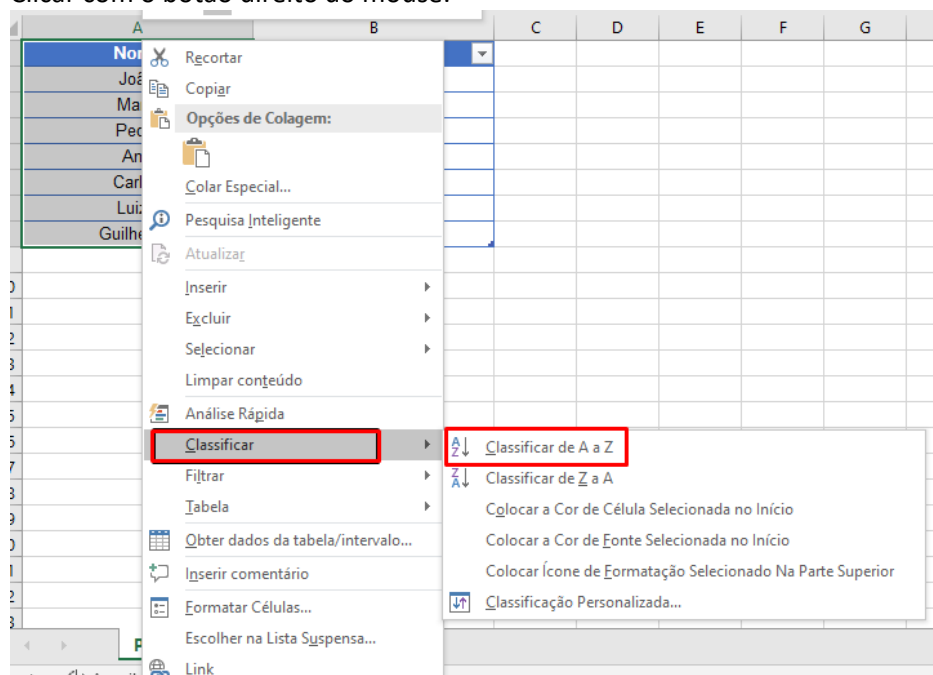
A alternativa correta é a letra C) com o botão direito do mouse, escolher “Classificar” e depois “Classificar de A a Z”.

Analisando o procedimento:

Selecionar a coluna desejada

	A	B
1	Nome	Idade
2	João	30
3	Maria	25
4	Pedro	35
5	Ana	28
6	Carlos	32
7	Luiza	27
8	Guilherme	40
9		

Clicar com o botão direito do mouse:



Ele classifica as informações em ordem crescente.

A	B
Nome	Idade
Ana	28
Carlos	32
Guilherme	40
João	30
Luiza	27
Maria	25
Pedro	35

Ordem Crescente: ordene os dados em ordem alfabética (de A a Z) ou por ordem crescente de valores numéricos.

Ordem Decrescente: ordene os dados em ordem alfabética reversa (de Z a A) ou por ordem decrescente de valores numéricos.

Classificar dados no Excel rapidamente, com apenas alguns cliques. Para alterar a ordem dos dados, classifique-os. Para focar em um conjunto específico de dados, filtre um intervalo de células ou uma tabela.

Selecionar os dados que deseja classificar - Selecione um intervalo de dados, como a1: L5 (várias linhas e colunas) ou C1: C80 (uma única coluna). O intervalo pode incluir títulos (cabeçalhos) que você cria para identificar colunas ou linhas.

Classificar rapidamente

1. Selecione uma única célula na coluna que deseja classificar.
2. Clique em **classificar de a a z** para executar uma classificação crescente (a a z ou do número menor para o maior).
3. Clique em **classificar de z a a** para executar uma classificação decrescente (Z a a ou do número maior para o menor).

Fonte:

- **Classificar os dados no Excel.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/v%C3%ADdeo-classificar-dados-em-um-intervalo-ou-tabela-ffb9fcb0-b9cb-48bf-a15c-8bec9fd3a472>

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, considerando que a questão abordou o item destacado a seguir.

Vejamos:

1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. **1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.** 1.3. Dos direitos sociais 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública. 1.6. Da Organização dos Poderes. 1.6. Da Ordem Social. 2. Organização Administrativa: 2.1. Centralização e Descentralização. 2.2. Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. 3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações. 4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos. 5. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/1999) e suas alterações. 6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação. 7. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

Dito isso, cumpre enfatizar que é notório que o cerne da questão são os chamados remédios constitucionais previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. Tais instrumentos decorrem dos direitos e garantias fundamentais, descritos no artigo 5º da Constituição, e são essenciais para proteger e assegurar, a todos os brasileiros e estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e à propriedade privada, bem como o direito de petição, conforme o Art. 5º, Inciso XXXIV da CF/1988, que trata-se da garantia

constitucional dada a qualquer pessoa de apresentar requerimento ou representar aos Poderes Públicos em defesa de direitos e contra abusos de autoridade.

Ademais, cumpre salientar que foi solicitado ao candidato julgar as assertivas sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais e que faz parte das responsabilidades do candidato que presta concurso público conhecer de modo global e aprofundado as nuances que compõem o conteúdo previsto no Edital do certame e estudá-lo, tendo em vista que a Administração não tem a obrigação de elencar exaustivamente todos os pontos em que se desdobra a matéria. Sendo oportuno enfatizar que as alternativas apresentadas estão incorretas, pois no rol de legitimados ativos constam também a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a defesa do meio ambiente e de entidade de que o Estado participe também se inclui entre as matérias suscetíveis de serem tuteladas por meio da ação popular.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=YrBpOrXdMXc=>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

- a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.
- b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.
- c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir

impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito das razões recursais, tais argumentos não merecem prosperar, pois quanto à inexigibilidade de licitação, a Lei 14.133/21 estabelece:

Art. 74. É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; [...]

As demais alternativas, nos termos da Lei 14.133/2021, são hipóteses de licitação dispensável de acordo com o Art. 75 da norma supramencionada.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

BRANCA
37

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal afirma que o gabarito deve ser retificado para constar a alternativa A como a correta. Contudo, compulsando ao gabarito preliminar divulgado, já consta tal alternativa como correta, razão pela qual não há que se falar que houve erro na divulgação da resposta correta, de maneira que o recurso fora decidido de forma prejudicado, mantendo inalterado o gabarito preliminar, alternativa A.

BRANCA
38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisando ao comando da questão, bem como suas alternativas, constatou-se a ausência de alternativa completamente correta à luz do § 2º do art. 24 da Lei Ordinária nº 6.543, de 22 de dezembro de 2021, de Pouso Alegre, razão pela qual a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://legislacaodigital.com.br/PousoAlegre-MG/LeisOrdinarias/6543>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão abordou a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, a qual consta no Conteúdo Programático. A alternativa correta [B] está fundamentada no item IV do art. 183 da referida lei.

Fonte:

- <https://legislacaodigital.com.br/PousoAlegre-MG/LeisOrdinarias/0>

Cargo: Fiscal de Receitas Municipais

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O caráter angustioso conferido ao galo se refere à alusão metafórica da “unidade” galo em relação à “multiplicidade”. Infere-se que uma alusão pode ocorrer sem que o autor tenha uma intenção profunda e metafórica. Entretanto, levando-se em consideração o trecho a ser avaliado, verifica-se que Clarice Lispector enfatiza precisamente a “falta de amor” vivenciada pelo galo, causando-lhe uma angústia quase humana em comparação à inquietação e ansiedade experienciada pelas galinhas. As demais assertivas são incoerentes às ideias apresentadas ao longo do texto e, ainda, em relação ao trecho a ser analisado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe o 2º§: “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, ela cheirava embaixo das asas delas, com uma simplicidade de enfermeira, o que considerava ser o sintoma máximo de doenças, pois o cheiro de galinha viva não é de se brincar. Então pedia um remédio a uma tia”. Podemos verificar que “administrar remédio às galinhas trata-se de uma atitude inofensiva e inócua”. As demais opções de respostas são inadequadas e contrárias às informações textuais.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase final “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens”, insinua que “a menina, quando adulta, teve uma percepção diferente do amor”, levando-se em consideração que ela passou a “perceber” novas formas de amor, já que somente notava o amor entre os animais. As demais transcrições textuais são informações inexatas ao questionamento abordado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado dá as informações necessárias e suficientes para a devida solução do item. Além disso, o conjunto I apresentado na questão não é o conjunto de todos os números naturais, mas apenas os ímpares. Logo, seria incorreto dizer que os conjuntos I e N são iguais.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

São 5 figuras que se repetem, apesar de o enunciado apresentar 7 figuras ao todo, infere-se que são 5 figuras da sequência e duas repetidas, evidenciando o caráter lógico que forma a sequência.

Logo, a figura que irá ocupar a 2024ª posição será: $2024/5 = 404$ com resto 4. Logo, será a 4ª figura, conforme disposto na alternativa A.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

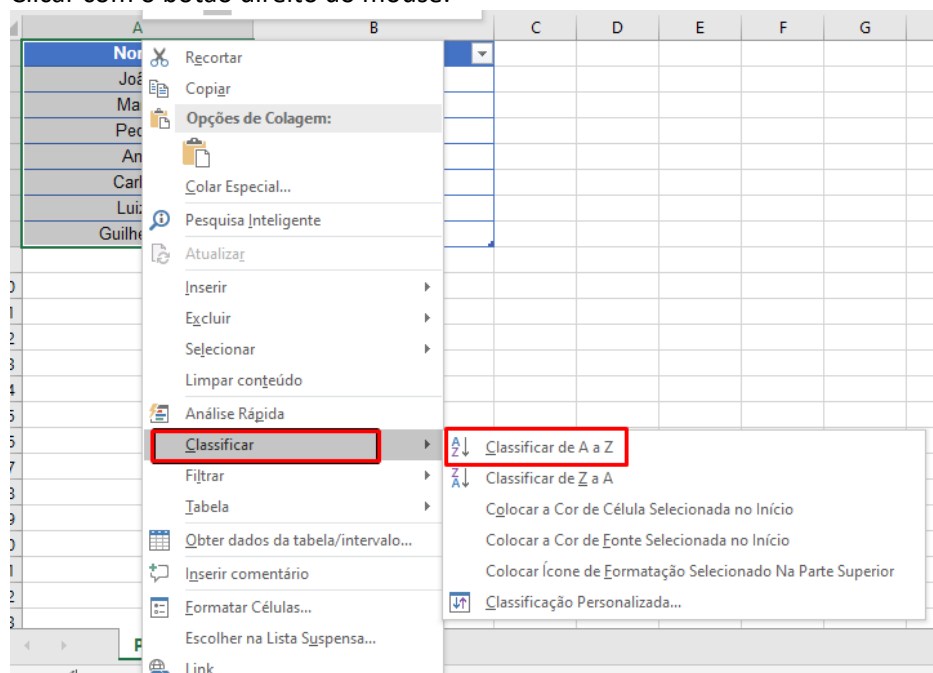
A alternativa correta é a letra C) com o botão direito do mouse, escolher “Classificar” e depois “Classificar de A a Z”.

Analisando o procedimento:

Selecionar a coluna desejada

	A	B
1	Nome	Idade
2	João	30
3	Maria	25
4	Pedro	35
5	Ana	28
6	Carlos	32
7	Luiza	27
8	Guilherme	40
9		

Clicar com o botão direito do mouse:



Ele classifica as informações em ordem crescente.

	A	B
	Nome	Idade
	Ana	28
	Carlos	32
	Guilherme	40
	João	30
	Luiza	27
	Maria	25
	Pedro	35

Ordem Crescente: ordene os dados em ordem alfabética (de A a Z) ou por ordem crescente de valores numéricos.

Ordem Decrescente: ordene os dados em ordem alfabética reversa (de Z a A) ou por ordem decrescente de valores numéricos.

Classificar dados no Excel rapidamente, com apenas alguns cliques. Para alterar a ordem dos dados, classifique-os. Para focar em um conjunto específico de dados, filtre um intervalo de células ou uma tabela.

Selecionar os dados que deseja classificar - Selecione um intervalo de dados, como a1: L5 (várias linhas e colunas) ou C1: C80 (uma única coluna). O intervalo pode incluir títulos (cabecinhos) que você cria para identificar colunas ou linhas.

Classificar rapidamente

1. Selecione uma única célula na coluna que deseja classificar.
2. Clique em **classificar de a a z** para executar uma classificação crescente (a a z ou do número menor para o maior).
3. Clique em **classificar de z a a** para executar uma classificação decrescente (Z a a ou do número maior para o menor).

Fonte:

- **Classificar os dados no Excel.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/v%C3%ADdeo-classificar-dados-em-um-intervalo-ou-tabela-ffb9fcb0-b9cb-48bf-a15c-8bec9fd3a472>

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, considerando que a questão abordou o item destacado a seguir.

Vejamos:

1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. **1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.** 1.3. Dos direitos sociais 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública. 1.6. Da Organização dos Poderes. 1.6. Da Ordem Social. 2. Organização Administrativa: 2.1. Centralização e Descentralização. 2.2. Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. 3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações. 4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos. 5. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/1999) e suas alterações. 6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação. 7. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

Dito isso, cumpre enfatizar que é notório que o cerne da questão são os chamados remédios constitucionais previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. Tais instrumentos decorrem dos direitos e garantias fundamentais, descritos no artigo 5º da Constituição, e são essenciais para proteger e assegurar, a todos os brasileiros e estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e à propriedade privada, bem como o direito de petição, conforme o Art. 5º, Inciso XXXIV da CF/1988, que trata-se da garantia constitucional dada a qualquer pessoa de apresentar requerimento ou representar aos Poderes Públicos em defesa de direitos e contra abusos de autoridade.

Ademais, cumpre salientar que foi solicitado ao candidato julgar as assertivas sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais e que faz parte das responsabilidades do candidato que presta concurso público conhecer de modo global e aprofundado as nuances que compõem o conteúdo previsto no Edital do certame e estudá-lo, tendo em vista que a Administração não tem a obrigação de elencar exaustivamente todos os pontos em que se desdobra a matéria. Sendo oportuno enfatizar que as alternativas apresentadas estão incorretas, pois no rol de legitimados ativos constam também a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a defesa do meio ambiente e de entidade de que o Estado participe também se inclui entre as matérias suscetíveis de serem tuteladas por meio da ação popular.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=YrBpOrXdMXc=>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

- a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.
- b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.
- c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

- e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).
- f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, considerando que de acordo com o Art. 1º da Lei da improbidade administrativa, o dispositivo em comento visa o resguardo da PROIBIDADE, **e não da improbidade**, na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

Vejamos o dispositivo legal:

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

Dessa forma, a alternativa está incorreta, devendo ser mantido o gabarito preliminar.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito das razões recursais, tais argumentos não merecem prosperar, pois quanto à inexigibilidade de licitação, a Lei 14.133/21 estabelece:

Art. 74. É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; [...]

As demais alternativas, nos termos da Lei 14.133/2021, são hipóteses de licitação dispensável de acordo com o Art. 75 da norma supramencionada.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar pelas razões a seguir expostas:

A questão abordou o item destacado a seguir.

Fiscal de Receita Municipal: **Lei Complementar nº 116/03**, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Municipal nº 4.389/05. Exercício do Poder de Polícia, aplicação de multas e outras penalidades. Direito Tributário: Tributos: modalidades; competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios. Decadência; Prescrição; Anistia; Certidão Negativa; Auto de Infração; Notificação; Dívida Ativa; Lançamento de Tributos; Taxas pelo Poder de Polícia; Taxas pelos Serviços Públicos, Fiscalização; Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Preços públicos; Crédito Tributário; Isenção; Obrigação Tributária; Sujeito Passivo; Sujeito Ativo; Processo Tributário Administrativo (Impugnação de Auto de Infração); Instrumentos de fiscalização. Dinâmica de fiscalização. Notificações; auto de infração; auto de apreensão. Crimes contra a ordem tributária. Código Tributário Municipal. Noções de Direito Administrativo: Princípios básicos da Administração. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificações, pressupostos e espécies, invalidação, anulação, revogação. Prescrição e decadência no âmbito do Direito Administrativo. Poderes da Administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar, o poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. Lei Ordinária Municipal nº 1.086/71 - Código Tributário do Município de Pouso Alegre.

No que concerne a resolução do item, vejamos:

A alternativa I está correta: **Maria**: Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços **constantes da lista anexa**, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

[...]

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. (Vide Lei Complementar nº 175, de 2020)

A alternativa II está correta. **Glória:** Art. 1º [...]

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

A alternativa III está **INCORRETA. DENISE** Art. 5º Contribuinte **é o prestador do serviço.**

A alternativa IV está **INCORRETA. PRISCILA** Art. 8º A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de **2% (dois por cento).** (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

Deste modo, está INCORRETO o que foi afirmado por Denise e Priscila.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, vale ressaltar que o conteúdo abordado na questão está elencado no conteúdo programático, conforme elencado abaixo:

Fiscal de Receita Municipal: Lei Complementar nº 116/03, **Lei Complementar nº 123/06** e Lei Municipal nº 4.389/05. Exercício do Poder de Polícia, aplicação de multas e outras penalidades. Direito Tributário: Tributos: modalidades; competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios. Decadência; Prescrição; Anistia; Certidão Negativa; Auto de Infração; Notificação; Dívida Ativa; Lançamento de Tributos; Taxas pelo Poder de Polícia; Taxas pelos Serviços Públicos, Fiscalização; Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Preços públicos; Crédito Tributário; Isenção; Obrigação Tributária; Sujeito Passivo; Sujeito Ativo; Processo Tributário Administrativo (Impugnação de Auto de Infração); Instrumentos de fiscalização. Dinâmica de fiscalização. Notificações; auto de infração; auto de apreensão. Crimes contra a ordem tributária. Código Tributário Municipal. Noções de Direito Administrativo: Princípios básicos da Administração. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificações, pressupostos e espécies, invalidação, anulação, revogação. Prescrição e decadência no âmbito do Direito Administrativo. Poderes da Administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar, o poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. Lei Ordinária Municipal nº 1.086/71 - Código Tributário do Município de Pouso Alegre.

Ademais, as razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar; verifica-se a seguir as explicações das afirmativas presentes na questão:

A afirmativa A está incorreta. É necessário conhecer as disposições do Art. 56 da LC nº 123/2006, que trata da Sociedade de Propósito Específico formada por Microempresas e Empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte poderão realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

§ 1º Não poderão integrar a sociedade de que trata o caput deste artigo pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 2º **A sociedade de propósito específico de que trata este artigo:**

(...)

IV - apurará o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, devendo manter a escrituração dos livros Diário e Razão;

V - apurará a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep de modo não cumulativo;

(...)

§ 3º A aquisição de bens destinados à exportação pela sociedade de propósito específico não gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional.

(...)

§ 5º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo não poderá:

(...)

VI - exercer a atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

A afirmativa B está correta. A presente afirmativa trata sobre a adesão do microempreendedor individual (MEI) ao Simples Nacional. Nesse sentido, o Art. 18-A, *caput*, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelece o seguinte:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

Logo, podemos concluir que a afirmativa está correta.

A afirmativa C está incorreta. No entanto, a alternativa dispõe sobre ICMS devido e **não é todo o ICMS devido que poderá ser recolhido mediante documento único de arrecadação, conforme Art. 13, § 1º, XIII, da LC 123/2006,** parcialmente transcrito abaixo, devido a sua extensão:

Art. 13. (...)

(...)

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo **não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:**

(...)

XIII - ICMS devido:

(...)

- b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;
- c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;
- d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;
- e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal;
- f) na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal. [...]

A afirmativa D está incorreta, nesse sentido, o Art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, prevê o seguinte:

Art. 3º (...)

§ 4º **Não poderá se beneficiar** do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o Art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: **II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;**

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito das razões recursais, tais argumentos não merecem prosperar, considerando que todas as afirmativas estão corretas.

Vejam as explanações das afirmativas presentes na questão:

I. CORRETO. Em se tratando de multa aplicada às pessoas jurídicas proprietárias de veículo, fundamentada na ausência de indicação do condutor infrator, é obrigatório observar a dupla notificação: a primeira que se refere à autuação da infração e a segunda sobre a aplicação da penalidade, conforme estabelecido nos arts. 280, 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro.

REsp 1.925.456-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 21/10/2021. (Tema 1097)

II. CORRETO O tráfego de veículos com excesso de peso gera responsabilidade civil em razão dos danos materiais às vias públicas e do dano moral coletivo consistente no agravamento dos riscos à saúde e à segurança de todos, sendo viável, como medida coercitiva, a aplicação de multa civil (astreinte), ainda que já imputada multa administrativa.

REsp 1.574.350-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, por unanimidade, julgado em 03/10/2017, DJe 06/03/2019

III. CORRETO Há entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual a sequência de várias infrações de mesma natureza, apurados em uma única autuação, é considerada como de natureza continuada e, portanto, sujeita à imposição de multa singular.

(AgInt no AREsp 1.129.674/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 8/3/2021, DJe de 11/3/2021).

IV. Cabe ao Chefe do Executivo Estadual aplicar sanções aos servidores vinculados à Administração Direta, ficando a cargo da chefia superior das autarquias e das fundações punir os servidores a elas subordinados.

RMS 43.529-MS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 14/06/2022, DJe 22/06/2022.

O poder da polícia administrativa é geralmente atribuído a servidores públicos designados pelos órgãos responsáveis pela administração pública, como Prefeituras, Governos Estaduais e Federal, deste modo, a chefia superior das autarquias e das fundações enquadra-se perfeitamente nas capacidades para exercer poder da polícia administrativa.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, pois, o enunciado é claro e solicita que o candidato faça o julgamento de acordo com a Lei Ordinária Municipal nº 1.086/1971 - Código Tributário do Município de Pouso Alegre. O Conhecimento de tal normativa e de suas isenções é inerente ao exercício do cargo de Fiscal de Receita Municipal.

Deste modo, nos termos da normativa supra, todos os personagens estão isentos de imposto, vejamos a base normativa que embasa o gabarito da questão:

Art. 176. **São isentos do imposto:** (Vide Lei Ordinária Nº 2484).

I - **os assalariados**, como tais definidos nas leis trabalhistas e nos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalho a terceiros;

II - **os diretores de sociedade anônimas**, bem como de outros tipos de sociedade civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas, ou participantes;

III - **os servidores públicos federais**, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, **amparados pela respectiva legislação** que os definem nessa situação ou condição;

IV - o artista, artífice ou **artesão que exerça a atividade na própria residência, sem auxílio de terceiros**, bem como os trabalhadores autônomos, cujas transações anuais não excedam de 20 (vinte) vezes o salário mínimo regional;

V - as atividades teatrais, os concertos e recitais.

Fonte:

- <https://pousoalegre.siscam.com.br/Normas/Exibir/58666>

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito das razões recursais, tais argumentos não merecem prosperar, considerando que a questão foi elaborada com base na Lei Ordinária Municipal nº 1.086/1971 - Código Tributário do Município de Pouso Alegre.

Vejamos o cerne normativo que embasa o gabarito da questão:

I. CORRETA. Art. 14. Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário, mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido; a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

II. INCORRETA. Art. 14. [...] § 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos métodos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgados maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Deste modo, a afirmativa I está correta e a II está incorreta.

Fonte:

- <https://pousoalegre.siscam.com.br/Normas/Exibir/58666>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Auto De Infração é um documento, realizado pela autoridade da Administração Tributária, que instaura o Processo Administrativo Fiscal (PAF) quando há a constatação, por um de seus agentes, de infração à legislação tributária pelo contribuinte e está regulamentado pelo Decreto nº 70.235/1972 que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

Desta forma, todas as afirmativas estão corretas.

Vejamos o cerne normativo que embasa o gabarito da questão:

Art. 16. A impugnação mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir; (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

IV - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

V - se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70235compilado.htm

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

Vejamos as explanações das afirmativas presentes na questão:

I. Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

[...]

V- Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. **Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.**

II. Art. 2º Constitui crime da mesma natureza: (Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)

[..]

V- Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública. **Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.**

III. Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

[...]

IV- Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato. **Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.**

IV. Art. 2º Constitui crime da mesma natureza: (Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)

[...]

III- exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal; **Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.**

Ante o exposto, as penas aplicadas, após o devido processo legal respeitando o contraditório e a ampla defesa, serão, respectivamente: I. reclusão de dois a cinco anos, e multa II. detenção, de seis meses a dois anos, e multa III. reclusão de dois a cinco anos, e multa. IV. detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm

Cargo: Fiscal de Rodoviária

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento solicita que fosse assinalado em qual dos distratores não se atribui uma função específica do sinal de pontuação conhecido como reticências. As alternativas A, C e D estão corretas, são pertinentes às funções empregadas quando se utiliza o sinal, tais como: para sugerir alguma ideia ou emoção; são usadas para sugerir o prolongamento de uma ideia; em frases, indicam uma entonação descendente; dentre outros; porém, na alternativa B é expresso que o sinal de pontuação “Encerra todo o diálogo quando é utilizado.” sendo considerada como alternativa incorreta, pois as reticências podem indicar a pausa de um pensamento ou de uma fala, no entanto, não o encerramento de todo o diálogo, e é importante ressaltar que tal função é atribuída ao ponto-final, que consiste em ser um sinal de pontuação que fecha um período e indica uma interrupção absoluta na frase, ou seja, ele serve para encerrar um diálogo quando é utilizado.

Fontes:

- <https://www.normaculta.com.br/ponto-final/>. Acesso em: abril de 2024.
- AZEREDO, José Carlos de. (org.) Língua Portuguesa em Debate. 4ª edição. Vozes, 2007.
- COSTAVAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Texto e Linguagem.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se trata de raciocínio lógico sequencial, onde há uma sequência com rotação de imagens, a imagem no suporte da questão, mostra cinco figuras e também indica que a quinta figura voltou a posição inicial da sequência sendo assim:

Ao observarmos podemos afirmar que a sequência ficará da seguinte forma até o oitavo elemento solicitado:



Sendo que a oitava figura será

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.
- <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/sequencia-logica.htm>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita em seu comando a seguinte situação “Das letras apresentadas, quantas possuem simetria vertical?”, fica claro que ela deseja letras que possuem simetria vertical, mesmo se alguma letra possua mais simetrias, contando válido se uma destas simetrias seja a vertical

A simetria é onde se traceja uma reta imaginária no centro da figura apresentada e verifica se os cortes se sobrepõem igualmente, no caso é solicitado a simetria vertical, sendo assim ao realizar o corte vertical, verificamos que somente as letras A, H, O, T e W, possuem esta simetria, sendo assim cinco letras.



Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.
- <https://br.smartick.com/blog/matematica/geometria/simetria/>

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

$$120 - 21 - 31 - 29 - 31 = 8 \text{ dias}$$

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

Cargo: Operador de Rolo Compactador

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

$$120 - 21 - 31 - 29 - 31 = 8 \text{ dias}$$

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

Cargo: Pintor Letrista

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

$$120 - 21 - 31 - 29 - 31 = 8 \text{ dias}$$

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

Cargo: Salva Vidas

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

A banca revisou a questão e confirmou a mudança de gabarito, de maneira que a resposta correta é a letra A que traz como resposta o dia 08. Segue justificativa da questão:

Sergio fará por 120 dias o projeto de emagrecimento sabemos que ele iniciou dia 11 de dezembro de 2023, e que participou de todos os dias da semana incluindo sábados e domingos, sendo assim iremos diminuir os dias de cada mês:

- Dezembro há 31 dias, mas como começou dia 11, diminui 21 dias
- Janeiro possui 31 dias
- Fevereiro em 2024 é bissexto logo terá 29 dias
- Março possui 31 dias
- Abril será o mês que irá finalizar

Fazendo as contas:

$$120 - 21 - 31 - 29 - 31 = 8 \text{ dias}$$

Logo, o projeto irá finalizar segunda-feira dia 08 de abril.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA	VERDE
02	06

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após verificada a dúvida quanto à possibilidade de classificação do sujeito na oração *“trata-se de um otário completo e acabado”*, conforme se demonstrará a seguir, entende-se a questão como passível de anulação.

Havia se considerado, à elaboração da questão, definição do Dicionário Priberam para o verbo *“tratar-se”*, o qual dispõe: *“Usa-se como verbo impessoal e seguido da preposição de para identificar algo, nomeadamente o assunto da discussão (ex.: tratava-se de um assunto confidencial; trata-se de novas estirpes do vírus)”*. Sabidamente, verbos impessoais não têm sujeito, o que permite a conclusão por um sujeito inexistente.

Ademais, conforme Adriano da Gama Kury: *“Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com tratar-se de [...]”*.

Outra consideração se havia dado quanto à Gramática do Português, da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual dispõe que são impessoais *“os verbos bastar, chegar, doer e tratar-se quando regem a preposição de”*; isto é, *“não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular”*.

Não obstante, após constatada a pluralidade de interpretações, de modo que também se possa considerar o sujeito da oração em comento como indeterminado sob perspectiva do termo *“se”* como índice de indeterminação do sujeito, tal qual admite Domingos Paschoal Cegalla em sua Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, consideraram-se os recursos como procedentes e a respectiva questão como anulada.

Fontes:

- "tratar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/tratar>
- <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/796>
- KURY, Adriano da Gama. Novas lições de análise sintática. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAPOSO, E. P et al. (2013). Gramática do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
03	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo, dispõem-se significados advindos dos dicionários Priberam e Michaelis On-line para os termos *“decerto”* e *“certamente”*, que corroboram a resposta correta como *“sisudamente”*:

Decerto: Com certeza; certamente.

Decerto: Com certeza. = CERTAMENTE

Certamente: 1. De modo certo.

2. Com grande certeza. = DECERTO

3. Usa-se para indicar concordância ou resposta afirmativa. = CLARO, SIM

Já o termo *“sisudamente”*, conforme se verá pela disposição de seu significado abaixo reproduzido a partir dos mesmos dois dicionários, apresenta significado distinto do de *“decerto”* e, por conseguinte, dos vocábulos dispostos nas alternativas diversas. Com isso, torna-se a exceção requerida pelo enunciado e, portanto, a alternativa correta.

Sisudamente: De modo sisudo.

Sisudo: 1. Que tem sisu, juízo ou bom senso. = AJUIZADO, PRUDENTE, SENSATO, CIRCUNSPECTO

2. Que não ri muito; que mostra semblante reservado ou contraído. = AUSTERO, CARRANCUDO, CIRCUNSPECTO,

Fontes:

- "sisudo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/sisudo>.
- "sisudamente", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/sisudamente>.
- "certamente", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/certamente>.
- "decerto", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/decerto>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/decerto/>

BRANCA	VERDE
08	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que dispõe uma dupla de palavra sublinhadas que não se acentuam pela mesma razão se dá em “*Os versos de escárnio são puro carinho de mãos ásperas*” (7º§). Enquanto “*escárnio*” se acentua porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, “*ásperas*” se acentua por ser proparoxítona, já que todas as proparoxítonas são acentuadas.

Em “[...] *é modo de dizer, pois melhor se fossem duas, três, quatro*”, têm-se sublinhadas as palavras “*é*” e “*três*”, ambas acentuadas por constituírem monossílabos tônicos terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s.

Já em “[...] *mas em matéria de canário trata-se de um otário completo e acabado*”, têm-se sublinhadas as palavras “*matéria*” e “*otário*”, ambas acentuadas porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono.

Quanto ao trecho “*Não é improvável que esse diagnóstico etílico tenha surgido durante um pileque com Rubem Braga [...]*”, têm-se acentuadas as palavras “*diagnóstico*” e “*etílico*”, ambas levando acento por constituírem proparoxítonas, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Quanto aos recursos que alegam que “*escárnio*”, a depender da pronúncia, pode se configurar como proparoxítona — o que ensejaria desconsideração quanto à alternativa proposta como correta —, recorre-se a Celso Cunha: “*Não se separam as letras com que representamos:*

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fontes:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto à formação do termo “leiteria”, tem-se sufixação, em razão do acréscimo do sufixo “-eria” (nesse contexto, usado para indicar lugar ou estabelecimento) ao vocábulo “leite”. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação sufixal.

Quanto à formação do termo “engarrafado”, tem-se parassíntese, já que é formado pelo prefixo “en-”, o termo original “garrafa” e o sufixo “-ado”, este último de participio. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação parassintética.

Quanto à formação do termo “vice-cônsul”, tem-se prefixação, já que é formado pelo acréscimo do prefixo “vice” ao termo original “cônsul”. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação prefixal.

Já quanto à formação do termo “descuido”, tem-se enfim derivação regressiva do verbo “descuidar”, de modo a formar um substantivo. Conforme Cegalla, a derivação regressiva se dá substituindo-se a terminação de um verbo pelas desinências “-a”, “-o” ou “-e”. Tem-se, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE
12	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado há a seguinte informação: “... ao verificar sua progressão salarial durante esse tempo, ele constatou que no primeiro ano irá guardar R\$ 2.200,00 e que seu salário aumentará R\$ 250,00 a cada ano durante todo o período até a sua aposentadoria.”

Logo, fica evidente que o personagem irá guardar R\$ 2.200,00 no primeiro ano e que este valor aumentará R\$ 250,00 a cada ano durante 30 anos.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
14	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item apresenta dois conjuntos e solicita que se calcule o produto dos elementos não nulos da intersecção entre eles. Os conjuntos são:

P = números naturais pares.

L = inteiros no intervalo]-5, 8[.

Logo, $P \cap L$ será dado pelos naturais pares {2, 4, 6}, pois o conjunto L é aberto em suas duas extremidades, ou seja, os números -5 e 8 não estão inclusos.

Assim, o produto fica: $2 \times 4 \times 6 = 48$.

É válido ressaltar que se L fosse representado da seguinte forma: [-5, 8], o número 8 estaria incluído no intervalo e o resultado seria 384.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
15	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Se são 120 crianças, o total de adultos deveria ser 60, pois o enunciado informa que o total de pessoas é 180. Logo, o faturamento do parque não seria o fornecido na questão.

Para fins de elucidação, apresenta-se uma proposta de solução:

Sejam “c” e “a” os números de crianças e adultos, respectivamente. Assim:

$$c + a = 180$$

$$120c + 150a = 23250$$

$$120c + 150(180 - c) = 23250$$

$$30c = 27000 - 23250$$

$$30c = 3750$$

$$c = 125$$

Ou seja, são 125 crianças e 55 adultos.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
17	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando-se a figura apresentada, tem-se que são 2 quadros pequenos, 2 médios e 1 grande. Considere que Patrícia comprou os seguintes quadros pequenos: 1 branco e 1 azul e os seguintes quadros médios: 1 verde e 1 rosa. Verifica-se que ela pode enfeitar a parede de formas distintas com os quadros comprados, pois é possível alternar a posição dos quadros comprados entre si, por exemplo: branco na esquerda e azul na direita ou azul na esquerda e branco na direita. O mesmo vale para os quadros médios.

Portanto, deve-se permutar as possíveis configurações dos quadros, o que resulta em 4 configurações diferentes, gerando um total de 630 opções de compra com 4 opções de instalação, ficando 2520 opções ao todo.

BRANCA	VERDE
18	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Sempre que chove, as merendas são caldo” não é a mesma alegação que “sempre que a merenda é caldo, choveu.”. É possível que a merenda seja caldo sem ter chovido, pois não há obrigatoriedade de que o caldo só seja fornecido na chuva.

Formalmente, pode-se visualizar que a seguinte relação lógica, em que não há equivalência:

“A -> B não é igual a B -> A.”

Isto é: “Se A, então B” é diferente de “Se B, então A”.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
19	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta a seguinte proposição, cujo valor é falso:

“Se Paulo está trabalhando em Pouso Alegre, então ele foi aprovado no concurso ou sua esposa não é uma empresária

bem-sucedida.”.

Por ser uma condicional, tem-se que o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso:
Paulo está trabalhando em Pouso Alegre = V

Paulo foi aprovado no concurso = F

Sua esposa não é uma empresária bem-sucedida = F

Com isso, analisam-se as alternativas:

A) Paulo não foi aprovado no concurso e sua esposa não é uma empresária bem-sucedida.

V e F = F

B) Paulo está trabalhando em Pouso Alegre e sua esposa é uma empresária bem-sucedida.

V e V = V

C) Se a esposa de Paulo é uma empresária bem-sucedida, então ele foi aprovado no concurso.

V -> F = F

D) Se a esposa de Paulo é uma empresária bem-sucedida, então ele não está trabalhando em Pouso Alegre.

V -> F = F

Logo, a alternativa correta é a B.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão descreve as principais funções de um processador, relatando as funções aritméticas, da qual não é uma função da placa-mãe. Portanto, considera-se o recurso como improcedente.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/10/para-que-serve-o-processador-veja-o-que-e-e-como-funciona-o-microchip.ghhtml>

BRANCA	VERDE
24	22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Existe um erro na questão com a versão de Office abordada, o recurso *ClipArt* não faz parte do Microsoft Office 2019, portanto procedente para anular.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/12/lembra-do-clip-art-microsoft-mata-icone-do-office-para-desenhos-e-fotos.ghhtml>

BRANCA	VERDE
26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme aduz a alínea “b” do inciso V do artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, a prerrogativa da Administração Pública de utilizar serviços vinculados ao objeto contratual no caso de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais, não cessa com a extinção do contrato, vai além dela, sendo assim, a alternativa “D” está incorreta, Deste modo, ratifica-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal de 1988, a fusão de Municípios, far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Deste modo, a fusão ocorreria somente mediante consulta prévia, ou seja, mediante plebiscito e não referendo, ou consulta posterior.

O fato de não trazer *ipsis litteris* o texto constitucional ou de não abordar o artigo em sua totalidade, não invalida a questão, pelo contrário, induz o pensamento crítico, já que o intuito de fato é a “análise” ou a percepção do candidato a respeito do assunto. As alternativas trazerem mais ou menos informações do que as contidas na letra da lei, não as tornam incompletas ou inverídicas.

Deste modo, ratifica-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988.

BRANCA	VERDE
30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme preceitua o inciso I do parágrafo 1º do artigo 42 da Lei nº 13.709/2018, “o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador”, deste modo, Osvaldo responderá solidariamente pelos danos causados, equiparando-se a Cornélio, o que não exclui a Administração Pública de responder juntamente com eles.

O objetivo da questão é identificar quem responderá pelos danos e como isso ocorrerá. Nota-se que a alternativa “C” preceitua que o dever de reparar é exclusivo da Administração, o que não condiz com a verdade, já que os envolvidos, devido à forma fática em que ocorreu o dano, de acordo com o que foi narrado no enunciado, deverão responder solidariamente, portanto, a discussão em tela não é sobre ser objetiva ou subjetiva a responsabilidade da Administração, mas sim se o controlador e o operador responderiam pelos danos. Ademais, ainda que assim não fosse, o próprio direito de regresso por parte da Administração já demonstraria a impossibilidade em se anuir a exclusividade no caso em tela.

Fonte:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D. De acordo com o Art. 72 da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que estabelece o Código de Saúde do estado de Minas Gerais, as competências do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação à política de sangue, hemocomponentes e hemoderivados incluem disciplinar a atividade industrial relacionada ao sangue, incentivar a doação voluntária de sangue, coibir a comercialização do sangue e seus derivados, além de promover pesquisas e a formação de recursos humanos na área de hemoterapia. Esta resposta abrange as principais funções do SUS nesse contexto, focando na garantia de um sistema de saúde que promove a saúde pública e a segurança no fornecimento de sangue e produtos relacionados.

A questão proposta pelo concurso está alinhada com uma interpretação prática e funcional da legislação, além de estar em consonância com os objetivos mais amplos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fontes:

- Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que estabelece o Código de Saúde do estado de Minas Gerais
- Constituição Federal: Artigos relacionados ao direito à saúde e às competências do Sistema Único de Saúde (SUS) que podem sustentar uma interpretação mais abrangente das leis de saúde.
- Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

BRANCA	VERDE
33	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tentativa de anulação baseada na falta de uma correspondência literal palavra por palavra entre o texto da questão e o artigo da lei não é considerada um argumento válido, uma vez que ignora a natureza e o propósito mais amplo das leis que governam as políticas públicas. A questão parece adequada para testar o entendimento integrado e aplicado das políticas de saúde pública, refletindo as intenções legislativas de forma mais pragmática e eficaz.

Fonte:

- Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que estabelece o Código de Saúde do estado de Minas Gerais.

BRANCA	VERDE
34	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) As multas aplicadas por infrações sanitárias não podem ser reduzidas em caso de pagamento antecipado pelo infrator.

- Esta afirmativa é incorreta. O Art. 12 da lei especifica que as multas podem ser reduzidas em 20% se o infrator efetuar o pagamento dentro de 20 dias da notificação, o que indica a possibilidade de redução de multa por pagamento antecipado.

B) A lei determina que apenas os proprietários dos estabelecimentos serão responsáveis pelas infrações sanitárias, excluindo os responsáveis técnicos.

- Esta afirmativa é incorreta. O Art. 2º, § 1º claramente estabelece que tanto os responsáveis administrativos ou proprietários quanto os responsáveis técnicos dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização podem ser responsabilizados pelas infrações sanitárias.

C) As infrações sanitárias fiscalizadas pelo município se limitam às estabelecidas na legislação municipal, sem

considerar as especificidades da legislação estadual e federal.

- Esta afirmativa é incorreta. Conforme o Art. 3º, as infrações sanitárias abrangem aquelas tipificadas na legislação federal, estadual e municipal, mostrando que a lei municipal não ignora as disposições estaduais e federais.

D) A notificação para correção de irregularidades sanitárias não constitui perigo para a saúde pública e deve ser corrigida em um prazo máximo de cento e oitenta dias, incluindo prorrogações.

- Esta afirmativa é correta. De acordo com o Art. 5º, a lei prevê que, se a irregularidade não constituir perigo imediato para a saúde pública, a autoridade sanitária notificará o infrator para que corrija a irregularidade num prazo inicial de até 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, totalizando até 180 dias para correção.

Portanto, a opção correta é a afirmativa D, que está em conformidade com o Art. 5º da lei mencionada.

Fonte:

- LEI ORDINÁRIA Nº 5118, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 (<http://intranet.cmpa.mg.gov.br:8080/Sino.Siave/Normas/Exibir/54744#:~:text=Estabelece%20valores%20das%20penas%20de,sanit%C3%A1rias%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,Munic%C3%ADpio%20de%20Pouso%20Alegre%2DMG.>).

BRANCA	VERDE
35	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta para a classificação e tratamento dos resíduos de serviços de saúde de acordo com a Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018, é a opção A:

A) Resíduos do Grupo A: necessitam de tratamento e devem ser acondicionados em sacos vermelhos, diferenciando-se dos resíduos tratados ou que não necessitam de tratamento, que devem ser acondicionados em saco branco leitoso. Esta afirmação está correta porque, segundo a resolução, os resíduos do Grupo A são aqueles que apresentam risco biológico e necessitam de tratamento específico. Eles devem ser acondicionados em sacos vermelhos para indicar a necessidade de cuidados especiais em seu manejo.

A citação do art. 16 da referida norma:

“Art. 15 Os RSS do Grupo A que não precisam ser obrigatoriamente tratados e os RSS após o tratamento são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso. Parágrafo único. Os rejeitos, tratados ou não, acondicionados em sacos brancos leitosos devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Art. 16 Quando houver a obrigação do tratamento dos RSS do Grupo A, estes devem ser acondicionados em sacos vermelhos.”

As outras opções contêm informações incorretas:

- Opção B é incorreta porque os resíduos químicos (Grupo B) podem apresentar risco à saúde e ao meio ambiente, necessitando de tratamento adequado conforme sua classificação de risco.
- Opção C é incorreta porque os resíduos do Grupo D não são considerados perigosos por definição, e o tratamento antes da disposição final depende da avaliação de seu potencial de risco ao meio ambiente e à saúde pública.
- Opção D é incorreta porque não há uma exigência de que todos os resíduos sejam acondicionados em sacos azuis; a cor dos sacos é definida pela natureza do resíduo e os riscos associados a ele.

A questão possui apenas 1 alternativa correta segundo a legislação, logo os recursos são improcedentes.

Fonte:

- https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA não especifica uma periodicidade exata para a realização dos treinamentos de manipuladores de alimentos. Ela menciona que os treinamentos devem ser realizados "periodicamente e sempre que necessário", mas não define um intervalo de tempo específico como anual ou bianual.

A interpretação comum é que os treinamentos devem ser adequados às necessidades do estabelecimento e às mudanças nas práticas operacionais ou na legislação. Portanto, enquanto alguns especialistas em segurança alimentar recomendam uma periodicidade anual para garantir a eficácia das práticas de higiene, a legislação deixa a decisão sobre a frequência para a avaliação dos responsáveis pelos serviços de alimentação.

O fato da legislação não citar uma periodicidade específica, a **letra D** se torna a alternativa mais correta para essa questão.

Fontes:

- RESOLUÇÃO Nº 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004
- (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html.)

BRANCA	VERDE
40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) Alterar os padrões de potabilidade para adequá-los aos resultados encontrados.

- **Incorreta:** Esta opção sugere modificar os padrões regulatórios de qualidade da água para se alinhar com os resultados das análises, o que contraria o propósito de manter padrões de segurança baseados em evidências científicas e saúde pública. A legislação estabelece padrões que devem ser seguidos para garantir a segurança e saúde da população, e não devem ser alterados arbitrariamente para refletir resultados adversos de análises específicas.

B) Comunicar imediatamente ao responsável e adotar as medidas corretivas necessárias.

- **Correta:** Esta é a ação direta e mais imediata exigida pela portaria. Quando não conformidades são identificadas, é fundamental comunicar aos responsáveis pelo Sistema de Abastecimento de Água (SAA) ou Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento de Água (SAC) e iniciar as medidas corretivas para resolver os problemas. Isto está alinhado com o Art. 13 da Portaria, que enfatiza a comunicação e ação imediata para mitigar riscos.

C) Suspender imediatamente o fornecimento de água à população até que a qualidade seja assegurada.

- **Incorreta:** Embora a suspensão do fornecimento de água possa ser uma medida necessária em casos extremos de contaminação grave, a portaria não estabelece isso como um procedimento padrão imediato. As ações devem ser proporcionais ao risco e, inicialmente, envolvem comunicação e correções. A suspensão seria considerada após avaliações adicionais e sob circunstâncias específicas onde outras medidas corretivas não sejam suficientes para garantir a segurança da água.

D) Registrar as não conformidades para análise epidemiológica no futuro, evitando afetar o fornecimento de água à população.

- **Incorreta:** Embora seja importante registrar as não conformidades para análises futuras e monitoramento contínuo, esta opção sugere uma postura passiva que ignora a necessidade de ações imediatas para corrigir problemas que possam afetar a saúde pública. A portaria exige uma resposta ativa para resolver não conformidades de maneira a proteger a saúde dos consumidores de forma eficaz e imediata.

Essa análise mostra que a única alternativa que se alinha completamente com as exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021, em relação a ações imediatas após a identificação de não conformidades, é a alternativa B. As outras alternativas falham em endereçar a urgência e a necessidade de ações corretivas diretas que a situação exige.

Fonte:

- PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021
(https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html)

Cargo: Inspetor de Alunos

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre a palavra que apresenta significado oposto ao de outra, ou seja, o antônimo das expressões destacadas considera-se: (perfeita) defeituosa; imperfeita; reprovável e (brilhante) apagada; sombria; escura; lúgubre.

Fontes:

- O próprio texto.
- HOUAISS, Antônio. Pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Moderna, 2015.

BRANCA	VERDE
16	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão refere-se aos conteúdos programáticos “Conjuntos numéricos” e “Raciocínio sequencial (sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras)”.

A questão trabalha uma problemática envolvendo uma sequência de números que pertencem ao conjunto dos números naturais, inteiros e racionais. Os oito primeiros números dessa sequência estão dispostos em uma tabela, sendo eles (1 ; -2; -0,5; 3; -4; -0,75; 5; -6).

Como comando a questão solicita o próximo número dessa sequência.

O primeiro elemento da sequência é um número natural ímpar, o segundo um inteiro negativo par, o terceiro um racional formado pela divisão do primeiro pelo segundo. Esse padrão pode ser observado entre o 4º, 5º e 6º elemento dessa sequência pois o 4º elemento é o próximo natural ímpar, o 5º elemento é o próximo inteiro negativo par e o 6º a divisão entre eles.

Para encontrar o 9º elemento devemos dividir 5 por -6, com isso vamos encontrar como resultado um racional negativo periódico infinito que é o -0,8333 ...

Fonte:

- **Fundamentos de Matemática Elementar:** Sequências, matrizes e determinantes. Volume 4. São Paulo: Editora Atual, 2019. IEZZI, Gelson.

BRANCA	VERDE
17	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão refere-se ao conteúdo programático “criptografia”.

Ademais, a questão trabalha com uma criptográfica envolvendo letras do alfabeto criado por dois amigos para troca de mensagens seguras. A partir de uma descriptografia feita por um deles ao receber a mensagem “Aprovado no concurso” a questão solicita que seja encontrada a criptográfica da resposta “felicitações”.

Para fazer a tradução, a tabela de referência poderia ser usada para a seguinte associação abaixo:

APROVADO NO CONCURSO
CNPQTCBQ LQ EQLEWPUQ

Nota-se que as letras que estão associadas a uma posição numérica de contagem par estão pulando para a próxima posição par, por exemplo B é a 2ª letra, foi para o lugar da 4ª letra que é a D. Já as Letras que estão associadas a uma posição numérica de contagem impar estão voltando para a posição impar anterior, por exemplo, C é a 3ª letra ela passa a ser a 1ª letra. Dessa maneira, a tabela poderia ser totalmente preenchida.

Portanto, a tradução para a palavra FELICITAÇÕES é DGJKEKRCEQGU.

Dentro das alternativas de respostas possíveis consta-se:

A) DCJKEKRCEQCU.

B) DGJKEKRCEQGU. (resposta correta)

C) HGJGEGRCEQGU.

D) HGJGEGRCEQGU.

Os recursos sustentam que duas alternativas estão iguais (C) e (D) prejudicando assim a equidade entre as alternativas, algo necessário para a validade do teste. Contudo, após a resolução da questão é possível chegar a uma única alternativa correta, conforme fora elencado corretamente na alternativa B, de maneira que não há que se falar que a questão deve ser anulada pela presença de duas alternativas iguais, razão pela qual se constata que não há mais de uma alternativa correta que responda adequadamente a questão, permanecendo inalterado o gabarito preliminarmente publicado.

Cargo: Médico Clínico

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a prevalência é dada pela divisão entre o número de pessoas doentes e o número de pessoas expostas, e na questão não fala sobre o número de pessoas doentes, e nem de pessoas expostas. Apenas sobre a população total. Os dados necessários para elucidar a questão estavam anteriores a questão, 21, devendo servir de base para responder a ambas.

Ademais, a tabela mostra o número de casos de febre amarela no decorrer dos anos. A prevalência descreve a força ("volume") com que subsistem os agravos à saúde/doenças nas populações, permitindo comparar no tempo e no espaço, a distribuição da doença de acordo com características de interesse da população exposta, tais como idade, sexo, cor da pele, renda, entre outros. Pode-se referir à totalidade de casos de um agravo à saúde/doença em um determinado local e período de tempo - prevalência lápsica (no período) - ou a totalidade de casos em um ponto específico no tempo (dia ou mês) - prevalência instantânea, também denominada de pontual ou momentânea. No cotidiano dos serviços de saúde, quando se usa a prevalência como indicador, normalmente se calcula a à lápsica devido à maior facilidade para o seu cálculo.

Por fim, sustenta o recurso que a alternativa correta da questão é a alternativa A, prevalência de febre amarela para uma população de 79200 habitante cuja prevalência media é de 132 casos é de 1 caso/1000 habitantes e não a alternativa C- 10 casos/1000 que está no gabarito preliminar. Contudo, o cálculo foi realizado de maneira incorreta, razão pela qual mantém-se o gabarito preliminar, conforme foi divulgado.

Fontes:

- FERNANDA, J.; SOARES, S. Medidas de Frequência em Epidemiologia. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/asst_modulo_5_medidas_de_frequencia_em_epidemiologia.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.
- DE PRINCÍPIOS, M. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE Organização Mundial da Saúde - Representação Brasil. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_3.pdf>.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de

funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "UMA DOENÇA É INDEPENDENTE DA OUTRA, POR ISSO PACIENTES DO GRUPO A SE BENEFICIARIAM DO TRATAMENTO DA DOENÇA DE BASE E NÃO DO TRATAMENTO ESPECÍFICO PARA IC, PRINCIPALMENTE PARA IC COM ICER, JÁ QUE ESSES PACIENTES SE ENCONTRAM NO ESTAGIO A".

No entanto, tal conceito encontra-se incorreto. Mesmo indivíduos com insuficiência cardíaca do grupo A, e que não sejam portadores de hipertensão arterial, têm benefícios no uso dos IECAs (Inibidores da enzima de conversão da angiotensina).

A própria Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda recomenda o uso de IECA na disfunção ASSINTOMÁTICA do ventrículo esquerdo de etiologia isquêmica e não-isquêmica.

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Comitê Coordenador da Diretriz de Insuficiência Cardíaca. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq Bras Cardiol. 2018; 111(3):436-539.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "O TRATAMENTO DE IST DEPENDE DA SUSPEITA DIAGNOSTICA, E NÃO EXISTE UM TRATAMENTO PADRAO PARA AS IST", o que está correto. Mas a questão não está solicitando um tratamento padrão para todas as infecções sexualmente transmissíveis. A questão contém um caso clínico no qual "A principal hipótese diagnóstica é de donovanose". O comando solicita "o tratamento de primeira linha para ESTA infecção."

O tratamento de primeira linha para a donovanose é Azitromicina 500mg, 2 comprimidos, VO, 1x/ semana, por pelo menos três semanas ou até a cicatrização das lesões.

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Considere as informações do enunciado:

- Adriano possui 40 anos;
- O amigo que escolheu a cachoeira Vale dos Borboletas como favorita possui 45 anos;
- Breno escolheu a cachoeira Antares como favorita.

A partir delas, pode-se montar o seguinte esquema lógico:

	Veu da noiva	Antares	Vale da Borboleta	30	40	45
Adriano		n		n	s	n
Breno	n	s	n		n	
Carlos		n			n	
30			n			
40			n			
45	n	n	s			



Assim, a única afirmativa correta é “O amigo que escolheu a cachoeira Antares como favorita possui 30 anos”.

	Veu da noiva	Antares	Vale da Borboleta	30	40	45
Adriano	s	n	n	n	s	n
Breno	n	s	n	s	n	n
Carlos	n	n	s	n	n	s
30	n	s	n			
40	s	n	n			
45	n	n	s			

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, tem-se que:

- sábado foi o primeiro dia de funcionamento.
- domingo foi o segundo dia de funcionamento.
- sexta foi o terceiro dia de funcionamento.

Mantendo-se esse ritmo, o 57º dia de funcionamento ocorreu na sexta-feira e o 121º dia de funcionamento ocorreu no sábado. Assim, a alternativa correta é a alternativa “sexta-feira e sábado”

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "Segundo toda a literatura consultada a principal causa de óbitos em pessoas com HIV é a pneumonia". Além de não ser citado o que significa "toda a literatura", a questão é clara em seu comando, citando: "De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos, do Ministério da Saúde". É válido lembrar que o Ministério da Saúde corresponde ao setor governamental responsável pela administração e manutenção da Saúde Pública no Brasil.

Segundo o Protocolo citado: "A tuberculose é a principal causa conhecida de óbito por doenças infecciosas nas PVHA (Pessoas Vivendo com HIV/Aids).

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos Módulo 1: Tratamento - 2023 Ministério da Saúde.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "A dada como opção é vaga pois em vários tipos de pneumopatia o uso genérico de BB é definitivamente contra indicado".

No entanto, a afirmativa A continua sendo INCORRETA (questão solicita que se marque a incorreta), já que os pacientes asmáticos PODEM ser tratados com betabloqueadores (BB). Mesmo que exista alguma outra pneumopatia na qual o BB seja contra-indicado, isso não torna a sentença CORRETA.

Além disso, a questão não é nem um pouco dúbia ao solicitar que se responda "De acordo com as orientações da Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda". Tal Diretriz estabeleceu que "Os benefícios esperados com o uso de BB PODEM se tornar aparentes apenas após vários meses de uso e, em alguns pacientes, ocorrer tardiamente, após 12 meses." A afirmativa não está dizendo que os benefícios dos BB "SÓ se tornam aparentes após VÁRIOS meses", conforme sustentado no recurso.

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Comitê Coordenador da Diretriz de Insuficiência Cardíaca. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq Bras Cardiol. 2018; 111(3):436-539

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "A associação de dois fármacos no tratamento da HA só poderá ser iniciada a partir do estágio 2. E isso está absolutamente correto!"

No entanto, tal afirmativa encontra-se incorreta, já que, segundo as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial, temos o seguinte trecho, *ipsis litteris*: "O tratamento da HA pode ser iniciado com associação de duas classes de fármacos desde a HA estágio 1."

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Barroso WKS, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Mota-Gomes MA, Brandão AA, Feitosa ADM, et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arq Bras Cardiol. 2021; 116(3):516-658

Cargo: Médico Pediatra Pronto Atendimento

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado:

- 20 professores deram aula para o curso de graduação em matemática
- 12 professores deram aula para outros cursos de graduação.

Não é informado se os professores são distintos. Assim, a interseção entre os dois conjuntos pode ir de 0 professores (todos distintos) até 12 professores (situação em que todos os professores que deram aula para outros cursos de graduação também deram aula para o curso de graduação em matemática).

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como

corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tratamento pode ser feito com betametasona ou dexametasona, por 6 a 8 semanas. Esse tratamento com corticosteroides é inócuo. Após o período da terapia medicamentosa, ressalta-se a necessidade de se retrain o prepúcio e realizar higienização local, a fim de evitar recidivas.

Fonte

- Tratado de pediatria / organização Sociedade Brasileira de Pediatria. - 5. ed. - Barueri [SP]: Manole, 2022.

Cargo: Médico Cardiologista

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres

públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

Cargo: Médico Pediatra

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos

casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

Cargo: Médico Psiquiatra

BRANCA
29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

Cargo: Médico Veterinário

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que,

sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão se refere à importância do manejo pré-abate sobre a qualidade final da carcaça de animais de açougue, incluindo bovinos, suínos e aves, sendo o defeito conhecido como DFD (carne dura, seca e escura) mais comum em bovinos, mas também de ocorrência em outras espécies como os suínos, possuindo diferentes fatores de influência como a espécie animal, fatores genéticos, estado de nutrição e de saúde, dentre outros, mas a principal causa é um estresse crônico, onde houve excessivo gasto ou perda de glicogênio antes do abate, e não havendo recuperação das taxas de glicogênio muscular até o momento do abate, não haverá produção suficiente de lactato ou ácido láctico e consequentemente diminuição do pH muscular (de aproximadamente 7 no músculo do animal vivo ao pH entre 5,5 e 6,0 que é o esperado). Com isto, o pH final da carcaça DFD será maior que 6,0. Logo, entende-se que para haver o abaixamento do pH necessário para uma carcaça de qualidade, o animal precisa conter reserva adequada de glicogênio no momento do abate. Segundo Braun, 2000 e Gallo, 2008, “o transporte é considerado a etapa de maior estresse aos animais, sendo este responsável por grande parte dos transtornos que envolvem o bem-estar, o qual pode influenciar diretamente na qualidade da carne, seja por quedas de pH, contusões, hematomas, edemas, alterações na coloração e maciez da carne”. Ainda de acordo com Dalla Costa, 2005 e Roça, 2001, “para que se recuperem das condições de estresse impostas durante a viagem e o manejo sofrido no desembarque e na condução, são necessárias baías de descanso. Nelas, os animais são capazes de eliminar o excesso de ácido láctico acumulado nos músculos e reestabelecer o equilíbrio homeostático e reservas de glicogênio muscular”. O tempo de viagem, bem como clima, densidade, ventilação, condições do caminhão e manejo do motorista também interferem, porém, o transporte em si é a etapa pré-abate mais importante pois irá gerar gasto de energia (glicogênio) seja pelo longo tempo ou por algum estresse sofrido. Desta forma, a etapa de descanso dos animais na chegada ao abatedouro é obrigatória, para diminuir o conteúdo gástrico e para compensar o equilíbrio homeostático e recuperar as taxas de glicogênio gastas durante o transporte e manejo no desembarque dos animais. Importante ressaltar que, o gabarito da questão não informa sobre o tempo necessário de descanso para as espécies, informa que o descanso é necessário para evitar carcaças DFD. Porém, tratando-se especificamente de suínos, apesar do descanso também ser obrigatório, é concordante que a falta desta etapa também pode resultar em carcaças PSE. Apesar de a questão tratar de animais de açougue no geral e a falta de descanso normalmente gerar carcaças do tipo DFD, há casos em suínos em que pode gerar carcaças PSE, logo, entende-se que a questão pode conter duas opções corretas, julgando procedente para anular a questão neste caso.

Fontes:

- BRAUN, J. A. O bem-estar animal na suinocultura. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL VIRTUAL SOBRE QUALIDADE DE CARNE SUÍNA, 1, 2000, Concórdia. RESUMOS. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2000. P. 1-3.

- DALLA COSTA, O. A. Efeitos do manejo pré-abate no bem-estar e na qualidade de carne de suíno. Jaboticabal: UNESP, 2005. 160p. Tese (Doutorado em Ciências Veterinárias), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, 2005.
- GALLO, C. Transporte e bem-estar animal. Ciência Veterinária nos Trópicos, v. 11, n. 1, p. 70-79, 2008.
- ROÇA, R. O. Abate humanitário: manejo ante-mortem. Revista Tec Carnes, v. 3, n. 1, p. 7-12, 2001.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta um caso clínico de toxi-infecção alimentar de uma mulher após a ingestão de ostras e pergunta sobre o **possível** microrganismo envolvido na doença. Bactérias do gênero *Salmonella* spp. podem estar presentes em qualquer alimento contaminado, assim como as do gênero *E. coli* sp. Porém, considerando dados estatísticos de ocorrência em ostras, a maior prevalência é de bactérias halófitas ou halotolerantes (que precisam ou toleram a presença do sal), neste caso como os *Vibrios*. Por exemplo, no estudo intitulado “Patógenos e microorganismos presentes na ostra nativa *C. gasar* cultivada em ambiente estuarino do Nordeste do Brasil” foi observado que o Número mais Provável de Coliformes (NMP) nas ostras e na água foram considerados próprios segundo as legislações vigentes, *Vibrio* sp., obteve baixa colonização (mas com presença) e *Salmonella* sp. não foi observada, ou seja, ausência de *Salmonella*.

Fonte:

- Mendes, D. C. S., Rodrigues, D. T. A., Gomes, H. M., Lenz, T. M., Silva, C. M., & Antonio, I. G. (2023). Pathogens and microorganisms in the mangrove oyster *Crassostrea gasar* cultivated in an estuarine environment in Northeast Brazil. *Brazilian Journal of Biology*, 83, e272789.

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Os produtos emulsionados destacam-se entre os produtos cárneos embutidos e dentre os emulsionados, os principais representantes são as mortadelas e salsichas. Uma emulsão é definida como sendo uma suspensão coloidal de dois líquidos não solúveis entre si (imiscíveis), mas que, se mantém harmoniosamente dispersos um no outro pela ação de proteínas que atuam com agente emulsificante (SHIMOKOMAKI et al., 2003).”

A legislação brasileira define mortadela como o produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes de animais de açougue, acrescido ou não de toucinho, adicionado de ingredientes, embutido em envoltório natural ou artificial, em diferentes formas, e submetido ao tratamento térmico adequado (BRASIL, 2000). A salsicha é definida como o produto cárneo industrializado, obtido da emulsão de carne de uma ou mais espécies de animais de açougue, adicionados de ingredientes, embutido em envoltório natural, ou artificial ou por processo de extrusão, e submetido a um processo térmico adequado (BRASIL, 2000).

A linguiça é um produto reestruturado de massa grossa, obtido de carnes de animais de açougue, adicionados ou não de tecidos adiposos, ingredientes, embutido em envoltório natural ou artificial, e submetido ao processo tecnológico adequado. A linguiça toscana especificamente é o produto cru e curado obtido exclusivamente de carnes suína, adicionada de gordura suína e ingredientes. Não sendo permitida a adição de proteínas não cárneas na mesma (BRASIL, 2000).

Desta forma, entende-se que pela própria legislação brasileira, linguiças não são produtos emulsionados. Os condimentos não são ingredientes que conferem uma emulsão e os sais de cura são adicionados com o objetivo de aumentar a conservação do produto e características sensoriais.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da agricultura pecuária e abastecimento. Instrução normativa Nº 4, de 31 de março de 2000, que aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de carne mecanicamente separada, de mortadela, de lingüiça e de salsicha. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil Brasília, 05 abr. 2000.
- SHIMOKOMAKI, M.; ODA, S. H. I.; SOARES, A. L.; LARA, J. A. F.; YAMASHITA, F.; IDA, E. I. Segurança e Qualidade para os embutidos. Revista da Carne, n.317, 2003.

Cargo: Agente Cultural II

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguês habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se aspectos estruturais, intenção e necessidade comunicativa, é correto afirmar acerca do texto apresentado que exemplifica tipologia”, a alternativa “**B**) expositiva; a apresentação de fatos de forma objetiva é uma característica encontrada na constituição do texto.” foi adequadamente indicada como correta. Tipologia textual são os diferentes tipos de textos criados em determinados contextos, que dependem da intenção e necessidade de comunicação. Ou seja, esse tipo de classificação de um texto depende dos seus aspectos sintáticos, tempos verbais empregados, objetivo comunicativo, etc. Por exemplo: notícias de TV são compostas por tipos textuais, para escrevê-lo é necessário o uso do tipo textual expositivo assim como a reportagem, conforme o texto em análise. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de texto: Tipologia narrativa, Tipologia descritiva, Tipologia dissertativa, Tipologia expositiva, Tipologia injuntiva, Tipologia narrativa. Na literatura existem inúmeros tipos de texto. Um dos mais utilizados é o texto narrativo. Esse tipo de texto tem a função de contar uma história, no qual existe um enredo onde as ações dos personagens são desenvolvidas pelo tempo e espaço. Assim, o texto narrativo precisa conter uma estrutura básica composta por: Apresentação: é a introdução do seu texto, onde você apresenta as principais características do texto, como: personagens, tempo e espaço. Desenvolvimento: é onde as ações dos personagens se desenvolvem a partir de uma sequência de acontecimentos movidos pelo tempo e espaço da narrativa. Clímax: é o ponto forte da sua narrativa, geralmente quando ocorre a reviravolta Desfecho: é a parte final da narrativa, onde você revela o destino das personagens. Características principais da tipologia narrativa: As características principais da tipologia narrativa é o que chamamos de 5 elementos da narrativa, que é composto por: Enredo: é o que vai designar sua história. De acordo de como vai ser contado, pode ser classificado em dois tipos: enredo linear (cronológico) e enredo não linear (não cronológico); Narrador: existem três tipos de narrador, o observador (que não faz parte da história, somente conta), narrador personagem (que está inserido na história) e narrador onisciente (o narrador que sabe tudo da trama, por exemplo, sentimentos de personagens, pensamentos, etc.); Personagens: são eles quem vão fazer parte da história, podendo separar entre personagens principais e personagens secundários; Tempo: marca o momento em se desenvolve a trama; Espaço: representa o local onde a história se desenrola. Encontra o texto narrativo em diversos gêneros textuais, como: romances; novelas; contos; fábulas; crônicas. Exemplo de texto narrativo. Abaixo, acompanhe a fábula “A raposa e as uvas”: Uma raposa estava com fome e viu um delicioso cacho de uvas pendurado numa parreira. Decidida, fez vários esforços para alcançá-la, mas não conseguiu cumprir a missão. Foi aí que, com ar de desdém, resolveu ir embora, afirmando: “Estão verdes”. Tipologia descritiva A tipologia descritiva tem como objetivo descrever as características de uma pessoa, objeto ou ideia. Esse tipo de texto faz com que a pessoa leitora idealize a imagem passada através da escrita. Como todo texto, também é preciso seguir uma estrutura, que se baseia em: Introdução: apresentação sobre quem ou o que será descrito; Desenvolvimento: realização da descrição Conclusão: fechamento do texto. Existem duas maneiras de utilizá-la, com a descrição objetiva e subjetiva. Na descrição objetiva não há juízo de valor ou opinião. A imparcialidade é a principal característica desse tipo de descrição. Tem o objetivo de apontar de maneira verossímil os atributos de alguma coisa (alto, baixo, escuro, claro, grande, pequeno) Já a descrição subjetiva é o contrário, a opinião de quem está descrevendo aparece de forma muito clara. Assim, tem o objetivo de influenciar a pessoa leitora através de um juízo de valor sobre o que está sendo descrito. Vejamos um exemplo: Descrição objetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de obras de arte. (Não há opinião sobre o que é observado). Descrição subjetiva: O Museu de Arte de São Paulo está repleto de artes belíssimas e recomendo muito. (Pelo uso dos adjetivos, é visível as impressões da pessoa autora). Características principais da tipologia descritiva. Esse tipo de texto deve apresentar impressões de algo para a pessoa leitora. Assim, os elementos básicos do texto descritivo são: A apresentação do que você quer descrever; A descrição propriamente dita, que pode ser objetiva (realista) ou subjetiva (impressões pessoais da pessoa autora). Onde é possível encontrar esse tipo de texto? O texto descritivo está presente em muitos gêneros textuais, mas podemos ver uma forte presença de descrição em: relatos históricos; anúncios; cardápios; relatórios; biografias. Exemplo de texto descritivo: O texto descritivo precisa descrever algo para que a pessoa que está lendo tenha uma imagem daquilo, um bom exemplo é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Tipologia dissertativa: Na tipologia dissertativa, o texto tem o objetivo de defender

uma ideia baseada na argumentação e desenvolvimento de um tema. Quem escreve precisa persuadir o leitor com opiniões e fatos ou simplesmente apresentar um tema ou assunto. Sua estrutura também é bem simples, pois, se divide em três partes, que são: Introdução: apresenta a ideia ou assunto que será dissertado; Desenvolvimento: é a maior parte do texto, em que você apresenta seus argumentos a favor ou contra o tema; Conclusão: geralmente, na conclusão, propõe uma nova ideia, que pode ser a solução do tema proposto. Características principais da tipologia dissertativa: Esse tipo de texto pode ser classificado de duas formas: Dissertativo expositivo: Não tem intenção de persuadir o leitor, usa-se apenas como exposição de ideias. Dissertativo argumentativo: precisa convencer a pessoa que está lendo seu texto, logo, é indispensável o uso de argumentação e contra argumentação. Esse tipo de texto depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, etc. A função do texto dissertativo é esclarecer e informar o leitor sobre um determinado tema. Geralmente, encontramos esse tipo de texto em: Jornais; Artigos de opinião; Resenha crítica; Dissertação argumentativa; Redação; Monografia; Tese acadêmica; Artigos científicos. Exemplo de texto expositivo: Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A tipologia expositiva, apresentada na questão em análise, fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Então, apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. E assim, discutir e explicar sobre um determinado tema. Texto informativo-expositivo: passa informações, sem que haja juízo de valor. Texto expositivo-argumentativo: foca na argumentação de um determinado tema, em defesa da própria opinião. A alternativa “**C**) dissertativa; o uso de argumentação e contra argumentação presentes no texto contribuem para sua constituição.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- BAZERMAN, Charles. Gênero, agência e escrita. In: BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). Tradução e adaptação: HOFFNAGEL, Judith Chambliss - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça. Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentido do texto. Ed. Contexto.
- PLATÃO E FIORIN. Para entender o texto. Ática.
- Editora Conceitos.com (ago., 2015). Conceito de Sequência Narrativa.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A expressão “optam por não ter filhos” teria sua correção gramatical preservada caso fosse substituída por:”, a alternativa “**D**) “optam entre ter filhos ou não os ter”.” foi corretamente indicada como correta. “optam por não ter filhos” optar por, entre. A alternativa “**C**) “optam em não ter filhos”.” não poderia ser indicada como correta, pois, a regência “optar em” não está de acordo com a norma padrão da língua. Em à correção semântica, não foi determinado pelo enunciado que a alternativa indicada com correta deveria preservá-la. A alternativa “**B**) “optam a não ter filhos”.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**A**) “optam não ter filhos”..” não pode ser classificada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “‘Quando era jovem, sonhava em ter um filho que se parecesse comigo’, conta Lee à DW. ‘Eu queria brincar com ele, que lêssemos juntos e gostaria de lhe mostrar muito do mundo. Mas percebi que a realidade não é tão simples’.” (5o§). A introdução utilizada pode ser identificada como:”, a alternativa “**C**) Citação expressa de autoria indicada a seguir.” foi adequadamente indicada como correta.

Tipos de aspas duplas [“ ”]: Aspas simples [‘ ’]: As aspas podem ser utilizadas no início e no final de uma citação, conforme o trecho em análise. Também para Indicar estrangeirismos, neologismos ou gírias, indicar que um vocábulo foi escrito propositalmente de forma incorreta, apontar o uso de um termo aproximado ao sentido que se deseja expressar, destacar uma ironia e outras expressões, em títulos de livros e de filmes, nomes de jornais e de revistas. Citação é o ato de referir-se a algum texto. Citação direta: é a transcrição literal de um texto. Citação indireta: ocorre quando a pessoa que escreve o texto aborda a ideia de outro autor usando as suas próprias palavras. Citação de citação: acontece quando se cita uma citação do autor citado. A alternativa “**B**) Questionamento feito por Lee a si mesma.” não pode ser indicada como correta. Em momento algum ocorre questionamento (perguntas), mas sim a expressão de uma reflexão. A alternativa “**D**) Definição de um conjunto de ideias sobre a vida.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA	VERDE
07	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a organização das informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que são apresentadas na sequência:”, a alternativa “**C**) Identificação do tema, exemplificação específica, problema indicado em um grupo maior.” foi adequadamente indicada como correta.

“ Dados mostram queda na natalidade no país, chegando ao seu mínimo histórico. Mulheres culpam pressão social por serem as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e os desafios de conciliar família e carreira. Quando ela era mais jovem, Hyobin Lee tinha o desejo de ser mãe. Mas, chegou a um ponto em que teve que tomar uma difícil decisão – e acabou optando por sua carreira em vez de uma família. Agora, é uma acadêmica de sucesso na cidade sul-coreana de Daejeon.

Lee, de 44 anos, é apenas uma entre milhões de mulheres sul-coreanas que decidiram conscientemente não ter filhos – levando a taxa de natalidade do país para um novo mínimo histórico.

A taxa de natalidade– o número médio de nascimentos por mulher – diminuiu para 0,72 no ano passado, de acordo com estatísticas preliminares divulgadas pelo governo da Coreia do Sul nesta semana. O número é abaixo dos 0,78 do ano anterior e dá seguimento a um declínio anual gradual desde 2015.”

A alternativa “**A**) Apresentação do tema, exposição de exemplos, inserção de ideias contrastantes.” não pode ser considerada correta, pois não há ideias contrastantes. O uso da licença parental entre homens e mulheres, os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade e a vitória de Yoon Suk Yeol nas eleições presidenciais de maio de 2022, depois de ele prometer abolir o Ministério da Igualdade de Gênero e Família indicam situações que tentam resgatar e elevar o índice de natalidade, sem que haja sucesso, confirmando a existência do problema. A alternativa “**D**) Reflexão acerca do problema apresentado, inserção de números que comprovam o problema, indicação de possíveis soluções.” não pode ser considerada correta. O texto não começa com uma reflexão, mas sim apresentação do tema conforme visto anteriormente.

Fontes:

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.;

BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se o tipo textual apresentado, é possível identificar como uma de suas características o predomínio da linguagem:”, a alternativa “**C**) Denotativa”, tendo como principal objetivo apresentar informações a partir da constatação da realidade.” foi adequadamente considerada correta. “Os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade – incluindo benefícios adicionais para famílias com vários filhos e apoio a famílias monoparentais – claramente não conseguiram virar a maré, salienta Lee, e ainda tiveram a consequência imprevista de alimentar o ressentimento entre os homens.” A alternativa “**D**) Persuasiva”, propondo ao interlocutor – a partir de uma abordagem direta – posicionamento acerca do tema tratado.” não pode ser indicada como correta por não haver uma abordagem direta em relação ao interlocutor.

Denotação é a forma de uso e manifestação da linguagem em seu sentido literal, dicionarizado. A conotação é a forma de uso e manifestação da linguagem em seu sentido figurado.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão ““Os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade – incluindo benefícios adicionais para famílias com vários filhos e apoio a famílias monoparentais – claramente não conseguiram virar a maré, salienta Lee, e ainda tiveram a consequência imprevista de alimentar o ressentimento entre os homens.” (20º§).” O trecho destacado anteriormente apresenta uma expressão que, de acordo com o contexto, deve ser compreendida considerando-se o estudo de figuras de linguagem, tal expressão está corretamente indicada em:”, a alternativa “**A**) “Virar a maré”.” foi adequadamente considerada correta.

“Os esforços agressivos dos recentes governos sul-coreanos para aumentar a taxa de natalidade – incluindo benefícios adicionais para famílias com vários filhos e apoio a famílias monoparentais – claramente não conseguiram virar a maré, salienta Lee, e ainda tiveram a consequência imprevista de alimentar o ressentimento entre os homens.”

A linguagem figurada ou sentido figurado consiste em uma ferramenta ou modalidade de comunicação que utiliza figuras de linguagem para expressar um sentido não literal de um determinado enunciado. “Marés” são as alterações cíclicas do nível das águas do mar causadas pelos efeitos combinados da rotação da Terra com as forças gravitacionais, no texto o sentido contextual demonstra o emprego do sentido conotativo, ou seja, a utilização de uma figura de linguagem em que “maré” é uma metáfora de “situação problemática, conflituosa”.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.;

BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

BRANCA	VERDE
11	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações:

- Sueli é mais baixa que Carla, que não é a mais alta
- Sueli < Carla
- Adriana não é a mais baixa de todas, mas é mais baixa que Beatriz
- Adriana < Beatriz
- A altura de Adriana não está entre as alturas de Beatriz e Carla.

Sueli < Adriana < Carla < Beatriz

Assim, Carla será a terceira pessoa a ser atendida.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
14	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de matrizes, presente na ementa do presente concurso. De acordo com a construção da matriz N, a dupla que terá o melhor desempenho será aquela que apresentar a maior soma das linhas:

1ª Linha: 33

2ª Linha: 34

3ª Linha: 32

4ª Linha: 33

Assim, a dupla D_2 obteve a maior nota.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
15	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado:

- 20 professores deram aula para o curso de graduação em matemática
- 12 professores deram aula para outros cursos de graduação.

Não é informado se os professores são distintos. Assim, a interseção entre os dois conjuntos pode ir de 0 professores (todos distintos) até 12 professores (situação em que todos os professores que deram aula para outros cursos de graduação também deram aula para o curso de graduação em matemática).

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Do total de bonés desse baú, tem-se que $\frac{1}{4}$ dos bonés é amarelo, $\frac{1}{5}$ dos bonés é bege, $\frac{1}{3}$ dos bonés é verde e os bonés restantes são roxos. Dessa forma, $1 - \frac{1}{4} - \frac{1}{5} - \frac{1}{3} = \frac{13}{60}$ representam os bonés roxos. Logo, dentre os bonés que não são amarelos, a fração de bonés beges é dada por:

$$\frac{\frac{1}{5}}{\frac{1}{5} + \frac{1}{3} + \frac{13}{60}} = \frac{4}{15}$$

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
18	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a teoria de conjuntos envolvendo três eventos, o número de pessoas que fizeram pelo menos um dos três cursos de capacitação é

$$548 + 416 + 472 - 324 - 384 - 312 + 280 = 696$$

Como 27 funcionários não fizeram nenhum dos cursos, há um total de $696 + 27 = 723$ funcionários.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Luana começou o tratamento na terça-feira. Assim, se forem ininterruptos os dias:

Dia 1: Terça-feira
Dia 2: Quarta-feira
Dia 3: Quinta-feira
Dia 4: Sexta-feira
Dia 5: Sábado
Dia 6: Domingo
Dia 7: Segunda-feira

Assim, todo dia de tratamento múltiplo de 7 será na segunda-feira. Como 168 é múltiplo de 7, esse dia de tratamento será em uma segunda-feira. Assim, o dia 167 de tratamento, ocorrerá exatamente no domingo. Assim, o número

mínimo de dias sem o tratamento é 0.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
21	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise aos recursos, constata-se que as razões não devem prosperar atinente à mudança da alternativa correta. Sendo assim, segue abaixo o cálculo para se chegar a alternativa correta, conforme divulgado como a letra D:

Resultado	
$(x_1, x_2, x_3, \dots, x_6) = (78, 84, 120, 127, 182, 201)$	
Número total:	6
mediana:	$= \frac{x_3 + x_4}{2} = \frac{120 + 127}{2} = 123.5$

Fonte:

- PARENTI, Tatiana. Bioestatística. [Porto Alegre - SAGAH 2017]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595022072. Pag. 118-120.

BRANCA	VERDE
22	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a prevalência é dada pela divisão entre o número de pessoas doentes e o número de pessoas expostas, e na questão não fala sobre o número de pessoas doentes, e nem de pessoas expostas. Apenas sobre a população total. Os dados necessários para elucidar a questão estavam anteriores a questão, 21, devendo servir de base para responder a ambas.

Ademais, a tabela mostra o número de casos de febre amarela no decorrer dos anos. A prevalência descreve a força ("volume") com que subsistem os agravos à saúde/doenças nas populações, permitindo comparar no tempo e no espaço, a distribuição da doença de acordo com características de interesse da população exposta, tais como idade, sexo, cor da pele, renda, entre outros. Pode-se referir à totalidade de casos de um agravo à saúde/doença em um determinado local e período de tempo - prevalência lápsica (no período) - ou a totalidade de casos em um ponto específico no tempo (dia ou mês) - prevalência instantânea, também denominada de pontual ou momentânea. No cotidiano dos serviços de saúde, quando se usa a prevalência como indicador, normalmente se calcula a à lápsica devido à maior facilidade para o seu cálculo.

Por fim, sustenta o recurso que a alternativa correta da questão é a alternativa A, prevalência de febre amarela para uma população de 79200 habitante cuja prevalência media é de 132 casos é de 1 caso/1000 habitantes e não a alternativa C- 10 casos/1000 que está no gabarito preliminar. Contudo, o cálculo foi realizado de maneira incorreta, razão pela qual mantém-se o gabarito preliminar, conforme foi divulgado.

Fontes:

- FERNANDA, J.; SOARES, S. Medidas de Frequência em Epidemiologia. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/asst_modulo_5_medidas_de_frequencia_em_epidemiologia.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

- DE PRINCÍPIOS, M. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE Organização Mundial da Saúde - Representação Brasil. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_3.pdf>.

BRANCA	VERDE
23	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a alternativa “D” apresenta um erro de digitação, contendo duas assertivas “I” e “II” e que isso poderia levar o candidato a se confundir. Contudo o enunciado é claro e pede que seja escolhida a alternativa com os “objetivos” corretos. Todas as assertivas estão corretas, logo, assinalar a alternativa “D” deixaria uma das assertivas corretas de fora da resposta, tornando então, essa possibilidade irrelevante.

Dessa forma, mantém-se gabarito preliminar divulgado como alternativa A.

Fonte:

- BRASIL. Pacto pela Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-dos-sus/articulacao-interfederativa/cit/pacto-pela-saude>>

BRANCA	VERDE
28	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há dupla interpretação e mais de uma alternativa correta, porém segue correção dos itens:

I - Sejam destinadas às ações e serviços públicos **e privados** de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito [incorreto, o correto seria: sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito]

II - Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação [correta]

III - **Não** sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, aplicando-se a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população [incorreta, o correto seria: sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população].

Portanto apenas a assertiva II está correta.

Fonte:

- BRASIL, **Lei Complementar** nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm>

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam os recursos que existem 2 alternativas corretas, a letra “A”, conforme o gabarito e a letra “B”, pois a grafia correta é **adsCrita** e não **AdsTrita**, como consta na prova. Como trata-se de uma pergunta negativa, ou seja, qual alternativa está incorreta, pode induzir o candidato a entender que a alternativa está errada.

Dessa forma, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>

BRANCA	VERDE
32	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; dispõe que: Art. 183. Prescreverá: I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; b) à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei Penal como crime, prescreverá juntamente com este. Portanto, há fundamento jurídico no dispositivo informado para tratar do assunto prescrição.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 183. Prescreverá: I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão; II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas: a) à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo; b) à cassação da aposentadoria ou da disponibilidade. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei Penal como crime, prescreverá juntamente com este.

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Devemos entender as leis constantes do programa do concurso como as leis em vigor no momento da publicação do edital. Uma emenda à LO realizada em 2017, integra a redação da lei modificada. Sendo assim, houve sucessão de textos normativos que devem ser de conhecimento do candidato.

A Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, promulgada em 05 de Junho de 1990, com as alterações promovidas pelas Emendas no 01/1991 a 80/2020, retirada do endereço eletrônico <https://www.cmpa.mg.gov.br/Arquivos/Downloads/LOM%20Pouso%20Alegre%20Atualizada%20Emenda%2080-2020%20Vers%C3%A3o%202021.pdf>, possui a seguinte redação do art. 231: “O Museu Histórico Tuany Toledo, da Câmara Municipal, criado pela Resolução nº 219, de 21 de maio de 1984, com a denominação de galeria, retificada pela Resolução nº 368, de 02 de abril de 1990, será depositário dos arquivos, documentos, publicações fotografias, acervo audio-visual e similares da Câmara Municipal, bem como de doações de origem pública ou privada que assim manifestarem interesse”, sendo assim, correto o item.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, promulgada em 05 de Junho de 1990, com as alterações promovidas pelas Emendas no 01/1991 a 80/2020, art. 231: O Museu Histórico Tuany Toledo, da Câmara Municipal, criado pela Resolução nº 219, de 21 de maio de 1984, com a denominação de galeria, retificada pela Resolução nº 368, de 02 de abril de 1990, será depositário dos arquivos, documentos, publicações fotografias, acervo audio-visual e similares da Câmara Municipal, bem como de doações de origem pública ou privada que assim manifestarem interesse.

BRANCA	VERDE
34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O próprio art. 177, II, da Lei municipal 1.042/71, trazido pelo primeiro recorrente que nos responde: “Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: (...) II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.” Ao verificarmos os incisos do art. 163 indicados neste dispositivo, encontramos: “Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências;”. Sendo assim, é claro o Estatuto dos Servidores ao punir com Repreensão a desobediência e falta de cumprimento do dever de guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências. A argumentação de que duas ações foram cometidas, e de que por isso haveria duas punições distintas, contraria o artigo 177, II, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Do exposto, improcedente o recurso com manutenção de gabarito.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre; Art. 163. São deveres do funcionário: (...) VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição e sobre os despachos, decisões e providências; (...) Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163.

BRANCA	VERDE
35	33

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicato e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas. Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.”. Alega que a letra C da questão deve ser considerada correta.

Razão assiste ao recorrente, percebe-se que antes da realização do processo administrativo, informado no art. 192, deverá haver, previamente, nos termos no art. 191, parágrafo único, a realização de sindicância. Este fato não invalida a alternativa apontada como certa no gabarito, letra D, porém, deixa a questão com duas alternativas possíveis, como corretas, letras C e D.

Do exposto, procedente o recurso com anulação da questão por dupla resposta, questões C e D, estão corretas.

Fonte:

- Lei Ordinária nº 1.042, de 25/05/1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Alegre: Art. 176. A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito de aperfeiçoamento profissional do funcionário. Art. 177. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes: I - reincidências das infrações sujeitas à pena de advertência; II - de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previstos nos incisos VII a XIII do art. 163. Art. 178. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada: I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente; II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão. Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço. Art. 179. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a administração pública; II - o abandono do cargo ou falta de assiduidade; III - incontinência pública, escandalosa e embriaguez habitual; IV - insubordinação grave em serviço; V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa; VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos; VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal; VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal; IX - transgressão de qualquer dos itens dos arts. 164 e 165 deste Estatuto. (...) Art. 192. As penas de demissão de funcionário, de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa do processado. Art. 193. São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

BRANCA	VERDE
36	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão pede que sejam avaliadas **as neoplasias de glândula salivar que ocorrem na boca**, grifo nosso. Neste contexto, temos:

Em relação ao primeiro item: O palato é a localização mais frequente das neoplasias de glândula salivar menor, portanto o item está **INCORRETO**.

Em relação ao segundo item: O carcinoma mucoepidermoide é a neoplasia de glândula salivar menor mais frequente representando 13 a 23% de todas as neoplasias, portanto o item está **CORRETO**.

Em relação ao terceiro item: As neoplasias de lábio são mais comuns no lábio superior. Representando de 74 a 87% de todas as neoplasias de lábio, o item está **CORRETO**.

Em relação ao quarto item: A maioria das neoplasias do assoalho de boca e da língua é maligna, portanto o item está **INCORRETO**.

Fonte:

- Patologia Oral e Maxilofacial. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 11.

BRANCA	VERDE
37	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item I, a técnica de Donovan é indicada quando a radiografia oclusal do método de Miller- Winter não registra inteiramente o terceiro molar inferior não irrompido, portanto o item está **CORRETO**.

Em relação ao item II, para sua execução, o método de Clark necessita de duas incidências radiográficas utilizando-se

filmes periapicais, portanto o item está **INCORRETO**.

Em relação ao item III, o método de Parma é indicado quando a radiografia periapical convencional não registra inteiramente o terceiro molar inferior não irrompido, portanto o item está **INCORRETO**.

Em relação ao item IV, o método de Miller-Winter é indicado na localização radiográfica de dentes não irrompidos (em geral, o terceiro molar inferior), de corpos estranhos e de processos patológicos na mandíbula, portanto o item está **CORRETO**.

Fonte:

- Fundamentos de Odontologia Radiologia Odontológica e Imaginologia. Autores Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. 3ª edição. Editora Santos. 2020. Capítulo 8.

BRANCA	VERDE
38	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item A, os pacientes com ulcerações aftosas menores são os que sofrem menos recidivas e, individualmente, as lesões exibem a duração mais curta das três variantes. Portanto o item está **INCORRETO**.

Em relação ao item B, as úlceras observadas nas ulcerações aftosas menores surgem quase de forma exclusiva na mucosa não queratinizada. Patologia Oral e Maxilofacial. Editora Elsevier, portanto o item está **INCORRETO**.

Em relação ao item C, um dos itens que tem sido relacionado responsável, em certos grupos de pacientes pelo aparecimento de quadros de estomatite aftosa recorrente é a interrupção do hábito de fumar, portanto o item está **CORRETO**.

Em relação ao item D, dentre as desordens sistêmicas Associadas à Estomatite Aftosa Recorrente estão as condições imunossupressoras, incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV), portanto o item está **INCORRETO**.

Fonte:

- Patologia Oral e Maxilofacial. Editora Elsevier. Brad W. Neville, Douglas D. Damm, Carl M. Allen, Angela C. Chi. Capítulo 9.

BRANCA	VERDE
39	50

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A fermentação de carboidratos no metabolismo anaeróbico das bactérias resulta na produção de ácidos, principalmente o láctico. Após o consumo de açúcar, o pH do biofilme bacteriano diminui e, depois de aproximadamente 10 minutos, começa a voltar ao normal, até atingir seus valores basais, o que demora cerca de 60 minutos. Toda vez que se consome algum carboidrato, esse processo se repete. A cada ataque ácido, o pH permanece 15 a 20 min abaixo do Ph crítico (pH 5,5, abaixo do qual ocorre desmineralização do esmalte).

Fonte:

- Saúde Bucal Coletiva. Autor Vitor Gomes Pinto. Editora Guanabara Koogan. Ano 2019, 7a edição. Capítulo 11, página 261.

BRANCA	VERDE
40	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item I, Se a infecção oriunda do dente posterior inferior perfura o osso cortical vestibular e o periósteo, inferior à inserção do músculo bucinador, então o espaço bucal é envolvido, portanto, a afirmação está **CORRETA**.

Em relação ao item II, as infecções isoladas do espaço submentoniano são raras, causadas por infecções dos incisivos inferiores. Mais comumente, o envolvimento do espaço submentoniano é o resultado da disseminação de uma infecção do espaço submandibular, que pode, facilmente, passar ao redor do ventre anterior do músculo digástrico para entrar no espaço submentoniano. Afirmação está **INCORRETA**.

Em relação ao item III, angina de Ludwig ocorre quando os espaços perimandibulares (submandibular, sublingual e submentoniano) **são bilateralmente** envolvidos em uma infecção. A questão menciona que na angina de Ludwig a infecção de tais espaços pode ser unilateral, portanto a afirmação está **INCORRETA**.

Em relação ao item IV, quando somente o espaço pterigomandibular é envolvido, ocorre pouco ou nenhum aumento facial; contudo, o paciente quase sempre apresenta trismo significativo, a afirmação está **CORRETA**.

Fonte:

- Cirurgia Oral e maxilofacial Contemporânea. 5ª edição Editora Elsevier. Autores James R. Hupp; Edward Ellis III; Myron R. Tucker. Capítulo 16, página 322, 324, 324, 327.

BRANCA	VERDE
41	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação à alternativa I, a tabela 3.7 do livro Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. No Capítulo 3, na página 47 mostra não haver diferenças nas durações médias esperadas da anestesia pulpar e de tecidos duros utilizando-se cloridrato de lidocaína 2% + epinefrina 1:50.000 e cloridrato de lidocaína 2% + epinefrina 1:200.000. A afirmação do item, portanto, é **VERDADEIRA**.

Em relação ao item II, é difícil conseguir anestesia pulpar consistentemente confiável sem inclusão de um vasoconstritor ao anestésico local. Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. Capítulo 3, páginas 46. A afirmação é **VERDADEIRA**.

Em relação ao item III, a felipressina causa constrição da circulação venosa mais do que da circulação arterial e, portanto, tem mínimo valor para hemostasia. A afirmação é **FALSA**. Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. Capítulo 3, página 47.

Em relação ao item IV, os anestésicos locais com vasoconstritores **não são absolutamente contraindicados** para o paciente cuja condição médica tenha sido diagnosticada e esteja sob controle por meios clínicos ou cirúrgicos (ASA 2 ou 3) e se o vasoconstritor for administrado lentamente em mínimas doses depois de aspiração negativa. Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. Capítulo 3, página 47. A afirmação é **FALSA**.

Fonte:

- Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. Capítulo 3, páginas 47. 46, 47, 47.

BRANCA	VERDE
42	38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Código de Processo Ético, Resolução Conselho Federal de Odontologia nº 183/92, define o prazo prescrição de infrações ética como sendo de 5 anos, entretanto não define as situações de “vício oculto”, abordados no Código de Defesa do Consumidor. O Parecer do Conselho Federal de Odontologia 125/92 indica como sendo de 10 anos, após o último atendimento, o prazo mínimo em maiores de 18 anos. Esse parâmetro excede os 5 anos para a prescrição das infrações éticas e fica bem aquém dos prazos civis e criminais. Trata-se, portanto de uma orientação emanada do Conselho Federal de Odontologia, pois este não pode restringir direitos definidos por lei maior. Já a Lei 13.787, de 27 de dezembro de 2018 dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente, o qual determina em seu Art. 6º: “ Decorrido o prazo mínimo de 20 (vinte) anos a partir do último registro, os prontuários em suporte de papel e os digitalizados poderão ser eliminados”. Como não há esse tempo para eliminação dos prontuários dentre as alternativas apresentadas, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- A Lei 13.787, de 27 de dezembro de 2018, artigo 6º.

BRANCA	VERDE
43	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item I, a chave de oclusão normal é representada pelo modo de oclusão da cúspide mesiovestibular do primeiro molar superior no sulco mesiovestibular do primeiro molar inferior, a alternativa está, portanto, **CORRETA**.

Em relação ao item II, portadores de maloclusões classe II, Divisão 1, em geral são respiradores bucais, apresentam lábios abertos, protusão dento alveolar superior alinhada, espaçada ou apinhada e arcada inferior comumente bem alinhada, mas podendo apresentar apinhamento, o item está, portanto, **INCORRETA**.

Em relação ao item III, pacientes portadores de classe II, divisão 2, incluem-se os respiradores nasais, com lábios predominantemente fechados, o item está, portanto, **INCORRETA**.

Em relação ao item IV, as maloclusões classe III são maloclusões essencialmente esqueléticas e costumam apresentar cruzamento generalizado, com ou sem apinhamento dos dentes anteriores. Não se está afirmando, no item, que somente existe a forma esquelética da maloclusão classe III, o item está, portanto, **CORRETA**.

Fonte:

- Saúde Bucal Coletiva. Autor Vitor Gomes Pinto. Editora Guanabara Koogan. Ano 2019, 7a edição. Capítulo 18, páginas 376, 376, 376, 376.

BRANCA	VERDE
44	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item I, quando vários dentes anteriores são tratados simultaneamente e a infiltração se mostra ineficaz, o bloqueio do nervo alveolar superior anterior deve ser considerado. Quando se está tratando apenas dentes pré-molares, o bloqueio do nervo alveolar superior médio é recomendado. O item está **INCORRETO**.

Em relação ao item II, a administração lenta de solução anestésica local (definida como um minuto, no mínimo, para um cartucho de 1,8 ml) mostrou resultar em maior taxa de sucesso para a anestesia pulpar do que a administração rápida (15 segundos para um cartucho de 1,8 ml). O item está **INCORRETO**.

Em relação ao item III, a principal indicação da técnica Akinosi-Vazirani permanece nas situações em que a abertura

limitada da boca impede o uso de outras técnicas de injeção mandibular. Tais situações incluem a presença de espasmo dos músculos da mastigação (trismo) em um lado da mandíbula. O item está **CORRETO**.
Em relação ao item IV, a técnica de Gow-Gates é uma excelente alternativa ao bloqueio do nervo alveolar inferior quando estão sendo tratados molares mandibulares. O item está **CORRETO**.

Fonte:

- Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 7a edição. 2021. Capítulo 19, páginas 321, 324, capítulo 14, página 227. Capítulo 19, página 324.

BRANCA	VERDE
45	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação à primeira afirmação, na radiografia periapical dos incisivos centrais podem ser observadas dentro da cavidade nasal estruturas discretamente radiopacas, na região inferolateral, dos lados direito e esquerdo, as quais correspondem as conchas nasais. A afirmação é, portanto, **VERDADEIRA**.

Em relação à segunda afirmação, o espaço pericementário é observado radiograficamente como uma linha radiolúcida delgada contornando a periferia das raízes dentárias. A afirmação é, portanto, **FALSA**.

Em relação à terceira afirmação, nas radiografias periapicais para incisivos inferiores, o espaço pericementário aparece aumentado, devido ao maior diâmetro vestibulolingual desses dentes em relação à dimensão mesiodistal, a afirmação é **FALSA**.

Em relação à quarta afirmação, como 22% da estrutura do cimento é constituída de matéria orgânica, radiograficamente e em condições normais, é impossível distingui-lo da dentina (que possui 17,5% de matéria orgânica), por apresentar-se com a mesma radiopacidade, além de ter espessura extremamente fina. A afirmação é **VERDADEIRA**.

Fonte:

- Fundamentos de Odontologia Radiologia Odontológica e Imaginologia. Autores Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. 3ª edição. Editora Santos. 2020. Capítulo 11, página 99.

BRANCA	VERDE
46	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao item I, educação em saúde, com orientação sobre mudanças de hábitos de vida que expõem os indivíduos a fatores de risco, dando ênfase para o combate específico ao uso do fumo, o item está **CORRETO**.

Em relação ao item II, encaminhamento dos casos de suspeita e de câncer confirmados para a rede de atendimento em nível terciário, o item está **CORRETO**.

Em relação ao item III, é de responsabilidade da rede básica a realização costumeira de biopsias sempre que indicado. Item é **INCORRETO**.

Em relação ao item IV, é de responsabilidade da rede básica a remoção de lesões precursoras do câncer e de fatores irritativos, como próteses desajustadas ou fraturadas. Item é **INCORRETO**.

Fonte:

- Saúde Bucal Coletiva. Autor Vitor Gomes Pinto. Editora Guanabara Koogan. Ano 2019, 7a edição. Capítulo 16, página 358, 358, 358, 358.

BRANCA	VERDE
47	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação à primeira afirmativa, após a realização de exodontia, a remoção da sutura deve observar tempo mais prolongado, pois o reparo é mais lento. A alternativa é **VERDADEIRA**.

Em relação à segunda afirmativa, não parece haver evidências concretas de que a interrupção da terapia antirreabsortiva reduza o risco de osteonecrose dos maxilares, a alternativa é **VERDADEIRA**.

Em relação à terceira afirmativa, no estágio 2 há presença de osso necrótico exposto, com intensidade maior de dor, sinais de infecção, exposição óssea e ausência de reparo. Fratura Patológica é observada no estágio 3. A alternativa é **FALSA**.

Em relação à quarta afirmativa, o estágio 1 não requer tratamento cirúrgico. O tratamento de escolha é irrigação diária com clorexidina 0,12%, além de controle clínico e radiográfico. A alternativa é **FALSA**.

Fonte:

- Lenita Wannacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan 2023. Capítulo 30, página 212, 212, 213.

BRANCA	VERDE
48	43

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar as razões recursais constatou-se a questão possui duas alternativas, conforme se depreende a seguir:

Em relação a alternativa A, todas as cefalosporinas em doses terapêuticas são bactericidas, atuando na formação da parede celular durante o processo de divisão. Alternativa **CORRETA**.

Em relação à alternativa B, as cefalosporinas de segunda geração possuem boa ação contra os anaeróbios bucais. Alternativa **INCORRETA**.

Em relação à alternativa C, as cefalosporinas de primeira geração não possuem atividade bactericida significativa. Alternativa **INCORRETA**.

Em relação a alternativa D, as cefalosporinas podem ser utilizadas como substitutos das penicilinas em pacientes com reações de hipersensibilidade tardias. Alternativa **CORRETA**.

Dessa forma, por haver mais de uma alternativa correta, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- Lenita Wannacher e Cassiano Kuchenbecker Rosing. Editora Guanabara Koogan 2023. Capítulo 21, página 145, 146.

BRANCA	VERDE
49	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação à primeira afirmativa, a infecção inicial é geralmente assintomática porque ocorre a neutralização imunológica do vírus no interior do epitélio, realizada tanto pelas próprias células epiteliais infectadas como pelas células de defesas inatas. Somente 5 a 10% das crianças contaminadas desenvolvem lesões clínicas detectáveis. As lesões da gengivostomatite herpética primária podem ser distribuídas tanto pela mucosa bucal móvel como aderida. Afirmativa **FALSA**.

Em relação à segunda afirmativa, a recidiva pode afetar a mucosa intraoral sendo denominada estomatite herpética recorrente. Afirmativa **VERDADEIRA**.

Em relação à terceira afirmativa, as lesões da gengivostomatite herpética primária podem ser distribuídas tanto pela

mucosa bucal móvel como aderida. Afirmativa **FALSA**.

Em relação à quarta alternativa, o diagnóstico das lesões herpéticas pode ser realizado de maneira segura pela apresentação clínica associada a uma anamnese detalhada. Afirmativa **VERDADEIRA**.

Fonte:

- Lesões Orais na Infância e Adolescência. Manoela Domingues Martins, Marcio Ajudarte Lopes, José Carlos P. Imperato e Sandra Kalil Bussadori. Editora Santos. 2023. Capítulo 7, páginas 80, 84, 80, 84.

BRANCA	VERDE
50	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A disseminação hematogênica da infecção dos maxilares para o seio cavernoso pode ocorrer, anteriormente, através da veia oftálmica inferior, ou, posteriormente, através das veias emissárias do plexo pterigoideo.

Fonte:

- Cirurgia Oral e maxilofacial Contemporânea. 5ª edição Editora Elsevier. Autores James R. Hupp; Edward Ellis III; Myron R. Tucker. Capítulo 16, página 324.

Cargo: Operador Aeroportuário

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado.

Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. **(ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.)**

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No conteúdo programático consta “ artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional.” O que torna o tema da questão pertinente. A alternativa CORRETA é a letra **B**. A lista com as indicações para o Oscar 2020, prêmio concedido pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos e considerado a premiação mais prestigiada do cinema, trouxe algumas surpresas em sua seleção. O processo é longo e bem mais complicado do que você talvez imagine: envolve os oito mil membros da Academia e centenas de filmes, atores, atrizes, diretores, cinematografistas, editores, compositores, entre outros. E antes mesmo de chegar a eles, para ser elegível a uma indicação, a produção deve seguir uma série de procedimentos. O processo de votação do Oscar é organizado por uma equipe da PricewaterhouseCoopers (PwC) há mais de 80 anos. São eles os responsáveis por enviar as fichas de votação e por tabular os resultados — até hoje, é tudo feito a mão e leva mais de 1700 horas até ficar pronto. Eles enviam aos membros da Academia uma lista com os candidatos passíveis de receber votos em

dezembro, e recebem tudo de volta em algum momento de janeiro, para então montar a lista. Para ser membro da Academia, é preciso fazer parte da indústria do cinema: escritores, produtores e diretores precisam ter no mínimo dois créditos em filmes, e atores precisam ter tido papéis em pelo menos três produções. Para as categorias técnicas, os requisitos são anos de carreira. Outra maneira de entrar é conseguir a indicação de pelo menos dois membros (a candidatura será então avaliada pelo comitê da Academia) ou simplesmente ser nomeado: todo mundo que recebe uma nomeação em alguma categoria do Oscar recebe um convite para participar do “clubinho”. Uma vez aprovada, a pessoa passa a fazer parte do setor em que foi escolhida. Por exemplo, o ator Ben Affleck, que hoje é também diretor, só faz parte do setor de atuação. No total, são 17 setores específicos na Academia. Para ser considerado para uma nomeação, o produtor ou distribuidor do filme deve submeter um documento chamado Official Screen Credits (OSC) até o início de dezembro. Não basta ter os créditos de todo mundo que participou da produção, é preciso provar que o filme cumpre critérios básicos: ter mais de 40 minutos, ter sido exibido (com cobrança de ingressos) no Condado de Los Angeles (com o nome do cinema onde foi exibido) e ter ficado em cartaz por pelo menos sete dias seguidos. A partir dos documentos, a PwC monta então a lista com os candidatos. Os membros podem escolher até cinco nomeados, que devem ser categorizados com base em suas preferências. Mas é cada um no seu quadrado: atores só podem nomear atores, diretores só nomeiam diretores, e assim por diante. A única categoria que recebe nomeações de todos é a de melhor filme. É definido, então, um “número mágico”, o número de votos de cada categoria que transformam um candidato em nomeado oficial. Para chegar a ele, a PwC divide o número total de fichas de votação recebidas e divide pelo total de nomeações possíveis mais um. Por exemplo: se foram recebidas 600 fichas para a categoria de melhor ator, o número é dividido por 6 (cinco nomeações possíveis mais uma), e o número mágico para a categoria é 100. A contagem começa pela primeira opção dos votantes. Os atores que chegarem ao número mágico por terem sido a primeira opção são automaticamente nomeados. Os que receberem menos votos na primeira opção são realocados para os votos na segunda opção, e assim por diante, com as cédulas redistribuídas até que o número mágico seja alcançado ou as nomeações sejam fechadas. A partir da lista de indicados, escolhidos pelo processo cuidadoso e respeitando as opções dos “especialistas” de cada categoria, a votação final é aberta para todos os membros. Ou seja: atores participam da escolha do vencedor de melhor diretor, figurino, etc. O resultado é anunciado em uma cerimônia em Los Angeles, que este ano ocorre no dia 9 de fevereiro.

Fontes:

- <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2024/01/23/oscar-indicados>.
- <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/oscar.htm>
- <http://www.filmsite.org/>
<http://cinema.terra.com.br/>

Cargo: Comprador

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado.

Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

Cargo: Técnico Desportivo

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado.

Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

Cargo: Orientador Educacional

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]”(5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um

outro termo em:", a alternativa **"B)** I e II, apenas." foi incorretamente indicada como correta.

"A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que "gostar" não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los." [...]

"O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, "insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes".

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. "Eu não quero ficar doente"; "Eu não quero essa dor de cabeça." "Eu não quero arranjar despesas". Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. "

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: "que", "quem" e "onde". Os pronomes relativos variáveis são: "o qual", "a qual", "os quais", "as quais", "cujo", "cujas", "cujos", "cuja", "quanto", "quanta", "quantos", "quantas". No excerto I "Tudo depende de que escolhas se deseja fazer." (5º §). Ao analisar o "que" no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do "que" e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do "que" é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Tendo em vista o estabelecimento das funções sintáticas dos termos da oração, analise os seguimentos a seguir e indique em qual deles há um exemplo em que a posição do sujeito na frase pode ser reconhecida como posterior ao verbo com o qual estabelece concordância gramatical.", a alternativa **"D)** "Como disse Einstein, 'insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes'. " (4º§)" foi adequadamente indicada como correta.

"Independentemente de gostar, tudo o que acontece é resultado de escolhas feitas no passado. Muitas pessoas fazem escolhas inconscientes e, por isso, acham que não estão agindo ou, de fato, escolhendo algo. O próprio fato de se abster de certas decisões é, em si, uma decisão.

O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, "insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes".

O sujeito pode ser pessoa, coisa ou animal que pratica ou sofre a ação verbal. Sujeito é um termo essencial da oração, aquele sobre o qual se declara alguma coisa. Já o predicado, outro termo essencial, é aquilo que se declara sobre o sujeito.

A alternativa **"C)** "O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo [...]" (4o§)" não pode ser considerada correta, já que o trecho destacado anteriormente classifica-se como sujeito da oração com

o qual o verbo “ser” concorda.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro e objetivo, de acordo com o edital, nos termos do Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

Fonte:

- Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro e objetivo nos termos do edital, de acordo com os Arts. 59, §1º e 60 caput e §1º da Lei Orgânica do Município somente as alternativas II e IV estão corretas e as alternativas I e III estão incorretas nos termos dos Arts. 37, §1º e 38 da referida lei.

Fonte:

- Arts. 59, §1º e 60 caput e §1º da Lei Orgânica do Município e Arts. 37, §1º e 38 da referida lei.

Cargo: Orientador Social

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe o 2º§: “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, ela cheirava embaixo das asas delas, com uma simplicidade de enfermeira, o que considerava ser o sintoma máximo de doenças, pois o cheiro de galinha viva não é de se brincar. Então pedia um remédio a uma tia”. Podemos verificar que “administrar remédio às galinhas trata-se de uma atitude inofensiva e inócua”. As demais opções de respostas são inadequadas e contrárias às informações textuais.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase final “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens”, insinua que “a menina, quando adulta, teve uma percepção diferente do amor”, levando-se em consideração que ela passou a “perceber” novas formas de amor, já que somente notava o amor entre os animais. As demais transcrições textuais são informações inexatas ao questionamento abordado.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja o preço da TV e do home x e y, respectivamente. Assim:

$$\begin{aligned}x + y &= 8759 \\y &= 0,32x \\x + 0,32x &= 8759 \\1,32x &= 8759\end{aligned}$$

$$x = 6635,60$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

São 5 figuras que se repetem, apesar de o enunciado apresentar 7 figuras ao todo, infere-se que são 5 figuras da sequência e duas repetidas, evidenciando o caráter lógico que forma a sequência.

Logo, a figura que irá ocupar a 2024ª posição será: $2024/5 = 404$ com resto 4. Logo, será a 4ª figura, conforme disposto na alternativa A.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

- a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.
- b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.
- c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro

ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito das razões recursais, tais argumentos não merecem prosperar, pois quanto à inexigibilidade de licitação, a Lei 14.133/21 estabelece:

Art. 74. É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; [...]

As demais alternativas, nos termos da Lei 14.133/2021, são hipóteses de licitação dispensável de acordo com o Art. 75 da norma supramencionada.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Cargo: Procurador

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão aborda norma inscrita na Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre que diz respeito ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo no tocante ao julgamento das contas anuais apresentadas por Prefeito e o comando da questão solicita a resposta correta em relação a essa normativa. Sendo assim, considerando que as normas do ordenamento jurídico brasileiro devem estar em consonância com a Constituição Federal, em sede de repercussão geral o STF firmou o seguinte entendimento: compete exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo. Sendo assim, o dispositivo normativo da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, ao permitir a aprovação das contas do Prefeito com base no parecer prévio do Tribunal de Contas caso a Câmara não o analise no prazo de sessenta dias, configura espécie de julgamento ficto, o que é inadmissível no ordenamento brasileiro.

Fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-pouso-alegre-mg>.
- RE 729.744/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, julgado em: 10/08/2016. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13413353>.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Emenda Constitucional nº 131/2023 promoveu alterações significativas no art. 12, § 4º da CF/1988, no que diz respeito à perda da nacionalidade brasileira. Portanto, de acordo com a Constituição Federal de 1988 são hipóteses de perda da nacionalidade brasileira: no caso de brasileiro naturalizado que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, ou quando o brasileiro fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. Portanto, pela nova dicção do art. 12, § 4º da CF/1988, os brasileiros poderão adquirir outras nacionalidades de forma voluntária ou por imposição, ou seja, ter múltiplas nacionalidades, sem que isso importe na perda da nacionalidade brasileira. O art. 12, § 5º da CF/1988 diz que a renúncia da nacionalidade não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira, nos termos do que dispuser a lei. Portanto, João perderá a nacionalidade brasileira se assim requerer de forma expressa, mas que não é ato irrevogável, pois João poderá readquiri-la, observados os requisitos legais.

Fonte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fenômeno da recepção das normas opera com o recebimento, na nova ordem constitucional, das normas infraconstitucionais editadas em períodos anteriores. Para que uma norma seja recepcionada pelo novo ordenamento jurídico são necessários alguns requisitos, dentre os quais está a necessidade de compatibilidade material com a nova Constituição, não sendo necessário, nesse contexto, aferir a sua compatibilidade formal, uma vez que a norma anterior poderá ser recepcionada no novo ordenamento constitucional com uma nova roupagem. Sendo assim, está incorreta a primeira assertiva do enunciado da questão. A análise da constitucionalidade de uma norma anterior à nova Constituição deverá ter como parâmetro a Constituição vigente à época de sua edição, não se admitindo no ordenamento jurídico brasileiro a figura da inconstitucionalidade superveniente. Portanto, se a lei Y apresentar incompatibilidade material com a Constituição de 1988 ela não será recepcionada pelo novo ordenamento constitucional e, conseqüentemente, restará revogada. Nesse sentido, correta a afirmativa do enunciado da questão que diz que a incompatibilidade da Lei Y com a Constituição de 1988 tem como consequência a sua revogação.

Fonte:

- LENZA, Pedro. Direito constitucional. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Constituição de 1988 em seu art. 148 permite à União instituir empréstimo compulsório. O art. 150, § 1º da CF/1988 exclui a incidência do princípio da anterioridade para a instituição de empréstimo compulsório quando para atender às despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública. Portanto, nesse caso, poderá a União instituir o empréstimo compulsório e exigí-lo no dia seguinte, sendo incorreta a alternativa da questão que afirma ser vedado instituir empréstimo compulsório sem observância do princípio da anterioridade tributária, vez que a própria Constituição faz permissão na hipótese mencionada.

Fonte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais, de um lado, afirmam que não há amparo no conteúdo programático do concurso para a cobrança do conhecimento exigido na questão e, de outro, que a terceira assertiva para análise estaria incorreta, fazendo-se necessária a mudança de gabarito.

Pois bem, inicialmente assente-se que o edital prevê o seguinte tópico no conteúdo programático: “48 Tribunais de Contas e suas atribuições. Jurisprudência e Súmulas.”. Desse modo, afasta-se violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, havendo respaldo para a questão.

A respeito da afirmativa “A multa aplicada ao agente público, em decorrência de atos de gestão irregulares, não alcança os seus sucessores no caso de falecimento”, tem-se que esta é verdadeira. Conforme expresso no enunciado da questão, busca-se o conhecimento do candidato acerca dos enunciados de súmula exarados pela Corte de Contas mineira. As razões recursais trazem julgado do TCU, com particularidades próprias.

Assim, frise-se que a Súmula 121 (Publicada no D.O.C. de 18/12/13 - pág. 02 e no D.O.C. de 10/06/14 – pág. 06) está em vigor, inclusive sendo esta utilizada para julgamentos recentes do TCEMG. Vide, a título de exemplo:

- Auditoria n. 1024550, rel. Conselheiro Substituto Victor Meyer, publicação em 1º de outubro de 2020)
- Julgamento do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 980402.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a afirmativa “A lei específica autorizadora da criação das estatais é, segundo a Constituição, a ordinária, restringindo-se a exigência de Lei Complementar apenas para as fundações” estaria incorreta. Todavia, ressalte-se que o termo “estatais” é extensível às fundações, também incluídas no gênero das entidades criadas pelo Estado.

Assim sendo, não há incorreção ao afirmar que a lei específica para autorização da instituição de fundação deve ser ordinária; contudo, exige a CRFB/88 que lei complementar venha a regulamentar e definir suas áreas de atuação.

Frise-se, ainda, que o enunciado encontra respaldo na ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (Origem: MT - MATO GROSSO; Relator: MIN. EDSON FACHIN; Plenário, Sessão Virtual de 31.3.2023 a 12.4.2023).

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que o Tema 1.004 do STJ traz exceções que tornam a alternativa “B” incorreta, fazendo-se necessária a anulação da questão.

Não procedem tais argumentos, conforme remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vide:

- REsp 920.170/PR, Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, julgado em 09/08/2011;
- REsp 1750660/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2021, DJe 11/05/2021.

Ademais, descabe a extrapolação de informações não presente no enunciado sob análise na prova. Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao analisar a questão e suas afirmativas constata-se que, de acordo com a Lei nº 13.300/2016 estão corretas as afirmativas I, II e III. Contudo, não há esta opção dentre as alternativas elencadas na questão, razão pela qual a questão foi anulada.

Fonte:

- Arts. 4º §2º e 9º §1º da Lei 13.300/2016 e Arts. 12, inciso III e 13 parágrafo único da referida lei.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há uma alternativa correta de acordo com os Arts. 11 e 15 da Lei 4717/65 somente as alternativas III e IV estão corretas e segundo o Art. 7º, incisos II e IV da referida lei as alternativas I e II estão incorretas.

Fonte:

- Arts. 11 e 15 da Lei 4717/65 e segundo o Art. 7º, incisos II e IV da referida lei.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa correta e a mesma está de acordo nos termos do Art. 308 do CPC e as demais alternativas estão incorretas nos termos dos Arts. 303, caput e §6º e 311, inciso I do CPC.

Fonte:

- Art. 308, Arts. 303, caput e §6º e 311, inciso I do CPC.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa correta de acordo com o Art. 57 do CPC e as demais estão incorretas de acordo com os Arts. 64, §1º, 56 e 63 §3º do CPC.

Fonte:

- Art. 57 do CPC e os Arts. 64, §1º, 56 e 63 §3º do CPC.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É inconstitucional norma estadual que concede benefícios fiscais de ICMS em operações que envolvam produtos originados em seu próprio território. Essa norma viola o art. 152 da CF/88, que proíbe a discriminação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino. O entendimento paradigmático que ampara o gabarito ataca diretamente o que foi questionado pelo enunciado, nenhuma das outras alternativas logra êxito nesse sentido.

Fonte:

- STF. Plenário. ADI 5363/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 12/9/202

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Por meio da exegese pela qual se articula artigo 114 do CTN e artigo 62 da CRFB/88, se alcança o entendimento que o Fato gerador da obrigação tributária principal é definido em lei ou ato de igual hierarquia como a Medida Provisória. Assim, depreende-se que: “Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência”, bem como “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. Considerando que a Medida Provisória apresenta força de lei, reitera-se, fundamentadamente o gabarito.

Fonte:

- artigo 114 do CTN e artigo 62 da CRFB/88.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os casos de autolançamento, quando o sujeito passivo declara o tributo devido, aguardando a homologação fazendária, não se pode invocar o art. 138, CTN. Súmula n. 360 do STJ: o benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

Fonte:

- Súmula n. 360 do STJ.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, pelos motivos a seguir expostos: Vejamos as explanações das afirmativas presentes na questão.

A primeira afirmativa é verdadeira.

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ART. 128, §§ 4º E 5º DA LEI N. 8.213/1991. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. CESSÃO DE CRÉDITO INSCRITO EM PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. ART. 100, §§ 13 E 14, DA CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ART. 114 DA LEI N. 8.213/1991. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DO BENEFÍCIO PER SE QUE NÃO OBSTA A CESSÃO DE CRÉDITO ORIUNDO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA INSCRITO EM PRECATÓRIO. VIABILIDADE DE CONTROLE JUDICIAL EX OFFICIO DO NEGÓCIO JURÍDICO DE TRANSMISSÃO CREDITÍCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 168, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, no caso, o Código de Processo Civil de 2015.

II - A jurisprudência deste Tribunal Superior considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

III - A cessão de créditos inscritos em precatórios, autorizada pelo Art. 100, §§ 13 e 14, da Constituição da República, permite ao credor, mediante negociações entabuladas com eventuais interessados na aquisição do direito creditício com deságio, a percepção imediata de valores que somente seriam obtidos quando da quitação da dívida pelo Poder Público, cujo notório inadimplemento fomenta a instituição de mercado dos respectivos títulos, abrangendo, inclusive, as parcelas de natureza alimentar.

IV - Conquanto o princípio da intangibilidade das prestações da Previdência Social, estampado no Art. 114 da Lei nº 8.213/1991, vede a cessão dos benefícios per se, obstando, por conseguinte, a alienação ou transmissão irrestrita de direitos personalíssimos e indisponíveis, ao titular de crédito inscrito em precatório, inclusive o oriundo de ação previdenciária, faculta-se a transferência creditícia do título representativo a terceiros, porquanto direito patrimonial disponível passível de livre negociação.

V - A possibilidade de cessão de precatórios decorrentes de ações previdenciárias não impede o juiz de controlar ex officio a validade de sua transmissão, negando a produção de efeitos a negócios jurídicos eivados de nulidade, independentemente de ajuizamento de ação própria, como dispõe o Art. 168, parágrafo único, do Código Civil.

VI - Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

REsp 1896515 / RSRECURSO ESPECIAL 2020/0126714-5

A segunda afirmativa é verdadeira

Súmula 655

A exceção prevista no Art. 100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=3870714&numeroProcesso=612707&classeProcesso=RE&numeroTema=521>

A terceira afirmativa é verdadeira.

Tema 521 - Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.

O pagamento parcelado dos créditos não alimentares, na forma do Art. 78 do ADCT, não caracteriza preterição indevida de precatórios alimentares, desde que os primeiros tenham sido inscritos em exercício anterior ao da apresentação dos segundos, **uma vez que, ressalvados os créditos de que trata o Art. 100, § 2º, da Constituição,[...]**

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=3870714&numeroProcesso=612707&classeProcesso=RE&numeroTema=521>

A quarta afirmativa é verdadeira

Tema 521 - Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.

[...] o pagamento dos precatórios deve observar as seguintes diretrizes: (1) a divisão e a organização das classes ocorrem segundo o ano de inscrição; (2) inicia-se o pagamento pelo exercício mais antigo em que há débitos pendentes; (3) quitam-se primeiramente os créditos alimentares; depois, os não alimentares do mesmo ano; (4) passa-se, então, ao ano seguinte da ordem cronológica, repetindo-se o esquema de pagamento; e assim sucessivamente.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar.

Vejamos as explanações das afirmativas presentes na questão:

I. CORRETO.

Assim dispõe a afirmativa: “É absoluta a vedação constitucional sobre a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Vejamos o texto constitucional que a torna a afirmativa supra correta:

Art. 167. São vedados:

(...)

X - A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Cabe frisar que a afirmativa está de acordo com o disposto na CF/1988 em vigência até a presente data.

II. INCORRETA. A presente alternativa requer conhecimento acerca da renúncia de receita, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Nesse sentido, o Art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece o seguinte:

Art. 14. (...)

(...)

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter NÃO GERAL, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Assim, com base nos trechos destacados acima, está **INCORRETA**.

III. CORRETO. A justificativa pode ser obtida na letra "E" e "F" do inciso I do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei nº 101/2000):

"Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no Art. 9º e no inciso II do § 1º do Art. 31;
- e) **normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;**
- f) **demaís condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas."**

Fontes:

- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há apenas uma alternativa correta, nos termos do Art. 50 §§2º e 3º da Lei Falimentar somente as alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV estão incorretas nos termos dos Arts. 49 §2º e 51-A da referida Lei Falimentar.

Fonte:

- Art. 50 §§2º e 3º da Lei Falimentar e Arts. 49 §2º e 51-A da referida Lei Falimentar.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a afirmativa: “A aprovação municipal da Reurb corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária e depende de o Município ter órgão ambiental capacitado, necessário à aprovação ambiental” estaria correta. Tal alegação não se sustenta.

A aprovação ambiental não depende de o município ter órgão ambiental capacitado, conforme afirma o enunciado. Nos termos do §4º, do art. 12 da Lei 13465/2017, a aprovação ambiental da Reurb poderá ser feita pelos Estados na hipótese de o Município não dispor de capacidade técnica.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão traz certo caso hipotético, sendo que cabe ao candidato averiguar se os atos praticados (repita-se: no caso hipotético) estão de acordo com o Estatuto dos Servidores.

Assim, descabe conjecturar se determinado poderia ser feito de outra forma, mas sim analisar a descrição dos atos e avaliá-los como corretos ou não frente ao que dispõe a legislação.

No caso, o art. 190 do Estatuto traz como válida a abertura de sindicância por portaria, na qual seja indicado seu objeto e uma comissão de três funcionários para realizá-la.

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a alternativa “D” traria a ideia implícita de que o Procurador Geral do Município poderia assumir definitivamente a chefia do Poder Executivo.

Tal interpretação, trazida pelo único recorrente da questão, não encontra respaldo no enunciado sob análise. O termo “transitório” significa justamente algo que não é definitivo. Conforme o art. 65, §4º, da LOM, o Procurador responderá pelo expediente somente enquanto o substituto legal não assumir.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	07	05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase “*Uísque é o cachorro engarrafado*” é referência direta ao conhecimento popular que diz que “*O cão é o melhor amigo do homem*”. Isso se pode comprovar pela frase que dá início ao texto, a qual também trata de amizade: “*Nunca vi boa amizade nascer em leiteria*”. Daí se tem o contexto de amizade que enseja a alusão.

Já as frases “*Cão que ladra não morde*”, “*Quem não tem cão caça com gato*” e “*Quem dorme com cachorro acorda com pulgas*” em nada se relacionam com a temática do texto em que a metáfora “*Uísque é o cachorro engarrafado*” se insere. As alternativas que as consideram corretas estão, portanto, equivocadas.

Vale frisar que o conteúdo cobrado nessa questão não se refere à identificação de metáforas, senão à interpretação textual, a qual se previu no conteúdo programático pertinente à prova.

Fonte:

- o próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	08	01	10

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após verificada a dubiedade quanto à possibilidade de classificação do sujeito na oração “*trata-se de um otário completo e acabado*”, conforme se demonstrará a seguir, entende-se a questão como passível de anulação.

Havia se considerado, à elaboração da questão, definição do Dicionário Priberam para o verbo “*tratar-se*”, o qual dispõe: “*Usa-se como verbo impessoal e seguido da preposição de para identificar algo, nomeadamente o assunto da discussão (ex.: tratava-se de um assunto confidencial; trata-se de novas estirpes do vírus)*”. Sabidamente, verbos impessoais não têm sujeito, o que permite a conclusão por um sujeito inexistente.

Ademais, conforme Adriano da Gama Kury: “*Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com tratar-se de [...]*”.

Outra consideração se havia dado quanto à Gramática do Português, da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual dispõe que são impessoais “*os verbos bastar, chegar, doer e tratar-se quando regem a preposição de*”; isto é, “*não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular*”.

Não obstante, após constatada a pluralidade de interpretações, de modo que também se possa considerar o sujeito da oração em comento como indeterminado sob perspectiva do termo “*se*” como índice de indeterminação do sujeito, tal qual admite Domingos Paschoal Cegalla em sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, consideraram-se os recursos como procedentes e a respectiva questão como anulada.

Fontes:

- “tratar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/tratar>
- <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/796>
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RAPOSO, E. P et al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	09	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Abaixo, dispõem-se significados advindos dos dicionários Priberam e Michaelis On-line para os termos “*decerto*” e “*certamente*”, que corroboram a resposta correta como “*sisudamente*”:

Decerto: Com certeza; certamente.

Decerto: Com certeza. = CERTAMENTE

Certamente: 1. De modo certo.

2. Com grande certeza. = DECERTO

3. Usa-se para indicar concordância ou resposta afirmativa. = CLARO, SIM

Já o termo “*sisudamente*”, conforme se verá pela disposição de seu significado abaixo reproduzido a partir dos mesmos dois dicionários, apresenta significado distinto do de “*decerto*” e, por conseguinte, dos vocábulos dispostos nas alternativas diversas. Com isso, torna-se a exceção requerida pelo enunciado e, portanto, a alternativa correta.

Sisudamente: De modo sisudo.

Sisudo: 1. Que tem sisu, juízo ou bom senso. = AJUIZADO, PRUDENTE, SENSATO, CIRCUNSPECTO

2. Que não ri muito; que mostra semblante reservado ou contraído. = AUSTERO, CARRANCUDO, CIRCUNSPECTO, GRAVE, RESERVADO, SÉRIO, SEVERO ≠ ALEGRE, RISONHO, SORRIDENTE

Fontes:

- "sisudo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/sisudo>.
- "sisudamente", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/sisudamente>.
- "certamente", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/certamente>.
- "decerto", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/decerto>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/decerto/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	02	03	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “*Além da dedicação às garrafas, os dois amigos tinham vários pontos em comum [...]*”, as vírgulas se deram para isolar uma locução adverbial “*Além da dedicação às garrafas*”. Não é, portanto, a resposta correta.

O mesmo se dá em “*Rubem Braga é, sabidamente, um conhecedor de passarinhos [...]*”, tem-se o mesmo, embora aqui se trate de advérbio em vez de locução: “*sabidamente*”. Não é, portanto, a resposta correta.

Já em “*Chegando em casa, quis rever o espetáculo*”, tem-se o isolamento de uma oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio. Não é, portanto, a resposta correta.

Já em “*Vinicius, dos nossos maiores poetas, também escreveu crônica*”, a disposição da vírgula se dá exatamente para a demarcação do aposto “*dos nossos maiores poetas*”. Vale frisar que, conforme Cegalla, “*aposto é uma palavra ou expressão que explica ou esclarece, desenvolve ou resume outro termo da oração*”, tal qual ocorre neste caso. Tem-se, portanto, a resposta correta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	03	04	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Rever” é termo formado pelo acréscimo do prefixo “re-” ao vocábulo “ver”. O prefixo “re-” tem origem latina e confere ao vocábulo inicial sentido de repetição. Tem-se, portanto, uma prefixação.

Como o afixo não é adicionado ao fim do vocábulo inicial, não se pode chamar o processo em pauta de sufixação. Tampouco há adição simultânea ao vocábulo inicial de um prefixo e um sufixo, o que permite desconsiderar hipótese quanto à parassíntese. Como não há a associação entre duas palavras ou dois radicais de modo a formar uma nova sem alteração de estrutura, tampouco se pode considerar a hipótese de justaposição.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	05	07	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que dispõe uma dupla de palavra sublinhadas que não se acentuam pela mesma razão se dá em “*Os versos de escárnio são puro carinho de mãos ásperas*” (7º§). Enquanto “*escárnio*” se acentua porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, “*ásperas*” se acentua por ser proparoxítona, já que todas as proparoxítonas são acentuadas.

Em “[...] *é modo de dizer, pois melhor se fossem duas, três, quatro*”, têm-se sublinhadas as palavras “*é*” e “*três*”, ambas acentuadas por constituírem monossílabos tônicos terminados em -a, -e, -o, seguidos ou não de s.

Já em “[...] *mas em matéria de canário trata-se de um otário completo e acabado*”, têm-se sublinhadas as palavras “*matéria*” e “*otário*”, ambas acentuadas porque levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono.

Quanto ao trecho “*Não é improvável que esse diagnóstico etílico tenha surgido durante um pileque com Rubem Braga [...]*”, têm-se acentuadas as palavras “*diagnóstico*” e “*etílico*”, ambas levando acento por constituírem proparoxítonas, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Quanto aos recursos que alegam que “*escárnio*”, a depender da pronúncia, pode se configurar como proparoxítona — o que ensejaria desconsideração quanto à alternativa proposta como correta —, recorre-se a Celso Cunha: “*Não se separam as letras com que representamos:*

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fontes:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed. 2001.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	08	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto à formação do termo “leiteria”, tem-se sufixação, em razão do acréscimo do sufixo “-eria” (nesse contexto, usado para indicar lugar ou estabelecimento) ao vocábulo “leite”. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação sufixal.

Quanto à formação do termo “engarrafado”, tem-se parassíntese, já que é formado pelo prefixo “en-”, o termo original “garrafa” e o sufixo “-ado”, este último de particípio. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação parassintética.

Quanto à formação do termo “vice-cônsul”, tem-se prefixação, já que é formado pelo acréscimo do prefixo “vice” ao termo original “cônsul”. Não é, portanto, um caso de derivação regressiva, senão de derivação prefixal.

Já quanto à formação do termo “descuido”, tem-se enfim derivação regressiva do verbo “descuidar”, de modo a formar um substantivo. Conforme Cegalla, a derivação regressiva se dá substituindo-se a terminação de um verbo pelas desinências “-a”, “-o” ou “-e”. Tem-se, portanto, a resposta correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	01	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase isolada pelas vírgulas — “que tem seu nome na placa” — é uma oração subordinada adjetiva explicativa, pois exerce, como um adjetivo, a função de adjunto adnominal e esclarece, à maneira de aposto, o termo antecedente, acrescentando-lhe nova informação.

Não é oração subordinada adjetiva restritiva, pois, embora exerça, como um adjetivo, a função de adjunto adnominal, não restringe ou limita a significação do termo antecedente, sendo indispensável ao sentido da frase.

Tampouco pode ser classificada como substantiva subjetiva, pois não funciona como o sujeito do verbo da oração principal.

Sua classificação também não pode ser como objetiva direta, pois não funciona como o objeto do verbo da oração principal.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	12	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

174.750 é maior que 100.000 e está no intervalo entre 170.000 e 190.000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz uma situação em que o floricultor constata que 20% das rosas apresentavam manchas brancas e faz a seguinte questão pergunta: se um floricultor pegar 5 rosas aleatoriamente, qual é a probabilidade de que exatamente 2 sejam brancas?

Há duas situações possíveis: rosas com manchas ou rosas sem manchas. Assim, a questão em tela trata de eventos binomiais, sendo que a distribuição de probabilidade binomial é dada por:

$$P(X = k) = \binom{n}{k} \cdot p^k \cdot q^{n-k}, \text{ em que } p = 0,2 \text{ (20\%)} \text{ e } q = 0,8 \text{ (80\%)}.$$

Assim, para que se tenha 2 rosas com manchas brancas:

$$P(X = 2) = \binom{5}{2} \cdot 0,2^2 \cdot 0,8^3 = 0,2048 = 20,48\%$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	13	14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item apresenta dois conjuntos e solicita que se calcule o produto dos elementos não nulos da intersecção entre eles. Os conjuntos são:

P = números naturais pares.

L = inteiros no intervalo]-5, 8[.

Logo, P∩L será dado pelos naturais pares {2, 4, 6}, pois o conjunto L é aberto em suas duas extremidades, ou seja, os números -5 e 8 não estão inclusos.

Assim, o produto fica: 2x4x6 = 48.

É válido ressaltar que se L fosse representado da seguinte forma: [-5, 8], o número 8 estaria incluído no intervalo e o resultado seria 384.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	20	16

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Existe um erro na questão com a versão de Office abordada, o recurso *ClipArt* não faz parte do Microsoft Office 2019, portanto procedente para anular.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/noticias/2014/12/lembra-do-clip-art-microsoft-mata-icone-do-office-para-desenhos-e-fotos.ghml>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	16	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a fórmula “=SOMASE(A2:D2;”<45”)”, da qual somará todos os valores menores de 45; são eles; 8,3 + 7,5 + 35 = 50,8.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-somase-169b8c99-c05c-4483-a712-1697a653039b>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	28	23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em análise, é possível destacar que os recursos expostos estão IMPROCEDENTES, visto que o termo “bullying relacional” trata-se de excluir uma pessoa socialmente, a fim de que o agredido se isole do grupo ao qual faz parte, e o “bullying social” caracteriza-se por ignorar, isolar e excluir; como citado na Lei Federal nº 1.185/2015 em seu artigo 3º. Assim sendo, o enunciado está correto, os dois termos utilizados, tanto no enunciado, quanto na alternativa C, são semelhantes e possuem o mesmo significado referente a tal prática, sendo possível compreender o que se pede na questão, não interferindo na resposta a ser assinalada, pois ambas as palavras usadas se complementam. A alternativa A, se refere a prática de bullying físico, que se dá por meio de agressões à integridade física da vítima; a alternativa B, descreve a prática do cyberbullying ou bullying virtual, sendo uma prática realizada no ambiente virtual, em que o agressor usa de difamações e ameaças contra a vítima através de redes sociais; já a alternativa D, trata-se do bullying verbal, prática de destilar ódio, xingamentos, ofensas, humilhações e intimidações através de palavras. Diante disso, apenas a alternativa C está correta, não existindo mais de uma opção que se enquadra ao que se pede no enunciado e, principalmente, tornando existente uma opção correta de resposta. A questão, com a alternativa correta sendo a letra C, está corretamente explicitada no gabarito preliminar divulgado no site do Instituto Consulplan. Quanto ao conteúdo, está explicitamente expresso no conteúdo programático disposto no Edital normatizador do certame. Portanto, diante dos fatos mencionados até aqui, a questão se mantém original e íntegra, não havendo divergências.

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>
- <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/bullying-.htm#:~:text=Bullying%20Relacional%20%E2%80%93%20trata%20de,grupo%20do%20qual%20faz%20parte>
- <https://iptc.net.br/tipos-de-bullying/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	30	27	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente recurso se faz improcedente, considerando que a sequência correta para ser assinalada é 3, 1, 2, de acordo com o que se exemplifica nos distratores. Há, também, incoerência por parte deste recurso, pois a solicitação para alteração mantém a mesma ordem do que está exposto na questão, podendo até mesmo ser considerado as mesmas palavras. Portanto, a questão está correta, bem como seu gabarito. Como explicita na questão, Piaget, em sua visão, defende que o indivíduo se desenvolve a partir da ação sobre o meio em que está inserido, priorizando, a princípio, os fatores biológicos que podem influenciar o seu desenvolvimento mental. A contribuição de maior extensão dessa teoria é a compreensão dos estágios do desenvolvimento cognitivos [...]; já Vigotsky, acreditava que o ambiente social e cultural desempenha um papel fundamental na formação da mente e no desenvolvimento das habilidades cognitivas das pessoas. Entre os seus conceitos mais importantes está a ideia da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a diferença entre o nível de habilidade atual de uma pessoa e o potencial que ela pode alcançar com o apoio de um tutor ou orientação adequada[...]; por fim, Wallon, trata os três campos funcionais – motor, afetivo e

cognitivo – de forma indissociável. Para ele, seria impossível separar, já que o desenvolvimento de um, causa impacto nos demais [...].

Fontes:

- https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1040_3bbe862464859de050561c8cd0efa617.pdf
- <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/vygotsky-conheca-a-contribuicao-do-teorico-para-a-educacao-infantil>
- <https://concursoprofessores.com.br/henri-wallon-e-a-educacao-quais-sao-as-contribuicoes/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	25	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista que, a Avaliação Somativa, têm como finalidade a avaliação de habilidades e competências obtidas pelo aluno ao final de um processo educacional. Geralmente, as instituições de ensino estabelecem critérios como conceitos ou notas médias a serem atingidos pelos alunos, a atribuição desses conceitos deve levar em consideração os componentes curriculares que serão ensinados na escola, sendo estes definidos a partir da matriz curricular do Regimento e do Projeto Político Pedagógico (PPP). Dito isso, as definições referentes à Avaliação Somativa descritas na questão, estão incorretas, já que, tal característica descrita no exposto é pertencente à Avaliação Formativa, tornando falso o que se diz. Portanto, a sequência se mantém correta, sendo ela: V, F e F. A questão, com a alternativa correta sendo a letra A, está corretamente explicitada no gabarito preliminar divulgado no site do Instituto Consulplan.

Fontes:

- <https://educacional.com.br/praticas-pedagogicas/avaliacao-formativa/>
- <https://blog.evolutioal.com.br/o-que-e-avaliacao-somativa/>
- <https://plannetaeducacao.com.br/2022/05/17/como-utilizar-os-tipos-de-avaliacao-diagnostics-formativa-e-somativa/#:~:text=Os%20principais%20tipos%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o,saber%20quando%20usar%20cada%20uma.&text=Como%20o%20nome%20j%C3%A1%20sugere,ou%20seja%2C%20fazer%20o%20diag n%C3%B3stico.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	27	25	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando que o transtorno alimentar causado por anorexia é caracterizado pela visão distorcida da imagem do próprio corpo, tendo necessidade em manter um peso abaixo do padrão. Mesmo com uma aparência clara de magreza excessiva, esse transtorno alimentar é capaz de fazer com que o indivíduo anoréxico se veja com sobrepeso e continue na busca pela magreza ideal, como demonstrado na imagem da questão a ser analisada. Na alternativa A, cita-se o transtorno alimentar “bulimia”, distúrbio que se caracteriza por episódios de consumos incontroláveis de grandes quantidades de alimentos, seguidos de reações inadequadas para evitar o ganho de peso, tais como indução de vômitos, jejum prolongado e prática exaustiva de atividade física. Nos portadores de bulimia, não é a magreza que chama a atenção. A alternativa C, refere-se ao transtorno “ortorexia”, tendo como característica a busca excessiva por uma alimentação saudável, tornando-se obcecado em consumir somente alimentos sem agrotóxicos, gordura, conservantes ou açúcar. Já a alternativa D, trata-se do transtorno de “compulsão alimentar”, que surge quando um indivíduo apresenta um comportamento compulsivo em relação à comida, se alimentando excessivamente, ainda que esteja sem fome ou que já tenha feito alguma refeição anteriormente. Este transtorno geralmente resulta em ganho

de peso excessivo. Diante disso, a alternativa correta é a letra B, não existindo mais de uma opção que se enquadra ao que se pede no enunciado, já que, ao analisar a imagem, como solicitado na questão, é possível identificar as características do transtorno “anorexia” e seus danos causados. Por fim, a questão, com a alternativa correta sendo a letra B, está corretamente explicitada no gabarito preliminar divulgado no site do Instituto Consulplan.

Fontes:

- <https://drauziovarella.uol.com.br/mulher/bulimia-nervosa/>
- <https://zenklub.com.br/blog/para-voce/ortorexia/>
- <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/compulsao-alimentar>
- <https://www.tuasaude.com/sintomas-da-compulsao-alimentar/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	22	30	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As ortografias dos campos de experiências não interferem na resolução da questão. Na alternativa A, “o eu, o outro e o nós”, descreve que este campo destaca experiências em que o corpo, os gestos e os movimentos constituem linguagens das quais as crianças, desde cedo, fazem uso e que as orientam em relação ao mundo, explorando gestos, mímicas, posturas e movimentos expressivos, constituindo uma linguagem vital com a qual as crianças percebem e expressam emoções, reconhecem sensações, interagem, brincam, ocupam espaços e neles se localizam, construindo o conhecimento de si e do mundo. Tal descrição está incorreta, uma vez que, “o eu, o outro e o nós” se dá por meio da interação com os pares e com adultos, as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. Dito isso, as definições referentes à “o eu, o outro e o nós” descritas na questão, estão incorretas, já que, tal característica descrita no exposto é pertencente à “corpo, gestos e movimento”, onde se refere que, com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade, tornando falso o que se diz. Portanto, a alternativa A se mantém incorreta, conforme dispusera o comando da questão.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil/os-campos-de-experiencias>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	39	34	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alfabetização e o letramento constituem a base sólida para a aprendizagem contínua ao longo da vida das crianças. Nos anos iniciais da educação, é fundamental fornecer uma base sólida de habilidades de leitura e escrita. Essas habilidades formam a infraestrutura cognitiva necessária para que as crianças possam explorar e **compreender o mundo que as cerca**. Letramento é a habilidade de saber ler e escrever, de acordo com o contexto das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, as quais se pautam na linguagem enquanto produto cultural e social. Segundo Magda Soares, o “conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita”. Refere-se, ainda ao domínio da linguagem, com base na leitura e da escrita, para que o indivíduo seja inserido na sociedade e possa atuar no mundo com as habilidades de interpretação e compreensão das palavras. Sendo assim, o letramento vai muito além da habilidade de ler e escrever, é uma prática social que permite a interação entre as pessoas por meio da comunicação e da atuação no meio.

Fontes:

- SOARES, Magda.; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FAE-UFMG, 2005. E-book. 64 p. (Alfabetização e Letramento). ISBN 8599372041
- SOARES, Magda Becker, (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	32	37	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na supracitada questão refere-se ao conteúdo programático previsto no edital *Currículo e cultura: elementos da cultura escolar*, entretanto os argumentos recursais dispõem acerca da etnomatemática.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	33	35	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nas palavras de D’Ambrósio (1990) Etnomatemática é um programa que visa explicar os processos de geração, organização e transmissão de conhecimentos em diversos sistemas culturais e as forças interativas que agem nos e entre os três processos. Segundo o autor ao definirmos o objeto de estudo dessa forma, temos um enfoque abrangente, permitindo que sejam consideradas como formas de Etnomatemática a Matemática praticada por categorias profissionais específicas, em particular pelos matemáticos, a escolar, a presente nas brincadeiras infantis e a praticada para atender às necessidades de sobrevivência. O próprio autor enfatiza que o prefixo etno é utilizado com um significado mais amplo do que o restrito a etnia, afirmando “(...) etno se refere a grupos culturais identificáveis, como, por exemplo, sociedades nacionais tribais, grupos sindicais e profissionais, crianças de uma certa faixa etária etc, e inclui memória cultural, códigos símbolos, mitos e até maneiras específicas de raciocinar e inferir.” (D’ Ambrósio, 1990, p.17-18). Ubiratan D’ Ambrósio foi o primeiro a se referir à expressão Etnomatemática, em 1975, ao discutir no contexto do Cálculo Diferencial o papel desempenhado pela noção de tempo nas origens das ideias de Newton. O marco referencial do reconhecimento da Etnomatemática no cenário internacional foi o 5th Internacional Congress on Mathematics Education - ICME 5 – em Adelaide, Austrália, em 1984, onde D’ Ambrósio proferiu a conferência inaugural “Sociocultural bases for Mathematics Education”. **Portanto, os itens I e II estão corretos. Entretanto, os argumentos que dispõem acerca do item III, também tratar-se do tema da etnomatemática não procedem, pois tal afirmativa relaciona-se à MODELAGEM MATEMÁTICA - “Refere-se a um processo que permite interligar o aprendizado de conteúdos matemáticos com os das outras ciências, estuda os problemas reais, usando a**

matemática como linguagem que permitirá compreender, simplificar e decidir com relação ao objeto em estudo”.

A MODELAGEM MATEMÁTICA é uma tendência muito valorizada em Educação Matemática que, desde os tempos mais remotos, vem se desenvolvendo graças à diversidade de problemas práticos cujas soluções requerem, quase sempre, a aplicação de conceitos matemáticos que vão desde a Matemática elementar até a teorias matemáticas altamente complexas. **A concepção teórica adotada nessa metodologia consiste em entendê-la como a arte de transformar problemas da realidade em problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real.** É utilizada em grande variedade de problemas econômicos, biológicos, geográficos, de engenharia e outros ramos e seu objetivo é reduzir um fenômeno em termos idealizados da situação real para termos matemáticos. Segundo D’ Ambrosio (1986, p. 25), a criação de Modelos Matemáticos vem ao encontro da necessidade de que se desenvolva uma técnica de acesso ao conhecimento e, tal conhecimento, acumulado e depositado, deverá ser acessível a vários níveis de necessidade. E que haja uma forma de ensino mais dinâmica, mais realista e menos formal, mesmo no ensino tradicional, permitindo atingir objetivos mais adequados a nossa realidade. Entendo, portanto, que a Modelagem Matemática surge a partir de problemas e de aspectos da realidade vivida pelos participantes do processo de ensino e aprendizagem da Matemática, para chegar-se à construção de um modelo. Para Bassanezi (2002, p. 57) quando se procura refletir uma porção da realidade, na tentativa de entender onde agir sobre ela, o processo usual é selecionar, no sistema, argumentos ou parâmetros considerados essenciais e formalizá-los através de um sistema artificial: **o Modelo**. Logo, construir Matemática com o aluno é transformar o ato educativo em ato de pesquisa, e essa pesquisa é fundamental para dar sustentação à elaboração de modelos. Para Bassanezi (1994, p.34), “Modelo Matemático é um conjunto de símbolos e relações matemáticas que apresentam de alguma forma o objetivo estudado”.

Ainda, é possível afirmar que no que se refere à Modelagem Matemática, Andrade (2008) situa historicamente o início de sua aplicação como instrumento pedagógico e diferencia suas vertentes no âmbito educacional, destacando, entre outras possíveis, a modelagem matemática como estratégia pedagógica e como um ambiente de aprendizagem. Considerando que o autor afirma que as diferenças “se concentram principalmente em relação à escolha do tema, à necessidade ou não do conteúdo matemático (*a priori*) e na organização e à operacionalização das atividades” (p. 43). Bassanezi (2002, p. 16) entende que “[...] a modelagem consiste na arte de transformar situações da realidade em problemas matemáticos cujas soluções devem ser interpretadas na linguagem do mundo real”. Para Barbosa (2004, p. 75), modelagem matemática “é um ambiente de aprendizagem no qual os alunos são convidados a problematizar e investigar, por meio da matemática, situações com referência na realidade”. De modo semelhante, compreendem Rosa e Orey (2012, p. 264): [...] um ambiente de aprendizagem, que tem como objetivo facilitar a investigação de uma situação-problema através da elaboração de atividades pedagógicas contextualizadas, que auxiliem os alunos na conversão e na utilização dos conhecimentos matemáticos tácito e explícito para a resolução de situações-problema que são propostas nesse ambiente.

E finalmente, considerando pesquisas realizadas por estudiosos da Educação Matemática sobre a relação entre modelagem matemática e etnomatemática, destaca-se que “na Etnomatemática, nós olhamos a cultura, o contexto social (...) e na Modelagem o interesse é evidenciar o papel social da Matemática”. Assim, a etnomatemática e a modelagem matemática se diferenciam pelo fato de uma ter um foco na matemática social, na matemática de um grupo específico, e a outra na tradução da realidade em matemática acadêmica. Caldeira (2009) também aponta esse olhar da modelagem voltada à academia. Lembramos aqui das ressalvas feitas por Scandiuzzi (2002) ao diferenciar a etnomatemática e a modelagem matemática, já que a primeira se utiliza de outra matemática (não acadêmica) e a segunda, apesar de partir de problemas reais, vale-se da matemática acadêmica para resolvê-los.

Fontes:

- ANDRADE, M. M. Ensino e aprendizagem de estatística por meio da modelagem matemática: uma investigação com o Ensino Médio. 2008. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2008.
- BARBOSA, J. C. Modelagem Matemática: O que é? Por que? Como? Veritati, Salvador, n. 4, p. 73-80, 2004.
- BASSANEZI, Rodney C. Modelagem como estratégia metodológica no ensino da matemática. Boletim de Educação da SBMAC. São Paulo: IMECC/Unicamp, 1994.
- BASSANEZI, Rodney C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2002.

- CALDEIRA, A. D. Modelagem matemática: um outro olhar. Alexandria, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 33-54, jul. 2009.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1990.
- _____, Ubiratan. Etnomatemática. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Da Realidade a Ação: Reflexões sobre Educação Matemática. Campinas/SP: Sammus, 1986.
- _____. Etnomatemática – elo entre as tradições a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SCANDIUZZI, P. P. Água e óleo: modelagem e etnomatemática? Bolema, Rio Claro, n. 17, p. 52-58, 2002.
- KINIJNIK, Gelsa. Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade cultural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	37	40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solicita-se no comando dado na supracitada questão, acerca do conceito dado à criança e à infância na sociedade e na história após a Idade Média. Considera-se que a Idade Média é o período da história geral que se inicia no século V, e termina no século XV. Destaca-se que o sentimento de infância, de acordo com Áries (1981), é criado na modernidade o que leva a perceber a existência, a valorização e as particularidades da infância, contudo, não são reconhecidas e praticadas da mesma forma por todas as crianças, pois ter e viver a infância depende de suas condições sociais, culturais e econômicas. (...) Foi somente no século XVIII (após idade média), assim com o surgimento do sentimento de infância, a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios (Niehues; Costa, 2012, p.285).

Evidencia-se que não havia uma concepção precisa de infância no período da Idade Média, e que por diversas vezes as crianças eram desdenhadas, o que não quer dizer que tenha sido ignorada, e que invariavelmente era preferível escrever sobre a idade adulta. Na idade média, a criança logo era inserida ao universo adulto, limitando-se pouco tempo para viver seu ser “criança”, pois era substituída pelo seu ser “adulto” antes mesmo que isso fosse efetivado. Conforme Áries (1981, p.04) “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.” Na Idade Média, a infância terminava para a criança ao ser esta desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver definitivamente com os adultos. Acompanhava sempre o adulto do mesmo gênero e fazia o mesmo que eles: trabalhava, frequentava ambientes noturnos, bares etc (CORTEZ, 2011, p.02). Nessa perspectiva, percebe-se que a criança não tinha a liberdade para viver um mundo próprio, ou seja, não tinha um tratamento diferenciado, prevalecia a representação da criança como um adulto em miniatura, não existindo na idade média, o sentimento de infância, que assim que a criança não precisasse mais da mãe ou da sua ama ela já adentrava no universo dos adultos, participando dos seus afazeres e trabalhos, isso porque acreditam que a criança já se tinha um certo discernimento de si e do mundo.

Fontes:

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 2006
- CORTEZ, C. Z. As representações da infância na idade média. Anais da x jornada de estudos antigos e medievais. Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- NIEHUES, M. R.; COSTA, M. Concepções de Infância ao longo da História. Rev. Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	31	36	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema da gestão e organização do currículo e sua implementação considerando a prática interdisciplinar, e destaca-se que importantes teóricos da educação tratam do tema relacionado.

[...] a interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação de disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual. **(Luck, 1995, p. 64)**. Interdisciplinaridade para **Amorim e Gattás (2007)** “deve ser entendida como método, caracterizado pela intensidade das trocas entre especialistas e pela interação real das disciplinas dentro de um mesmo projeto, através de relações de interdependência e de conexões recíprocas”. Os autores advertem que esse processo não deve ser confundido com simples trocas de informações. **Japiassu (1976, p.74)** entende que “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.”

Ainda, dentro da perspectiva da interdisciplinaridade, o essencial consiste em produzir uma ação comum, mantendo cada participante o que lhe é próprio. **Coimbra (apud Philippi jr, 2000, p.58)**. A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente da pluridisciplinaridade, é a interação de duas ou mais disciplinas. Essas interações podem implicar transferência de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como, por exemplo, a bioquímica ou a psico linguística. **(Sommerman, 2006)** A interdisciplinaridade tem sido definida como uma estratégia que busca a união de diferentes disciplinas para tratar um problema comum. É neste sentido que estas poderão dividir tarefas de pesquisa sem se afastar de seus conceitos e métodos, para contribuir em um projeto ou em uma problemática comum. Interdisciplinaridade estende dessa maneira seu campo de intervenção “entre disciplinas científicas” para promover o intercâmbio, inter-relação e articulação entre as disciplinas, saberes e práticas, pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real destas no interior de um mesmo projeto. **(Japiassu, 1978, Philippi Jr, 2000)**

Ainda, considerando também os argumentos recursais apresentados, e conforme indicados na DCNs, que vem de encontro as ideias apresentadas pelos autores supracitados, “a interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos. Estes facilitam a organização coletiva e cooperativa do trabalho pedagógico, embora sejam ainda recursos que vêm sendo utilizados de modo restrito e, às vezes, equivocados. A interdisciplinaridade é, portanto, entendida aqui como abordagem teórico-metodológica em que a ênfase incide sobre o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento (Nogueira, 2001, p. 27)”

Portanto, alternativa D está correta, visto que “A interdisciplinaridade é concebida como a interação de duas ou mais disciplinas, interações essas que podem “implicar transferências de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como por exemplo, a bioquímica ou a psicolinguística”. Essa concepção também pode ser encontrada “nas áreas de ciências sociais e experimentais no ensino médio e na área de conhecimento do meio do ensino fundamental”, conforme defende **Zabala (2002)**

Fontes:

- AMORIM, D.S.; GATTÁS, M.L.B. Modelo de prática interdisciplinar em área na saúde. Revista Medicina Ribeirão Preto. 2007;40(1):82-4
- JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LUCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOMMERMAN, Américo. Inter ou transdisciplinaridade. São Paulo: Paulus, 2006
- ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2002
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada,

Cargo: Professor PIII - Artes

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as características linguísticas e semânticas empregadas no texto, pode-se afirmar que seu principal objetivo está corretamente identificado em:”, a alternativa “**A**) Expor uma ideia sobre determinado assunto com a intenção de convencer o leitor.” foi adequadamente considerada correta. Um artigo de opinião, conforme classificado o texto apresentado, consiste em um texto do gênero argumentativo que tem o objetivo de expor uma ideia sobre determinado assunto e, com isso, convencer o leitor. A alternativa “**B**) Explorar o assunto principal abordado de maneira sucinta, mas criativa e interessante.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a teoria de conjuntos para três eventos, o número de estudantes que praticam pelo menos um dos esportes citados é

$$160 + 180 + 110 - 64 - 46 - 32 + 16 = 324$$

Assim, o número de estudantes que não praticam nenhum dos esportes é $500 - 324 = 176$

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O estudante que precisa se ausentar de uma prova por motivo religioso tem o direito de solicitar a substituição da prova por um trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, em seu Art. 7º-A, garante aos alunos o direito de se ausentar de provas ou aulas em dias que, segundo sua religião, são vedados tais exercícios. O parágrafo 2º do Art. 7º-A determina que o cumprimento da atividade alternativa substitui a obrigação original da prova para todos os efeitos, inclusive para regularização da frequência. Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) I - **prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;** (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) II - **trabalho escrito ou outra**

modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) § 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) § 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2). As demais alternativas: a) A remarcação da prova não é um direito previsto no Art. 7º-A; b) Faltar à prova sem apresentar a devida justificativa e realizar a atividade alternativa pode resultar em penalidades para o aluno; c) O Art. 7º-A não garante o direito de realizar a prova em outro horário no mesmo dia.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supressão da frase “de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas” não altera o sentido da resposta, uma vez que só contextualiza o fato de que ao fornecer uma prótese, por exemplo, será observado qual linha de cuidado, sob pena de fornecer algo que não atenda à necessidade de quem a recebe. É um cuidado de se dizer o óbvio para que não se tenha nenhum desvio de conduta na compra de medicamentos, prótese ou órteses, mas não tira o foco de que incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes. “Dessa forma, o gabarito oficial se mantém, conforme o excerto da lei: Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. § 1 o A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado contextualiza bem algumas contribuições de Wallon, restando ao comando da questão solicitar o conhecimento dos candidatos acerca dos pressupostos de sua teoria. Neste sentido, todas as proposições apresentadas para análise situam-se assertivamente corretas, conforme segue: I. Processo contínuo: Wallon defendia que a pessoa se encontra em constante transformação ao longo da vida. As mudanças geram tensões nos conjuntos funcionais, equilibrando-se pela integração entre organismo e meio; II. Totalidade: A cada momento, o resultado do processo é a pessoa como um todo. O desenvolvimento leva à individualidade e singularidade, emergindo das relações internas do sujeito e de sua realidade no mundo; III. Relação entre existências social e individual: Essa relação é

contínua e marcada pelo contexto social, histórico e concreto em que a individualidade se desenvolve; IV. Desenvolvimento aberto e contínuo: O ser humano está em constante movimento, inacabado e em constante transformação e V. Processo marcado por crises e conflitos: As crises surgem do encontro entre atividades e novas demandas do meio, podendo ser internas ou externas.

Fonte:

- Tozetto, Susana Soares. Larocca, Priscila. (Org)Formação de Professores. Fundamentos teóricos e metodológicos, Editora Intersaberes. p. 182, 185 e 186.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Há uma única alternativa correta, a apontada no gabarito nos termos do Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

Fonte:

- Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Barroco brasileiro varia de uma região para outra. Na segunda metade do século XVIII, a cidade de Salvador era o centro econômico da região mais rica do Brasil e também capital do país, onde encontramos igrejas riquíssimas, como a igreja de São Francisco. A cidade de São Paulo e seus arredores não tiveram o mesmo desenvolvimento que outras regiões no período colonial, há poucas construções barrocas e as esculturas são muito simples. A alternativa correta afirma que o estilo Barroco no Rio de Janeiro teve grande expansão no século XVIII, tendo a mineração em Minas de Gerais um dos fatores que contribuíram para isso. A banca considera o recurso Improcedente e mantém o gabarito divulgado.

Fonte:

- PROENÇA, Graça. Descobrindo a História da Arte. 1 Ed. - São Paulo: Ática, 2008, P. 112 a 123.

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fato do enunciado citar apenas dois períodos da arte grega não prejudica o entendimento do candidato, em relação ao que está sendo pedido no comando da questão, que pede a alternativa incorreta em relação a escultura grega, sendo a alternativa “A” que diz que a escultura grega tinha função religiosa, e os escultores seguiam regras rígidas, retardando sua evolução, pois de acordo com (PROENÇA, 2008, p. 24) na Grécia a arte não tinha função religiosa, como no Egito. Sem submeter-se a regras rígidas, a escultura evoluiu livremente. A banca considera o recurso Improcedente e mantém o gabarito

Fonte:

- PROENÇA, Graça. Descobrindo a História da Arte. 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2008, 24 A 32.

BRANCA

02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
48

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

O gabarito da questão é letra C e não D. Conforme referência bibliográfica, a alternativa I, se refere a terceira lei de Newton e a alternativa II, a primeira lei de Newton.

I - No momento da largada de uma corrida, o atleta empurra para trás um bloco que serve de apoio, exercendo uma força ao empurrá-lo, como também o bloco exerce uma força empurrando o atleta para a frente - essa é a **terceira lei de Newton ou lei da ação e reação**.

II - Um motorista dentro de seu carro em movimento, freia bruscamente, fazendo com que o seu corpo seja arremessado para frente, pois seu corpo tende a manter o movimento, em linha reta, na velocidade com que vinha se deslocando até então – **esse é o princípio da inércia (primeira lei de Newton)**

Fonte:

- Lopes, Sônia Ciências da natureza: Lopes & Rosso / Sônia Lopes, Sergio Rosso; editora responsável Máira Rosa Carnevalle. -- 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020.

Cargo: Professor PIII - Educação Física

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “ Tudo depende de

que escolhas se deseja fazer." (5º §). Ao analisar o "que" no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do "que" e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do "que" é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O uso do duplo travessão no primeiro parágrafo do texto poderia ser, de acordo com a norma culta:”, a alternativa “**B**) Substituído por vírgulas.” foi adequadamente considerada correta.

“Livrar-se de pensamentos intrusivos, sentimentos pessimistas e crenças negativas é um desafio e tanto para muitos. Procurar maneiras de driblar esses obstáculos – e realmente lutar contra eles – pode significar se desviar do que já foi estabelecido como rotina e ser, portanto, desconfortável. No entanto, estes pensamentos de medo e de sentir-se com as mãos atadas poderão atrair ciclicamente as mesmas circunstâncias.”

O duplo travessão é usado no aposto, para isolar conteúdo da frase que tenha o objetivo de explicar, bem como, conteúdo para o qual se quer dar destaque. Além de vir separado pelo duplo travessão, o aposto pode ser isolado por vírgulas ou parênteses.

Os travessões também são utilizados em alguns textos substituindo as vírgulas para intercalar trechos em que se pretende dar ênfase, conforme no caso em análise.

Assim como ocorre com parênteses, não se utiliza vírgula antes do travessão, embora seja permitido utilizá-la após o segundo travessão, caso a vírgula seja necessária para a oração. Por exemplo: Em português – assim como em outras línguas latinas –, as regras de pontuação são claras. A alternativa “**A**) Suprimido.” não pode ser considerada correta, pois comprometeria a coesão textual já que o trecho que aparece separado pelo duplo travessão trata-se de uma informação que quebra a sequência direta da oração.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as características linguísticas e semânticas empregadas no texto, pode-se afirmar que seu principal objetivo está corretamente identificado em:”, a alternativa “**A**) Expor uma ideia sobre determinado assunto com a intenção de convencer o leitor.” foi adequadamente considerada correta. Um artigo de opinião, conforme classificado o texto apresentado, consiste em um texto do gênero argumentativo que tem o objetivo de expor uma ideia sobre determinado assunto e, com isso, convencer o leitor. A alternativa “**B**) Explorar o assunto principal abordado de maneira sucinta, mas criativa e interessante.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supressão da frase “de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas” não altera o sentido da resposta, uma vez que só contextualiza o fato de que ao fornecer uma prótese, por exemplo, será observado qual linha de cuidado, sob pena de fornecer algo que não atenda à necessidade de quem a recebe. É um cuidado de se dizer o óbvio para que não se tenha nenhum desvio de conduta na compra de medicamentos, prótese ou órteses, mas não tira o foco de que incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes. “Dessa forma, o gabarito oficial se mantém, conforme o excerto da lei: Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. § 1 o A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As incorretas: I- Dependendo da sua complexidade, há aprendizagens que incidem muito, como a aprendizagem da aritmética e da língua escrita, e outras que não incidem sobre o desenvolvimento psicológico, como andar de bicicleta. Incorreto. Para Vygotsky, aprendizagem gera desenvolvimento, e não ao contrário. Cabe ao educador intervir na Zona de Desenvolvimento Proximal, no espaço compreendido entre o que a criança já sabe fazer e o que só conseguiria realizar com auxílio de uma pessoa mais experiente, para provocar avanços no desenvolvimento; III- Para Vygotsky, é o desenvolvimento gera aprendizagem. Cabe ao educador intervir na Zona de Desenvolvimento Real, no espaço compreendido entre o que a criança já sabe fazer e o que só conseguiria realizar com auxílio de uma pessoa mais experiente, para provocar avanços na aprendizagem. **Incorreto:** dependendo da sua complexidade, há aprendizagens que incidem muito, como a aprendizagem da aritmética e da língua escrita, e outras que incidem pouco sobre o desenvolvimento psicológico, como andar de bicicleta. As afirmativas II e IV: II. Correta: A teoria de Vygotsky defende que o ensino deve ser direcionado para o futuro, buscando antecipar o desenvolvimento da criança ou do adolescente (o que por si já ratifica a incorreção apontada na afirmativa III). Isso significa que o educador deve apresentar desafios e conhecimentos novos, que estejam além do que o aluno já domina, mas que sejam acessíveis com a ajuda de alguém mais experiente. Essa abordagem, baseada na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), permite que o aluno explore suas potencialidades e avance em seu aprendizado. IV. Correta: A internalização de formas culturais de comportamento está intimamente ligada à reconstrução desses comportamentos por meio de operações com signos na atividade psicológica. Isso significa que o indivíduo não apenas assimila passivamente as normas e valores da

sociedade, mas sim os reinterpreta e os adapta à sua realidade, utilizando símbolos e ferramentas culturais para se comunicar, aprender e resolver problemas.

Fonte:

- Stoltz, Tania. As perspectivas construtivista e histórico-cultural na educação escolar. Editora Intersaberes, série Dialógica. Páginas 69, 70 e 71.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida alegação deve ser rejeitada, eis que consta no edital do concurso a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro e objetivo não tendo qualquer erro.

Fonte:

- Arts. 59, §1º e 60 caput e §1º da Lei Orgânica do Município e Arts. 37, §1º e 38 da referida lei.

BRANCA
37

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As razões recursais dispõem que a falta de especificação da modalidade de luta prejudicou a interpretação da questão. Apesar das alternativas tratarem claramente, somente de pontuações e infrações da modalidade de luta Judô, a ausência da palavra Judô, pode ter dificultado a interpretação da questão. Por esta razão, o recurso foi considerado procedente para anular.

Fonte:

- Regras do Judô. Disponível em: <http://www.regrasdosportes.com/regras-do-judo/>

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitava que fosse assinalada a alternativa que descrevesse corretamente o papel do berimbau na prática da Capoeira. A alternativa C, resposta da questão, explicitava que o Berimbau é o principal instrumento musical na capoeira e pode figurar sozinho em uma roda, definindo o ritmo e o estilo do jogo. Já a alternativa D versava que o Berimbau é usado como instrumento de acompanhamento, sendo sempre utilizado em conjunto com o atabaque e o pandeiro. A alternativa D contradiz a alternativa C, pois em C afirma-se que o Berimbau pode figurar sozinho em uma

roda e em D afirma-se que ele é sempre utilizado em conjunto com outros instrumentos. Desta forma não há como C e D estarem corretas. Por esta razão, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Descubra o mundo dos instrumentos da Capoeira: História, técnicas e importância na preservação cultural. Disponível em: <https://capoeirado brasil.com.br/instrumentos-da-capoeira/>

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item em questão solicitava que fosse assinalada a alternativa que apresentasse as três naturezas dos conteúdos em Educação Física, o que está presente na letra D: Conceitual, Procedimental e Atitudinal. Essa classificação dos conteúdos em Educação Física é amplamente aceita e destacada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e por autores como Coll et al (2000) e Zaballa (1998). A dimensão conceitual envolve o conhecimento teórico, a procedimental relaciona-se com as habilidades práticas e a atitudinal com valores e comportamentos. As outras alternativas, embora possam parecer plausíveis, não refletem a classificação padrão utilizada nos currículos de Educação Física. Desta forma, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Currículo de Educação Física: Desafio e Possibilidades. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/curriculo-educacao-fisica-desafio-possibilidades.htm#indice_4

Cargo: Professor PIII - Geografia

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. "

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I " Tudo depende de que escolhas se deseja fazer." (5º §). Ao analisar o "que" no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do "que" e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do "que" é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca mantém o gabarito oficial, pois está em acordo com a BNCC, sobretudo porque a única alternativa que aponta a ênfase na alfabetização para os anos iniciais, o que é deveras fundamental, é a alternativa C: “Anos iniciais: ênfase na alfabetização e no desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e escrita. Desafio de garantir a progressão contínua das aprendizagens e a articulação com as experiências da Educação Infantil; Anos finais: ênfase no desenvolvimento da autonomia intelectual e na capacidade de acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Desafio de lidar com as mudanças decorrentes da transição entre infância e adolescência.”

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental>

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tabela de recenseamento possibilita a compreensão da evolução da população. São conhecimentos atrelados à evolução da população, a distribuição demográfica a dinâmica regional, conhecimentos importantes da geografia da população.

Fonte:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-1872 a 2005

BRANCA
50

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A alternativa correta é letra C, pois as cidades médias atuam como importante centro de intermediação dentre centros urbanos. A alternativa B não está correta, pois as cidades médias não estão concentradas exclusivamente em regiões metropolitanas, mas também em outras regiões do país.

Fonte:

- PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. 2003. p 29 e 30.

Cargo: Professor PIII - História

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa **“B)”** I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. Os constantes desafios que se interiorizam no âmbito da ordem internacional vêm modulando a forma como governos, empresas, sociedade civil e centros de pensamento estão se relacionando. Em um mundo cada vez mais multifacetado, o monopólio da política externa já não cabe mais como instrumento de competência exclusiva de entidades governamentais, seja em seu aspecto de formulação ou em aspecto decisório. A transformação das cadeias econômicas, a crescente complexidade das rivalidades geopolíticas e a imprescindibilidade da tecnologia ao mundo moderno elevaram a importância dos setores não governamentais no âmbito dos debates nacionais e internacionais e ainda como atores legítimos na construção de políticas públicas indispensáveis para a sociedade. Os temas estruturais inseridos na agenda das Relações Internacionais da atualidade como, por exemplo, as mudanças climáticas, a transição energética, a saúde pública, a segurança humana e a inovação tecnológica, ascenderam a partir do esforço de múltiplos setores fora do espectro estatal, alterando a topologia de temas clássicos precípuos das políticas exteriores dos países. Tais transformações têm colocado nas grandes democracias do mundo o locus de pensamento e de fomento ao debate no epicentro das discussões governamentais. Essas discussões são também meios instrumentais necessários no aporte de ideias e caminhos na construção de políticas internacionais focadas em identificar riscos e apontar oportunidades. O lugar do Brasil no mundo já não é mais tema adstrito aos corredores do poder e das instituições públicas, mas sim uma responsabilidade coletiva de todos na busca de caminhos que ensejam a paz, a prosperidade e o desenvolvimento

Fontes:

- REGO BARROS, "A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos". *Revista Brasileira de Política Internacional* (a.41, n.º 2, 1998).
- Lafer, Celso. 2001. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva.
- Barbosa, Rubens: «O lugar do Brasil no mundo» em *Política Externa* vol. 5 No 2, 1996, pp. 69-82.
- Cardoso, Fernando Henrique: «Política externa: fatos e perspectivas» em *Política Externa* vol. 2 No 1, 6/1993

Cargo: Professor PIII - Inglês

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]”(5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujo”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “ Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Tendo em vista o estabelecimento das funções sintáticas dos termos da oração, analise os seguimentos a seguir e indique em qual deles há um exemplo em que a posição do sujeito na frase pode ser reconhecida como posterior ao verbo com o qual estabelece concordância gramatical.”, a alternativa “**D**” “Como disse Einstein, ‘insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes’. ” (4o§)” foi adequadamente indicada como correta.

“Independentemente de gostar, tudo o que acontece é resultado de escolhas feitas no passado. Muitas pessoas fazem escolhas inconscientes e, por isso, acham que não estão agindo ou, de fato, escolhendo algo. O próprio fato de se abster de certas decisões é, em si, uma decisão.

O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

O sujeito pode ser pessoa, coisa ou animal que pratica ou sofre a ação verbal. Sujeito é um termo essencial da oração, aquele sobre o qual se declara alguma coisa. Já o predicado, outro termo essencial, é aquilo que se declara sobre o sujeito.

A alternativa “**C**” “O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo [...]” (4o§)” não pode ser considerada correta, já que o trecho destacado anteriormente classifica-se como sujeito da oração com o qual o verbo “ser” concorda.

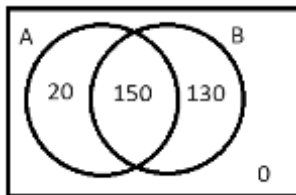
Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações, pode-se esquematizar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, a probabilidade desejada é $130/300 = 13/30$.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supressão da frase “de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas” não altera o sentido da resposta, uma vez que só contextualiza o fato de que ao fornecer uma prótese, por exemplo, será observado qual linha de cuidado, sob pena de fornecer algo que não atenda à necessidade de quem a recebe. É um cuidado de se dizer o óbvio para que não se tenha nenhum desvio de conduta na compra de medicamentos, prótese ou órteses, mas não tira o foco de que incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes. “Dessa forma, o gabarito oficial se mantém, conforme o excerto da lei: Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. § 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que apenas o que se afirma na assertiva, “III- The brunt of measures that set up the decision making basis for language education will be rated. (O impacto das medidas que estabelecem as bases para tomada de decisão na educação linguística será avaliado) é verdadeiro, porque no texto em tela, nas linhas 1-3, tem-se, “Language Trends is an annual survey of primary and secondary schools in England, designed to gather information about the situation for language teaching and learning. Its aims are: (a) to assess the impact of policy measures in relation to languages” (Tendências Linguísticas é uma pesquisa anual em escolas primárias e secundárias da Inglaterra, concebida para colher informação sobre a situação do ensino e aprendizagem de línguas. Seus objetivos são: (a) avaliar o impacto das políticas de medidas em relação às línguas). Em relação às assertivas I e II, não há comprovação do que se afirma nelas nas pistas textuais, porque são falsas. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra C.

Fontes:

- <https://www.britishcouncil.org> (ADAPTED)
- Swan, Michael. Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que, de acordo com a BNCC, a justificativa pela escolha do inglês, e não de outro idioma, está relacionada com o seu papel na comunicação mundial e seu caráter formativo. A língua é vista como franca e é utilizada por falantes espalhados por todo o mundo, com diferentes repertórios culturais e linguísticos. A proposta da BNCC é que o aprendizado do inglês seja realizado da mesma forma que o português. Isso quer dizer que a língua inglesa deve ser aprendida por meio de práticas linguísticas cotidianas, discursivas e da reflexão sobre elas. Desse modo, os alunos conseguem desenvolver uma autonomia no uso comunicativo no idioma nativo e do estrangeiro. A explicação que a Base apresenta para a escolha desse idioma é:

“Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas”. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra A.

Fontes:

- <https://www.englishstars.com.br/bncc-base-nacional-comum-curricular-ensino-de-ingles>
- http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinalsite.pdf Páginas 241-242

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única resposta correta é “Word swap has been featured. (Troca de palavras foi caracterizada), letra D, “satanize/satanise” (satanizar) foi usado no lugar de “SANITIZE/SANITISE” (sanitizar). Ressalta-se que o item de resposta letra B não pode ser confirmado nas pistas verbais e não verbais da imagem, como sustenta o texto recursal, pois resta evidente que na situação de uso “satanize/satanise” não atende às diferentes acepções de caracterizam uma polissemia __ especialmente a de “criticar veementemente; fazer duras críticas a; condenar... suas mãos” __ preservando sentido na estrutura frasal em tela, bem como não é atendido o quesito da construção de ideia cômica/engraçada, muito pelo contrário. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra D.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers
- <https://www.demilked.com>

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal __ sendo que AGREE TO não se trata de phrasal verb __ pontua-se que o item de resposta letra B é a única resposta correta, pois aponta inconsistências nas estruturas frasais: “a. I can not agree to you in this situation”, porque o verbo TO AGREE tem duas regências diferentes, AGREE WITH SOMEONE (pessoa) e AGREE TO SOMETHING (coisa), ou seja, TO YOU não é gramatical; “c. We’re just at the time to catch the train to Liverpool.”, porque AT THE TIME refere-se a tempo passado, ON/IN são as formas corretas para o tempo verbal presente e construção de sentido; “j. Bela is so charming and beautiful as her sister but she is not a model.”, porque NOT AS/SO (NÃO TÃO) + ADJETIVO ou ADVÉRBIO + AS (QUANTO) é a forma correta, apenas nas frases negativas. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra B.

Fontes:

- Greenbaum, Sidney. Director Survey of English Usage. The Oxford English Grammar. Claredon Press.
- Murphy, Raymond. Essential Grammar in Use: basic English language grammar. 2nd Ed. Martins Fontes. 2021.
- Swan, Michael. Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a opção letra A é a única resposta, porque aponta existência de “A) The very unusual word setup.” (Configuração/Organização/Distribuição de palavras muito incomum), o que não se confirma na análise textual. Ressalta-se que inexistente configuração/organização/distribuição de palavras na ordem inversa ou estruturas truncadas, ou ainda que intercalem os versos, os quais estão sempre na ordem direta de construção frasal, imprimindo ritmo claro e conversacional à composição. Ressalta-se que houve falha

de tradução do referido item de resposta A, que levou o concursista a erro. Quanto às outras opções de resposta, é correto o que se afirma em “B) Fitting happens in diverse ways.” (Adaptações ocorrem de diversos modos), porque a letra tem uma mistura de inglês e espanhol e o eu lírico também se declara capaz de mudar para merecer o amor da musa (vide verso 9); “C) A decrease in language barriers.” (Diminuição das barreiras linguísticas), porque defende-se e pratica-se nos versos a língua franca (vide BNCC) pela fusão do inglês/espanhol na letra (versos 5 e 19 especificamente); D) The linguistic and cultural blend.” (Mistura linguística e cultural), por exemplo, na alusão à Mona Lisa (modelo de beleza branca, europeia, renascentista). Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra A.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers
- <https://genius.com/Santana-smooth-lyrics>

BRANCA
47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única opção de resposta correta é a letra C, porque: a-Shut up or I'll lose my temper = If you don't shut, I'll lose my temper; b-Drop by one day and you'll see how much our kids have grown = If drop by one day, you'll see how much our kids have grown; c-Touch that again and you might get in trouble = If you touch that again, you might get in trouble; d-Take the medicine as prescribed and you are sure to see good results = If you take the medicine as prescribed, you are sure to see good results; e-Stop cheating during tests or you might get detention soon = If you don't stop cheating during tests, you might get detention soon; f-Move to Miami and you'll get a taste of what an endless vacation is = If you move to Miami, you'll get a taste of what an endless vacation is. Ressalta-se que contrariamente ao que afirma-se em texto recursal, MIGHT normalmente não tem significado passado, é usado exatamente como MAY para falar sobre o presente e o futuro, sendo que MIGHT difere-se de MAY por descrever situações menos prováveis e menos definitivas, MIGHT também será obrigatório para substituir MAY no discurso indireto. Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra C.

Fontes:

- Greenbaum, Sidney. Director Survey of English Usage. The Oxford English Grammar. Clarendon Press.
- Murphy, Raymond. Essential Grammar in Use: basic English language grammar. 2nd Ed. Martins Fontes. 2021.
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
48

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, a banca ressalta que acolhe à solicitação recursal, porque o argumento sintático central do sujeito é o substantivo “puppy”. Assim sendo, a banca aponta falha no gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, havendo necessidade de mudança. O gabarito correto para a Questão passa a ser a letra B.

Fontes:

- Greenbaum, Sidney. Director Survey of English Usage. The Oxford English Grammar. Clarendon Press.

- Murphy, Raymond. Essential Grammar in Use: basic English language grammar. 2nd Ed. Martins Fontes. 2021.
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

Cargo: Professor PIII - Matemática

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa **“B)”** I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cuja”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A interdisciplinaridade curricular, mais precisamente num primeiro nível da interdisciplinaridade escolar, a interdisciplinaridade curricular constitui preliminarmente toda interdisciplinaridade didática e pedagógica. Ela consiste no estabelecimento, após uma análise sistemática de programas de estudos, particularmente sobre certos parâmetros de ligações de interdependência, de convergência e de complementaridade entre as diferentes matérias escolares que formam o percurso de uma ordem de ensino ministrado, o ensino primário por exemplo, a fim de permitir que surja do currículo escolar, ou de lhe forneça, uma estrutura curricular segundo as orientações integradoras. A alternativa que também é reivindicada como gabarito não se configura exceção para a interdisciplinaridade no nível didático pois “esta está no segundo nível da interdisciplinaridade didática, que se caracteriza por suas dimensões conceituais e antecipativas, e trata da planificação, da organização e da avaliação da intervenção educativa. Assegurando uma função mediadora entre os planos curriculares e pedagógicos, a interdisciplinaridade didática leva em conta a estruturação curricular para estabelecer preliminarmente seu caráter interdisciplinar, tendo por objetivo a articulação dos conhecimentos a serem ensinados e sua inserção nas situações de aprendizagem. É do vaivém dialético entre os planos curriculares e pedagógicos, levando em conta o plano pedagógico, que se elaboram nesse nível os modelos didáticos interdisciplinares (Lenoir 1991,1994,1995b)”.

Fonte:

- Fazenda, Ivani (Org) Didática e Interdisciplinaridade. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável Yves Lenoir. (4)

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado contextualiza bem algumas contribuições de Wallon, restando ao comando da questão solicitar o conhecimento dos candidatos acerca dos pressupostos de sua teoria. Neste sentido, todas as proposições apresentadas para análise situam-se assertivamente corretas, conforme segue: I. Processo contínuo: Wallon defendia que a pessoa se encontra em constante transformação ao longo da vida. As mudanças geram tensões nos conjuntos funcionais, equilibrando-se pela integração entre organismo e meio; II. Totalidade: A cada momento, o resultado do processo é a pessoa como um todo. O desenvolvimento leva à individualidade e singularidade, emergindo das relações internas do sujeito e de sua realidade no mundo; III. Relação entre existências social e individual: Essa relação é contínua e marcada pelo contexto social, histórico e concreto em que a individualidade se desenvolve; IV. Desenvolvimento aberto e contínuo: O ser humano está em constante movimento, inacabado e em constante transformação e V. Processo marcado por crises e conflitos: As crises surgem do encontro entre atividades e novas demandas do meio, podendo ser internas ou externas.

Fonte:

- Tozetto, Susana Soares. Larocca, Priscila. (Org) Formação de Professores. Fundamentos teóricos e metodológicos, Editora Intersaberes. p. 182, 185 e 186.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida alegação deve ser rejeitada nos termos do Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

Fonte:

- Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

De fato, o MDC entre os números apresentados é: $\text{MDC}(54, 81, 108) = 27$. Assim, as fitas obtidas terão 27 cm de comprimento. Logo, em cada turma serão obtidas as seguintes quantidades de fitas:

Turma	Número de Alunos	Fitas de 27 cm	Total de Fitas
A	18	2	36
B	20	3	60
C	17	4	68

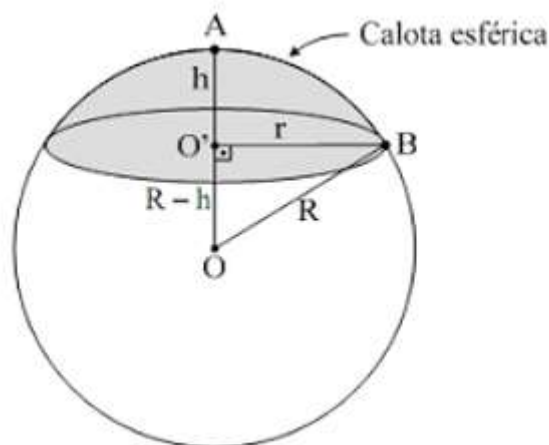
Portanto, serão obtidas: $36 + 60 + 68 = 164$ fitas.

Recurso procedente: gabarito alterado para a letra D.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando-se a solução apresentada, verifica-se que foi incorretamente considerado o raio da da circunferência formada na secção feita, isto é, foi considerado $r = 9$ cm, conforme figura a seguir:



Entretanto, 9 cm se refere ao valor do raio da esfera R e a solução fica diferente da proposta.

Assim, revisitando os termos apresentados no item, tem-se a seguinte resposta:

O volume da calota esférica (menor pedaço da fruta) é dado por:

$$V = \frac{\pi h^2}{3} (3R - h) = \frac{\pi * 3^2}{3} (3 * 9 - 3) = \frac{9}{3} \pi * 24 = 72\pi$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz um conjunto D formado pelos números de 2 algarismos terminados em 0. Logo, O conjunto D é dado por: $D = \{10, 20, 30, 40, \dots, 90\}$.

Assim, seus termos ao quadrado serão: $D = \{100, 400, 900, \dots, 8100\}$. Pode-se somar seus termos colocando-se o 100 em evidência, assim, fica:

$$K = (1 + 4 + 9 + \dots + 81) \cdot 100 = 100 \cdot 285. \text{ Portanto, } \sqrt{K} = 10 \cdot 16,9 \approx 169.$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
42

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A questão traz uma situação em que uma professora possui 3 turmas, A, B e C, cujos quantitativos de alunos são:

Turma A: N alunos.

Turma B: $M = N - 3$ alunos.

Turma C: $M - 5$ alunos.

Logo, pode-se montar a seguinte tabela:

Turma A	Turma B	Turma C	Total de alunos
17	14	9	40
18	15	10	43
19	16	11	46
20	17	12	49
21	18	13	52
22	19	14	55

Portanto, verifica-se que a turma B possui, no máximo, 17 alunos.

Recurso procedente, gabarito alterado para letra C.

BRANCA
43

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Verifica-se que houve um erro de digitação quando da elaboração da resposta que deu origem ao gabarito preliminar.

Logo, dado que $\overline{OC} = \frac{2x}{y}$, conclui-se que $\overline{OC} = 2\sqrt{3}$.

Assim, o triângulo ABO é reto e pode-se aplicar a tangente de 30° para calcular o segmento AB:

$$\tan 30^\circ = \frac{AB}{2\sqrt{3}} = \frac{\sqrt{3}}{3}$$

$$AB = 2\sqrt{3} \cdot \frac{\sqrt{3}}{3} = 2,0 \text{ cm}$$

Recurso procedente, gabarito alterado para a alternativa B.

BRANCA
44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que o animal vive aproximadamente 25 anos, isto é, essa seria sua expectativa de vida aproximada. Além disso, como se tem uma função quadrática, deduz-se que o valor máximo dessa função não será no valor limite do domínio. Além disso, verifica-se que a função zera seu valor em 24,24 anos, o que justifica o termo “aproximadamente 25 anos”.

De qualquer modo, para se calcular a idade em que o peso desse animal é máximo, deve-se encontrar o vértice da parábola descrita pela função, conforme demonstrado a seguir:

Tem-se a função: $P(x) = -0,75x^2 + 18x + 4,5$. Assim:

$a = -0,75$

$b = 18$

$c = 4,5$

A abscissa do vértice X_V pode ser obtida por:

$$X_V = -\frac{b}{2a} = \frac{-18}{2 * (-0,75)} = \frac{18}{1,5} = 12$$

Ou seja, o animal atinge seu peso ideal máximo aos 12 anos.

Portanto, calcula-se o valor desse peso substituindo-se 12 na função:

$P(12) = -0,75(12)^2 + 18(12) + 4,5 = 112,5$ kg, isto é, entre 112 e 113 kg.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Cargo: Professor PIII - Português

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de

prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. "

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: "que", "quem" e "onde". Os pronomes relativos variáveis são: "o qual", "a qual", "os quais", "as quais", "cujo", "cuja", "cujos", "cujas", "quanto", "quanta", "quantos", "quantas". No excerto I " Tudo depende de que escolhas se deseja fazer." (5º §). Ao analisar o "que" no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do "que" e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do "que" é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Tendo em vista o estabelecimento das funções sintáticas dos termos da oração, analise os seguimentos a seguir e indique em qual deles há um exemplo em que a posição do sujeito na frase pode ser reconhecida como posterior ao verbo com o qual estabelece concordância gramatical.", a alternativa "**D**" "Como disse Einstein, 'insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes'. " (4o§)" foi adequadamente indicada como correta.

"Independentemente de gostar, tudo o que acontece é resultado de escolhas feitas no passado. Muitas pessoas fazem escolhas inconscientes e, por isso, acham que não estão agindo ou, de fato, escolhendo algo. O próprio fato de se abster de certas decisões é, em si, uma decisão.

O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, "insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes".

O sujeito pode ser pessoa, coisa ou animal que pratica ou sofre a ação verbal. Sujeito é um termo essencial da oração, aquele sobre o qual se declara alguma coisa. Já o predicado, outro termo essencial, é aquilo que se declara sobre o sujeito.

A alternativa "**C**" "O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo [...]" (4o§)" não pode ser considerada correta, já que o trecho destacado anteriormente classifica-se como sujeito da oração com o qual o verbo "ser" concorda.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O uso do duplo travessão no primeiro parágrafo do texto poderia ser, de acordo com a norma culta:”, a alternativa “**B**) Substituído por vírgulas.” foi adequadamente considerada correta.

“Livrar-se de pensamentos intrusivos, sentimentos pessimistas e crenças negativas é um desafio e tanto para muitos. Procurar maneiras de driblar esses obstáculos – e realmente lutar contra eles – pode significar se desviar do que já foi estabelecido como rotina e ser, portanto, desconfortável. No entanto, estes pensamentos de medo e de sentir-se com as mãos atadas poderão atrair ciclicamente as mesmas circunstâncias.”

O duplo travessão é usado no aposto, para isolar conteúdo da frase que tenha o objetivo de explicar, bem como, conteúdo para o qual se quer dar destaque. Além de vir separado pelo duplo travessão, o aposto pode ser isolado por vírgulas ou parênteses.

Os travessões também são utilizados em alguns textos substituindo as vírgulas para intercalar trechos em que se pretende dar ênfase, conforme no caso em análise.

Assim como ocorre com parênteses, não se utiliza vírgula antes do travessão, embora seja permitido utilizá-la após o segundo travessão, caso a vírgula seja necessária para a oração. Por exemplo: Em português – assim como em outras línguas latinas –, as regras de pontuação são claras. A alternativa “**A**) Suprimido.” não pode ser considerada correta, pois comprometeria a coesão textual já que o trecho que aparece separado pelo duplo travessão trata-se de uma informação que quebra a sequência direta da oração.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Acerca da comparação estabelecida em: “A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2o§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “**B**) Trata-se de uma comparação explícita que tem como objetivo esclarecer acerca das ideias apresentadas sobre o assunto.” foi adequadamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§) A comparação é uma figura de linguagem que estabelece, de maneira explícita, a relação de semelhança entre dois ou mais elementos em algum contexto. Essa relação é estabelecida pelo uso de palavras que marquem a comparação que está sendo feita. Observe no exemplo a seguir: Esse cachorro é felpudo como um tapete macio! A alternativa “**A**) Indica o emprego da figura de linguagem denominada “metáfora” ao equiparar a vida a um algoritmo.” não pode ser indicada como correta. Metáfora é uma figura de linguagem em que se verifica uma comparação implícita, isto é, sem a presença de conjunção ou locução conjuntiva comparativa. A alternativa “**C**) Embora haja uma comparação explícita, é necessária a leitura do parágrafo seguinte para que a ideia iniciada possa ser concluída.” não pode ser considerada correta, após o sinal de dois pontos é possível compreender a ideia iniciada.

Fontes:

- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as características linguísticas e semânticas empregadas no texto, pode-se afirmar que seu principal objetivo está corretamente identificado em:”, a alternativa “**A**) Expor uma ideia sobre determinado assunto com a intenção de convencer o leitor.” foi adequadamente considerada correta. Um artigo de opinião, conforme classificado o texto apresentado, consiste em um texto do gênero argumentativo que tem o objetivo de expor uma ideia sobre determinado assunto e, com isso, convencer o leitor. A alternativa “**B**) Explorar o assunto principal abordado de maneira sucinta, mas criativa e interessante.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para organizar os livros da saga Harry Potter, há 7! Maneiras.

Para organizar os livros da saga As crônicas de gelo e fogo, há 5! Maneiras.

Para organizar os livros da saga Senhor dos anéis, há 3! Maneiras.

Para organizar os livros da saga Jogos vorazes, há 2! Maneiras.

Para organizar as 4 sagas, há 4! Maneiras.

Pelo princípio fundamental da contagem há um total, portanto, de $7! \cdot 5! \cdot 3! \cdot 2! \cdot 4!$ maneiras

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir das figuras, obtém-se que:

- A figura 1 possui 5 quadradinhos preenchidos de preto
- A figura 2 possui 13 quadradinhos preenchidos de preto
- A figura três possui 25 quadradinhos preenchidos de preto

Da Figura 2 para a Figura 1, tem-se $13 - 5 = 8$ quadradinhos pretos a mais.

Da Figura 3 para a Figura 2, tem-se $25 - 13 = 8 + 4 = 12$ quadradinhos pretos a mais.

Mantendo a regra lógica, da Figura 4 para a Figura 3, tem-se $12 + 4 = 16$ quadradinhos pretos a mais.

Como a Figura 3 possui 25 quadradinhos, a Figura 4 terá $25 + 16 = 41$ quadradinhos pretos.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supressão da frase “de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas” não altera o sentido da resposta, uma vez que só contextualiza o fato de que ao fornecer uma prótese, por exemplo, será observado qual linha de cuidado, sob pena de fornecer algo que não atenda à necessidade de quem a recebe. É um cuidado de se dizer o óbvio para que não se tenha nenhum desvio de conduta na compra de medicamentos, prótese ou órteses, mas não tira o foco de que incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes. “Dessa forma, o gabarito oficial se mantém, conforme o excerto da lei: Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. § 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado contextualiza bem algumas contribuições de Wallon, restando ao comando da questão solicitar o conhecimento dos candidatos acerca dos pressupostos de sua teoria. Neste sentido, todas as proposições apresentadas para análise situam-se assertivamente corretas, conforme segue: I. Processo contínuo: Wallon defendia que a pessoa se encontra em constante transformação ao longo da vida. As mudanças geram tensões nos conjuntos funcionais, equilibrando-se pela integração entre organismo e meio; II. Totalidade: A cada momento, o resultado do processo é a pessoa como um todo. O desenvolvimento leva à individualidade e singularidade, emergindo das relações internas do sujeito e de sua realidade no mundo; III. Relação entre existências social e individual: Essa relação é contínua e marcada pelo contexto social, histórico e concreto em que a individualidade se desenvolve; IV. Desenvolvimento aberto e contínuo: O ser humano está em constante movimento, inacabado e em constante transformação e V. Processo marcado por crises e conflitos: As crises surgem do encontro entre atividades e novas demandas do meio, podendo ser internas ou externas.

Fonte:

- Tozetto, Susana Soares. Larocca, Priscila. (Org) Formação de Professores. Fundamentos teóricos e metodológicos, Editora Intersaberes. p. 182, 185 e 186.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida alegação deve ser rejeitada nos termos do Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

Fonte:

- Art. 126, inciso I e alínea “b”, inciso II “a” e “g” da Lei Orgânica do Município.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão considera o uso dos artigos definidos e indefinidos na leitura e a interpretação efetiva do poema, o que se considera como gramática contextualizada. Partindo desse princípio, seguem as justificativas para cada afirmativa:

I – Na primeira estrofe ocorre a ausência de artigos, o que resulta na generalização dos substantivos. Esse recurso permite uma visão global e dinâmica de uma pequena cidade do interior. Nessa visão, aquilo que é de origem humana se funde à paisagem natural. Afirmativa correta, pois os artigos são uma classe de palavras que acompanham os substantivos com a função determiná-los de modo preciso e particular ou não. A ausência do artigo generaliza o substantivo. No poema é como se o sujeito tivesse uma visão generalizada e rápida de uma paisagem formada tanto por elementos humanos como naturais.

II – A segunda estrofe se difere da primeira no uso do artigo indefinido que introduz os três versos. O uso do artigo tira a visão de um campo geral e permite uma visão focalizada e individualizada determinando quais são os seres que compõem a cena. Tanto o homem quanto o cachorro e o burro têm os gestos marcados por movimentos lentos como é perceptível devido ao uso da palavra “devagar” encerrando cada verso. Afirmativa INCORRETA. Os três versos apresentam a mesma estrutura sintática e, nos três contextos, é sempre um artigo indefinido o determinante dos substantivos. A visão agora deixa de ser geral e passa para um homem, um cachorro e um burro. A presença dos substantivos comprova a escolha, a direção do olhar para três pontos da paisagem, no entanto, não é uma visão individualizada, pois se trata de qualquer homem, qualquer cachorro e qualquer burro como é comprovado através do uso do artigo indefinido “um”. Essa falta de individualização é marcada pelo artigo indefinido “um”.

III – A terceira estrofe inicia-se com a palavra devagar seguida por reticências e o substantivo “janelas”, acompanhado de artigo. Essa sequência proporciona uma visão particular e direcionada às janelas típicas das cidadezinhas do interior que sobre as quais as pessoas se debruçam à procura de acontecimentos que quebram a rotina. O uso do advérbio logo no início do verso e seguido de reticências mostra uma quebra na sequência apresentada na segunda estrofe. Na terceira estrofe, a visão passa a ser individualizada nas janelas. Essa individualização ou foco é comprova-se pelo emprego do artigo definido “as”. Assim, há uma visão particular das janelas, único substantivo acompanhado de artigo definido.

Portanto, as afirmativas corretas são I e III.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o uso das conjunções conforme o contexto apresentado. Assim, considerando a mensagem transmitida no trecho, seguem as considerações sobre cada alternativa de resposta:

“Frases do tipo ‘Leia, será bom para você um dia’[...] ‘mas não tem jeito, somos obrigados a fazer isso’.”

No primeiro contexto a oração tem sentido explicativo: Leia porque será bom para você. No segundo contexto a oração tem valor conclusivo: mas não tem jeito, portanto, somos obrigados a fazer isso.

Como não há sentido de adicionar informação, não cabe, no contexto, a conjunção “e”. O mesmo raciocínio segue para a conjunção “porém” já que “Leia, será bom para você um dia” não apresenta sentido de oposição.

Nos dois contextos cabem a conjunção pois, porém apesar de o primeiro ser de valor explicativo, o segundo é de valor conclusivo e não explicativo como explícito na alternativa “d”. Assim, sem que ocorra prejuízo no entendimento do trecho, as conjunções que podem ser acrescentadas ao trecho são “porque” e, “portanto”.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o comando da questão, a alternativa a ser assinalada é aquela que apresenta erro conforme a regência do verbo sublinhado. A partir dessa consideração, seguem as análises das alternativas de resposta:

A decisão deve ser sua de preferir esse cargo: Preferir, no sentido de dar primazia, escolher antes, é transitivo direto. Neste contexto, não há dois objetos acompanhando o verbo. Seria adequado o uso da preposição “a” na presença de outro objeto: A decisão deve ser sua de preferir esse cargo a outro. Portanto, a alternativa está correta.

Esta é a música de Chico Buarque à qual me referi: O verbo referir rege a preposição “a” e o pronome relativo se refere a um substantivo feminino, portanto, ocorre o fenômeno da crase, o que aponta para a preposição “a”. Assim, o verbo referir é transitivo indireto, alternativa correta.

Após a reunião, o professor disse que não aspira esse cargo: O verbo aspirar no sentido de ter um desejo profundo de; pretender é transitivo indireto. Portanto, o correto seria: Após a reunião, o professor disse que não aspira a esse cargo. Alternativa incorreta.

As atitudes dos cidadãos visam apenas a seus próprios interesses: O verbo visar no sentido de ter em vista, pretender, desejam pede preposição, portanto, é objeto indireto. Alternativa correta.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede para analisar o significado das palavras em determinados contextos. É de conhecimento que as palavras podem ter mais de um significado, no entanto, o contexto determinará o significado adequado. Portanto, seguem as considerações para cada alternativa:

“[...] percebem que a assimetria dançou e manobrarão os afetos de acordo com a relação posta.” (6º§) – igualdade. Conforme o dicionário da língua portuguesa, assimetria significa discrepância, falta de igualdade, discordância. Alternativa incorreta.

“[...] e meu pai, passado o alvoroço, dava-me pancadinhas na cara, e exclamava a rir: Ah! brejeiro! ah! brejeiro!” (1º§) – malicioso. Malicioso também se aplica a “brejeiro”, no entanto, conforme o contexto, a palavra sublinhada pode ser substituída por garoto ou moleque. Alternativa incorreta.

“[...]embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação.” (10º§) – guardei. Embolsar significa por no bolso, guardar, receber. No texto expressa guardar, decorar. Alternativa correta.

“[...] porque via nos dois processos formações repletas de vicissitudes e de formação de verniz oco, sem nenhum valor moral ou transformador razoável.” (10º§) prosperidades. Vicissitude significa variação, alteração, revés, volubilidade, alternância, azar. Alternativa incorreta.

Fontes:

- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

BRANCA
47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O segundo texto apresenta visão semelhante à visão do primeiro texto, pois tanto um quanto o outro apresentam visão de uma infância perfeita, rodeada por “amor”, “sonhos”, “flores” e “quintal de terra”. Alternativa incorreta: em relação ao período de produção, os textos se distanciam, pois o primeiro pertence ao século XIX, enquanto o segundo é do século XX. As semelhanças são perceptíveis, pois abordam o mesmo assunto e há versos que se repetem. Porém, a visão de infância de Casimiro de Abreu é idealizada e romântica, o autor, saudoso, lembra dessa fase de sua vida chamando-a por “querida”. Oswald de Andrade tem uma visão crítica e concreta, tanto que cita “sem laranjais”, ou seja, em sua infância também havia bananeiras, mas não havia laranjais.

Fontes:

- próprio texto.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley.
- **Interpretação de textos:** construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133p.

BRANCA

02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(uais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “ Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA

02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA

02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Analise os excertos a seguir.

I. “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º§)

II. “[...] mais dele você enxergará nas situações que se apresentarem a você.” (2º§)

III. “Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades [...]” (5º§)

IV. “E, aqui, defino que ‘gostar’ não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, [...]” (2º§)

Dentre os trechos destacados anteriormente, o pronome relativo “que” foi empregado para evitar a repetição de um outro termo em:”, a alternativa “**B**) I e II, apenas.” foi incorretamente indicada como correta.

“A vida é como um algoritmo de redes sociais: quanto mais você demonstra gostar de um sentimento, mais dele você enxergará nas situações que (situações) se apresentarem a você. E, aqui, defino que “gostar” não significa necessariamente uma decisão consciente de predileção genuína, mas sim a percepção que o próprio inconsciente tem das suas manifestações, baseada em frequência. Ou seja, quanto mais associações negativas você fizer, mais acostumado você estará com eles, e mais seu cérebro entenderá que deve mantê-los.” [...]

“O ato de observar com mais atenção as próprias atitudes e reações é o primeiro passo para contornar esse ciclo vicioso, pois transfere todo o processo do campo do inconsciente para o campo do consciente. Com o entendimento de que o futuro é resultado das escolhas feitas no presente, cria-se a condição para que as mudanças necessárias sejam feitas sem demora. Como disse Einstein, “insanidade é fazer sempre as mesmas coisas e esperar resultados diferentes”.

Tudo depende de que(quais) escolhas se deseja fazer. As pessoas podem não saber bem o que (aquilo) desejam, mas podem, por oposição, saber o que(aquilo) não querem. “Eu não quero ficar doente”; “Eu não quero essa dor de cabeça.” “Eu não quero arranjar despesas”. Mais produtivo que focar nas negativas é estabelecer uma lista de prioridades e do que se pretende fazer para alcançá-las. Assim, toma-se consciência sobre as próprias escolhas e seus objetivos. É preciso ter maestria na arte de transformar o que não quer naquilo que quer. ”

O pronome relativo faz a retomada de um substantivo anteriormente mencionado em uma frase. Os pronomes relativos invariáveis são: “que”, “quem” e “onde”. Os pronomes relativos variáveis são: “o qual”, “a qual”, “os quais”, “as quais”, “cujo”, “cujas”, “cujos”, “cujas”, “quanto”, “quanta”, “quantos”, “quantas”. No excerto I “Tudo depende de que escolhas se deseja fazer.” (5º §). Ao analisar o “que” no excerto verifico que não se trata de um pronome relativo, pois para que seja deveria haver um substantivo antes do “que” e o que se tem é um verbo transitivo indireto, sendo complementado pela oração seguinte. Assim, há relação de dependência, ligando a outra oração uma conjunção integrante. O pronome relativo não retoma um nome, como dito anteriormente o que vem antes do “que” é um verbo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O uso do duplo travessão no primeiro parágrafo do texto poderia ser, de acordo com a norma culta:”, a alternativa “**B)** Substituído por vírgulas.” foi adequadamente considerada correta.

“Livrar-se de pensamentos intrusivos, sentimentos pessimistas e crenças negativas é um desafio e tanto para muitos. Procurar maneiras de driblar esses obstáculos – e realmente lutar contra eles – pode significar se desviar do que já foi estabelecido como rotina e ser, portanto, desconfortável. No entanto, estes pensamentos de medo e de sentir-se com as mãos atadas poderão atrair ciclicamente as mesmas circunstâncias.”

O duplo travessão é usado no aposto, para isolar conteúdo da frase que tenha o objetivo de explicar, bem como, conteúdo para o qual se quer dar destaque. Além de vir separado pelo duplo travessão, o aposto pode ser isolado por vírgulas ou parênteses.

Os travessões também são utilizados em alguns textos substituindo as vírgulas para intercalar trechos em que se pretende dar ênfase, conforme no caso em análise.

Assim como ocorre com parênteses, não se utiliza vírgula antes do travessão, embora seja permitido utilizá-la após o segundo travessão, caso a vírgula seja necessária para a oração. Por exemplo: Em português – assim como em outras línguas latinas –, as regras de pontuação são claras. A alternativa “**A)** Suprimido.” não pode ser considerada correta, pois comprometeria a coesão textual já que o trecho que aparece separado pelo duplo travessão trata-se de uma informação que quebra a sequência direta da oração.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2ªed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as características linguísticas e semânticas empregadas no texto, pode-se afirmar que seu principal objetivo está corretamente identificado em:”, a alternativa “**A)** Expor uma ideia sobre determinado assunto com a intenção de convencer o leitor.” foi adequadamente considerada correta. Um artigo de opinião, conforme classificado o texto apresentado, consiste em um texto do gênero argumentativo que tem o objetivo de expor uma ideia sobre determinado assunto e, com isso, convencer o leitor. A alternativa “**B)** Explorar o assunto principal abordado de maneira sucinta, mas criativa e interessante.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade.” In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- PLATÃO e Fiorin. Para entender o texto.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A interdisciplinaridade curricular, mais precisamente num primeiro nível da interdisciplinaridade escolar, a interdisciplinaridade curricular constitui preliminarmente toda interdisciplinaridade didática e pedagógica. Ela consiste no estabelecimento, após uma análise sistemática de programas de estudos, particularmente sobre certos parâmetros de ligações de interdependência, de convergência e de complementaridade entre as diferentes matérias escolares que formam o percurso de uma ordem de ensino ministrado, o ensino primário por exemplo, a fim de permitir que surja do currículo escolar, ou de lhe forneça, uma estrutura curricular segundo as orientações integradoras. A alternativa que também é reivindicada como gabarito não se configura exceção para a interdisciplinaridade no nível didático pois “esta está no segundo nível da interdisciplinaridade didática, que se caracteriza por suas dimensões conceituais e antecipativas, e trata da planificação, da organização e da avaliação da intervenção educativa. Assegurando uma função mediadora entre os planos curriculares e pedagógicos, a interdisciplinaridade didática leva em conta a estruturação curricular para estabelecer preliminarmente seu caráter interdisciplinar, tendo por objetivo a articulação dos conhecimentos a serem ensinados e sua inserção nas situações de aprendizagem. É do vaivém dialético entre os planos curriculares e pedagógicos, levando em conta o plano pedagógico, que se elaboram nesse nível os modelos didáticos interdisciplinares (Lenoir 1991,1994,1995b)”.

Fonte:

- Fazenda, Ivani (Org) Didática e Interdisciplinaridade. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incortonável Yves Lenoir. (4)

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vamos analisar, inicialmente, as incorretas: I- Dependendo da sua complexidade, há aprendizagens que incidem muito, como a aprendizagem da aritmética e da língua escrita, e outras que não incidem sobre o desenvolvimento psicológico, como andar de bicicleta. Incorreto. Para Vygotsky, aprendizagem gera desenvolvimento, e não ao contrário. Cabe ao educador intervir na Zona de Desenvolvimento Proximal, no espaço compreendido entre o que a criança já sabe fazer e o que só conseguiria realizar com auxílio de uma pessoa mais experiente, para provocar avanços no desenvolvimento; III- Para Vygotsky, é o desenvolvimento gera aprendizagem. Cabe ao educador intervir na Zona de Desenvolvimento Real, no espaço compreendido entre o que a criança já sabe fazer e o que só conseguiria realizar com auxílio de uma pessoa mais experiente, para provocar avanços na aprendizagem. **Incorreto:** dependendo da sua complexidade, há aprendizagens que incidem muito, como a aprendizagem da aritmética e da língua escrita, e outras que incidem pouco sobre o desenvolvimento psicológico, como andar de bicicleta. As afirmativas II e IV: II. Correta: A teoria de Vygotsky defende que o ensino deve ser direcionado para o futuro, buscando antecipar o desenvolvimento da criança ou do adolescente (o que por si já ratifica a incorreção apontada na afirmativa III). Isso significa que o educador deve apresentar desafios e conhecimentos novos, que estejam além do que o aluno já domina, mas que sejam acessíveis com a ajuda de alguém mais experiente. Essa abordagem, baseada na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), permite que o aluno explore suas potencialidades e avance em seu aprendizado. IV. Correta: A internalização de formas culturais de comportamento está intimamente ligada à reconstrução desses comportamentos por meio de operações com signos na atividade psicológica. Isso significa que o indivíduo não apenas assimila passivamente as normas e valores da sociedade, mas sim os reinterpreta e os adapta à sua realidade, utilizando símbolos e ferramentas culturais para se comunicar, aprender e resolver problemas.

Fonte:

- Stoltz, Tania. As perspectivas construtivista e histórico-cultural na educação escolar. Editora Intersaberes, série Dialógica. Páginas 69, 70 e 71.

BRANCA
42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumento que dispõe de ‘erro de diagramação ou de escrita’ na afirmativa da alternativa A, não altera a compreensão da afirmativa conforme comando dado na supracitada questão, visto que em B, C e D, segundo Libâneo (2004, p.53-54), sinaliza que os objetivos para o desenvolvimento integral do discente, ou seja, promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares; promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural dos alunos, incluindo o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação; preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional (...) Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para o mercado de trabalho, e desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.

A função social da escola baseada na Constituição da República Federativa do Brasil e na LBD estabelece que educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. **Portanto, a alternativa A, ao afirmar que a função escola é reproduzir a sociedade onde está inserida produzindo a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista, atende ao comando dado na supracitada questão, ou seja, a escola deve, EXCETO.**

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze teses sobre educação e política. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de liderança é relacionado com a utilização do poder para influenciar o comportamento de outras pessoas. O bom líder deve buscar se comunicar com seus subordinados e guiá-los em direção aos objetivos da organização. Desta forma, um dos aspectos mais importantes para um gestor é a capacidade de liderar seus colaboradores. Assim sendo, a liderança envolve a habilidade de influenciar pessoas para que sejam alcançados objetivos. Desta forma a liderança é dinâmica. É um aspecto que envolve o relacionamento humano e aborda o uso do poder para que as metas sejam atingidas. **São atitudes de líderes: Tomam uma atitude ativa e pessoal em relação aos objetivos; buscam novas abordagens para os problemas; procuram o risco quando as oportunidades são interessantes; relacionam-se com as pessoas de modo direto e com empatia; focam nos pontos importantes dos eventos e decisões; moldam as ideias em vez de reagir a elas; e alteram percepções e expectativas.**

Diferentemente de gerentes que tem uma visão de curto prazo e uma preocupação apenas com a eficiência. Portanto, são os gerentes que negociam e tomam atitudes coercitivas; tomam uma atitude impessoal e passiva em relação aos objetivos, assim como preferem trabalhar com pessoas, entretanto com pouco envolvimento emocional.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando Pessoas: O passo decisivo para a administração participativa. São Paulo. Markron Books, 1994.

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas asserções são verdadeiras e a segunda justifica a primeira, portanto, ratifica-se o gabarito publicado.

Aproximar a família da escola é fundamental numa escola que se diz democrática. O diálogo entre essas duas instituições é essencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. A primeira asserção informa, de acordo com paro (2007, p.10), a respeito da aproximação entre família e escola e sua importância no processo de ensino e aprendizagem [...] para funcionar a contento, a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante.

Já a segunda asserção, justifica a primeira, **quando alega que** “Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que têm outras atividades que não podem deixar de assumir.” **E argumenta** “Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses”. **Apresenta uma evidência:** “Assim surge a família ausente, ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação da criança e do adolescente, como as escolinhas de esporte, centros musicais, academias esportivas, etc. (Malavazi, p. 222-223).”

Visto que, nem sempre o ideal para a escola é o desejo dos pais e vice-versa e a temática Gestão escolar e a participação da família na Escola ainda é pouco discutida no contexto brasileiro, mesmo sabendo que a família e a escola são os pilares para o desenvolvimento humano, muitos ainda não dão a devida importância a estas instituições de grande relevância para a sociedade.

Fontes:

- MALAVAZI, M. M. In: FREITAS, L. C. (Org.). Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.
- PARO, Vitor H. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

Cargo: Técnico Agrícola

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais- que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

- a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.
- b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.
- c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observe o 2º§: “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, ela cheirava embaixo das asas delas, com uma simplicidade de enfermeira, o que considerava ser o sintoma máximo de doenças, pois o cheiro de galinha viva não é de se brincar. Então pedia um remédio a uma tia”. Podemos verificar que “administrar remédio às galinhas trata-se de uma atitude inofensiva e inócua”. As demais opções de respostas são inadequadas e contrárias às informações textuais.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito imperfeito é aquele que se refere a uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada, podendo ter sido, por exemplo, interrompida por outro acontecimento. Encontram-se no pretérito imperfeito do modo indicativo as seguintes ações verbais: “O amor por Eponina: dessa vez era um amor mais realista e não romântico; [...]”; “Quando a menina achava que uma delas estava doente do fígado, [...]”; “A menina morava no campo e não havia farmácia perto para ela consultar”. A única afirmativa divergente quanto ao tempo verbal é: “Mas a menina não esquecera o que sua mãe dissera a respeito de comer bichos amados: [...]”, já que as ações verbais destacadas se encontram no pretérito mais- que-perfeito do modo indicativo.

Fontes:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Breve Gramática do português contemporâneo. Lisboa: João Sá de Costa, 1999.
- MESQUITA, R.M. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado.

Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. **Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.**)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresentada ao candidato dispõe ao menos cinco fatores que de acordo com a qualidade da imagem médica determinada pelo método de Radiodiagnóstico (Raios X, US, TC, RM, etc.), pelas características do equipamento e pelos ajustes selecionados pelo operador, sendo correto afirmar que:

A qualidade da imagem médica é determinada pelo método de Radiodiagnóstico (Raios X, US, TC, RM, etc.), pelas características do equipamento e pelos ajustes selecionados pelo operador, e depende de pelo menos cinco fatores:

- Contraste
- Definição
- Ruído
- Artefatos
- Distorção

Apresentando como alternativa correta a letra C. Portanto mantêm-se a questão, bem como seu gabarito.

Fontes:

- https://cbr.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Apostila-de-Fisica_2008.pdf
- Soares, Júlio César de A.C.R. Princípios básicos de física em radiodiagnóstico / Júlio de A.C.R. Soares. – 2. ed. rev. – São Paulo: Colégio Brasileiro de Radiologia, 2008.

Cargo: Tratador de Animais

BRANCA
18

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A primeira premissa diz que o jovem morador sabe ser gentil, mas isso não garante que Paula seja gentil. Cabe ressaltar que a questão não deve ser anulada, pois há uma opção de resposta que satisfaz o item: “C) O argumento I é válido; o II é inválido.”

Gabarito alterado para letra C.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital prevê “Lógica matemática qualitativa”, ou seja, lógica matemática, que trata das proposições, está inserida no conteúdo programático.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão contempla o conteúdo programático estabelecido para este exame. Ademais, a questão está em total consonância com o conteúdo **Conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware**, avaliando o conhecimento básico dos candidatos.

Sistema Binário

Baseia-se em dois algarismos, que correspondem ao estado do circuito eletrônico, sendo 0 representante de desligado e 1, ligado.

{0,1} = Sistema Binário

Que é Bit?

Toda e qualquer operação executada num computador é feita por meio da transmissão de sinais elétricos. Acontece que para controlar esses sinais, é preciso de material confiável e apropriado. Foi o que aconteceu com os primeiros grandes computadores que contavam somente com as válvulas para a execução desta tarefa. Com o passar dos anos e com o aumento da tecnologia, esses sinais foram sendo controlados por transistores, feitos basicamente de silício (material semicondutor), que quase não precisavam de fiação para levar os sinais de um ponto a outro na máquina. Após o surgimento dos transistores, veio uma solução inovadora e de grande contribuição para a diminuição radical das máquinas, os Circuitos Integrados ou simplesmente CIs, que numa única peça reuniam os transistores, capacitores e resistores. De qualquer forma, os transistores são a base da construção dos microchips, podendo criar somente

informação binária, ou seja, se existir corrente passando, o sinal é 1 (um); se não estiver passando corrente, o sinal é 0 (zero). São estes números que formam o sistema binário {0,1}, e o sinal 0 ou 1 são conhecidos como bits. O termo bit é a sigla de BInary digiT, ou dígito binário, pois se baseia somente em dois números que identificam:

- 0 = Desligado
- 1 = Ligado

Que é Byte?

O bit é a menor unidade de informação, mas sozinho não serve para muita coisa, por isso a necessidade de haver mais bits para poder ler o que esse conjunto de sinais quer informar.

Se tivéssemos dois bits, poderíamos ter apenas as quatro seguintes combinações representadas nos seguintes termos: {0;0}, {0;1}, {1;0} e {1;1}.

Chegaram a um número suficiente para guardar todos os sinais representados do alfabeto, dos números e de pontuação. Este número é o 8 (oito), sendo oito vias que conseguem receber os sinais binários e então formar uma combinação de 256 caracteres ($2^8 = 256$).

A esta combinação de oito bits dá-se o nome de Byte (BinarY TErM) ou termo binário, sendo o equivalente a um caractere (letras, números e símbolos). Para controlar esses 256 caracteres desenvolveu-se uma tabela padrão de armazenamento de cada código e seu correspondente, que recebeu o nome de Tabela ASCII.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N G.; MANZANO, Maria Izabel N G. Estudo Dirigido de Informática Básica.: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788536519111. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519111/>.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após uma análise cuidadosa da questão, gostaríamos de esclarecer que ela está em total consonância com o conteúdo programático estabelecido para este exame, especificamente abordando o tópico de Noções da planilha de cálculo MS-Excel.

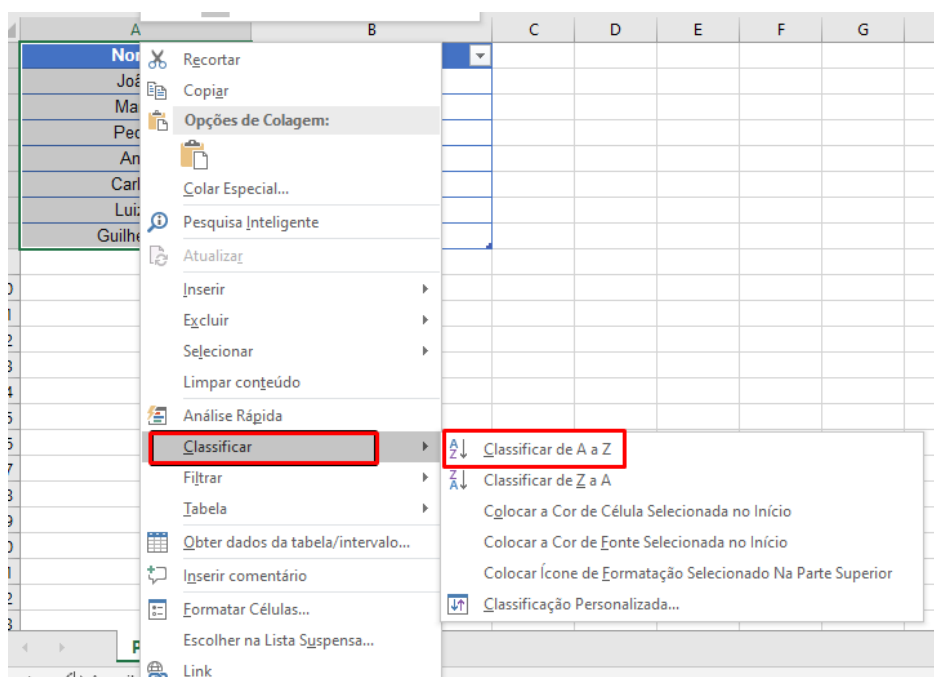
A questão se concentra na classificação básica de dados em uma planilha, uma habilidade fundamental dentro do escopo das noções do Excel. Reconhecemos que a classificação dos dados não apresenta um grau de dificuldade elevado, uma vez que as noções básicas do Excel abrangem essa operação. A questão busca avaliar o conhecimento básico dos candidatos neste aspecto específico da planilha de cálculo.

Analisando o procedimento:

Selecionar a coluna desejada

	A	B
1	Nome	Idade
2	João	30
3	Maria	25
4	Pedro	35
5	Ana	28
6	Carlos	32
7	Luiza	27
8	Guilherme	40
9		

Clicar com o botão direito do mouse:



Ele classifica as informações em ordem crescente.

A	B
Nome	Idade
Ana	28
Carlos	32
Guilherme	40
João	30
Luiza	27
Maria	25
Pedro	35

Ordem Crescente: ordene os dados em ordem alfabética (de A a Z) ou por ordem crescente de valores numéricos.

Ordem Decrescente: ordene os dados em ordem alfabética reversa (de Z a A) ou por ordem decrescente de valores numéricos.

Classificar dados no Excel rapidamente, com apenas alguns cliques. Para alterar a ordem dos dados, classifique-os. Para focar em um conjunto específico de dados, filtre um intervalo de células ou uma tabela.

Selecionar os dados que deseja classificar - Selecione um intervalo de dados, como a1: L5 (várias linhas e colunas) ou C1: C80 (uma única coluna). O intervalo pode incluir títulos (cabeçalhos) que você cria para identificar colunas ou linhas.

Classificar rapidamente

1. Selecione uma única célula na coluna que deseja classificar.
2. Clique em **classificar de a a z** para executar uma classificação crescente (a a z ou do número menor para o maior).
3. Clique em **classificar de z a a** para executar uma classificação decrescente (Z a a ou do número maior para o menor).

Fonte:

- **Classificar os dados no Excel.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/v%C3%ADdeo-classificar-dados-em-um-intervalo-ou-tabela-ffb9fcb0-b9cb-48bf-a15c-8bec9fd3a472>

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam os recursos apresentados não merecem prosperar, considerando que a questão abordou o item destacado a seguir.

Vejamos:

1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. **1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.** 1.3. Dos direitos sociais 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública. 1.6. Da Organização dos Poderes. 1.6. Da Ordem Social. 2. Organização Administrativa: 2.1. Centralização e Descentralização. 2.2. Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. 3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações. 4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos. 5. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/1999) e suas alterações. 6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação. 7. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

Dito isso, cumpre enfatizar que é notório que o cerne da questão são os chamados remédios constitucionais previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. Tais instrumentos decorrem dos direitos e garantias fundamentais, descritos no artigo 5º da Constituição, e são essenciais para proteger e assegurar, a todos os brasileiros e estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e à propriedade privada, bem como o direito de petição, conforme o Art. 5º, Inciso XXXIV da CF/1988, que trata-se da garantia constitucional dada a qualquer pessoa de apresentar requerimento ou representar aos Poderes Públicos em defesa de direitos e contra abusos de autoridade.

Ademais, cumpre salientar que foi solicitado ao candidato julgar as assertivas sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais e que faz parte das responsabilidades do candidato que presta concurso público conhecer de modo global e aprofundado as nuances que compõem o conteúdo previsto no Edital do certame e estudá-lo, tendo em vista que a Administração não tem a obrigação de elencar exaustivamente todos os pontos em que se desdobra a matéria. Sendo oportuno enfatizar que as alternativas apresentadas estão incorretas, pois no rol de legitimados ativos constam também a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a defesa do meio ambiente e de entidade de que o Estado participe também se inclui entre as matérias suscetíveis de serem tuteladas por meio da ação popular.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=YrBpOrXdMXc=>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A respeito das razões recursais, tais argumentos merecem prosperar, pois somente a afirmativa V está **CORRETA**, tendo em vista que as Autarquias comuns também são intituladas autarquias administrativas ou de serviços. É uma pessoa jurídica de direito público que serve para prestar serviço público e desempenhar atividades típica de Estado. Características:

a) os atos praticados por essa Autarquia são considerados atos administrativos; portanto, são presumidamente legítimos, autoexecutáveis, imperativos.

b) a Autarquia celebra contratos administrativos, portanto, antes da celebração do contrato, estará sujeita à licitação conforme Art. 37, XXI, da CF e também Lei nº 8.666/ 1993.

c) pelo fato da Autarquia ter patrimônio e capacidade financeira, se causar, por seus agentes, algum dano a terceiros, responderá objetivamente nos termos do Art. 37, § 6º, da CF.

Se a Autarquia não tiver dinheiro para recompor os danos patrimoniais que causou, o Estado continuará sendo responsável (já que descentralizar a prestação de um serviço não significa eximir o Estado de sua obrigação).

Dessa forma, o Estado terá responsabilidade subsidiária (primeiro cobra-se da Autarquia e, só depois, se for o caso, do Estado. Trata-se de responsabilidade que tem ordem de preferência, e, portanto, deve-se falar em subsidiária).

O Estado por ato de Autarquia responde então de forma objetiva e subsidiária.

EMENTA: ADMINISTRATIVO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANO MATERIAL – RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO A Jurisprudência desta Corte considera a autarquia responsável pela conservação das rodovias e pelos danos causados a terceiros em decorrência da má conservação, contudo remanesce ao Estado a responsabilidade subsidiária. Agravo Regimental provido em parte para afastar a responsabilidade solidária da União, persistindo a responsabilidade subsidiária (AgRg no REsp 875604/ ES, STJ – Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, 9-6-2009, DJe 25-6-2009).

d) os bens das Autarquias seguem o regime público. São, portanto, considerados bens públicos e assim todo regime jurídico dos bens públicos vale para as Autarquias.

e) as Autarquias pagam seus débitos judiciais por meio do regime de precatório (Art. 100 da CF).

f) as Autarquias gozam de privilégios tributários: Art. 150, VI, a, da CF – 2ª Fase da AGU. União não cobra imposto dos Estados; União não cobra imposto dos Municípios, e vice-versa: um ente político não pode instituir imposto para outro ente político: é a chamada imunidade recíproca: União, Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituir impostos uns sobre os outros. (ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (pp. 389-391) 2023. Editora Saraiva.)

Nota-se, portanto que tal afirmativa não está abarcada no rol das alternativas de resposta e, deste modo, a questão deverá ser anulada.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões que embasam o recurso apresentado não merecem prosperar, considerando que a questão abordou o item destacado a seguir. Vejamos:

CONHECIMENTOS DE DIREITO: 1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. 1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.3. Dos direitos sociais 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública. 1.6. Da Organização dos Poderes. 1.6. Da Ordem Social. 2. Organização Administrativa: 2.1. Centralização e Descentralização. 2.2. Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. 3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações. 4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos. **5. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/99) e suas alterações.** 6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação. 7. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

Fonte:

- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=YrBpOrXdMXc=>

BRANCA
32

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após a análise das razões recursais constatou-se que a matéria abordada na questão extrapola os limites do conteúdo programático específico para o cargo. O tema utilizado é específico do conteúdo programático do cargo de Operador Aeroportuário. Logo, medida que se impõe é a anulação da referida questão para o cargo de Tratador de Animas.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Conteúdo Programático consta: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: domínio de tópicos relevantes de diversas áreas como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança, artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional. Dessa forma, o assunto vacina é bastante pertinente e adequado ao conteúdo. A alternativa CORRETA é a letra C. As vacinas contra a COVID-19 recomendadas pela OMS são altamente eficazes na prevenção de doenças graves, hospitalização e morte contra todas as cepas do vírus SARS-CoV-2 (ou seja, o vírus que causa a COVID-19), incluindo a variante omicron e suas sub-linhagens. Além disso, as vacinas são altamente eficazes na redução da transmissão do vírus, embora possam não impedir completamente a infecção. Por meio de redes globais de laboratórios, a evolução do vírus SARS-CoV-2 continua a ser monitorada para identificar rapidamente o surgimento de novas variantes. A OMS está em estreita comunicação com pesquisadores, autoridades de saúde e cientistas sobre como essas variantes podem afetar as propriedades das vacinas. As vacinas contra a COVID-19 são muito eficazes e deram uma contribuição importante para limitar a transmissão do vírus SARS-CoV-2 em todo o mundo. Entretanto, nenhuma vacina é 100% eficaz na prevenção da doença. Sempre haverá uma pequena porcentagem de pessoas totalmente vacinadas que ainda ficarão doentes. Entretanto, os sintomas geralmente são leves ou ausentes nas pessoas vacinadas que são infectadas. Além disso, a proteção total da vacina começa 14 dias após a administração da segunda dose da vacina. Uma pessoa pode, então, contrair a SARS-COV-2 imediatamente antes ou logo após receber a vacina contra a COVID-19 e, portanto, não estará totalmente protegida apesar da vacinação durante esse período. Como as vacinas contra a COVID-19 estão disponíveis em todos os países e territórios das Américas, você pode obtê-las por meio do seu Programa Nacional de Imunização. Entre em contato com o centro de saúde ou a farmácia mais próxima para obter mais informações. Os dados disponíveis sugerem que a maioria das pessoas que recebem uma série primária da vacina contra a COVID-19 (ou seja, duas doses para a maioria das vacinas) desenvolve uma resposta imunológica que proporciona de 6 a 12 meses de proteção contra a reinfecção. Para obter mais informações sobre as recomendações do SAGE sobre dosagem e reforços, consulte a atualização das recomendações da OMS sobre a vacinação contra a COVID-19.

Fontes:

- <https://www.paho.org/pt/vacinas-contracovid-19/perguntas-frequentes-vacinas-contracovid-19>
- <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/vacina-contracovid-19-sera-incluida-no-calendario-nacional-de-criancas-e-grupos-prioritarios-a-partir-de-2024>
- <https://bvsms.saude.gov.br/ministerio-da-saude-divulga-cronograma-do-programa-nacional-de-vacinacao-de-2023/>
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS
- https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Vacina%C3%A7%C3%A3o/Calendario_Nacional_de_Vacinacao_2023_Out.pdf
- CGPNI-MS / SESA-ES. Atualizado em 02/10/2023

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Conteúdo Programático consta: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: domínio de tópicos relevantes de diversas áreas como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança, artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional, o que torna o tema pertinente. A alternativa CORRETA é a letra C. “Os Lusíadas” é um poema épico do poeta português Luís de Camões. Ele possui versos decassílabos e fala das conquistas portuguesas até a chegada de Vasco da Gama à Índia. É o livro mais famoso da literatura portuguesa e fala das conquistas lusitanas até a chegada de Vasco da Gama à Índia. Assim, o narrador da epopeia demonstra seu amor e veneração ao rei de Portugal, D. Sebastião, e ao povo lusitano. Mas também defende a fé cristã e a expansão do império português. Pertencente ao classicismo português, a obra possui uma visão antropocêntrica, ou seja, valoriza a razão e as conquistas humanas. Porém, traz elementos do semipaganismo ao reverenciar a cultura greco-romana e, ao mesmo tempo, a fé cristã. Essa epopeia é dividida em dez cantos, com versos decassílabos de caráter narrativo e heroico.

Fontes:

- <https://aeaveromar.pt/comemoracao-dos-500-anos-do-nascimento-de-luis-vaz-de-camoes/>
- <https://www.porto.pt/pt/noticia/curso-breve-assinala-500-anos-de-epopeia-de-camoes>
- <https://www.dn.pt/8347344800/camara-do-porto-expoe-primeira-edicao-de-os-lusiadas-para-celebrar-luis-de-camoes/>
- <https://www.todamateria.com.br/luis-de-camoes/>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Conteúdo Programático consta: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: domínio de tópicos relevantes de diversas áreas como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança, artes, cultura, literatura e suas vinculações históricas a nível nacional e internacional, o que torna o tema pertinente. A alternativa CORRETA é a letra D. As big techs são as grandes empresas de tecnologia e inovação que apresentam dominância no mercado econômico. Destacam-se nomes como Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft. "Big techs, ou gigantes de tecnologia, são as grandes empresas que exercem domínio no mercado de tecnologia e inovação, como a Apple, o Google, a Amazon, a Microsoft e a Meta. Essas companhias trabalham no desenvolvimento de bens e serviços que atendam a demandas atuais e futuras da sociedade e de outros agentes econômicos, trazendo soluções inovadoras e consideradas revolucionárias. As big techs estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, como através das redes sociais, dos sites de compra e dos gadgets produzidos por elas. Essas gigantes da tecnologia são pauta também de discussões acerca da formação de monopólios e do seu poder de influência na sociedade."

Fontes:

- <https://www.poder360.com.br/tecnologia/-batem-recorde-em-2023-com-lucro-de-us-327-bilhoes/>
- <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-sao-big-techs.htm>
- "[1] LARICCHIA, Federica. Leading tech companies worldwide 2022, by market cap. Statista, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1350976/leading-tech-companies-worldwide-by-market-cap/>.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal afirma que a palavra “tende” disposta no comando da questão gerou dubiedade no momento da escolha da alternativa correta, razão pela qual a questão deve ser anulada. Contudo, vale ressaltar que tal palavra tem como sinônimo as palavras: inclinar-se, pender, voltar-se, propender. Assim, constata-se que a nomenclatura empregada na questão está correta, de modo que existe apenas uma alternativa correta, qual seja a letra B.

Vale frisar que para o organismo funcionar corretamente, a temperatura corporal deve manter-se entre 35 e 40°C. O organismo tolera bem pequenas variações de temperatura que normalmente ocorrem ao longo do dia, do ciclo menstrual, com a idade, ou mesmo derivadas de toma de medicamentos (antidepressivos, relaxantes musculares) ou de algumas patologias (hipotireoidismo, anemia). Já alterações drásticas da temperatura exterior, características do inverno, podem colocar a saúde do Homem em risco. O frio causa diminuição da temperatura corporal, o que reduz a capacidade de resposta do sistema imunitário e favorece a atividade de vírus respiratórios, ficando o organismo mais susceptível a infecções. Pode ainda agravar os sintomas de doenças pré-existentes, nomeadamente cardiovasculares, respiratórias e músculo-esqueléticas. Por outro lado, podem surgir lesões na pele, por desidratação (secura, eczema) ou por exposição direta ao frio e à humidade (úlceras por frio derivadas do congelamento, queimaduras, pé-de-imersão ou frieiras). Em situações extremas, o frio pode diminuir a temperatura corporal abaixo dos 35°C, causando hipotermia, cujos sintomas progridem de arrepios, sonolência, confusão, coma, até à morte. As crianças e os idosos são mais susceptíveis, pois têm muitas vezes limitações de movimento e de comunicação. Os idosos podem ainda apresentar pouca gordura subcutânea e falta de sensibilidade à temperatura. Indirectamente, o frio pode causar acidentes rodoviários por derrapagem, quedas no gelo, incêndios e intoxicações por monóxido de carbono devido ao uso incorreto ou mau funcionamento de sistemas de aquecimento. Para contrariar os efeitos negativos do frio, existem dois tipos de mecanismos: internos e comportamentais. Os mecanismos internos consistem em mudanças involuntárias no organismo, que ajudam a regular pequenas variações da temperatura. Assim, perante temperaturas baixas, o organismo tenta preservar o calor ericando os pelos para isolar a pele do frio, e restringindo dos vasos sanguíneos para reduzir o sangue exposto ao frio, desviando-o da pele e dos membros para áreas mais centrais (abdómen, peito e cabeça). Por outro lado, o organismo procura gerar mais calor, através de arrepios e do aumento do metabolismo das células, especialmente as do fígado. Estes processos conseguem aumentar até 5 vezes a produção de energia pelo organismo. Por sua vez, os mecanismos comportamentais consistem em atitudes que procuram mudar as condições em que o Homem se encontra e o ambiente que o envolve. Estes mecanismos, se efetuados corretamente, acabam por ser mais eficazes que os anteriores.

Fonte:

- <https://www.iasaude.pt/index.php/informacao-documentacao/recortes-de-impressa>
- <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/as-reacoes-corporais-durante-frio.htm>
- <https://cfq.org.br/noticia/como-o-corpo-humano-reage-ao-frio/>
- <https://super.abril.com.br/ciencia/o-que-acontece-no-corpo-de-quem-morre-de-frio>
- <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-52906805>
- <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/les%C3%B5es-e-envenenamentos/les%C3%B5es-provocadas-pelo-frio/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-les%C3%B5es-provocadas-pelo-frio>
- <https://www.sinonimos.com.br/tender/#:~:text=1%20inclinar%2Dse%2C%20pende%2C%20voltar%2Dse%2C%20propender.&text=Escreva%20textos%20incr%C3%ADveis%20em%20segundos,%2Dse%2C%20avizinhar%2Dse.>

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

22 de maio de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN